

LÉXICO

Léxico em Cena: contribuições para os estudos lexicais

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Odair Luiz Nadin

**Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira
(Org.)**

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

**LÉXICO EM CENA:
CONTRIBUIÇÕES PARA
OS ESTUDOS LEXICAIS**

SÉRIE
TRILHAS LINGUÍSTICAS
n° 28 – 2016

**Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Univ Estadual Paulista,
Campus Araraquara**

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Marilza Vieira Cunha Rudge

Diretor: Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Cláudio César de Paiva

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Coordenadora: Marina Célia Mendonça

SÉRIE TRILHAS LINGUÍSTICAS Nº 28

Comissão Editorial da Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Alessandra Del Ré

Angélica Terezinha Carmo Rodrigues

Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira

Cristina Martins Fargetti

Jean Cristtus Portela

Marina Célia Mendonça

Odair Luiz Nadin da Silva

Rosane de Andrade Berlinck

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Normalização: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

**LÉXICO EM CENA:
CONTRIBUIÇÕES PARA
OS ESTUDOS LEXICAIS**

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
Odair Luiz Nadin
Anise de Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira
(Org.)

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

Copyright © 2016 by FCL-UNESP Laboratório Editorial
Direitos de publicação reservados a:
Laboratório Editorial da FCL

Rod. Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – Araraquara – SP
Tel.: (16) 3334-6275

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
Site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

L979 Léxico em Cena : contribuições para os estudos lexicais / Organizado por:
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa, Odair Luiz Nadin e Anise de
Abreu Gonçalves D'Orange Ferreira. –
São Paulo, SP : Cultura Acadêmica, 2016.
294 p. ; 14x21 cm. – (Série Trilhas Linguísticas; 28)

ISBN 978-85-7983-795-1

I. Lexicografia. 2. Linguística -- Pesquisa. 3. Lexicologia.
I. Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo. II. Nadin, Odair Luiz.
III. Ferreira, Anise de Abreu Gonçalves D'Orange. VI. Série.

CDD 410

SUMÁRIO

Apresentação

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa7

Léxico Kamaiurá: neologismos

Lucy Seki.....15

Léxico de plantas em dicionários indígenas

Cristina Martins Fargetti e Márcia Martins.....35

Léxico, Memória e História e Sentidos através do tempo

Maiune de Oliveira-Silva e Maria Helena de Paula57

Doenças e efeitos malévolos no léxico da medicina popular em Goiás

Jozimar Luciovanio Bernardo e Maria Helena de Paula.....69

O léxico do Quilombo Jamary dos Pretos/MA: um constructo de saberes culturais

Georgiana Márcia Oliveira Santos89

Variação popular: um estudo necessário

Carolina Antunes109

Variantes regionais e sociais de “prostituta” em capitais nordestinas: dados do ALiB

Maria do Socorro Silva de Aragão.....125

De tanja a curraleira: um estudo das designações para tangerina com base nos dados do Atlas Linguístico do Maranhão

Conceição de Maria de Araujo Ramos, José de Ribamar Mendes Bezerra, Maria de Fátima Sopas Rocha e Thaianes Alves Mendonça141

<i>Lexias africanas no português maranhense</i> Flávia Pereira Serra e José de Ribamar Mendes Bezerra	155
<i>Anglicismos na moda italiana: estudo da Revista Vogue Italia e do blog The Blonde Salad</i> Vivian Orsi, Júlia Reis Schiavetto e Isabela Menezes Formigoni ...	167
<i>Terminologia do Turismo de Aventura: busca e análise de termos equivalentes (português-espanhol) do campo Atividades de Aventura</i> Ivanir Azevedo Delvizio e Pâmela Soares Salomão Santos	189
<i>Projeto TERMIREDES: Terminologia das redes sociais no Brasil</i> Márcio Sales Santiago e Júlio Araújo.....	207
<i>Estudo das estratégias de formação de neônimos na terminologia da Engenharia Têxtil: a questão dos xenismos</i> Marta de Oliveira Silva Arantes e Lídia Almeida Barros	223
<i>Lexicologia, LIBRAS e Literatura: dicionário de termos literários em LIBRAS</i> Kely Araújo Melo e Márcia Maria de Melo Araújo	243
<i>Tradução e uso de dicionários monolíngues: a contribuição da sinonímia para o trabalho do tradutor</i> Viviane Cristina Poletto Lugli e Odair Luiz Nadin	261
<i>Sobre os Autores e Organizadores</i>	285

APRESENTAÇÃO

Clotilde de Almeida Azevedo MURAKAWA

Ao longo de uma década e meia, a Série Trilhas Linguísticas, uma publicação do Programa de Pós – graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara, vem publicando continuamente os trabalhos de pesquisa dos docentes e discentes que integram o Programa, assim como as pesquisas de docentes das variadas universidades brasileiras e estrangeiras. Este número, que ora se faz a apresentação, reúne os trabalhos apresentados no I Congresso Internacional Estudos do Léxico e suas Interfaces (CINELI), realizado em maio de 2014. Com o título *Léxico em Cena: contribuições para os estudos Lexicais*, este volume reúne os mais variados temas e suas interfaces com os estudos lexicais, indo do léxico de línguas indígenas, passando por léxico, memória e história, o léxico das linguagens especializadas, variação linguística destacando a importância dos atlas linguísticos para os estudos dialetais, pesquisas terminológicas nas redes sociais, na área do turismo e da engenharia têxtil, além de pesquisas sobre africanismos, anglicismos e a construção de dicionário sobre termos literários em LIBRAS. Encerra o volume capítulo sobre tradução e a importância da sinonímia no contexto dos dicionários monolíngues como importante auxiliar para o tradutor.

Em se tratando das línguas indígenas Lucy Seki apresenta em seu capítulo intitulado “Léxico Kamaiurá: neologismos”, alguns aspectos do desenvolvimento dessa língua, tendo como foco a análise de itens lexicais usados pelos Kamaiurá para designar novos referentes, resultantes do contacto com outras sociedades não indí-

genas. A autora busca analisar os chamados neologismos surgidos nessa língua; destaca que poucos são os empréstimos vindos de unidades lexicais da língua portuguesa, pois a língua Kamaiurá se utiliza de seus próprios recursos linguísticos para referenciar itens novos e conceitos vindos de outras culturas. Como afirma a autora nenhuma sociedade é isolada e há sempre interações entre elas, acarretando mudanças culturais que aparecem refletidas no léxico

Ainda sobre línguas indígenas, as autoras do capítulo “Léxico de plantas em dicionários indígenas” de Cristina Martins Fargetti e Márcia Martins destacam as dificuldades encontradas na descrição do léxico de línguas indígenas referente às plantas. A identificação de plantas em dicionários analisados pelas autoras é, geralmente, incompleta pela ausência de descrições e de abonação, dificultando a comparação com outras línguas e culturas. A par da análise de algumas obras lexicográficas, algumas reflexões são apresentadas pelas autoras sobre metodologias possíveis para um tratamento adequado das plantas conhecidas pelos indígenas e seu registro em dicionários.

A relação entre léxico, memória e história e os diferentes sentidos que a palavra pode ter ao longo do tempo, é o fio condutor do texto “Léxico, memória e história e sentidos através do tempo” de autoria de Maiune de Oliveira-Silva e Maria Helena de Paula. A partir de manuscritos guardados em cartórios, igrejas e museus, as autoras apresentam um estudo sobre o léxico de registros de batismo no período de oitocentos na região de Goiás, de onde se pode recuperar a história da escravidão de negros na região. Constatam elas que o léxico contido em tais documentos permite fazer uma conexão entre a história, a memória e a cultura daqueles que tiveram sua narrativa registrada nos livros de batismo. Estas narrativas apresentam ainda os diferentes procedimentos de registro ao se tratar do batismo de um branco ou de um negro. É o resgate da história e da cultura através do léxico registrado em manuscritos.

Continuando na linha de pesquisa que considera o nível lexical de uma língua, e no caso a portuguesa, como o meio mais eficaz para a compreensão de uma sociedade e sua cultura, o texto intitulado “Doenças e efeitos malévolos no léxico da medicina popu-

lar em Goiás”, de Jozimar Luciovanio Bernardo e Maria Helena de Paula apresenta um estudo sobre alguns aspectos da medicina popular ligada ao catolicismo e ao contexto rural na comunidade de São Domingos de Catalão (GO), através do léxico referente a determinadas doenças e seus efeitos malévolos. A pesquisa, ora apresentada neste capítulo, buscou nos textos orais coletados em entrevistas o material para análise. Desta forma, a definição lexicográfica de alguns tipos de doenças populares em dicionários da língua portuguesa contrasta com a definição dada por sujeitos da zona rural, evidenciando a diferença entre o saber científico e o saber popular.

Na esteira da relação entre léxico e cultura, o texto de Georgiana Márcia Oliveira Santos, intitulado “O léxico do quilombo Jamary dos Pretos/ MA: um constructo de saberes culturais”, oferece um estudo com orientação teórico-metodológica da Etnolinguística, Semiótica e principalmente da Etnoterminologia, buscando analisar particularidades semântico-conceptuais que se encontram no léxico do quilombo Jamary dos Pretos, localizado no município de Turiaçu, no Maranhão. Tais particularidades revelam o modo de conceber o mundo dessa comunidade, onde se encontram guardados conhecimentos e valores herdados ao longo de gerações e que são materializados no léxico dessa comunidade e que tem suas raízes na história e formação do quilombo. A pesquisa realizada pela autora e parcialmente descrita no capítulo em questão evidencia as relações entre a língua e a visão de mundo desse povo. O estudo busca também ampliar as relações interculturais entre o quilombo Jamary e outros grupos étnicos brasileiro-maranhenses.

Seguindo pressupostos teóricos da variação linguística, Carolina Antunes trata, no capítulo “Variação Popular: um estudo necessário”, da variante do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, ressaltando que a variabilidade linguística desse dialeto advém de vários fatores geográficos, sócio-culturais e históricos, apresentando traços regionais característicos. A autora busca mostrar com seu texto a importância de se valorizar o estudo de uma variante desprestigiada como o dialeto rural, para se ampliar as informações linguísticas e culturais da língua portuguesa

e confirmar que a língua através de suas variantes se vale de recursos de natureza léxica para cumprir os propósitos comunicativos dos grupos humanos.

A variação linguística é também contemplada neste volume com o capítulo de Maria do Socorro Silva de Aragão com o título “Variantes regionais e sociais de “prostituta” em capitais nordestinas: dados do ALiB”. O capítulo reúne dados do estudo das variantes diatópicas e diastráticas do item lexical “*prostituta*”, a partir de dados extraídos do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Através do Campo Semântico “Convívio e Comportamento Social” do questionário lexical do ALiB, para o conceito “a mulher que se vende para qualquer homem”, obteve 184 ocorrências nas 09 capitais do Nordeste pesquisadas. Para este capítulo foram selecionadas 37 designações. A pesquisa feita pela autora leva em conta não só as unidades lexicais referentes à unidade “*prostituta*”, mas em especial, o contexto sócio-cultural em que são produzidas. Socorro Aragão destaca a importância dos atlas linguísticos gerais e regionais para o resgate da língua portuguesa falada no Brasil.

A importância do material de pesquisa documentado pelos atlas linguísticos já concluídos ou em fase de elaboração no Brasil para os estudos de variação linguística, é o foco do capítulo “De **tanja** à **curradeira**: um estudo das designações para **tangerina** com base nos dados do Atlas Linguístico do Maranhão”, dos autores Conceição de Maria de Araújo Ramos, José de Ribamar Mendes Bezerra, Maria de Fátima Sopas Rocha e Thaiane Alves Mendonça. Tendo por base a lexia *tangerina* como forma padrão e suas variantes, os autores analisam as ocorrências da lexia nas diversas regiões inquiridas no Estado do Maranhão, distribuídas em quadros ilustrativos e o registro das mesmas nas obras lexicográficas gerais e regionais consultadas durante a pesquisa que revela a importância dos estudos geolinguísticos dialetais para a construção de atlas linguísticos brasileiros, e a existência de marcas diatópicas que se distribuem pelo Estado do Maranhão.

Continuando em pauta os estudos geolinguísticos, os autores do texto “Lexias Africanas no Português Maranhense”, Flavia Pereira Serra e José de Ribamar Mendes Bezerra analisam a influên-

cia de línguas africanas no português maranhense. O texto evidencia que muitas palavras que fazem parte do cotidiano do português do Brasil têm origem em diferentes línguas africanas, confirmando a importância do papel do negro na realidade histórica, linguística e cultural no Brasil e em especial no Estado do Maranhão. O objeto de análise é o Atlas Linguístico do Maranhão, uma importante ferramenta para se buscar respostas para a presença de africanismos no português. Foi no nível semântico-lexical dos africanismos que os autores buscaram informação para determinar a etimologia das palavras consideradas africanas e avaliar a vitalidade e a distribuição diatópica das mesmas. Os africanismos, objeto de análise, segundo os autores, guardam em si uma maneira peculiar de conceituar e categorizar a realidade, mesmo não existindo uma forma linguística africana que as identifique.

Sob o título “Anglicismos na moda italiana: estudo da Revista *Vogue Italia* e do *Blog The Blonde Salad*”, as autoras Vivian Orsi, Júlia Reis Schiavetto e Isabela Menezes Formigoni, apresentam um estudo sobre os anglicismos referentes à moda presentes na língua italiana, tendo por material de pesquisa a Revista *Vogue Italia* e o Blog *The Blonde Salad*. Os anglicismos, segundo as autoras, são revestidos de prestígio e exercem maior fascínio que os itens lexicais da língua italiana. É através dos itens lexicais de origem inglesa que o universo da moda é empregado para atrair o público italiano. Desta forma, o universo da moda que tem seu léxico próprio contribui para a expansão do léxico da língua italiana através de blog específico e da revista *Vogue Italia*. Como enfatizam as autoras, o estudo do léxico permite entrever as mudanças sociais e econômicas de uma sociedade e o léxico da moda age como elemento de interação entre o homem e o mundo.

No tocante aos trabalhos na área da Terminologia, as autoras Ivanir Azevedo Delvizio e Pâmela Soares Salomão Santos expõem, no capítulo intitulado “Terminologia do turismo de aventura: busca e análise de termos equivalentes (Português-Espanhol) no campo atividades de aventura”, os resultados parciais de um projeto de pesquisa que objetiva elaborar um glossário trilingue do turismo de aventura – português, inglês e espanhol - Partindo do pressuposto

de que o chamado turismo de aventura está no Brasil em franca expansão, o glossário trilingue busca oferecer um recurso aos profissionais dessa área, além de facilitar o intercâmbio de informações no âmbito nacional e internacional. O texto documenta o percurso metodológico adotado e os resultados já obtidos de análises feitas, comparativamente, entre o português e o espanhol, buscando entre as línguas as relações de equivalência parcial, funcional e a inexistência dos termos equivalentes.

Ainda em Terminologia, o capítulo de Márcio Sales Santiago e Júlio Araújo trata do projeto *Termiredes* e visa a descrever a terminologia existente no Brasil, em especial no gênero tutorial, considerado um gênero textual. Sob o título “Projeto Termiredes: terminologia das redes sociais no Brasil” consideram os autores neste texto a importância de caracterizar as redes sociais na Internet, estabelecer os fundamentos teóricos que dão base ao projeto, estudar o léxico especializado presente nas redes sociais e definir a unidade lexical especializada ou termo em sua dimensão metalinguística e constituir o *corpus* da pesquisa.

A partir de um *corpus* constituído por revistas eletrônicas da área têxtil, de dossiês e manuais técnicos empregados em cursos de graduação em Engenharia Têxtil, Marta de Oliveira Silva Arantes e Lídia Almeida Barros, reúnem no capítulo “Estudo das estratégias de formação de neônimos na Terminologia da Engenharia Têxtil: a questão dos xenismos”, algumas reflexões sobre a produção neológica da Engenharia Têxtil dando enfoque à questão dos estrangeirismos sob forma de xenismos. De acordo com as autoras, uma unidade transliterada é considerada como xenismo se o elemento morfológico ou sintático que apresenta pode ser ainda sentido pelos falantes da língua portuguesa como oriundo de outra língua. O capítulo mostra a análise de alguns xenismos como *charmeuse*, *open-end* e *shantung*, e a presença deles na terminologia da indústria têxtil. O estudo e a análise apresentados ressaltam o uso frequente de estrangeirismos no domínio têxtil confirmando que as relações comerciais entre países que importam e exportam a matéria prima têxtil trazem junto os termos que vão se integrar ao léxico da língua portuguesa.

Incentivadas pelo crescente interesse de pessoas surdas pela literatura, Kely Araújo Melo e Márcia Maria de Melo Araújo propõem no capítulo “Lexicologia, Libras e Literatura: dicionário de termos literários em Libras”, a proposta de elaboração de um dicionário que registre termos e expressões na área dos estudos literários. O capítulo reúne informações sobre dicionários gerais do porte das obras de Houaiss/Villar, Aurélio e Michaëlis e de obras sobre as diversas formas de se organizar um dicionário de língua de sinais que vise a representar os sinais graficamente, optando ora por desenhos, ora por fotos ou ainda por descrições ou por alguma notação escrita. As autoras mencionam algumas publicações que incentivam o uso da escrita de sinais e outras obras da literatura adaptadas para surdos. A proposta de dicionário apresentada vem a se constituir futuramente em uma obra a mais nos estudos literários, linguísticos e lexicais em Goiás.

Fecha este volume o capítulo na área de tradução e uso de dicionários monolíngues de Viviane Cristina Poletto Lugli e Odair Luiz Nadin. Com o título “Tradução e uso de dicionários monolíngues: a contribuição da sinonímia para o trabalho do tradutor”, os autores fazem uma análise do tratamento lexicográfico dado à questão da sinonímia em dicionários monolíngues da língua portuguesa e da língua espanhola. Analisando as versões eletrônicas do *Aulete Digital* e o *Houaiss Eletrônico* em comparação com *Diccionario de la Real Academia Española*, os autores fazem algumas considerações teóricas sobre a sinonímia e apresentam o resultado das análises feitas comparativamente nos dicionários. Destacam a importância e a contribuição da sinonímia para o trabalho do tradutor uma vez que este tipo de relação semântica possibilita a opção de equivalências adequadas para o gênero textual que se quer traduzir.

Espera-se que os 15 capítulos aqui apresentados de modo a chamar a atenção da comunidade científica para sua importância, possam trazer novos conhecimentos sobre os vários aspectos relevantes dos estudos lexicais e suas interfaces, contribuindo para a atualização do saber nos domínios específicos dos capítulos aqui reunidos.

LÉXICO KAMAIURÁ: NEOLOGISMOS

Lucy SEKI

Introdução

É fato amplamente reconhecido que o léxico de uma língua reflete os costumes, formas de organização, artefatos, etc. da sociedade em que essa língua opera. Sendo extremamente sensível às condições de vida dessa sociedade, o léxico reage às alterações que aí ocorrem, sofre mudanças constantes, num processo em que itens desaparecem, outros surgem.

De modo geral, nenhuma sociedade é isolada, há sempre interações com outras sociedades, e os contatos constituem um fator de mudanças culturais que por sua vez acarretam mudanças na língua. Obviamente os contatos, assim como suas consequências, podem ser de natureza e alcance variáveis.

Durante séculos, os povos indígenas brasileiros têm enfrentado o contato com a sociedade envolvente em condições as mais diversas, contatos esses que têm acarretado alterações, quando não a destruição de suas culturas e línguas. Assim, o estudo das mudanças nos vocabulários/léxicos (e de outros aspectos dos sistemas linguísticos) de línguas indígenas brasileiras é de grande relevância na investigação linguística, dado que o léxico, assim como a língua em geral, não constitui entidade estática, mas dinâmica, que se modifica continuamente.

O objetivo deste trabalho é tratar aspectos do desenvolvimento do léxico da língua kamaiurá, tendo como foco a análise de termos usados pelo povo para designar itens novos na cultura, surgidos e incorporados em decorrência do contato dos falantes com a sociedade não indígena envolvente.

A análise aqui apresentada se baseia em dados coletados pela autora em trabalho de campo realizado em diferentes momentos no decorrer de pesquisa sobre a língua, iniciada em 1968 e também no decorrer de atividades de assessoria a projeto de Formação de Professores Kamaiurá, desenvolvidas até 2007.

A língua kamaiurá pertence à família Tupi-Guaraní e é falada por um grupo com 800 falantes que tradicionalmente habitam na região do Alto Xingu.

O primeiro contato dos Kamaiurá e de outros povos alto xinguanos com não indígenas se deu em fins do século XIX com as visitas de Karl Von den Steinen (1940) e de viajantes que o sucederam. Na década de 40 do século XX os contatos se reiniciaram de forma mais regular a partir da Expedição Roncador-Xingu.

Devido à política indigenista adotada pela administração da área, os contatos entre índios e não índios eram mediados e restritos, o que favoreceu a preservação das línguas e características culturais dos povos alto-xinguanos. Até o final dos anos sessenta a maioria da população kamaiurá era monolíngue, sendo pequeno o número dos que conheciam um pouco do Português.

Os contatos tornaram-se mais intensos particularmente desde a década de setenta, quando mudanças consideráveis ocorreram na área (ver SEKI, 2000, para maiores detalhes) e em consequência a maioria da população é hoje bilíngue. Ainda assim os Kamaiurá mantêm preservadas a sua língua e sua cultura.

Contudo, com os contatos ao longo do tempo foi se ampliando o conhecimento de elementos da sociedade envolvente por parte dos indígenas e vários desses elementos foram introduzidos na cultura nativa, com repercussão no léxico da língua.

As considerações feitas neste trabalho visam mostrar que em Kamaiurá há relativamente poucos empréstimos diretos de termos do Português. A língua utiliza seus próprios recursos para

referência a novos itens, atividades, conceitos provenientes da cultura não indígena.

No que segue são inicialmente introduzidos e exemplificados de forma sucinta os recursos derivacionais disponíveis na língua, abordando-se na sequência o uso desses recursos na formação de termos para referência a itens novos na cultura.

Processos derivacionais em Kamaiurá.

Em Kamaiurá as classes abertas incluem as do Nome e do Verbo. Há três subclasses de nomes: os não possuíveis, os alienavelmente possuídos e os inalienavelmente possuídos. No que respeita ao verbo, além dos transitivos (ativos), há duas subclasses de intransitivos: os ativos e os estativos (SEKI, 2000).

A derivação de elementos de uma categoria a partir de outros da mesma ou de distintas categorias ocorre mediante o acréscimo de afixos a radicais (derivação por afixação) e mediante a combinação de raízes e de radicais (derivação por composição). Formações sintáticas complexas são usadas na língua para fazer referência a objetos e conceitos.

Derivação Nominal

Nomes podem ser derivados por afixação a partir de outros nomes (derivação endocêntrica) e a partir de elementos de outras classes (nominalizações). Na derivação endocêntrica são produtivos os seguintes afixos¹:

(01) {-i}, {-pĩ} diminutivos			
meirup	mosca	→	meiruwi mosquito
wyra	ave, pássaro	→	wyrapĩ passarinho
(02) {-u}; {-ete} aumentativos			
ipira	peixe	→	ipirau peixão (também trairão)
akang	cabeça	→	-akangete cabeçorra, cabeçudo
(03) {-e'ym} negativo; abessivo			
tyt	acompanhamento	→	tyr-e'ym órfão
-ea	olho	→	-ea-'ym cego
(04) {-typ} abundancial			
pa'akop	banana	→	pa'ako-tyt bananal
mani'ip	mandioca	→	mani'i-tyt mandiocal
(05) {-met}, {-het} coletivo			
paje	pajé	→	paje-met conjunto de pajés
wyra	ave, pássaro	→	wyra-het passarada
(06) {-het} semelhante a; passado; proveniente de			
-py	pé	→	py-het rastro
ty	líquido	→	ty-het suco; sumo

Nomes podem ser derivados através da combinação de raízes nominais ou de raízes nominais e verbais. As relações existentes entre os elementos de compostos assim derivados assemelham-se àquelas existentes entre elementos de locuções e de orações. Comparem-se os exemplos a seguir com contrastes entre locuções (07a, 08a) e compostos (07b, 08b):

(07) a.	aman-a r -y	amana ry	água da chuva
	chuva-Nu Rel-líquido		
b.	aman + r -y →	amary	granizo
	chuva + Rel-líquido		
(08) a	akang -a r -yru	akanga ryru	cobertura da cabeça
	cabeça-Nu Rel-cobertura		
b.	akang + -yru →	akang-yru	chapéu; cobertura da cabeça
	cabeça + cobertura		

Os dados acima ilustram casos de composição resultante da junção de duas raízes nominais do tipo $[N_1 + N_2]$, em que a primeira é modificador e a segunda é núcleo, e que expressam relação similar a de uma na locução genitiva. Compostos envolvendo

duas raízes nominais, em que a primeira é núcleo e a segunda é o modificador expressam uma relação similar à da locução especificadora:

(09) a.	moĩ cobra	+	-atsĩ chifre/esporão	→	moĩatsĩ	cobra com esporão surucucu
b.	jawewyt arraia	+	-ea olho	→	jawewyrea	arraia pintada

Outro tipo de composição muito produtiva na língua envolve a combinação de raiz nominal e raiz verbal intransitiva estativa [N + **VEst**] ou ativa [N + **VIA**]. Em ambos os tipos o primeiro elemento é o núcleo, e a relação expressa é similar à da locução atributiva. Os dados abaixo exemplificam os dois tipos de compostos:

(10) a.	wyra ave	+	-tsing branco	→	wyratsing	garça
b.	tatu tatu	+	-pep chato	→	tatupep	tatupeba
(11) a.	ywy terra	+	'am estar em pé	→	ywy'am	monte, morro
b.	-yepo intestino	+	em sair	→	-yepoem	hemorróida

Há dois formativos que não foram registrados como formas independentes, mas que podem figurar como elementos de compostos: **wot** 'cheio de; em estado de' e **pot**. Este último aparece com duas significações: (i) 'o que vive em, o que habita'; (ii) 'efeito, o sinal, o produto' do item designado pelo radical nominal a que se anexa:

(12)	manō morrer	→	mano-wot	moribundo
	ty'at fome	→	ty'a-wot	faminto
(13)	ka'a mata	→	ka'a-pot	o que habita a mata
	ywy chão	→	ywy-pot	o que vive no chão
(14)	-py pé	→	i-py-pot	sinal deixado pelo pé
	íta pedra	→	íta-pot	sinal de pedrada
	ywyrapat arco	→	ywyrapar-a pot	o que resultou, foi pegado com o arco

Os tipos de compostos descritos acima podem associar-se a outros elementos e também a afixos derivacionais, resultando em compostos mistos:

(15) a.	kara + ape + jup	karapejup
	cará + dorso + amarelo	cará do dorso amarelo (peixe, esp.)
b.	moĩ + ku'a + jup	moiku'ajup
	cobra cintura amarela	cobra (esp.)
c.	-ea + kwat + ahap	-eakwarahap
	olho cavidade passar por	tipo de pintura que passa pela órbita ocular

Construções léxico-sintáticas

São referidas como léxico-sintáticas construções complexas amplamente usadas em Kamaiurá como recurso para designar objetos e conceitos. Distinguem-se dois tipos: locuções e construções nominalizadas. Os seguintes são exemplos de locuções:

(16)	jawar-a pir -et	adorno para a cabeça, feito com pele de onça
	onça-N pele-Pas	
	o que era pele de onça	
(17)	pytang -a r -yru	recipiente da criança; útero
	criança-N Rel-recipiente	

As construções nominalizadas são formadas por meio de vários afixos nominalizadores que derivam nomes deverbiais e deadverbiais sintaticamente complexos. Os nominais resultantes ocorrem tipicamente em construções dependentes (orações relativas, completivas), podendo também ocupar a posição de nomes nas sentenças. Os diferentes afixos, suas significações e o tipo de elemento a que se anexam vêm resumidos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Afixos Nominalizadores

	Agente	Paciente	Atributo Positivo	Atributo Negativo	Ação/estado /Instrumento	Circunstância
V. transitivo	{-tat}	{-emi-} {-ipyt}				
V. transitivo e Intransitivo					{-tap}	
V. Intr. e N. em função estativa			{ama'e}	{-uma'e}		
Adverbial						{-wat}

Fonte: Elaboração própria.

As formas derivadas por meio dos afixos acima retêm as relações semânticas do item original e ocorrem precedidas de elementos pronominais ou de nominais genitivizados, que codificam papéis sintático-semânticos:

(18)	-mongatu	consertar	→	X mongatu- tat	o que conserta X
	-tym	plantar	→	X (r)- emi -tym	o que X planta
	tym	plantar	→	i-tym- ipyr -et	o que foi plantado
	tym	plantar	→	i-tym- ipyr -am	o que será plantado
	-porahaj	dançar	→	X porahaj- tap	dança de X; ação de X dançar
	-je'eng	falar	→	o-je'eng- ama'e	o que fala, falante
	-je'eng	falar	→	i-je'eng - uma'e	o que não fala, mudo
	xingu-pe		→	xingu-pe wat	xinguano; o que é do Xingu
	n.pr.-Loc				

Derivação Verbal

Também a derivação verbal se faz por meio de afixação e por meio de composição. Verbos transitivos são formados pelo acréscimo do prefixo causativo {**mo**} a radicais verbais intransitivos ativos e estativos e também nominais. As derivações resultantes diferem em significado, conforme o tipo de radical a que se anexam:

(19)	-jan	correr	→	-mo-jan	fazer correr
	-pyta	ficar	→	-mo-myta	deter, parar, fazer ficar
	-katu	ser bom	→	-mongatu	consertar
	-ywyrapat	arco	→	-mo-ywyrapat	prover de arma, armar

O prefixo causativo-comitativo {-**ero**-} e o formativo {-**ukat**} ‘causativo de verbos transitivos’ têm distribuição mais restrita:

(20)	-itse	entrar	→	-ro-itse	entrar com
	-jae’o	chorar	→	-ro-jae’o	chorar com
(21)	-enōj	chamar	→	-enōj-ukat	mandar chamar, pedir
	-mono	fazer ir, enviar	→	-mono-ukat	mandar levar, enviar

Verbos intransitivos estativos são derivados de radicais nominais possuíveis, de radicais verbais transitivos, intransitivos ativos e também de outros estativos por meio do sufixo **-wet** ‘propendente’:

(22)	-jewaem	fugir	→	-jewae-wet	ser fujão
	-aem	gritar		-ae-wet	ser gritador
	jurue	mentira	→	-jurue-wet	ser mentiroso

Verbos intransitivos ativos são deriváveis de radicais transitivos por meio dos prefixos **{je-}** reflexivo e **{jo-}** recíproco:

(23)	ka	quebrar	→	-je-ka	quebrar-se
	mono	enviar	→	-jo-mono	viajar em grupo

São comuns compostos contendo o estativo **-utsat** ‘estar apaixonado, ser amante, apreciador de’:

(24)	kujā	mulher	kujā-’utsat	ser mulherego, namorador
	ipira	peixe	ipira-’utsat	ser apreciador de peixe

Ocorre a formação de diferentes tipos de verbos por meio da incorporação de nomes:

(25)	-akang	cabeça + -wang	vermelho →	akawang	ser cabeça vermelha
	awa	gente + -yhyk	juntar →	awa-yhyk	reunir-se gente
	-hwã	mão + -nung	aplicar →	hwanung	tratar, medicar

Elementos bastante frequentes nos compostos do tipo acima são os termos **-ea** ‘olho’; **poro / moro** ‘ser humano’; **-’ang** ‘alma’; **-’ok** ‘tirar, arrancar (separando)’:

(26)	-ea-kwap olho-passar	lembrar
(27)	poro-pyhyk gente-segurar	segurar gente; prender
(28)	-’ang-eraha alma -levar	lamentar
(29)	-ape-’ok casca- tirar	descascar

Itens novos na cultura

A partir do contato com a sociedade ocidental, novos itens foram sendo conhecidos pelos Kamaiurá e/ou incorporados à sua cultura. Parte dos novos elementos era antes totalmente desconhecida no sistema tribal, ao passo que outros tinham aí uma contraparte.

Nos contatos que mantive com os falantes kamaiurá observei um número muito reduzido de itens do Português, usados na comunicação com não índios, com reduzidas adaptações fonológicas, como nos exemplos a seguir:

(30)	taratô	trator
	motô	motor
	awiãw	avião
	kawaru	cavalo
	apatut	rapadura

De modo geral, a designação de novos itens se faz com recursos da própria língua, tratados e exemplificados anteriormente, em um processo envolvendo a ampliação do espectro semântico do item lexical: uma nova significação associa-se, geralmente com base em analogia quanto à forma ou à função, a um termo simples ou derivado já existente na língua, sem que o termo perca necessariamente a significação anterior. Dada a relativa liberdade de formação de novos itens lexicais e sua natureza em Kamaiurá, nem sempre é possível determinar se um dado elemento não era utilizado anteriormente. Contudo, os seguintes exemplos refletem, com bastante segurança, casos de empréstimos semânticos:

(31)		Significação Original	Novo uso
a.	-apyĵj	rancho	galinheiro
b.	jany	óleo de pequi	óleo em geral
c.	jarawi	raiz amarela (esp.)	cenoura
d.	kujaham	cabaça comprida com pescoço	garrafa
e.	ipirāj	piranha (peixe, esp.)	tesoura
f.	-py	pé	pneu
g.	mapakari	folha que produz espuma (esp.)	sabonete
h.	jura	jirau	mesa
i.	t-aĩ	dente	ouro
j.	-a'ĵj	semente	munição (bala, cartucho)
k.	moang	poção, remédio	remédio
l.	yat	canoa; meio de transporte	veículo

(32) a.	-a'ang	experimentar, provar; representar	fotografar, filmar
b.	-api	bater; atirar acertando	1. atirar com arma de fogo; 2. chutar (bola)
c.	-pytet	chupar	beijar
d.	-pyhyk	pegar, agarrar	gravar
e.	-etsak	ver	ler
f.	-karāj	riscar, arranhar	escrever
g.	-mo-eny -Caus-luz	fazer luzir	acender a luz
h.	-mo -pyrung -Caus-pisar	pisar (trans.)	atropelar
i.	-mo -y -'u -Caus-água-ingerir	fazer ingerir; dar de beber	abastecer (veículo)
j.	-mo -pyryrym -Caus-girar	fazer girar	ligar mecanismos que giram
k.	-mo'itse	fazer entrar	vestir; calçar; gravar

Elementos frequentes em compostos **são** os termos **t-yru**, com dois significados originais: 1. cobertura, envoltório; recipiente; 2. vestimenta feita com pele de onça, usada por feiticeiros e {-**het**} semelhante a; passado nominal; proveniente de:

(33) a.	-hwā -yru	cobertura da mão	luva
b.	-hwā'ĩ-yru	envoltório do dedo	anel
c.	-py-(y)ru	cobertura do pé	sapato
d.	t-ea -yru	cobertura dos olhos	óculos
e.	ku'a -yru	envoltório da cintura	calça curta, bermuda, short
f.	-akang-yru	cobertura da cabeça	chapéu
g.	karamemã r-yru	recipiente de coisas	bolsa; caixa
h.	-etymakang-yru	cobertura da perna	calça comprida

(34) a.	y-het	y água	espelho
b.	tyru-het	tyru envoltório	vestimenta; camisa, vestido, roupa
c.	tata-het	tata fogo	fósforo, isqueiro
d.	ka'a-het	ka'a folha	papel, livro
e.	kujaham-et	kujaham cabaça com pescoço	garrafa
f.	mejü-het	similar a beiju	biscoito

Os exemplos a seguir são de compostos envolvendo raiz nominal e raiz verbal estativa:

(35) a.	ita -ju(p) pedra-amarelo	pedra amarela	ferro, metal, prego
b.	ita -ju -'i pedra-amarelo-Dim	pedra amarela pequena	prego pequeno
c.	jety(k) -tsing batata -branco	batata branca	batata inglesa
d.	t-ewikwa -tsing 3-traseiro-branco	traseiro branco	fralda de criança

Os próximos exemplos incluem o nominal **r-a'angap** 'representação, imagem', constituído da raiz verbal **-a'ang** 'experimentar, representar' acrescida do sufixo **{-tap}** 'nominalizador de ação, instrumento, local' e precedida do prefixo relacional **{r-}**:

(36) a.	kwar-a sol -N	r-a'ang-ap	representação do sol	relógio
b.	jay-a lua-N	r-a'ang-ap	representação da lua	lanterna
c.	-'aw-a cabelo-N	r-a'ang-ap	representação de cabelo	peruca
d.	mor(o) gente	(r)-a'ang-ap	instrumento para fazer imagens de gente	câmera fotográfica, filmadora
e.	-powyj-a peso -N	r-a'ang-ap	instrumento para representar o peso	balança
f.	kam-a seio-N	r-a'ang-ap	representação do seio	mamadeira
g.	pitang -a criança-N	r-a'ang-ap	representação de criança	boneca

Os dados a seguir exemplificam locuções genitivas com o morfema {-**jat**} ‘dono, senhor’ (37) e locuções atributivas com o verbo estativo {-**ujap**} ser grande; estrangeiro, poderoso, perigoso, sobrenatural (38):

(37) a.	yar -a tsĩ- jat canoa-N nariz-dono	piloto
b.	moang -a jat remédio-N dono	enfermeiro/a
c.	tapire -a jat vaca/boi-N dono	boiadeiro, vaqueiro
d.	motaw -a jat comida-N dono	cozinheiro/a
e.	itaju -a jat ferro -N dono	‘branco’, não índio
(38) a.	jarawi -a r - ujap raiz (esp.)-N Rel-	cenoura
b.	y -a r - ujap água-N Rel-	gasolina
c.	jetyk -a r - ujap batata-N Rel-	beterraba
d.	wara r - ujap lobo Rel-	cachorro
e.	petym-a r - ujap fumo-N Rel-	maconha
f.	petym-a r - ujaw -a r -ypy’ak fumo -N Rel- -N Rel-polvilho	cocaína (pó)
g.	takuw -a r - ujap febre/doença-N Rel-	sarampo

Outros exemplos de locuções genitivas são dados abaixo:

(39) a.	moang -a pyt remédio-N casa	farmácia
b.	-er -a jo’apyt nome-N junta	sobrenome
c.	ywyrapar -a r-ajj arco/arma-N Rel-semente	munição de arma de fogo

Os dados abaixo exemplificam, respectivamente, formações com **-py-tsat** ‘o que fica no interior de’ e com o verbo estativo **-utsat** ‘estar apaixonado, ser apreciador de’:

(40) a.	-po -py -tsat -mão -interior-jazer	dinheiro
b.	jay-a r -a'angaw-a py -tsat lua-N Rel-imagem -N interior-jazer	pilha (de lanterna)
(41)	ka'aher-a 'utsat papel -N apreciador	estudioso

A seguir são abordadas formações do tipo sintático, envolvendo os distintos nominalizadores tratados na primeira seção. Observe-se que as construções nominalizadas são expressões genéricas que demandam nominais cuja presença possibilita concretizar o significado:

(42) Nominalizador {-tap}: instrumento, lugar, modo			
a.	itaju -a api -tap prego-N acertar-Nmz	instrumento de bater prego	martelo
b.	ywyrá kytsi -tap pau cortar-Nmz	instrumento para cortar madeira	serrote
c.	tyruher-a pya -ap roupa -N costurar-Nmz	instrumento para costurar roupa	máquina de costura
d.	ka'aher-a karāj -tap papel -N riscar-Nmz	instrumento para riscar papel	lápiz
e.	i -jo -hwã-nung-ap 3-Rec-mão-por-Nmz	local onde se trata (onde se aplica as mãos)	hospital
f.	akang -a r -up -ap cabeça-N Rel-estar-Nmz	lugar de deitar a cabeça	travesseiro
g.	maraka r -up -ap música Rel-estar-Nmz	local onde está a música	violão
h.	tyruher-a pyhyk -ap roupa -N segurar-Nmz	instrumento para segurar a roupa	pregador de roupa
i.	ity -a mohyk-ap lixo-N reunir-Nmz	instrumento para juntar o lixo	acincho
j.	y -'u -tap água-ingerir-Nmz	local onde se bebe água	bebedouro; copo
k.	ojanama'e-a pyta -tap ônibus -N parar-Nmz	lugar onde param os ônibus	rodoviária
l.	poro -mo -'itse -tap gente-Caus-entrar-Nmz	lugar onde se faz entrar gente	cadeia
m.	mor -etsak-ap gente-ver -Nmz	instrumento para ver gente	binóculo
n.	-'ato -a r -apin -ap bochecha-N Rel-raspar-Nmz	instrumento para raspar bochechas	barbeador
o.	-je'eng-ap falar -Nmz	instrumento para falar	microfone
q.	i-karu-tap 3-comer-Nmz	1. recipiente para comer 2. lugar de comer	1. cuia, prato 2. restaurante; cantina; copa; cozinha
r.	-ja'uk -ap -banhar-Nmz	lugar de banhar	banheiro, toalete
s.	i-moneta-tap 3-narrar-Nmz	ação de narrar	noticiário
t.	myrung-ap pisar - Nmz	ponte de troncos paralelos, estiva (lugar de pisar)	ponte; passarela

(43) Nominalizador {-tat} Nome agentivo			
a.	motaw-a r -eraha-tat comida-N Rel-levar-Nmz	o que leva a comida	garçom
b.	taĩ -a r -ekyj -tat dente-N Rel-extrair-Nmz	o que extrai dente	dentista
c.	moro-mo'e -tat gente-ensinar-Nmz	o que ensina gente	professor
d.	yar -a mongatu -tat veículo-N consertar-Nmz	o que conserta veículos	mecânico
f.	-mojopyte-at -misturar -Nmz	o que mistura (algo)	liquidificador
g.	-ku'ijuk -at esfarelar-Nmz	o que esfarela (algo)	moedor
h.	-mokuru'i -tat -despedaçar-Nmz	o que despedaça (algo)	picador
i.	tyruher-a pya -at roupa -N costurar-Nmz	o que costura roupa	costureira
j.	-mo'ajan -at empurrar-Nmz	o que empurra (algo)	1. guia, condutor; 2. catraca (bicicleta); hélice de motor; acelerador
k.	-hwã-nung-at	o que coloca a mão	médico

(44) Nominalizador {wat}: Nome de circunstância:			
a.	jaya ra'angaw-a apyter-ipe wat lanterna -N meio -Loc Nmz	o que fica na ponta da lanterna	lâmpada de lanterna
b.	-'ywa pupe wat pulso em Nmz	o que está/fica no pulso	relógio de pulso

(45) Nominalizador {-ama'e}: Nome atributivo			
a.	jere -jerew-ama'e virar-Red -Nmz	o que fica girando	bicicleta
b.	momytsar-ama'e dinheiro -Nmz	o que tem dinheiro	rico
c.	o-jan -ama'e 3-correr-Nmz	o que corre	ônibus, carro
d.	o-'ata -ma'e 3-andar-Nmz	o que anda	satélite; sputnik
e.	o-wewe-ma'e 3-voar -Nmz	o que voa	avião
f.	i-atsĩ-atsĩ -ma'e 3-ponta+Red-Nmz	o que tem pontas	garfo
g.	takuw-a po-pok -ama'e doença-N estourar-Red-Nmz	doença que estoura	catapora

(46) Nominalizador {-ipy}: Nome paciente			
a.	ywy i-mepy -pyr -et terra 3-comprar-Nmz-Pas	terra que foi comprada	lote
b.	-etsak-ipy-et ver -Nmz-Pas	o que foi visto por alguém	foto, filme
c.	i-menõ -pyt 3-copular-Nmz	a que foi copulada	prostituta

(47) Nominalizador {-emi}: Nome objeto:			
	-emi -karāj-het -Nmz-riscar-Pas	o que alguém riscou	letra; escrito

Exemplos de contrastes entre nominalizações são dados na sequência:

(48) a.	-pyrõ -tap escolher-Nmz	lugar / ocasião / ação de escolher	eleição
b.	-pyrõ -tat escolher-Nmz	o que escolhe	eleitor
c.	-pyrõ -pyt escolher-Nmz	o que (foi) escolhido	eleito
d.	-moneta -tap conversar-Nmz	lugar / ocasião / ação de conversar /contar	conversa; orientação
e.	-moneta -tat conversar-Nmz	o que conversa, conta; narrador	1. locutor; 2. orientador 3. informante (linguístico; de polícia; espião)
f.	-moneta -pyt (-et) conversar-Nmz (Pas)	o que foi conversado	orientado (por alguém)
g.	-emi-moneta Nmz-conversar	o que alguém conversa	orientando (de alguém)

Há algumas formações híbridas, constituídas de termos do Português e do Kamaiurá. Tais formações seguem as normas da gramática kamaiurá:

(49) a.	moto r -e'ymap motor Rel-animal	animal (doméstico) do motor	potência do motor
b.	awiãw-a r -ape avião -Nu Rel-caminho	caminho do avião	aeroporto; pista

Conclusão

No presente trabalho apresentei considerações relativas aos mecanismos de derivação lexical utilizados em Kamaiurá¹ e às estratégias usadas na língua para designar itens, ações, ideias, etc. introduzidos em decorrência do contato com a cultura majoritária.

¹ Os fonemas do Kamaiurá incluem as consoantes /p/, /t/, /ts/, /k/, /ʎ/; /m/, /n/, /ng/, /tʃ/, /w/, /j/, /h/; seis vogais orais: /i/, /e/, /y/, /a/, /u/, /o/ e seis vogais nasais correspondentes. A nasalidade é indicada pelo til (ã, õ) e pelo trema (ï, ë, ÿ, ü).

Confirmando postulações de estudiosos (HAUGEN, 1950), a consequência linguística maior do contato foi na área do léxico.

Foi dito que em Kamaiurá há relativamente poucos empréstimos diretos de termos do Português, com mínima influência da fonologia nativa nos empréstimos existentes. A interferência maior da fonologia e morfossintaxe da língua manifestava-se no Português falado pelos Kamaiurá (EMMERICH, 1984; MATTOS E SILVA, 1988).

Tampouco, na medida de meu conhecimento, foram observadas influências do Português na fonologia, na morfologia e na sintaxe da língua.

A análise aqui apresentada mostrou que o Kamaiurá faz uso de seus próprios recursos derivacionais (descritos na seção 1 deste trabalho) para referência a novos itens, atividades, ações, conceitos, etc., conhecidos e ou incorporados à cultura em decorrência do contato com a sociedade envolvente, uma situação semelhante à reportada em relação à língua Salish (THOMASON, 2001).

Os fatos do Kamaiurá levantam uma questão relativa aos fatores que determinam as consequências linguísticas do contato de línguas. Na literatura a respeito parece haver consenso de que fatores de ordem sócio histórica envolvidos no contato têm um papel fundamental e, segundo Thomason e Kaufman (1988), seriam os únicos determinantes das consequências.

Contudo, os dados do Kamaiurá sugerem que as consequências linguísticas do contato de línguas são determinadas não só por fatores externos, mas são também condicionadas por fatores linguísticos internos, estruturais (SANKOFF, 2001).

REFERÊNCIAS

EMMERICH, C. **A língua de contato no Alto Xingu: origem, forma e função.** 1984. 278f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de São Paulo, Rio de Janeiro, 1984.

HAUGEN, E. The analysis of linguistic borrowing. **Language**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 211-231, 1950.

MATTOS E SILVA, R. V. **Sete estudos sobre o português Kamayurá**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1988.

SANKOFF, G. Linguistic outcomes of language contact. In: TRUDGILL, P.; CHAMBERS, J.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed.). **Handbook of sociolinguistics**. Oxford: Basil Blackwell, 2001. p. 638-668.

SEKI, L. **Gramática do Kamaiurá**: Língua Tupí-Guaraní do Alto Xingu. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

STEINEN, K. Von Den. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

THOMASON, S. G. **On the unpredictability of contact effects**. Edinburgh: University Press, 2001.

THOMASON, S.; T. KAUFMAN. **Language contact, creolization, and genetic linguistics**. Berkeley: U. of California Press, 1988.

LÉXICO DE PLANTAS EM DICIONÁRIOS INDÍGENAS

Cristina Martins FARGETTI
Márcia MARTINS

Introdução

Observa-se em dicionários de línguas indígenas uma dificuldade por vezes em descrever o léxico referente a plantas, quer sejam espécies nativas ou introduzidas, de interesse alimentar ou medicinal ou, ainda, de interesse para obtenção de lenha para consumo doméstico, construção de moradias, ou outros. Falta a tais obras um maior aprofundamento das descrições apresentadas, mesmo sabendo que equivalentes perfeitos por vezes são impossíveis, dado o pouco conhecimento que se tem sobre a biodiversidade brasileira. Obviamente, há bons manuais elaborados por botânicos, com informações confiáveis, mas seu uso apenas, na elicitação de dados, não é suficiente, uma vez que variedades existentes na região estudada não correspondem por vezes ao que é documentado em tais obras (FARGETTI, 2012), pois muitas espécies da fauna e flora (e mesmo bactérias e fungos) da biodiversidade brasileira ainda não foram identificadas taxonomicamente.

Com relação às plantas comestíveis, sabemos que há espécies introduzidas, como o milho e o feijão, que são cultivadas objetivando a alimentação, porém há espécies nativas que também são utilizadas como base da alimentação indígena. As espécies

nativas são coletadas na natureza através da extração sustentada de recursos naturais. Essas espécies têm chamado a atenção de pesquisadores que visam aumentar o conhecimento em relação à agrobiodiversidade brasileira. Em se tratando de hortaliças¹, algumas espécies nativas são denominadas no meio científico como ‘não convencionais’² uma vez que diferem do consumo habitual dos brasileiros.

Nos dicionários, a identificação de plantas, por ser incompleta, pela ausência de descrições e de abonação, gera dificuldade de comparação com outras línguas e culturas. Assim, neste texto, procuraremos discutir exemplos de tratamento das plantas em algumas obras lexicográficas disponíveis (em meio digital ou impresso), no sentido de uma análise que leve a uma contribuição à construção de novas obras sobre línguas indígenas (ou mesmo a sua reedição), mas salientamos que o que nos move não é uma crítica mordaz e excludente. É preciso enfatizar que o estudo de línguas indígenas sempre foi dificultado por inúmeros fatores (desde o econômico, ao relacionado à autorização para entrada em área), sendo os trabalhos sobre línguas indígenas resultados de esforços pessoais muito grandes dos pesquisadores que a eles se dedicam. Assim, os dicionários de línguas indígenas analisados aqui têm seus méritos, principalmente como obras realizadas com todo tipo de dificuldades e mesmo impedimentos, e não cabe a nós julgá-los. A análise que aqui se faz é para uma contribuição apenas, e, portanto, deixamos registrada a nossa consideração e estima aos seus autores.

Além da análise das referidas obras, nos propomos a traçar considerações sobre metodologias possíveis para um tratamento mais adequado das plantas conhecidas pelos indígenas e sua dicionarização.

¹ Planta herbácea da qual uma ou mais partes são utilizadas como alimento na sua forma natural - Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos – CNNPA – Resolução nº 12, de 24 de julho de 1978.

² São aquelas com distribuição limitada, restrita a determinadas localidades ou regiões, exercendo grande influência na alimentação e na cultura de populações tradicionais (BRASIL, 2010).

Os dicionários de línguas indígenas e as plantas

Das 180 línguas indígenas brasileiras³ ainda faladas no Brasil, o conhecimento linguístico, embora crescente nos últimos anos, devido à formação de jovens pesquisadores da área, é contudo reduzido, sendo certas línguas ainda totalmente desconhecidas (como as dos índios isolados da Amazônia), outras contando com poucos estudos de aspectos pontuais de sua gramática, e poucas contando com uma gramática de referência e um dicionário extenso, que ultrapasse as listas de palavras com equivalentes únicos. Ou seja, há muito ainda que se pesquisar sobre as línguas indígenas brasileiras, e, infelizmente, em certos casos, esta é uma tarefa urgente, de recolha rápida de registros, antes que a língua se extinga juntamente com seu último falante. Assim, como se disse, embora passível de crítica, todo estudo linguístico nessa área se reveste de uma importância inegável, dado seu caráter de único, muitas vezes.

Mas há o que melhorar em nosso trabalho como linguistas de campo, com vistas a uma pesquisa lexicográfica. Pode-se pensar que, com condições melhores, contando-se com equipes de pesquisadores e diálogo com outras áreas de saber, seja possível um tratamento diferenciado do léxico, respeitando-se diferenças culturais.

Numa breve olhada para dicionários disponíveis, limitando-nos por exemplo à ocorrência de uma planta comestível, de inegável importância para a alimentação dos povos indígenas, como a banana, observamos alguns tratamentos em verbetes, que apresentamos a seguir. Pode-se verificar dificuldade nas descrições elaboradas por Monserrat e Amarante (2011) para o *mỹky*, Weiss (1998) para o *kayabi* e Alves (2004) para o *tupari*, respectivamente:

Língua *Mỹky* - **Aamahy** – ‘banana’;

Língua *Kayabi* - **Paku’auu** – s. ‘banana’;

Língua *Tupari* - **Epip** s. ‘banana’ (*Musa* sp).

O nome mais divulgado dessa espécie vegetal é ‘bananeira’ e o nome científico é *Musa* sp. O nome científico de uma planta

³ Número variável de acordo com diferentes critérios adotados por autores.

é escrito em latim e composto, geralmente, pelo Gênero seguido da Espécie. O ‘gênero’ indica um conjunto de espécies que mais se assemelham e a ‘espécie’ indica um grupo de indivíduos que se assemelham e que são capazes de se cruzarem, originando descendentes férteis. Ainda, a planta pode ser identificada pela variedade, que se define por plantas diferentes das da espécie em que surgiram, em resultado do aparecimento natural e espontâneo de características novas (BRASIL, 2011). Assim, descrever uma planta somente pelo nome comum/popular ou pelo gênero pode trazer problemas de identificação, pois, afinal, seria esse nome algo genérico, como um hiperônimo, ou seria uma variedade de banana? Voltando ao exemplo inicial, conhecemos o fruto da *Musa sp* como banana e a planta como bananeira. O gênero *Musa sp* abrange de 24 a 30 espécies, como por exemplo, a *Musa balbisiana Colla* (popularmente conhecida como banana-prata) e a *Musa ornata Roxb* (espécie ornamental não comestível). A que banana (ou bananas) esses verbetes se referiram, portanto?

Outras dificuldades se referem a indefinições ainda maiores, como:

Língua Mýky – **Amjumahy** – ‘limão’

Tatkinýmahy – esp. fruta doce grudenta

Sabe-se que o limão, em geral, é fruta introduzida, e seu nome corresponderia a um empréstimo; mas não temos esse tipo de informação no verbete. E sobre o verbete seguinte, resta a pergunta: que fruta seria essa? Não teria sido possível qualquer identificação mais precisa?

Já para a língua Matis, a obra consultada (FERREIRA, 2005) apresenta, por exemplo:

Kamis s. ‘tipo de planta’.

Não houve qualquer indicação sobre a espécie de planta, o que impossibilita qualquer identificação.

Com relação à língua Kayabi, a obra consultada (WEISS, 1998) apresenta:

Akyry’wa s. ‘espécie de fruta’.

Mas que fruta seria essa? Cultivada? Coletada na mata/nativa? Introduzida? Além disso, nessa obra, praticamente, não há menção a árvores (mesmo o povo habitando o Parque Indígena do Xingu, com ampla reserva florestal).

Para a língua Tupari (ALVES, 2004), encontramos verbetes como:

Akyrap-’ápe s. ‘espécie de planta nativa que tem espinhos grossos, lit. pente de macaco-prego’.

Apesar de a obra ter diversos verbetes, com identificação de espécies de plantas, em diversos casos, tal identificação não ocorre, e há momentos em que a identificação mostra-se equivocada; por exemplo, para ‘milho’, não apresenta as variedades no mesmo verbete, mesmo se sabendo que o povo as tem.

Quanto à língua Tariana (AIKHENVALD et al., 2001), encontramos, em seção sobre plantas:

Abitána ‘não identificado’.

Pode-se perguntar: que tipo de planta seria? Além disso, embora a obra tenha indígenas como coautores, quase não apresenta nomes de árvores da sua região, o que é estranho, se pensarmos na importância das árvores para os povos indígenas.

Assim, observa-se, de maneira geral, nos dicionários de línguas indígenas, uma falta de clareza e de melhor definição dos verbetes relacionados a plantas. Esta é uma falha lamentável, se pensarmos que os indígenas detêm conhecimentos aprofundados sobre a biodiversidade de seu local de moradia, a qual é de extrema importância para sua sobrevivência, inclusive. Discutiremos os motivos para este problema, e apontaremos caminhos para enfrentá-lo.

Biodiversidade e seu estudo

O Brasil possui diferentes biomas que refletem a riqueza da flora e da fauna brasileiras (Floresta Amazônica, Pantanal, Cerrado, Pampas e a Mata Atlântica). Essa riqueza posiciona nosso país como o que possui a maior biodiversidade do planeta. O Parque Indígena do Xingu localiza-se em uma área de transição entre Cerrado e Floresta Amazônica. Esses biomas são os que possuem

maior extensão em área, sendo a Amazônia com 49,29% e o Cerrado com 22% do território nacional. Na Amazônia há cerca de 2.500 espécies florestais (em termos mundiais, equivale a 1/3 dessas) e 30 mil espécies vegetais (na América do Sul há 100 mil espécies vegetais catalogadas). O Cerrado possui 11.627 espécies de plantas já catalogadas e cerca de 20% das espécies nativas e endêmicas estão ameaçadas de extinção. O reconhecimento da importância biológica do Cerrado ainda não influi no percentual de área protegida. Atualmente 8,21% está protegido por unidades de conservação, sendo que, desses, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável (BRASIL, [2014]).

Uma quantidade não mensurável de plantas está ameaçada de extinção, tanto pelo fato de existir muitas espécies vegetais ainda não identificadas taxonomicamente (não reconhecidas como sendo idênticas a uma anteriormente classificada) quanto por existir muitas espécies com deficiência de dados sobre sua distribuição geográfica, ameaças/impactos e usos – o que não permite enquadrá-las nas condições de ameaçadas. De acordo com Brasil (2008), várias espécies, de diferentes famílias e gêneros, em todos os biomas brasileiros, estão em risco de extinção. Dentre as plantas em risco de extinção listadas, citam-se algumas que são popularmente conhecidas: *Amburana cearensis* var. *acreana* (Família Fabaceae; nomes comuns: Cerejeira, Cumaru-de-cheiro, Imburana-de-cheiro) – ocorrência: AC, MT, RO – Bioma: Amazônia; *Swietenia macrophylla* (Família Meliaceae; nomes comuns: Mogno, Águano, Caóba) – ocorrência: AC, AM, MA, MT, PA, RO, TO – Bioma: Amazônia; *Talisia subalbans* (Família: Sapindaceae; nome comum: Cascudo) – ocorrência: MT – Bioma: Cerrado; *Myracrodruon urundeuva* (Família: Anacardiaceae; nome comum: Aroeira-do-sertão) – ocorrência: BA, DF, GO, MA, MG, MS, MT, SP – Biomas: Cerrado / Caatinga.

Loh e Harmon (2014) apontam que a biodiversidade está relacionada com a diversidade cultural e linguística, ou seja, onde existe maior biodiversidade, existe maior diversidade de culturas e línguas. Isso é observado em todo mundo, de maneira sistemá-

tica, vendo-se que o contrário também é verdadeiro: menor biodiversidade corresponde a menor número de culturas e línguas. Comparando estatisticamente os dados sobre línguas do mundo, em relação com animais como aves, mamíferos, anfíbios e répteis, notam que as línguas do mundo estão em muito pior situação do que os animais, tendo-se em vista a velocidade de sua extinção. Elas se extinguem, na maior parte dos casos, não porque os povos que as falam desapareçam, mas sim que as substituam por línguas das sociedades majoritárias, como o português, no Brasil. Das 7.000 línguas do mundo, metade da população mundial fala apenas 24 delas, ficando a outra metade do mundo com a grande maioria das línguas, em variados graus de ameaça a sua existência. Com relação à América Latina, segundo os autores, a partir de 1970, a perda da biodiversidade foi menor do que a perda linguística, tendo-se em vista que 60% das línguas estão, nesse período, em séria ameaça ou já em extinção, embora em termos globais as duas perdas sejam equiparáveis, segundo os dados disponíveis. Os autores concluem:

Manter a diversidade não é apenas uma questão de proteção das línguas ameaçadas de extinção e espécies em locais críticos remotos da diversidade biocultural, como a Amazônia ou Nova Guiné, de vital importância, a conservação é também uma questão de permitir a diversidade de prosperar naquelas partes do mundo onde os seres humanos já tiveram um profundo impacto sobre a paisagem biológica e cultural, nas mais populosas regiões do planeta. Reconhecer e explorar os paralelos entre a natureza e a cultura, e compreender os processos que estão na base da sua evolução, ecologia e extinção, é um primeiro passo para garantir que possamos continuar a habitar um mundo de diversidade incrível. (LOH; HARMON, 2014, p. 49, tradução nossa)⁴.

⁴ *“Maintaining diversity is not just a question of protecting endangered languages and species in remote hotspots of biocultural diversity such as the Amazon or New Guinea, vitally important though that is, conservation is also a matter of allowing diversity to thrive in those parts of the world where humans have already had a profound impact on the biological and cultural landscape, in the more densely populated parts of the planet. Recognizing and exploring the parallels between nature and culture, and understanding the processes that underlie their*

Sabe-se que boa parte da biodiversidade é conhecida, classificada e utilizada pelos povos indígenas, responsáveis, inclusive, por sua preservação. Esta riqueza de conhecimento não é totalmente conhecida e corre o risco de desaparecer, junto com os idosos das comunidades. O crescimento das comunidades hoje, próximo a cidades, afastou seus jovens de suas tradições, e juntamente com a diminuição das próprias florestas, ameaçadas pela exploração desenfreada de recursos, sempre justificada por um desenvolvimento a qualquer custo. Nesse sentido, podemos pensar que:

Apesar de ser muito pequeno, ainda, o conhecimento que os cientistas têm sobre a percepção indígena da ecologia e da utilização de recursos naturais, estudos antropológicos e sobretudo etnobiológicos têm demonstrado que com a dizimação de cada grupo indígena, o mundo perde milênios de conhecimento acumulado sobre a vida e a adaptação aos ecossistemas tropicais. (POSEY; OLIVEIRA, 1992, p. 17).

Esta afirmação acima foi feita há mais de 20 anos, mas continua atual, pois, apesar de existir muito interesse nesse tipo de conhecimento, que, inclusive, geraria retornos financeiros aos índios, e movimentação financeira no país, os estudos na área têm tido todo tipo de impedimentos, quando não financeiros, em especial burocráticos, como discutiremos a seguir.

Etnobotânica e Linguística

Para Posey (1987, p. 15), a etnobiologia pode ser entendida como “[...] o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo.” Ele assume que há uma universalidade da capacidade humana de classificação, mas, obviamente, como ela se dá varia muito de povo a povo. Isso parece óbvio, ou seja, que cada povo classifica o mun-

evolution, ecology and extinction, is a first step towards ensuring that we can continue to inhabit a world of incredible diversity.” (LOH; HARMON, 2014, p. 49).

do segundo sua cultura é algo inegável. Mas podemos pensar que, apesar da obviedade, isso é por vezes esquecido, quando se espera encontrar na língua e na cultura do outro o que existe na cultura do pesquisador.

Segundo Prance (1987), a etnobotânica, ramo da etnobiologia, iria além da catalogação das plantas, preocupando-se com conhecimentos como técnicas de cultivo, conhecimento ecológico e habilidades de remanejamento do ecossistema por parte dos índios. Ele relata conhecimentos de utilização por povos indígenas desde fungos comestíveis (como os *kayabi*, os *yanomami* e mesmo os *kayapó*, estes os utilizando apenas em situação de falta de alimentos), venenos para flechas e peixes (como os *jarawara* e *yamamadi*, entre muitos outros que conhecemos), plantas medicinais (como os *maku*, que as teriam em grande quantidade), a plantas contraceptivas (como os *deni*, cuja contracepção seria confirmada, tendo-se com este método gestações sempre programadas).

Albuquerque (2005) aponta que a etnobotânica, como ciência moderna, surgiu há pouco mais de um século, tendo tido grande desenvolvimento nas últimas décadas, devido ao interesse mundial no meio ambiente e sua conservação. Ela se distinguiria, segundo ele, em qualitativa/descritiva e quantitativa, havendo estudos distintos em cada vertente. A primeira leva em conta principalmente como a cultura em foco compreende o mundo vegetal, como o interpreta e a que níveis chega de relacionamento com ele. A segunda focaliza os dados quantitativos, procurando saber, por exemplo, a porcentagem de ocorrência de determinadas plantas em um certo espaço. Contudo, Albuquerque (2005) argumenta a pertinência de se ter estudos com ambas perspectivas, que seriam complementares e não excludentes.

Tomchinsky et al. (2013) discutem o estado nos dias atuais dos estudos etnobotânicos, no Brasil, enfocando a região amazônica, em face das imposições legais. Argumentam que a Medida Provisória – MP 2.186/2001 trouxe mais impedimentos às pesquisas na área do que soluções. Isso é lamentável, se pensarmos na riqueza de conhecimento que se perde, tanto para os índios, quanto para os não índios, por falta de documentação, estudo e proteção

às áreas em que se encontram os recursos. Os autores apontam que, antes da Rio-92, não havia regulamentação específica, e o patrimônio genético era considerado patrimônio da humanidade; mas a partir desse primeiro encontro, ocorreu a CDB (Convenção sobre a Diversidade Biológica), reconhecendo a autonomia de cada nação sobre seus recursos naturais e a obrigação de se beneficiar as populações tradicionais pelo uso de seu conhecimento. Tomchinsky et al. (2013) dizem que com a edição da MP 2.186/2001, criou-se no país o CGEN (Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético), com as regras para se ter acesso ao patrimônio genético brasileiro; acrescentam que tal MP não foi amplamente discutida e continua sem ter força de lei, embora regule as ações do CGEN, que, juntamente com outros órgãos emissores de autorizações, passou a ser um “entranche na busca do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira”. Eles apontam que:

Em um trabalho de pesquisa etnobiológica que envolva acesso ao conhecimento tradicional, com a entrevista de pessoas e acesso ao patrimônio genético, ou coleta de material biológico, que seja somente para identificação, são necessários no mínimo quatro tipos de autorizações: autorização prévia das comunidades, autorização prévia do responsável jurídico pela área de coleta, autorização do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) e autorização do CGEN [...] (TOMCHINSKY et al., 2013, p.741).

Isto leva, seguramente, a um excesso de burocracia morosa, com regras não flexíveis, não permitindo adequações diante de situações específicas, o que tem impedido a pesquisa na área no Brasil. Quando o pesquisador consegue financiamento de uma agência de pesquisa, por vezes tem seu tempo esgotado para aplicação dos recursos pelo fato de as autorizações demorarem a chegar (em certos casos levam até 36 meses para chegar ou o pedido é indeferido). Isso tem causado, segundo os autores, que alguns pesquisadores prossigam com suas pesquisas, sem as autorizações, ficando à mercê de sanções jurídicas, ou que os pesquisadores passem a se negar a realizar estudos na área, e mesmo a se negar a orientar alunos de

pós-graduação que tenham projetos nesse sentido. Com isso, percebe-se uma defasagem na área científica, a perda da formação de novos pesquisadores sobre a biodiversidade. Tal situação é preocupante, devido à fragilidade em que nos coloca como nação, à mercê de biopirataria internacional (uma vez que a MP não a coíbe), como frequentemente ficamos sabendo ainda ocorrer em relação aos recursos naturais nacionais.

Diante dessa situação, se compreende porque os estudos linguísticos, envolvendo o léxico de línguas indígenas, não têm tido grande desenvolvimento na documentação de campos semânticos da fauna e flora. Embora vários estudos linguísticos envolvendo etnobiologia tenham surgido, de forma ainda esporádica, principalmente como teses e dissertações, no Brasil, esta relação entre as duas áreas ainda é iniciante. Messineo, Scarpa e Tola (2010) trazem os resultados do projeto de pesquisa *Clasificación nominal e categorización etnobiológica em grupos indígenas del Gran Chaco*, sediado na Argentina. Os dez capítulos trazem estudos de etnobiologia, em relação com a descrição linguística, entre povos da região do Chaco, em que se busca uma compreensão das classificações dadas por eles para elementos da sua diversidade biológica. Buscam a compreensão da formação do léxico referente a essa área, nas diversas línguas estudadas. Há discussões metodológicas quanto à “etnoclassificação” e sua ocorrência nas línguas, contudo, não há maiores discussões lexicográficas, ou seja, não se discutem como os estudos lexicológicos podem contribuir para a elaboração de dicionários mais consistentes, como as informações e análise obtidas poderiam alimentar a constituição de verbetes.

Em busca de metodologias

Ao estudarmos a língua e a cultura de outro povo, precisamos tentar compreender seu pensamento, que difere, certamente, do nosso. Esta diferença não significa que seja ‘primitivo’, ‘atrasado’. Se pensarmos que seja primitivo, deixaremos de entender tal pensamento, influenciados por nosso preconceito, que não nos

deixa ver nada além do que pensamos, segundo a forma com que pensamos.

Então, a pergunta para um indígena deve ser sempre do tipo 'o que é isso?' e NÃO 'vocês têm isso?' Ao perguntar 'vocês têm isso?' estaremos pressupondo que nossa classificação do mundo é a mesma para o indígena, quando pode não ser. E por mais que isso pareça impossível, é comum em questionamentos como 'vocês têm nomes para cipós?', em que se pressupõe que a classe de cipós exista para esse povo. Pode não existir. O problema é conseguir perguntar 'o que é isso?'. No caso de plantas, mostrar guias de identificação de boa qualidade é um primeiro passo, mas não é suficiente, como dissemos.

Classificações de vegetais podem ser morfológicas, utilitárias e simbólicas (com separações, às vezes, impossíveis entre elas). Assim, todas as informações dadas pelo informante são válidas e importantes. Elas podem levar a uma compreensão maior da planta, dentro do sistema de seu povo, que pode envolver inclusive importância na mitologia.

Segundo Albuquerque (2005), estudos etnobotânicos em que não se fazem coletas de plantas, para sua determinação científica por um taxonomista, levam em geral a problemas, uma vez que se obtendo o nome popular de uma espécie pode-se chegar a uma indefinição, porque tanto uma mesma espécie pode ter vários nomes populares, quanto um mesmo nome popular pode designar várias espécies, dependendo da região. Assim, o autor apresenta procedimentos a ser seguidos pelo pesquisador de campo:

1 – registro fidedigno dos dados; 2 – registro dos nomes populares ou etnônimos e coleta adequada da planta para estudos de identificação (taxonômicos); 3 – usos e órgãos vegetais empregados; 4 – modo de preparo; 5 – destacar, quando possível, a presença da planta na mitologia ou em ritos; 6 – comportamento ou hábito da espécie em estudo; 7 – propriedades especiais ou peculiaridades explicitadas pelos informantes. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 36).

É muito importante a identificação botânica das espécies vegetais, estejam elas ameaçadas ou não de extinção, sejam nativas ou introduzidas, de interesse alimentar ou medicinal, para obtenção de lenha para consumo doméstico ou construção de moradias. Assim, evitam-se confusões e permite-se a proteção da biodiversidade brasileira.

Para a correta identificação dessas espécies, há necessidade de adotar métodos adequados. Assim, pretendemos abordar questões referentes à metodologia do trabalho de campo, muito caras àqueles que pretendem elaborar um dicionário de uma língua indígena, que possa contribuir com estudos histórico-comparativos, e, principalmente, com a documentação/registro das línguas em questão.

O ramo da biologia que atua nessa área é a Botânica, especificamente através da Taxonomia Vegetal ou Sistemática Vegetal. Segundo Vidal e Vidal (2009, p. 1) os objetivos da Taxonomia Vegetal são:

Tratar da identificação, nomenclatura e classificação das plantas, abrangendo o estudo da diversificação, diferenciação e correlação entre os organismos, baseado principalmente na morfologia, com o suporte de todas as ciências inter-relacionadas. A identificação é a determinação de um “taxon”, idêntico ou semelhante a outro já conhecido. “Taxon” é o termo estabelecido pelo Congresso Internacional de Botânica, para designar uma unidade taxonômica de qualquer hierarquia (classe, família, gênero, espécie, etc). A Nomenclatura está relacionada com o emprego do nome correto das plantas, de acordo com um sistema nomenclatural, que compreende um conjunto de princípios, regras e recomendações contido no Código Internacional de Nomenclatura Botânica. Essas regras indicam o procedimento a se seguir na escolha do nome aplicável a cada planta, ou nos casos em que é necessária a escolha de um nome para uma planta considerada nova para a ciência. Classificação é a ordenação das plantas num “táxon” e em conformidade com um sistema nomenclatural. Cada planta pertence a uma espécie, cada espécie é classificada como membro de um gêne-

ro e cada gênero pertence a uma família, sendo que as famílias estão subordinadas a uma ordem, cada ordem a uma classe, cada classe a uma divisão e cada divisão a um reino.

Os sistemas de classificação podem ser divididos em: sistemas artificiais (baseiam-se em apenas um caráter ou em poucos caracteres para sua ordenação, por exemplo, apenas na flor); sistemas naturais (baseiam-se em diversos tipos de caracteres, relacionando-os) e sistemas filogenéticos (baseiam-se na evolução, relacionando os diversos grupos vegetais com a filogênese) (OLIVEIRA; AKISUE, 2005).

Para cada grupo vegetal há especificidades na metodologia de coleta. Ou seja, a metodologia para coleta de algas difere da metodologia para coleta de fanerógamas (angiospermas e gimnospermas). Mais informações em Fidalgo e Bononi (1989).

Neste artigo iremos definir a metodologia de coleta de angiospermas, plantas que possuem flores, frutos e sementes.

Recomenda-se a coleta, no mínimo, de 5 espécimes com órgãos vegetativos e reprodutivos. Em campo, durante a coleta, o maior número de informações deve ser anotado, tais como: localização, frequência na área e altura, identificação da pessoa que coletou, data, coordenadas geográficas (com uso de GPS), cor da flor e odor característico (estas últimas são perdidas durante a herborização). O material coletado deve ser herborizado, sendo as amostras prensadas entre papel e papelão, e assim que o trabalho de campo for encerrado, esse material deve ser desidratado em estufa de secagem com circulação forçada de ar a 70° C ou ao sol, trocando-se diariamente o papel para evitar proliferação de fungos.

Para a coleta de material, em campo, as orientações são da Botânica, seguidas também pela Etnobotânica, uma vez que se busca também a definição mais adequada, aproximando-se ciências, a tradicional indígena e a não-indígena. Os materiais gerais para coleta em campo são: prensas provisórias, barbante resistente, jornal, papelão, envelopes, lápis, caderno de campo, manual da região (Botânica e Organografia), trena, fita métrica, canivete, lupa de mão, podão, tesoura de poda, faca, sacos plásticos, vidros

ou recipientes plásticos para armazenar frutos ou outros; etiquetas adesivas ou fita crepe opaca, binóculo, altímetro, álcool, GPS⁵, máquina fotográfica, gravador (quando estiver junto de algum informante – se o mesmo permitir e se o pesquisador possuir autorização conforme já relatado anteriormente) (VIDAL; VIDAL, 2009; FIDALGO; BONONI, 1989).

Não se deve coletar material botânico (sementes, flores, frutos) que estejam no solo, pois mesmo que próximos à espécie vegetal, podem não pertencer à mesma.

Os materiais vegetativos coletados devem ser prensados na posição mais próxima da natural, evitando-se dobras ou quebraduras. É muito importante para a correta classificação que pelo menos duas folhas dos ramos estejam viradas para cima, viabilizando-se, assim, observar a presença ou ausência de pelos, de glândulas, domácias⁶ entre outras características importantes na classificação de espécies vegetais. Espécies com flores ou inflorescências delicadas devem ser prensadas em campo. Em caso de flores grandes, estas devem ser partidas ao meio (longitudinalmente) para facilitar a observação das estruturas internas. Os frutos deiscentes⁷ devem ser amarrados com barbante antes de serem colocados para desidratar (FIDALGO; BONONI, 1989).

Espécies vegetais suculentas ou epífitas⁸ com folhas / flores / frutos carnosos ou mesmo, caules e raízes muito desenvolvidos

⁵ A sigla GPS significa “*Global Positioning System*” (sistema de posicionamento global).

⁶ Domácias são estruturas presentes nas folhas de diversas espécies de plantas, sendo encontradas sob a forma de tufos de pelos ou cavidades (com ou sem pelos) localizadas nas junções entre a nervura principal e as secundárias, na face abaxial das folhas. No geral, sua distribuição ocorre desde a base do limbo até aproximadamente 2/3 do comprimento da folha. Essas estruturas ocorrem em plantas das regiões tropicais e temperadas, sendo predominantes em plantas das regiões tropical e subtropical úmidas. São muito comuns dentre as dicotiledôneas e raras ou ausentes nas monocotiledôneas. Além disso, variam em forma e número dentro e entre as espécies de plantas (NAKAMURA et al., 1992; NORTON et al., 2000; O'DOWD; WILSON, 1989; BARROS, 1961a; BARROS, 1960, todos citados por MATOS et al., 2006).

⁷ Frutos deiscentes são aqueles que se abrem quando maduros (VIDAL; VIDAL, 2003).

⁸ Epífitas são plantas que têm seu ciclo de vida sobre outra planta. Em florestas tropicais são comuns, devido à competição por luz e espaço que inviabiliza seu crescimento e

(como os xilopódios⁹) apresentam dificuldades para herborização. Precisam de mais tempo de secagem e muitas vezes ao serem prensados perdem suas formas originais. Outro problema é que muitas espécies suculentas (como as crassuláceas e as orquídeas) resistem aos métodos de secagem e permanecem vivas, assim podem continuar a crescer, podem perder suas folhas e/ou adquirir aparência anormal. Nesses casos, há necessidade de adotar precauções especiais para que a planta seja morta antes da herborização. Há diferentes técnicas para isso e é possível consultá-las em Fidalgo e Bononi (1989). Com o material seco, o próximo passo é a montagem da exsicata¹⁰ sobre cartolina no tamanho padrão utilizado no Herbário. O espécime é costurado e os materiais soltos (flores e frutos) são colocados dentro de envelopes (em papel manteiga) resistentes que são colados à cartolina. Os dados da coleta devem constar em etiquetas de identificação (coladas no lado inferior, direito).

As exsicatas são compostas de cartolina com a planta herborizada presa com linha e agulha, etiqueta com o maior número de informações possíveis, capa em papel Kraft e as repetições do material herborizado, em jornal com etiquetas de identificação (para doações, trocas e identificação por especialistas). Na etiqueta/rótulo deve constar, sempre que possível, o nome regional da planta (também chamado 'vulgar'), a cor das flores e folhas, o porte, se é cultivada ou nativa (nesta, indicar o *habitat*), o nome do coletor e a data da coleta (FIDALGO; BONONI, 1989; OLIVEIRA; AKISUE, 2005).

desenvolvimento em solo. Não são plantas parasitas, utilizam seu hospedeiro apenas com suporte, onde se fixam (RAVENS; EVERT; EICHHORN, 2007).

⁹ São observados em sistemas subterrâneos. Os xilopódios são estruturas com capacidade de armazenar substâncias nutritivas como água e sais minerais que garantem a sobrevivência das plantas durante período de estiagem. A estrutura do xilopódio às vezes é caulinar e, em outras vezes, radicular (DUQUE, 1980; EPSTEIN, 1998; MENDES, 1990, 2001; LIMA et al., 2000, apud CAVALCANTI; RESENDE, 2006).

¹⁰ Exsicata é a unidade básica da coleção de um herbário, consiste em amostra de espécie vegetal seca, prensada e identificada botanicamente, fixada em cartolina ou similar (ROTTA; BELTRAMI; ZONTA, 2008).

Algumas espécies vegetais apresentam órgãos que dificultam a prensagem e, conseqüentemente, a montagem da exsicata. Nesses casos, as amostras são identificadas com a mesma numeração da exsicata que se relacionam e arquivadas em carpotecas (coleção de frutos e sementes) ou xilotecas (de madeiras) (PEIXOTO; MAIA, 2013).

A palavra ‘Herbário’ segundo Peixoto e Maia (2013, p. 13-17) vem do latim *Herbarium* e é empregada

Para designar uma coleção de plantas ou de fungos, ou de parte desses, técnica e cientificamente preservados. Os herbários são prioritariamente utilizados para estudos da flora ou micota de uma determinada região, país ou continente, enfocando morfologia, taxonomia, biogeografia, história e outros campos do conhecimento. Em outras palavras, herbário é uma coleção dinâmica de espécimes de fungos ou de plantas, de modo geral desidratados ou preservados em meio líquido, destinada a servir como documentação da diversidade vegetal e fúngica. Entre outras finalidades, os herbários são utilizados para: (a) identificação de espécimes de plantas e fungos desconhecidos, pela comparação com outros espécimes da coleção herborizada, previamente identificados por especialistas; (b) inventário da flora ou da micota de uma determinada área; (c) reconstituição da vegetação e da micota de uma região; (d) avaliação da ação do homem, da poluição ou do efeito de eventos e perturbações naturais na vegetação e na micota de uma área específica; (e) reconstituição de caminhos percorridos por naturalistas, botânicos ou coletores, e de parte de suas histórias de vida.

É possível acessar o Catálogo da Rede Brasileira de Herbários através do *site* da Sociedade Botânica do Brasil¹¹. Atualmente, são 232 herbários cadastrados no Brasil. Cada herbário geralmente disponibiliza, para consultas, representantes da flora local, regional, nacional e até mesmo mundial.

¹¹ Disponível em: <<http://www.botanica.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

As coletas de espécies vegetais devem ter autorização de instituição competente (MMA, Ibama, Sisbio). Após a identificação, o material deve ser depositado em herbário, para ser registrado e conservado. Caso não seja possível identificar de imediato, o material pode ser depositado e, posteriormente, estudado por um especialista (taxonomista botânico) (PEIXOTO; MAIA, 2013).

Finalmente, toda esta metodologia pode ser utilizada para o conhecimento da flora em área indígena. Para isso, um trabalho com botânicos seria interessante, mas com a participação imprescindível de membros da comunidade indígena, que tenham maior conhecimento sobre a área. Os próprios indígenas poderiam realizar o trabalho de documentação, formação das exsicatas e seu envio para herbários. Seus empregos e princípios ativos, do conhecimento dos índios, precisam ser documentados e devidamente valorizados, com pagamento pelo seu uso, por exemplo, por indústrias farmacêuticas, numa clara valorização ética e econômica, que praticamente nunca existiu para os índios. Assim, este conhecimento é muito importante para os não índios, mas obviamente é importante também para as comunidades tradicionais, e essa importância tem sido motivo de preocupação entre povos como o juruna, que busca manter e revitalizar sua cultura.

Conclusão

Concluimos nos questionando se é possível uma obra lexicográfica, de língua indígena, que seja diferente do que se tem feito, com maior aprofundamento em campos semânticos da flora. Pelo que observamos, o trabalho que leve em conta um levantamento etnobotânico prévio praticamente não tem condições de existir, porque a biodiversidade brasileira nem é totalmente conhecida, que dirá estudada de acordo com as visões sobre cada planta para cada povo indígena. Mas longe de desistirmos de tratar de tal campo semântico, podemos pensar em estratégias, levando em conta o que discutimos neste texto.

Antes de mais nada, é preciso distinguir a documentação etnobotânica que o linguista possa conseguir fazer, auxiliado pelo bió-

logo, da sua correta utilização lexicográfica. Como mencionado em Fargetti (2012), informações sobre o uso de plantas medicinais, por exemplo, não devem constar de obras linguísticas, uma vez que podem significar possibilidade de angariar recursos financeiros para a comunidade que detém o seu conhecimento. Uma indicação de Tomchinsky et al. (2013) que foi pensada por diversos pesquisadores, para impedir a bioprospecção a partir dos estudos científicos, seria a publicação apenas dos nomes populares, sem o registro do binômio latino das plantas. Assim, se uma empresa se interessar pelo uso daquela planta referida, deverá pagar aos indígenas pelo conhecimento deles. Com isso, uma obra lexicográfica poderia servir inclusive como divulgadora de parte de um conhecimento, o que pode auxiliar a comunidade de fala, que, no entanto, deve contar com um banco de dados catalogado, para seu uso e negociação.

Finalmente, a elaboração de dicionário de uma língua indígena contribui com estudos histórico-comparativos, e, principalmente, com a documentação/registo das línguas em questão, valorizando-as e contribuindo para sua manutenção.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. et al. **Dicionário Tariana-Português e Português-Tariana**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. (Série Antropologia, v. 17, n. 1). ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à etnobotânica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

ALVES, P. M. **O léxico Tuparí**: proposta de um dicionário bilíngue. 2004. 286f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade brasileira**. Brasília, [2014]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Proteção de Cultivares no Brasil** / Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Brasília: Mapa/ACS, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Manual de hortaliças não-convencionais**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução normativa nº 6, de 23 de setembro de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008033615.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

CAVALCANTI, N. B., RESENDE, G. M. Ocorrência de xilopódio em plantas nativas de imbuzeiro. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 19, n. 3, p. 287-293, jul./set. 2006.

FARGETTI, C. M. Plantas entre los juruna: en busca de una metodología para el estudio del léxico. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, Campinas, v. 12, p. 179-188, 2012.

FERREIRA, V. R. S. **Estudo lexical da língua Matis**: subsídios para um dicionário bilíngue. 2005. 218f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FIDALGO, O.; BONONI, V. L. R. (Coord.). **Técnica de coleta, preservação e herborização de material botânico**. São Paulo: Série Documentos, 1989.

LOH, J.; HARMON, D. **Biocultural diversity**: threatened species, endangered languages. Holanda: WWF, 2014.

MATOS, C. H. C. et al. Domácias e seu papel na defesa das plantas. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 36, n. 3, p. 1021-1026, maio/jun. 2006.

MESSINEO, C.; SCARPA, G. F.; TOLA, F. (Ed.). **Léxico y categorización etnobiológica en grupos indígenas del Gran**

Chaco. Santa Rosa: Universidad Nacional de la Pampa, Facultad de Ciencias Humanas, Instituto de Lingüística, 2010.

MONSERRAT, R.; AMARANTE, E. R. **Dicionário Mýky.** Campinas: Curt Nimuendaju, 2011.

OLIVEIRA, F. AKISUE, G. **Fundamentos de farmacobotânica.** 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

PEIXOTO, A. L.; MAIA, L. C. (Org.). **Manual de procedimentos para herbários.** Recife: Ed. da UFPE, 2013.

POSEY, D. Etnobiologia: teoria e prática. In. RIBEIRO, B. G. **Suma etnológica brasileira: etnobiologia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p.15-25.

POSEY, D. A.; OLIVEIRA, A. E. A relevância do conhecimento indígena. In. OLIVEIRA, A. E.; HAMÚ, D. (Org.). **Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. p.19-43.

PRANCE, G. Etnobotânica de algumas tribos amazônicas. In. RIBEIRO, B. G. **Suma etnológica brasileira: etnobiologia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 119-134.

RAVENS, P. H.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. **Biologia vegetal.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

ROTTA, E.; BELTRAMI, L. C. C.; ZONTA, M. **Manual de prática de coleta e herborização de material botânico: dados eletrônicos.** Colombo: Embrapa Florestas, 2008. 1 CD-ROM. (Documentos/Embrapa Florestas, 173).

TOMCHINSKY, B. et al. Impactos da legislação na pesquisa etnobotânica no Brasil, com ênfase na região amazônica. **Amazônica: Revista de Antropologia,** Belém, v. 5, p. 734-761, 2013.

VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. **Taxonomia vegetal**. Viçosa: Ed. da UFV, 2009. (Cadernos Didáticos, 57).

VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. **Botânica**: organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamas. 4. ed. rev. ampl. Viçosa: Ed. da UFV, 2003.

WEISS, H. E. **Para um dicionário da língua Kayabí**. 1998. 247f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LÉXICO, MEMÓRIA E HISTÓRIA E SENTIDOS ATRAVÉS DO TEMPO

Maiune de OLIVEIRA-SILVA
Maria Helena de PAULA

O estudo que ora se apresenta gravita em torno da existência de escravos na cidade de Catalão-GO, localizada a sudeste goiano e emancipada em 1859. Em uma observação minuciosa em um livro de batismo¹ redigido na Villa do Catalão entre os anos de 1839 e 1842 percebemos o quão importante eram essas pessoas para a época, embora não tivessem seu valor reconhecido perante a sociedade abastada.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que essa realidade de muitas vezes fica ocultada em arquivos de cartórios, museus e igrejas da cidade, como ocorre em muitos lugares do Brasil. Tais repositórios de documentação detêm em seu poder vasta memória documental que carece ser estudada e que muito nos diz sobre o período oitocentista, principalmente no que tange à história da escravização de negros em Goiás.

Percebemos que os registros de crianças e adultos, envolvidos no sistema da escravização, apresentam informações diferenciadas

¹ Vale salientar que o corpus desse trabalho é um códice manuscrito, redigido na paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus, entre dezembro de 1839 e maio de 1842, na Villa do Catalão. Composto por noventa e dois fólhos, as atas batismais receberam visto em visita pastoral em 17 de novembro de 1862 e todas foram assinadas pelo pároco Manoel Camelo Pinto.

se cotejadas aos demais registros em análise. Provavelmente, as “normas de batismo” da época demandavam que assim fosse feito, posto que nesse período a adesão ao catolicismo por parte dos escravos era feita obedecendo às regras impostas por seus donos, católicos desde o nascimento. De igual maneira, essa religião deveria se propagar entre os familiares, agregados e escravos.

No que tange à escrita dos registros que compõem o códice eclesiástico, é perceptível que os assentos se estruturam de maneira formulaica, isto é, sua escrita pouco se diverge de um assento para outro e parece obedecer a uma fórmula de escrita para o gênero. Entretanto, quando se trata de um assento de escravo, seja ele infante ou em fase adulta, algumas informações que não aparecem nos registros de pessoas brancas ou pardas são apresentadas ao leitor. Aprofundaremos nesse assunto mais adiante, quando lançaremos mão de excertos da edição semidiplomática em disposição justalinear, com o intento de fomentar a nossa investigação.

Sob esta ótica, convém explanar que mesmo os registros de escravos contendo informações distintas dos outros que não estão alicerçados ao sistema servil, algumas lexias são utilizadas reiteradamente com o fito de corroborar com o ritual que o pároco estava realizando, a saber: **alforria de pia, cabra, filho legítimo, filho natural, inocente, padrinhos e santos óleos**. Pautamo-nos nessas lexias a fim de descobrirmos o que elas significam no contexto de escrita da época; para este fito, consultamos as obras lexicográficas de Morais Silva (1813) e Houaiss e Villar (2009), para verificarmos se os sentidos permaneceram intactos ou se houve alteração.

Cumpramos ressaltar que o trabalho que ora se apresenta é um recorte da pesquisa de Iniciação Científica, na modalidade de Ação afirmativa encerrada em julho de 2014, sob os auspícios do Conselho Nacional de Pesquisa e a orientação da Professora Doutora Maria Helena de Paula da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

O léxico do códice de batismo: alguns apontamentos

Quando se fala em livros manuscritos, várias dúvidas são aventadas, tais que: a letra é legível? Foi apenas um escriba que escreveu o livro? O responsável por assinar é mesmo seu autor? Esse escriba é profissional ou amador? Essas indagações nem sempre são respondidas, posto que os escribas raramente deixam rastros que possam servir de resposta para essas questões.

Todavia, nosso *corpus* apresenta indícios de que pelo menos dois escribas redigiram o códice, uma vez que apresenta visível variação de punho. Esses escribas não assinam seus nomes nos assentos de batismo, apenas registram ao final do registro nome do pároco responsável pelo batistério. Vale mencionar que no códice existem alguns documentos cujo ritual de batismo foi feito por outro padre sob a autorização do pároco Manoel Camelo Pinto; quando esta ação ocorre, essa informação é constante no assento.

Convém explicar que a arte de manuscrever foi bastante utilizada antes do surgimento da imprensa e se tornou uma maneira eficaz de não se deixar esquecer o passado. Sobre essa asserção, Spaggiari e Perugi (2004, p. 18) afirmam que “Das origens até meados do século XV, a cópia manual é o meio com que os homens retêm memória coletiva e transmitem para a posteridade, o patrimônio cultural da nossa civilização, tanto no campo da ciência como no da religião, da história, da política, da literatura.”

Contudo, sabe-se que o acesso à história através desses documentos manuscritos apenas é possível porque o léxico que ali se encontra registrado facilita a conexão entre a história, a memória e a cultura dos partícipes que tiveram sua narrativa fixada naquelas folhas amarelecidas que constituíram o livro de batismo, como é o caso de nosso estudo.

Diante disso, convém trazer à baila os dizeres de Paula (2007, p. 54) ao afirmar que “[...] o léxico, ao mesmo tempo que consolida o saber de um povo e o resguarda como um baú na memória dos falantes, é também a face linguística mais dinâmica de expressão desse saber, uma vez que os saberes se atualizam e se interpenetram constantemente.”

Para corroborar o que a autora acima defende, recorreremos aos dizeres de Biderman (1981, p. 132):

[...] se considerarmos a dimensão social da língua, podemos ver no léxico o patrimônio social da comunidade por excelência, juntamente com outros símbolos da herança cultural. Dentro desse ângulo de visão, esse tesouro léxico é transmitido de geração a geração como signos operacionais, por meio dos quais os indivíduos de cada geração podem pensar e exprimir seus sentimentos e idéias [...].

De modo genérico, o léxico de uma língua pode ser entendido como todas as lexias que constituem um sistema linguístico e que estará disponível parcialmente na competência ativa ou passiva dos falantes. Sobre essa última assertiva, cabe esclarecer que o **léxico ativo** é aquele que está fixo na memória do falante, do qual este faz uso para se comunicar com sua comunidade de fala e **léxico passivo** é aquele que torna possível a compreensão de determinados enunciados, mesmo que estes não façam parte do vocabulário do falante (COELHO, 2006).

O léxico é interiorizado pelo falante desde o nascimento, ao passo que a primeira forma de se comunicar com seus semelhantes é através da fala. A escrita é uma técnica tardia, que foi concebida e aprimorada pelo ser humano com o intento de reproduzir graficamente os sons que geramos.

Cabe lembrar que o léxico não é a representação fiel da realidade, ele tem a função de nomear o universo extralinguístico que nos cerca. Biderman (2001) diz que é preciso nomear para conhecer; deste modo, o processo de nomeação e cognição do universo extralinguístico pode variar dentre as comunidades. Noutras palavras, um signo linguístico pode conter várias denominações, a depender do critério adotado por essa comunidade de fala.

Destarte, através do léxico são registradas memórias coletivas ou individuais dos componentes de uma sociedade. Estas, quase sempre estão carregadas de ideologias, de crenças, de valores sociais e culturais que nos fazem conhecer a identidade de um grupo. Deste modo, o léxico do códice manuscrito há de nos permitir identificar

as crenças que prevaleciam sobre os negros escravos e seus descendentes, uma vez que seus registros possuem informações que não constam nos assentos de outras pessoas não sujeitas ao sistema servil da época. Acreditamos que o léxico utilizado para nomear este universo revela, também, valores e ideologias, em um cenário discursivo instituído no cerne da História e que, ao mesmo tempo, constrói, também, História.

Cabe aqui dizer que a etapa primeira deste estudo consistiu na leitura e edição semidiplomática dos documentos manuscritos, conforme ensinam as *Normas para Edição de Documentos Manuscritos* amplamente usadas por pesquisadores, dentre os quais Megale e Toledo Netto (2005). Vale dizer que estas normas foram propostas por um grupo de pesquisadores que participaram do II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, no ano de 1998 (MEGALE; TOLEDO NETTO, 2005).

Desta feita, nossa principal preocupação foi conservar o estado da língua em que esses manuscritos foram exarados, uma vez que esse processo facilita a consulta aos originais e permite conhecer os aspectos inerentes à cópia primeira. Esse trabalho minucioso requer inúmeras revisões, porquanto são elas que nos darão o rigor que a ciência filológica precisa para que a edição não se distancie do *fac-símile* e ganhe outras interpretações.

A *posteriori*, buscamos entender o sentido que cada lexia adquiriu dentro do contexto da escrita, para cotejarmos com o que se registra no acervo lexicográfico de Morais Silva (1813), de publicação próxima à data do códice, e em Houaiss e Villar (2009), obra contemporânea.

A escolha por tais obras justifica-se pelo fato de a primeira fazer o registro da língua no século XIX e por abordar usos do português de outrora. A segunda obra fez-se igualmente importante por oferecer esse registro de acordo com os parâmetros recorrentes no século XXI, permitindo-nos notar variação nos sentidos adquiridos na primeira metade do período oitocentista.

Vale lembrar que nos pautamos apenas nos registros de escravos por serem minoria e também por serem objetos de destaque no projeto intitulado *Em busca da memória perdida: estudos sobre*

a escravidão em Goiás em andamento na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, do qual somos integrantes e a que se vincula este estudo.

Esses registros não se diferenciam, do ponto de vista da fórmula da escrita, de um para outro, motivo pelo qual nos restringiremos apenas a registros de escravos. A título de exemplificação, demonstraremos a estrutura de assentos de escravos adultos e infantes para entendermos a diferença que eles apresentam, uma vez que o que justifica o escravo ser batizado em idade adulta é o fato de ele ser traficado para o Brasil, diferentemente de quando ele nasce em terras brasileiras e recebe o batismo ainda na infância.

Análise das lexias eclesiásticas

Inicialmente, cabe salientar que os registros de batismo em estudo se divergem bastante do período hodierno, como esperado. Há inúmeras hipóteses para tal, além da distância temporal. Uma das possíveis justificativas para isso é a falta de normatização oficial para a grafia de palavras, ainda que já houvesse dicionários e gramáticas, objetos de normatização de uma língua.

Faz-se mister elucidar que esse período em que a escrita não possuía uma norma gráfica institucionalmente formalizada e houve em abundância a proliferação de consoantes gregas ficou conhecido como pseudoetimológico. Sobre esse período, Coutinho (1970, p. 72) assevera que “[...] o que caracteriza esse período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impropriamente chamados gregos, de letras como o y, k e w que sempre ocorriam nas palavras originárias.” Esse período inicia-se no século XVI e se estende até o início do século XX, quando foi publicada a *Ortografia Nacional* de autoria de Gonçalves Vianna, divulgada em 1904 (VIANNA, 1904).

No que concerne às lexias do código eclesiástico em tela, importa esclarecer que elas serão apresentadas obedecendo ao critério da ordem alfabética, para oferecer uma melhor compreensão de como os lexemas são organizados dentro de uma obra de cunho lexicográfico.

Alforria de pia – Esta lexia não é apresentada no códice, contudo, ela se refere a um procedimento um tanto quanto incomum que consiste em o senhor conceder a liberdade ao batizando, que é filho de uma escrava, na pia batismal, daí o nome alforria de pia. Vale salientar que o escravo que recebia a manumissão na pia de batismo era denominado de Forro de pia; no entanto, essa liberdade era condicionada, pois a mãe continuava submissa ao senhor e, por consequência, seu filho, que dela era dependente, continuava em regime de escravidão, permanecendo na senzala e em companhia dos seus semelhantes. Resta dizer que os dicionários consultados não apresentam a lexia supracitada, tampouco como subentrada do lexema alforria, no entanto encontramos essa lexia composta e o seu respectivo significado na obra de Moura (2004).

Cabra – Há razoável número de hipótese em torno desta lexia. Acredita-se que quando uma criança era batizada e recebia esse adjetivo como sobrenome, essa criança não era de fato um escravo, mas um autóctone que se encontrava em regime de escravidão. A seguir, um excerto retirado do manuscrito para uma melhor visualização desta lexia, com destaque nosso:

||42v|| <Dezembro> Ao primeiro dia do mês de Dezembro de mil oito centos, e|quanto annos nesta Matriz de Nossa Senhora Maĩ de Deos deCatalaõ| Batizei Solememente aoinnocente Vicente| **Cabra** que nasceo aos treze de Novembro pelas 6 horas da| manhã [...]

Filho legítimo – Diz-se de quando o batizando “é concebido dentro do matrimônio” (HOUAISS; VILLAR, 2009). Nessa direção, todas as vezes em que o pai concede seu nome para registrar o filho ele aparecerá com essa denominação. Vejam-se: “||14r|| [...] do Catalaõ deste bispado de Goias Batizei Solememente e | <Adaõ.> pus os Santos Olios ao innocente Adaõ que nasceo a dezaceis| de Fevereiro do mesmo anno, **filho legitimo** de Jozé Crioulo e | Ioanna Crioula, escravos de Vicencia Maria Alves [...]”. Nos registros de escravos, são raras as vezes em que consta o nome do pai, daí pode-se supor que a ausência do pai advém da impossibilidade ou proibição de informar a paternidade.

Filho natural – Essa denominação é utilizada quando há a concepção de uma criança, mas um de seus pais, por motivos particulares que não o matrimônio, não lhe dá o seu sobrenome. Geralmente, o sobrenome ocultado é do pai que se renega registrar o filho após o término do relacionamento com a mãe (HOUAISS; VILLAR, 2009). No dicionário de Morais Silva (1813) a subentrada aparece da seguinte maneira “Natural: *v.g. filho de Lisboa*” o que nos permite deduzir que esse exemplo diz respeito ao nativo de uma região e não a criança que por decisão dos pais deixou de ter um sobrenome, geralmente informando ser sua mãe uma mulher solteira. Veja-se: “||32r|| [...] de Goyaz Batizei Solememente ainnocente Jozefa que nas|ceo a 19 de Março deste mesmo anno pelas 7 horas da noite, he| **filha natural** de Maria Soares de Oliveira parda Solteira mora| dora para quem do Virissimo, onde vive de sua rossa [...]”

Inocente – No documento manuscrito esta lexia aparece sob a variante **innocente**, certamente este uso de consoante geminada deve-se ao período etimológico que vigorava na época. No códice eclesiástico esta lexia é empregada quando o batizando recebe o sacramento do batismo até os sete anos de idade, idade em que ele ainda está livre de malícias e não pode fazer uso da razão. Após este período ele é considerado adulto, já possui as responsabilidades que lhe são atribuídas. Deste modo, a constituição tornava lícito o ato de afastar pais e filhos para que eles não desviassem do caminho cristão podendo, assim, tornar filhos de Deus. Veja-se o que mostra o fragmento abaixo, com destaque nosso: “||33r|| [...] Cata|lão deste Bispado de Goyaz Batizei Solememente ao **in** <Agostinho> **nocente** Augostinho que nasceo aos vinte, e oito domes de Agos|to deste mesmo mes pelas oito horas dodia, filho natural de Claudina parda escrava de Seraphim daAsumpsão bran|co cazado [...]”

Padrinho – Nota-se que os padrinhos são as pessoas mais importantes da vida do afilhado. A eles se atribui a responsabilidade de educar ante a inexistência dos pais. Morais Silva (1813) apresenta esse lema com a seguinte acepção “que assiste como testemunha o baptismo, casamento, doutoramento [...]”. Em Houaiss e Villar (2009), o sentido permanece inalterado, a saber: “homem que apresenta alguém (ger. criança) para o batismo ou crisma, com o

compromisso implícito de provê-la do necessário na falta dos pais [...]” e ainda apresenta-se como a figura de quem protege. Sobre o ato de apadrinhar os cativos, faz-se mister elucidar que geralmente quem escolhia o padrinho para os escravos eram os senhores, por isso não se sabe ao certo como se dava a escolha desses casais; a princípio imagina-se que quando os padrinhos não eram escravos a escolha se dava aleatoriamente e quando o apadrinhamento ocorria entre escravos, fossem eles da mesma senzala ou não, os donos intervinham e entravam em um consenso para a escolha de um casal que, naquele momento, melhor atendessem suas expectativas. Vale assinalar que o apadrinhamento também ocorria entre os donos dos escravos, pressupondo-se que esta era uma maneira de intimidar os cativos e demonstrar o domínio exercido sobre eles. Deste modo, o apadrinhamento que ocorria entre senhor e cativo não era baseado na afetividade e confiança, bem diferente de quando esse sacramento ocorria entre os escravos, que consolidavam essa relação com muita afetividade e companheirismo. Obviamente existiam as exceções de quando a relação entre afilhado escravo e padrinho influente era consolidada, pois se sabe que quanto mais influente o padrinho melhor, porque ele teria como função principal interceder pelo afilhado. Se fosse um escravo fugidivo, o padrinho era uma ponte para que ele regressasse ao seu dono sem temer os castigos, conforme aponta Moura (2004). Veja-se o seguinte fragmento, sob nosso destaque:

||13r|| Aos quatro dias do mes de Março de mil oito centos equarenta|annos nesta Matris de Nossa Senhora Mã de Dios doCata|Iaõ Bispado de Goias Baptizei Solemnemente e pus os Santos| <Ioaquim| escravo>Olios Joaquim adulto Nassaõ Africana, escravo de Fran|cisco Rodrigues da Silva, foraõ **Padrinhos** Ioaõ e Maria | **escravos** de Francisco Rodrigues, deque para constar fis este assen|to [...].

Santos óleos – Este óleo, geralmente, tem como matéria-prima o azeite de oliva ou o óleo de mirra que, misturado ao bálsamo perfumado, serve para ungir a testa, o peito e a cabeça do reben-to antes da infusão com a água. Esse óleo é benzido pelo bispo

em uma cerimônia realizada na quinta-feira santa e é utilizado na Igreja para os sacramentos do batismo, da crisma, da extrema-unção, dentre outros. Os dicionários Houaiss e Villar (2009) e de Moraes Silva (1813) trazem essa definição como subentendida do lexema **santo**.

Dadas essas definições, vale sublinhar sobre a estrutura dos assentos de batismo, uma vez que apresentam organizações divergentes: no livro de escravos em fase adulta constam informações sobre o dia em que ocorreu o batismo, o local de realização do mesmo, descrição sobre o ritual em que o cativo recebe os santos óleos, informações de que o escravo encontra-se em fase adulta, sua procedência, o nome da pessoa à qual pertence, local onde reside seguida do nome de seus padrinhos.

Observamos, no estudo do códice em tela, que informações apresentadas no registro de escravos batizados em tenra idade se constituem da mesma maneira que os adultos, mas com a inserção de informações sobre quem são seus pais e sobre sua data de nascimento. Conjecturamos que essas informações são ocultadas nos registros de escravos batizados em fase adulta pelo fato de o escrevente não ter certeza desses dados, já que escravos não contavam com direitos civis como as demais pessoas, nascidas ou não no Brasil.

Considerações finais

Retomar as duas obras lexicográficas para verificar as lexias acima consideradas demonstrou-nos que estas não apresentaram variação no que tange ao sentido, embora tenham uma distância de mais de dois séculos. Esta manutenção de sentidos nos permite compreender que essas lexias utilizadas para compor os assentos de batismo expressam as práticas e crenças seguidas pelos párocos, pela população católica e pelos cativos que tiveram que se submeter a essa religião por meio do batismo para que, assim, pudessem constituir uma identidade, ainda que forjada na escravização.

Faz-se mister ressaltar que o léxico usado nessa época nos permite depreender uma fração da história social e linguística das

peças que nos representaram no pretérito, pois, de acordo com Biderman (2001), é através do léxico que se repassa a cultura de uma civilização.

Por fim, ressaltamos que o estudo aqui apresentado ratifica a importância da ciência filológica, que nos permitiu “campear” no passado os usos aqui discutidos para se referirem a práticas escravagistas em território goiano, no interior do Brasil. A Filologia e a Lexicologia neste estudo nos permitiram perscrutar caminhos da memória linguística de uma sociedade em uma época que a História oficial nem sempre faz registrar nos compêndios de estudos da linguagem ou da história e da cultura brasileiras.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: EDUFMS, 2001. p. 13-22.

BIDERMAN, M. T. C. A estruturação mental do léxico. In: BIDERMAN, M. T. C. **Estudos da filologia e linguística**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1981. p. 131-145.

COELHO, B. J. **Estrutura e funcionamento da língua portuguesa**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

COUTINHO, I. de L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

HOUAISS, A; VILLAR, M. de S. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.1 CD- ROM.

MEGALE, H.; TOLEDO NETO, S. de A. **Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII**. Cotia: Ateliê, 2005.

MORAIS SILVA, A. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

PAULA, M. H. de. **Rastros dos velhos falares**: léxico e cultura no vernáculo catalano. 2007. 521f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SPAGGIARI, B.; PERUGI, M. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

VIANA, A. R. G. **Ortografia Nacional**. Simplificação e uniformização das ortografias portuguesas. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.

DOENÇAS E EFEITOS MALÉVOLOS NO LÉXICO DA MEDICINA POPULAR EM GOIÁS¹

Jozimar Luciovanio BERNARDO
Maria Helena de PAULA

Introdução

Já foi abordado num significativo conjunto de estudos culturais, históricos, antropológicos etc., como fez Bosi (1987), que as culturas brasileiras vieram se constituindo de uma variedade cultural e étnica de povos que se entrecruzaram no território sul-americano, ora em conflito, ora em concórdia, por diversas vias e motivações, e a partir desses contatos e trocas culturais deixaram suas heranças circunscritas em práticas culturais como os costumes, as crenças, a língua, as religiões etc.

Dentre a evidente heterogeneidade cultural que o Brasil compreende, neste trabalho focamos alguns aspectos da medicina popular associada ao catolicismo popular e comuns no contexto rural, especialmente na comunidade São Domingos, no município de Catalão, estado de Goiás. Ressalvamos que os aspectos que ora

¹ O presente artigo resulta da nossa pesquisa no Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, *Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre a religiosidade popular na comunidade São Domingos, Catalão (GO)*, fomentada pelo Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

discutimos não são exclusivos dessa região, menos ainda da área rural, posto que as relações entre o rural e o urbano nesse município mostram-se bastante estreitas, possibilitando que os elementos sejam identificados em ambos os espaços. De forma semelhante, não estabelecemos fronteira entre o que pertence à cultura popular ou à cultura erudita, por corroborarmos que “[...] na dinâmica da vida social [...] elas se interpenetram e se reelaboram e, por isto, é sempre um risco precisar limites entre o que é popular e o que é erudito [...]” (PAULA, 2007, p. 76).

Enfim, propõe-se o presente trabalho a fazer um estudo léxico-semântico, dentro de uma perspectiva histórica, a partir de algumas formas léxicas referentes a doenças e efeitos malévolos, aleatoriamente extraídas do *corpus* parcial da pesquisa *Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre a religiosidade popular na comunidade São Domingos, Catalão (GO)* (BERNARDO, 2015), a qual se vale de textos orais coletados durante as entrevistas até então realizadas com sujeitos de idades acima de sessenta anos, que vivem ou viveram grande parte da vida na zona rural. Para tanto, recorremos a obras lexicográficas de diferentes épocas, quatro gerais e uma parcial, e, no intento de complementar as discussões, tomamos outras que versam sobre as unidades léxicas analisadas no presente trabalho, como Mota (1977), Ortencio (1997) e Nery (2006).

Procedimentos metodológicos e delimitação do assunto

Para análise, selecionamos em nosso *corpus* as unidades léxicas **cobreiro**, **espinhela caída**, **mau-olhado**, **peste**, **quebrante** e **vento-virado**. As denominações **doenças** e **efeitos malévolos** constituem os hiperônimos que determinamos para abarcar tais itens léxicos. Por efeitos malévolos compreendemos, em termos da medicina popular, fatores sobrenaturais que podem ser causa de uma doença, por exemplo o **mau-olhado**, o qual, tido como suposto efeito causador de um estado mórbido, ora é definido nesta acepção, ora tem sua denominação transposta para rotular a própria doença. Destarte, para fazer a distinção, levamos em conta o contexto em que ocorre o item léxico.

Cotejamos os dados utilizando uma obra lexicográfica do fim século XVIII, o *Diccionario da Lingua Portuguesa* (1789), de Antonio de Moraes Silva, uma do fim do século XIX, o *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias* (1890), de autoria do médico Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, uma do início do século XX, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1913), e duas contemporâneas, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, versão 3.0 (2009), e o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, versão 5.0 (2004), ambas em edição eletrônica.

Este procedimento possibilita verificar se as formas léxicas e suas acepções, pertinentes aos respectivos contextos encontrados no *corpus*, constam, ou não, na nomenclatura desses dicionários e se têm seu sentido conservado ou modificado. A escolha pelo Chernoviz (1890) deu-se por julgarmos importante constar registros de uma obra específica sobre medicina popular, no sentido de abarcar os usos mais genéricos e os mais restritos. Importa, também, encontrar pistas que demonstrem se o avanço científico no campo médico erudito, ao lado da medicina popular ainda empregada hodiernamente, atuou significativamente na configuração da língua portuguesa brasileira, no que diz respeito ao seu caráter rural, especialmente do português falado em Goiás, *locus* da pesquisa de campo que fundamenta os dados.

Concepções de doença

Para Moraes Silva (1789, p. 452, v. 1), **doença** significa “[...] estado inferno preternatural do corpo, infirmitade, má saúde.” Nessa acepção abstraímos que o significado de doença se mostra relacionado a algum fator sobrenatural, revelando que religião e medicina estariam estreitamente ligadas. Nesse sentido, vale acrescentar a asserção de Castiglioni (1941, p. 30, tradução nossa)² a respeito da relação entre religião e medicina, nas palavras do autor

² “[...] *history of religion – which is closely connected with the story of medicine, as religion and medicine strive essentially for the same end, the defence of the individual against evil* [...]”.

a “[...] história da religião – que está intimamente ligada com a história da medicina, como a religião e a medicina se esforçam essencialmente para o mesmo fim, a defesa do indivíduo contra o mal [...]”.

Backes et al. (2008), em estudo acerca dos conceitos e ideias relacionados à saúde e à doença desenvolvidos atualmente e ao longo da história, trazem importantes informações ao nosso trabalho. Segundo os autores, na Antiguidade a compreensão das doenças dava-se por meio da filosofia religiosa, assim acreditava-se que as suas causas estavam vinculadas tanto a fatores naturais, quanto a sobrenaturais. Nessa perspectiva, Hegenberg (1998, p. 19) acresce que “[...] a doença foi vista, pelos primitivos, como resultado de alguma coisa misteriosa, introduzida no corpo da vítima, ou como decorrência de atos mágicos realizados por deuses ou por feiticeiros.”

No período clássico surge no Ocidente, com Hipócrates, considerado o pai da Medicina, o primo intento de atribuir às doenças uma causalidade natural, invalidando-se, dessa forma, as causas sobrenaturais. Para Hegenberg (1998), embora tal teoria seja rodeada de especulações diversas, Hipócrates teria dado início à abordagem científica das doenças, passando a entendê-las em termos de crase (equilíbrio) e discrase (desequilíbrio) dos quatro elementos da natureza (terra, água, ar e fogo) associados a humores do corpo humano (o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile negra). Dessa maneira, a saúde seria influenciada por fatores externos, como os astros, as estações do ano, o clima, os animais, o ambiente físico etc. Esta doutrina, segundo o autor, se manteve até os anos finais do século XVIII.

Na Idade Média, a origem das doenças recupera o caráter religioso, “[...] no entanto, no final desse período, com as crescentes epidemias, retoma-se a idéia de contágio entre os homens, sendo as causas a conjugação dos astros, o envenenamento das águas pelos leprosos, judeus ou por bruxarias.” (BACKES et al., 2008, p. 113). No período renascentista, com a formação das ciências básicas a partir de estudos empíricos, surge a necessidade de se descobrir a procedência das matérias que eram causas dos contágios. De acordo

com Backes et al. (2008, p. 113), “[...] no século XIX se fortalece a biologia científica, sem influência externa da filosofia. Assim, aflora a patologia celular, a fisiologia, a bacteriologia e o desenvolvimento de pesquisas.” Daí em diante, a partir dos avanços tecnocientíficos, a Medicina vem se especializando na constante luta contra os males que afligem os corpos e mentes humanos.

Esta retomada histórica permite presumir que o modo como os agentes da medicina popular lidam com as doenças, por meio de rituais, benzeduras etc., possui raízes na cultura de antigos povos, que se valiam de expedientes mágico-religiosos para curar os males do corpo e da alma, pois tinham a concepção de doença atrelada a causas sobre-humanas.

No caso específico das práticas de benzeção identificadas na nossa pesquisa, estes expedientes são reconfigurados numa base católica, na qual os sujeitos desse ofício servem-se de orações como o Pai-Nosso e a Ave-Maria, entre diversas outras fórmulas herdadas da tradição católica portuguesa e, pela oralidade transmitidas, recorrem a santos e outras entidades divinas e associam variados rituais e remédios naturais. Ressaltamos que tais práticas de cunho popular, comuns no cotidiano, revelam os recursos que estes sujeitos dispunham antigamente, quando o acesso ao saber medicinal erudito era privilégio de poucos.

Desta feita, corroboramos em parte com Hegenberg (1998, p. 19), quando se refere às visões primitivas de doença e conclui que, embora “[...] resíduos dessas concepções ainda possam ser percebidos na atualidade, elas estão, aparentemente, superadas e abandonadas.” Nesse trabalho, exprimimos estas aparências e demonstramos que as crenças em causas sobrenaturais das doenças ainda não foram superadas ou abandonadas, pois ainda resistem, diante dos atuais avanços e descobertas na área da saúde, na cultura de homens e mulheres roceiros.

Descrição e análise das unidades léxicas

Cobreiro ou cobreiro

É cortá, **cobrero** ‘cê fala cortá. Aí eu peguei, é...as raminha que é é o certo é [benzer] com folha de mamona, aí ‘ocê corta, né [...]’ (S1³).

Morais Silva (1789, p. 281, v.1) registra a entrada **cobreiro**, a qual define como “[...] doença, que se crê proceder de passàr cobra por cima das camisas, ou ropa de vestir; mas he especie de *herpes*, *herpes miliaris*”. Chernoviz (1890, p. 629-630, v. 1) registra as unidades léxicas **cobreiro** e **cobreiro** na mesma entrada e diz que “[...] assim se chama uma erupção na pelle de pequenas bolhas, cheias de um liquido amarellado, e cujo volume varia desde o da cabeça de um alfinete até ao de uma azeitona e mais.” Ademais, o autor acrescenta que as causas do cobreiro estão relacionadas ao uso de alimentos muito acres e apimentados, às afecções morais tristes, aos pesares, às contrariedades e, na maioria das vezes, a moléstia aparece sem motivo conhecido. Em seguida, ele assevera que “[...] é um erro crer, como julgam algumas pessoas, que o cobreiro procede de ter passado cobra sobre a roupa do doente [...]” (CHERNOVIZ, 1890, p. 629-630, v. 1).

De acordo com Figueiredo (1913, p. 463), **cobreiro** significa cobra pequena e, numa segunda acepção, “[...] erupção na pelle, attribuida pelo vulgo á passagem de cobra pelo fato que se vestiu.”, Ferreira (2004) faz remissão de **cobreiro** para **cobreiro** e o define como “[...] o herpes-zoster, assim dito por se afigurar ao povo ser essa dermatose produzida pelo contato da roupa sobre a qual passasse alguma cobra; cobreiro, cobro.” Houaiss (2009) também remete à palavra-entrada **cobreiro** para **cobreiro**, definindo-a, consoante Figueiredo (1913), como cobra pequena e, noutra acepção, como “[...] erupção cutânea (herpes-zóster) atribuída, pela credence popular, ao contato com roupa sobre a qual tenha passado alguma cobra.”

³ Estes códigos (S1: sujeito um; S2: sujeito dois; S3: sujeito três) servem apenas a este estudo. Em outras publicações sobre a pesquisa, utilizamos outra chave de identificação, descrita em Bernardo (2015).

Em todos os dicionários, **cobreiro** ou **cobrelo** foram relacionados à crença popular de que a sua causa provém do contato com roupas sobre as quais tenham passado alguma cobra, ideia que Chernoviz (1890), na condição de médico, rebate, embora afirme que, entre possíveis causas materiais e psicológicas, as mais das vezes o cobreiro aparece sem motivo determinado.

A discordância existente entre essas definições lexicográficas e as causas atribuídas pelo povo no contexto da medicina popular em Goiás está na acepção popular que os autores dos dicionários, em unanimidade, registram. Nos dizeres desse povo, outros animais, além das cobras, podem desencadear a doença, desde que haja o contato, direto ou indireto, com a pele.

De modo a reforçar esta afirmativa, trazemos à baila Ortencio (1997), em cuja obra busca retratar a medicina popular do Centro-Oeste brasileiro. Conforme o autor, o cobreiro é “[...] uma irritação cutânea atribuída à passagem de aranha, lagarta ou qualquer animal peçonhento, sobre a pele.” (ORTENCIO, 1997, p. 154). Assim, conjecturamos que a presença da cobra como o animal causador do cobreiro, notória desde a definição de Moraes Silva (1789), considerando o conjunto de obras lexicográficas consultadas, tem relação com o nome da doença que de imediato remete a esse animal, todavia não contempla em maior grau o significado que encontramos em registros de língua oral na região goiana em estudo.

A denominação **herpes-zoster** (associada ao nome do seu vírus causador, varicela zoster, o qual também é responsável pela catapora/varicela) tem seu uso restrito ao âmbito médico-científico, ao passo que **cobreiro** ou **cobrelo** são formas mais usuais na linguagem cotidiana, principalmente no campo da medicina popular. Por isso, é quase impossível ouvirmos uma benzedeira ou um benzedor, assim como outros sujeitos não circunscritos ao âmbito médico erudito, dizerem que vão curar um **herpes-zóster** ou **herpes zona**⁴, muito menos um **herpes miliaris**, como registra Moraes Silva (1789).

⁴ Denominação de outra palavra-entrada do Chernoviz (1890, p. 145, v. 2, grifo do autor) que explica o “vulgo **cobreiro**”.

Desta feita, depreendemos que a distinção entre **cobreiro** e **herpes-zoster** não está apenas nos nomes, no uso de repertórios léxicos diferentes, pois essa separação também é visível no aspecto causal atribuído em cada campo, popular e erudito, de acordo com seu processo de cognição e apropriação do conhecimento. Nesse sentido, concordamos com Biderman (2001, p. 14), ao dizer que “[...] as Taxionomias que embasam os modelos de categorização constituem elaborações específicas de cada cultura [...]” e acrescentamos que isto não ocorre apenas de língua para língua, mas também dentro de uma língua específica. Convém dizer que esta teoria se aplica também às unidades léxicas analisadas subsequentemente.

Espinhela caída

Da zip[ela]# da *espinhela caída* eu não sei. É da da... é de jeito né, qu’eu sei. (S1.)

Na entrada **espinhela**, a qual Morais Silva (1789, p. 551, v. 1) diz ser a “cartilagem que remata inferiormente o Sternon” aparece a subentrada **cahir a espinhela** que, segundo o lexicógrafo, significa “relaxar-se a tal cartilagem”. Em Chernoviz (1890), a entrada **espinhela** explica o prolongamento cartilaginoso da extremidade inferior do osso chamado esternon. Em seguida, este autor diz que:

Muitas pessoas servem-se da expressão *espinhela cahida*, o que é um erro porque a espinhela não póde cahir. Esta expressão designa para certas pessoas a inflamação do estômago, para outras a tísica pulmonar; emfim um emmagrecimento rápido; mas, torno a dizer, a expressão de *espinhela cahida* nada significa e deveria desaparecer da linguagem. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1038, v. 1, grifo do autor).

Em Figueiredo (1913, p. 796, grifo do autor), a unidade léxica **espinhela caída** ocorre apenas na abonação feita na entrada **espinhela**: “appêndice cartilágneo, na parte inferior do esterno: *os curandeiros tratam a espinhela caída*”.

Em Ferreira (2004), **espinhela** é definida como “designação vulgar do apêndice cartilágneo do esterno”, e **espinhela caída** é registrada como subentrada: “Designação comum a numerosas doenças atribuídas pelo povo à queda da espinhela.” Para Houaiss (2009), **espinhela** é uma designação vulgar do apêndice xifoide. A subentrada **espinhela caída** aparece marcada por uso antigo e informal e é definida como “qualquer dor na região do esterno, produzida por fadiga ou doença debilitante” e ainda, por extensão de sentido, como “qualquer doença que deixa o indivíduo debilitado, anêmico, desnutrido, astênico” (HOUAISS, 2009).

Como é possível notar, com exceção de Morais Silva (1789), todas as definições para **espinhela caída** remetem ao saber popular, ainda que indiretamente como o faz Figueiredo (1913), vistos os curandeiros de sua abonação como sujeitos circunscritos na “esfera” do saber atribuído ao povo. Vale destacar o posicionamento categórico de Chernoviz (1890) ao ansiar pela extinção da unidade léxica **espinhela caída** pois, na sua visão e na condição de médico inteirado do assunto, a espinhela não pode cair. Aqui acrescentamos que o verbo **cair** admite outros sentidos além do denotativo, como perder a força, sucumbir, morrer, esmorecer etc. Vejamos, mais atentamente, o verbo **recair** (re + cair), comumente utilizado no universo das doenças no sentido de reincidência de um estado mórbido, repetição de uma doença (MORAIS SILVA, 1789; FIGUEIREDO, 1913; FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2009). Sendo assim, é realizável a expressão **espinhela caída** no sentido de um estado esmorecido, doente, em que se encontra a pequena extremidade da espinha, ou coluna vertebral.

Do ponto de vista morfológico, a terminação –ela é um sufixo latino empregado para formação de diminutivos de vocábulos eruditos (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2005), como ocorre em **baixela**, **donzela**, **capela** e **ruela**, por exemplo. Então, a formação espinha + ela não se desvia desta norma e cumpre eficientemente o papel de denominar a menor parte da espinha, isto é, a que termina na cartilagem. Destarte, questionamos por que Ferreira (2004) e Houaiss (2009) empregam o termo **vulgar** nas definições da forma léxica **espinhela** e, por extensão, da **espinhela caída**, se

sua formação é factível e consoante às formas léxicas consideradas eruditas. Seria pelo fato de ser um item léxico mais difundido entre os indivíduos das classes populares? A título de exemplo, por que **ruela** não é definida como designação vulgar para uma rua estreita? E, ainda, por que **donzela**, antigamente moça nobre, não é um uso hodierno vulgar para moça virgem? São questões dessa natureza que nos permitem refletir sobre a ideologia presente em obras lexicográficas.

Em síntese, inferimos que a língua, em sua infinita riqueza de formas léxicas, conjugações morfológicas e estilísticas, fornece meios de dizer a mesma coisa de modos diferentes, desde que a lógica gramatical natural seja mantida para a eficácia do ato comunicativo. Sendo assim, a unidade léxica **espinhela caída** não desvia dessa rota linguística comum; pelo contrário, ela está de acordo com os processos de formação de palavras do português e, ainda que autores a rotulem como expressão vulgar, de uso antigo e informal, e outros desejem sua extinção, ela ainda perdura nas falas de pessoas de hábitos majoritariamente rurais, ainda que vivendo no espaço urbano, ou citadinas que assim falam porque lhes faz sentido, pois assim ouviram de outras bocas.

Mau-olhado (mal'oiado) ou olhado

É, por exem[plo], de que[brante]# de *mal'oiado*, né? Vamo supô, p[r]icisa benzê o Jozimar pa Deus guiá o camin' dele pa frente, né? Aí fala [as]sim: “Jozimar, Deus é o sol, Deus é a lua, Deus é o clar' do dia. Assim cum'essas três coisa são verdade, Deus que te cura de quebrante, inveja, *mal'oiado* e todas infermidade”. Aí fala três veiz, reza um Pai-nosso cu)a Ave-maria... e oferece né, pa São Sebastião, São Lazo e os santo que 'ocê tivé mais vocação, né? Aí então é é assim que benze pa# de *mal'oiado*, né? (S1).

Morais Silva (1789, p. 131, v. 1) registra a unidade léxica **olhado** e a define como “[...] doença que vulgarmente se crê proceder de haver olhado para o enfermo alguma pessoa, que dá que-

branto; quebranto.” Em Chernoviz (1890), embora conste a entrada **quebrantos**, não há registro do item **mau-olhado** ou **olhado**. Figueiredo (1913, p. 1412, grifo do autor) também arrola a entrada **olhado**, a qual diz ser “feitiço *ou* quebranto que, segundo a superstição popular, é produzido pelo olhar de alguém.”

Ferreira (2004) registra a entrada **mau-olhado**, a qual diz significar “qualidade que se atribui a certas pessoas de causarem desgraça àqueles para quem olham” e, numa segunda acepção, significa “o mau efeito dessa qualidade.” Este autor registra ainda a unidade léxica **olhado**, definida como “feitiço ou quebranto que a credence popular atribui ao olhar de certas pessoas, e que influiria nas crianças robustas, nas plantas e nos animais domésticos, causando-lhes atraso no desenvolvimento, ou perda, ou morte [...]”. Houaiss (2009) apresenta as duas unidades léxicas, fazendo remissão de **olhado** para **mau-olhado**, definindo este como “olhar a que se atribuem poderes de causar malefícios, infortúnios; afito, jetatura, olhado” e, ainda, “o suposto efeito de tal olhar”.

Morais Silva (1789) define o **mau-olhado** como doença causada pelo efeito de tal olhar. Figueiredo (1913) relaciona a unidade léxica **olhado** ao feitiço ou quebranto produzido pelo olhar, como também define Ferreira (2004) para a mesma entrada. A unidade **mau-olhado** Ferreira (2004) diz ser um atributo que certas pessoas têm para causar maus efeitos a outrem através do olhar, o mesmo nome se dá a esses efeitos. De modo semelhante é construída a definição do Houaiss (2009), embora se distinga ao considerarmos um atributo pessoal (FERREIRA, 2004) em comparação ao olhar por meio do qual tal atributo faz efeito (HOUAISS, 2009).

Em todas as obras fica evidente o caráter popular dado às acepções de **mau-olhado**. Destacamos a sua condição de doença em Moraes Silva (1789) em consonância com o sentido atribuído pelo povo, demonstrando que, por ser o mau-olhado causador de malefícios, o nome dado a este olhar é transposto metonimicamente para a denominação do suposto efeito mórbido que ele desencadeia. Mais adiante, na análise da lexia **quebranto**, retomamos a discussão acerca da unidade léxica **mau-olhado**.

Peste

A hora que 'cê fô fa# falado, naquela parte falada né: “nós istamo rezano esses terço né, pra São Sebastião glorioso que liv' nóis da *peste*, fome e guerra e todo mal contagioso, Pai-Nosso qu'istai no céu”, aí até terminá, né [...] (S2).

Morais Silva (1789, p. 196, v. 2) traz a definição da unidade léxica **peste** como “[...] doença contagiosa, e de ordinario mortal causada da contágão do ar inficionado, e causa grande estrago.” Para Chernoviz (1890, p. 717, v. 2), dava-se este nome outrora a todas as “[...] moléstias epidêmicas que faziam grandes estragos; mas hoje applica-se exclusivamente a uma febre grave do Egypto e de outras partes do Oriente, caracterizada, entre outros symptomas, por bubões, gangrenas e que é freqüentemente contagiosa”. O autor destaca que não há doença que tenha causado tantos desastres pelo mundo como a peste do Oriente e acrescenta que “[...] muitas vezes tem assolado todo o antigo mundo: no sexto, nono e decimo-quarto século a peste devastou todos os países conhecidos, cobrio o globo de luto; nunca a espécie humana experimentou tão grande calamidade.” (CHERNOVIZ, 1890, p. 717, v. 2).

Em Figueiredo (1913, p. 1537, grifo do autor) para **peste** são registradas as seguintes acepções: “grave doença contagiosa. Epidemia. Fig. Coisa pernicioso, funesta. Aquillo que corrompe *ou* desmoraliza. Mau cheiro. Pessoa de má índole *ou* rebugenta [...]”. Ferreira (2004) apresenta as seguintes significações para **peste**:

1. Doença contagiosa grave; epidemia, pestilência.
2. Qualquer epidemia caracterizada por uma grande mortandade; pestilência [...]
3. Med. Doença infecciosa, essencialmente do rato, causada pelo bacilo de Yersin, e que por meio da pulga se transmite ao homem [...]
4. Pessoa corrutora.
5. Fig. Pessoa má, ou rabugenta. [Tb. us., nesta acepç., como s. 2 g.]
6. Fig. Pestilência (2).
7. Fig. Coisa funesta, pernicioso [...]
8. Bras. Pop. Pessoa má, ou rabugenta [...]

(FERREIRA, 2004).

No Houaiss (2009), a unidade léxica **peste** aparece sob a rubrica infectologia e são listadas as seguintes acepções: primeira, “[...] doença infectocontagiosa que se manifesta sob a forma bubônica, pulmonar ou septicêmica, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato [...]”; em segundo lugar, por extensão de sentido, “mal contagioso; pestilência”; terceira acepção, “epidemia que acarreta grande mortandade”; quarta, “tudo que corrompe física e moralmente”; quinta, “coisa funesta” e sexta “mau cheiro, fedor”.

Em síntese, as acepções dadas tramitam entre determinada doença causada por algum agente específico e, num sentido mais genérico, qualquer doença contagiosa grave. No contexto da sabedoria popular, em especial na linguagem usada pelo povo das áreas rurais, a **peste** está relacionada a um mal contagioso que aflige em especial as “criações”, matando-as em curto prazo. Assim verificamos nas falas de alguns informantes da nossa pesquisa:

[...] o pinhão quair ninguém cunhece pinhão, né? É um remédi' que antigamente dava dav' o pinhão pra# pa curá *pes[te]* de gado, essas coisa, [por]que antigamente num tinha remédi' assim, é só memo de cas[a], né? (S3).

Rezava, rezava sim, né? Soltav' fuguete né, [no] dia de São Sebastião pa livrá de *peste* nas criação, né? (S1).

A atribuição a São Sebastião para proteção contra a peste frisa essa acepção no sentido empregado nas falas supracitadas, posto que esse santo é considerado protetor dos quintais das casas, dos pastos e, conseqüentemente, dos animais domésticos que vivem nesses espaços: “São Sebastião é pa protegê os animais né da pe# e nói[s] da peste, fome e guerra, né?” (S2). Posto assim, notamos que esse sentido específico, o qual presumimos que seria registrado sob a rubrica **popular**, não consta claramente nas obras estudadas.

Quebrante ou quebranto

Uai, eu era muito inteligente, gostava muito de vê os mais velho, né? Igual, minha bisavó, [ela] binzia, igual, de *quebrante*. Aí ela foi benzê um irmãozim meu, né? E aí ela benzeno e eu aprendi [...] (S1).

Em Moraes Silva (1789, p. 273, v. 2), a palavra-entrada **quebranto** é definida como “[...] doença, quebrantamento do corpo, que dizem proceder de olho máo. § Desfaleçimento do animo por doença, tristeza, desastre [...]”. Chernoviz (1980, p. 1160, v. 1) apresenta a entrada **quebrantos**, a qual remete para **figa**, descrita por ele com base no *Diccionario de Moraes* (não expõe o ano da edição) como “[...] a figura que se faz fechando a mão e mettendo o dedo pollegar entre o index e o dedo grande. Por extensão, dá-se o mesmo nome á mesma figura em ponto pequeno, feita de ouro, prata, coral, azeviche ou qualquer outra substancia [...]”; em seguida, o autor explica que esta figura é usada como sinal de desprezo, motivo que faz muitas pessoas pendurarem-na no pescoço das crianças a fim de desprezar o Diabo e afastar seus malefícios. Assim, esse malefício pode ser o mau-olhado referido nos outros dicionários. Por fim, Chernoviz (1980, p. 1160, v. 1) adverte que “[...] não é necessário dizer quanto é pouco fundada semelhante pratica. O melhor preservativo das moléstias é a observação dos preceitos de hygiene.”

Figueiredo (1913, p. 1662) registra a unidade léxica **quebranto** e diz que seu significado é “[...] o mesmo que quebrantamento. Prostração, fraqueza. Supposto resultado mórbido, que o mau olhado de certas pessôas produz noutras, segundo a superstição popular.” Em Ferreira (2004), **quebranto** significa “[...] resultado mórbido que, segundo a superstição popular, o mau-olhado de certas pessoas produz em outras.”

O Houaiss (2009) define **quebranto**, sob a rubrica ocultismo, como “[...] suposta influência maléfica de feitiço, por encantamento à distância; dada.” Nas demais acepções, Houaiss (2009) apresenta que, por extensão de sentido, **quebranto** também pode significar “efeito malévolos, segundo a credence popular, que a atitude, o

olhar etc. de algumas pessoas produzem em outras”, como também “estado de torpor, cansaço, languidez; quebrantamento”.

Como discutimos em subseção anterior, **mau-olhado** e **quebranto** estão relacionados numa mesma esfera, sendo o primeiro, em todas as acepções demonstradas, o causador do segundo. Notamos, também, retomando as acepções de **mau-olhado**, que a depender do contexto, este é visto como a própria doença, e não sua origem. Em suma, as unidades léxicas **quebranto** e **mau-olhado** tramitam ora sendo o efeito causador ora sendo o resultado de tal efeito, ou seja, há uma dificuldade em se definir traços que distingam uma da outra.

Nesse contexto, citamos uma passagem de Mota (1977), em sua obra que reúne um importante acervo de rezas e benzeduras colhidas em áreas goianas e mato-grossenses, na qual o autor relata:

Quando nos dirigimos à cidade goiana de Trindade, antigo Barro Preto, famosa pelas romarias do Divino Pai Eterno, procuramos disfarçar a nossa presença, indagando, com jeito ingênuo, logo na primeira venda que encontramos:

– O senhor sabe onde eu poderia encontrar uma benzedeira para me benzer contra ‘quebrante’?

O sertanejo sorria, sorria a valer.

– Por que está rindo? Perguntamos-lhe.

– ‘É o sinhô mesmo que está de quebrante?’

– É sim.

– Pois é a primeira vez que eu vejo gente do tamanho do sinhô se queixar desse mal. Por aqui ‘quebrante’ só dá em ‘minininho pequeno’...

– É?

– Em gente grande só dá ‘mau oiado’.

Foi então que pude compreender a ‘gaffe’ que havia cometido. (MOTA, 1977, p. 44, grifo do autor).

Embora por vezes sejam admitidas como sinônimas, as formas léxicas **quebranto** e **mau-olhado** são encaradas de modo distinto pelos indivíduos que dominam e/ou que entendem da “ciência do

povo”. Tal distinção se dá conforme o indivíduo que apresenta a doença: se criança, é quebranto, se adulto, é mau-olhado. No trecho da nossa entrevista, notamos que a entrevistada diz que aprendeu o ofício de benzedeira vendo o avô benzer seu “irmãozim” contra “quebrante”. O diminutivo demonstra que uma criança foi benta/benzida, e não um adulto.

No outro trecho, citado no item 2.4, a mesma entrevistada reproduz o texto da benzeção, em que, após corrigir “[...] de que[brante]# de mal’oiado [...]”, dirige a bênção ao entrevistador, um adulto, e na qual pronuncia ambas as formas léxicas e reforça, no fim, que “[...] é assim que benze pa# de mal’oiado, né?”. Quer dizer, há uma seleção vocabular implícita no uso destes itens léxicos e que se faz evidente no contexto em que ocorrem e conforme a faixa etária do sujeito que está sendo bento.

Vento-virado ou ventre-virado

Uai lá eu lemb[ro] assim da minha mãe, quand’os minino era minino dimair né, quand’os minino à[s] vez dava assim um pobreminha assim, uã diarreia assim, diarreia verde, falava: “tá cum quebrante” né, ota hora falav’: “tá com o *vento-virado*” (S3).

Nos dicionários Morais Silva (1789), Chernoviz (1890) e Figueiredo (1913) não há registro do item léxico **vento-virado**, que aparece somente nos dicionários contemporâneos Ferreira (2004) e Houaiss (2009), como regionalismo de Goiás e Minas Gerais. O primeiro faz remissão à entrada **prisão de ventre** e, em seguida, acresce uma abonação: “É sempre entre as pretas velhas que encontramos boas benzedeiças. Benzem quebranto, vento-virado, mau-olhado (Regina Lacerda, *Papa-Ceia*, p. 17)” (FERREIRA, 2004, grifo do autor). O Houaiss (2009) define a unidade léxica por sinonímia: “prisão de ventre, constipação”.

Ferreira (2004) e Houaiss (2009) aludem o uso popular da unidade léxica **vento-virado** à prisão de ventre, ou seja, à dificuldade de evacuar. No entanto, esta acepção se mostra contradita ao

modo como é concebida na linguagem popular, na qual o item **vento-virado** é empregado para nomear um estado mórbido, que na maioria dos casos acomete crianças, caracterizado pelos sintomas de “[...] dores na perna direita, na barriga, dor de cabeça [...]” (ORTENCIO, 1997, p. 252). Além disso, retomando o trecho da fala em que a unidade léxica aparece, percebemos que a diarreia é outro indício de quando uma criança está com o **vento-virado**, especificamente a diarreia verde, isto é, a defecação líquida frequente e esverdeada. Reforçamos nossa assertiva citando o trabalho de Nery (2006) em que, por meio de entrevistas com benzedores de Uberlândia-MG, busca entender como se dão as benzeções:

As benzedoras costumam rezar mais sobre as crianças, principalmente nas situações mais comuns que as atingem: o ‘vento virado’ (ou ventre virado) e o quebranto (ou quebrante, ou mau-olhado). Reconhece-se o **vento virado** quando a criança cai muito, quando não está comendo adequadamente. É uma “doença de neném, causada por susto. **Manifesta-se em diarreia** e encurtamento de uma perna”. (NERY, 2006, p. 4, grifos nossos).

Seria necessário, portanto, verificar os *corpora* a partir dos quais Ferreira (2004) e Houaiss (2009) identificaram a respectiva aceção que, nesse artigo, se mostra discordante aos usos apresentados para a unidade léxica **vento-virado**.

Considerações finais

Esse estudo dá relevo à importância do léxico como registro de costumes, saberes, práticas, enfim, da cultura de uma comunidade, em diferentes estados da língua, representando e divulgando o seu patrimônio histórico-cultural e que, por vias orais e/ou escritas, sob o expediente da memória, faculta o acesso a esse patrimônio às mais diversas gerações. O estudo demonstra e reforça a ideia de que as obras lexicográficas, na constante tentativa de abarcar os usos mais fundamentais das palavras, “[...] não dão conta de todos os sentidos reais e possíveis no uso que delas fazem os falantes de uma língua.” (PAULA, 2010, p. 41).

Ademais, consideramos os conceitos ora abordados como práticas habituais no cotidiano das pessoas que as mantêm na memória ou daquelas que ainda as vivificam. Desse modo, ratificamos que uma língua, especialmente no seu nível lexical, é o meio mais eficaz para compreensão dos indivíduos e da sua cultura, bem como para a propagação desta, tanto em sua expressão oral quanto na escrita.

REFERÊNCIAS

BACKES, M. T. S. et al. Conceitos de saúde e doença ao longo da história sob o olhar epidemiológico e antropológico. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 111-117, jan./mar. 2008.

BERNARDO, J. L. **Dimensão mágico-religiosa da palavra em textos orais sobre o catolicismo popular na comunidade São Domingos, Catalão-GO**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: EDUFMS, 2001. p. 13-22.

BOSI, A. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.

CASTIGLIONI, A. **A history of medicine**. New York: Alfred A. Knopf, 1941.

CHERNOVIZ, P. L. N. **Diccionario de medicina popular e das ciencias accessorias para uso das famílias**. 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2v.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0**. Curitiba: Positivo Informática, 2004. 1 CD-ROM.

FIGUEIREDO, C. de. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**: nova edição, essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

HEGENBERG, L. Evolução histórica do conceito de doença. In: HEGENBERG, L. **Doença**: um estudo filosófico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. p.17-30. Disponível em: <books.scielo.org/id/pdj2h/pdf/hegenberg-9788575412589.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2014.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa versão 3.0**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MORAIS SILVA, A. de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. 1 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/dicion%C3%A1rio>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

MOTA, Á. V. da. **Rezas, benzeduras et cetera**: medicina popular em Goiás. Goiânia: Oriente, 1977.

NERY, V. C. A. Rezas, crenças, simpatias, benzeções: costumes, e tradições do ritual de cura pela fé. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Ed. da UnB, 2006. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0939-1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

ORTENCIO, W. B. **Medicina popular do Centro-Oeste**. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 1997.

PAULA, M. H. de. Notas sobre fontes para estudos linguísticos: esboço de uma discussão. In: PAULA, M. H. de.; FACHIN, P. R. M. (Org.). **Percorrendo trilhas filológicas**: estudos para a história da língua portuguesa. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC, 2010. p. 29-43. (Coleção Labor).

PAULA, M. H. de. **Rastros de velhos falares**: léxico e cultura no vernáculo catalano. 2007. 521 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

O LÉXICO DO QUILOMBO JAMARY DOS PRETOS/MA: UM CONSTRUCTO DE SABERES CULTURAIS

Georgiana Márcia Oliveira SANTOS

Introdução

Esta pesquisa – de natureza léxico-semântica, empírica, descritiva e qualitativa – se insere em uma perspectiva de análise etnolinguística e, no campo da Terminologia, em uma perspectiva mais especificamente etnoterminológica que investiga as raízes étnico-culturais que geram particularidades nos léxicos dos grupos humanos, que reconhece e valoriza as singularidades linguístico-culturais de um grupo humano a partir de suas peculiaridades étnicas, culturais, históricas – no caso dos quilombos ou comunidades quilombolas¹ brasileiras/maranhenses, a partir das suas peculiaridades étnico-culturais e históricas consolidadas em território brasileiro, independentemente da existência, ou não, de resquícios de línguas africanas em seu léxico – e que defende que, mesmo tendo pontos

¹ Neste trabalho — recorte de nossa tese defendida no doutorado em Linguística/UFC — compreendemos os atuais quilombos ou comunidades quilombolas como “[...] grupos etnicorraciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à pressão histórica sofrida.” (BRASIL, 2003, p. 1).

comuns com seus pares, cada grupo humano é singular em sua forma de conceber o mundo, construir semioticamente seus saberes e representar a realidade fenomênica.

Conseqüentemente, este estudo, a partir das orientações teórico-metodológicas da Etnolinguística, da Semiótica e, principalmente, da Etnoterminologia, objetiva identificar e analisar as especificidades denominativas e, sobretudo, as particularidades semântico-conceptuais constitutivas do léxico do quilombo² Jamary dos Pretos, localizado no município de Turiaçu, no estado do Maranhão, que revelam a singularidade da concepção de mundo semioticamente construída por esse grupo e que, conseqüentemente, trazem à tona sua axiologia, pois os conhecimentos e os valores herdados, transformados e (re)construídos por essa comunidade, ao longo de gerações, se materializam linguisticamente em denominações específicas, mas, sobretudo, em traços semânticos étnico-culturalmente singulares.

Analisamos, ainda, mais especificamente – a partir do uso da ficha etnoterminológica – as relações léxico-semânticas e, especialmente, as relações semântico-conceptuais estabelecidas nas unidades lexicais³ de Jamary dos Pretos constitutivas deste estudo, isto é, analisamos tanto as relações estabelecidas entre os conceitos e as denominações que os manifestam no léxico de Jamary, quanto, sobretudo, as diferentes etapas do processo de conceptualização das unidades lexicais que constituem vocábulos-termos no léxico desse grupo, mais especificamente, os semas universais, biológicos, formadores do *conceptus strictu sensu*, os semas culturais-ideológicos, formadores do *metaconceptus*, e os semas de natureza modalizante e intencional, formadores do *metametaconceptus*.

² É oportuno pontuarmos que ora nos referiremos à Jamary dos Pretos como comunidade quilombola, nomenclatura usada em documentos oficiais, ora como quilombo, nomenclatura preferida pelos quilombolas de Jamary: “DOC: Uhn... Está certo. Então, eh... a... aqui, Jamary é mais conhecido como quilombo Jamary ou é comunidade quilombola de Jamary? Como é que é? Qual o termo que vocês usam mais? INF: Eh... quilombo Jamary dos Pretos.” (R. M. S., FII, F).

³ As unidades lexicais constitutivas desta pesquisa tanto são constituídas por unidades, entendidas como 01 (uma) única palavra, quanto por fraseologias (conjunto de palavras que denotam um único sentido).

Frente a essas necessidades de investigação, erigimos a hipótese de que as especificidades denominativas e conceituais existentes no léxico do quilombo Jamary dos Pretos para demarcar sua concepção de mundo têm, especificamente, raízes na história de formação desse quilombo, na luta desse grupo pelo direito legal à posse da terra, no uso comum da terra para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência, na singularidade dos sistemas de significação que cultivam, como vestuário, ritos, festas, dança, gestos, bem como, nos princípios de organização sociocultural dos grupos afro-brasileiros, tais como, cooperativismo, religiosidade, memória, ancestralidade, ludicidade.

Para tanto, baseamo-nos em um *corpus* oral constituído por 24 (vinte e quatro) entrevistas, 18 (dezoito) realizadas com quilombolas e 06 (seis) com não quilombolas, e esmiuçamos, mediante uso de fichas etnoterminológicas, as diferentes etapas do processo de conceptualização *lato sensu* de cada uma das unidades lexicais analisadas. Os informantes quilombolas são homens e mulheres nascidos(as) no quilombo Jamary dos Pretos e integrantes de uma das seguintes faixas etárias: Faixa I – 20 a 40 anos, Faixa II – 41 a 60 anos e Faixa III – mais de 60 anos. Os informantes não quilombolas são homens e mulheres nascidos no estado do Maranhão, residentes, atualmente, na capital São Luís, alguns com vivência e experiências em comunidades rurais não quilombolas e com nível de escolaridade, geralmente, superior.

Jamary dos Pretos: berço de tradições negras

A escolha da comunidade quilombola de Jamary dos Pretos como objeto desta pesquisa, entre tantas outras comunidades quilombolas rurais existentes no Maranhão, deu-se em função de essa comunidade estar localizada em Turiaçu, município localizado na microrregião de Gurupi, a oeste do Maranhão, e historicamente conhecido pela presença de quilombos de grande representatividade na luta da resistência dos negros escravizados no Maranhão; ser composta em sua grande maioria por descendentes diretos de escravizados africanos; localizar-se em área rural, mantendo um

certo afastamento da sede do município; ter sua identidade quilombola consolidada pelo autorreconhecimento de seus moradores e pela titulação emitida pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio do Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA, em 2003 e, ainda, em razão da ausência, a despeito de estudos já realizados sobre essa localidade, de um inventário linguístico dessa comunidade.

É oportuno detalharmos que, historicamente, o município de Turiaçu foi a área que mais concentrou escravizados negros no Maranhão nos séculos XVII e XVIII, sendo “[...] caracterizado como área de exclusividade negra no Maranhão, onde existiu um extraordinário número de quilombos ou mocambos.” (O’DWYER, 2002, p. 28-29), datando de 1702 os primeiros indícios da existência de quilombos nessa região.

No município de Turiaçu, Estado do Maranhão, instalou-se uma das mais antigas e importantes concentrações de negros fugidos do cativeiro (quilombos). As terras deste município, portanto, antes mesmo da chegada dos fundadores da vila, da qual se originou a atual cidade de Turiaçu, foram ocupadas por escravos fugidos do cativeiro, os quais formaram os inúmeros povoados que existem. (PROJETO VIDA DE NEGRO, 1998, p. 88).

Pelo exposto, muitos consideram plausíveis as hipóteses existentes de que muitas das comunidades quilombolas maranhenses atuais sejam oriundas dos diversos quilombos que se formaram em Turiaçu.

Nesse contexto, o quilombo Jamary dos Pretos — localizado na Baixada Ocidental Maranhense, microrregião de Gurupi, na zona rural do município de Turiaçu — está entre as comunidades quilombolas maranhenses atuais que se originaram de quilombos formados no período escravagista em Turiaçu.

Distante cerca de 465 quilômetros de São Luís, capital do estado do Maranhão, o quilombo Jamary dos Pretos se situa numa área rural afastada, aproximadamente, 43 (quarenta e três) quilômetros da sede de Turiaçu. É encoberto por densa vegetação que

circunda os seus limites, ao sul, com as propriedades de Adalto Rabelo e Ribamar Cavalcante, ao norte, com terras devolutas do Estado e com o rio Caxias, a leste, com terras devolutas do Estado, com as terras de São Tiago e com a propriedade de Manoel Rabelo e a oeste, com terras devolutas do Estado e as propriedades de Nazareno, José Alves e Valdemar Rabelo (PROJETO VIDA DE NEGRO, 1998).

Além da mata circundante, a estrutura física de Jamarý conta com uma sede ou núcleo central. “Essa parte central do povoado é formada por um círculo de moradias que delimita o espaço comunitário onde se encontram edificadas a capela, a escola e o barracão em que promovem suas reuniões e festas, além do campo de futebol.” (O'DWYER; CARVALHO, 2002, p. 179).

Tal sede é segmentada em partes menores, espécie de bairros, por nomes Santo Antônio, Campina, Arrudá, Grota e Outeiro das Queimadas. Além disso, pertencem a Jamarý dos Pretos as casas situadas nas localidades de Boa Vista e Cajual. Completando a estrutura física de Jamarý, além da sede, há uma extensa área destinada às atividades agropecuárias, denominada, também, de campos naturais ou centros de roçado.

A lavoura continua sendo a principal fonte de renda e de alimentação das 276 (duzentas e setenta e seis) famílias que vivem atualmente em Jamarý. Hoje em dia, cultiva-se, sobretudo, mandioca, milho, arroz, abóbora, feijão e algumas frutas. Essas famílias desenvolvem, também, atividades de pesca, caça, criação de animais domésticos e gado.

No dia 31 de dezembro, ocorre o principal festejo da comunidade de Jamarý dos Pretos, em homenagem a Nossa Senhora das Graças, padroeira desse quilombo. Também ocorre, nesse local, o festejo de Santa Maria, no mês de maio, mas, com uma dimensão menor do que o de Nossa Senhora das Graças.

É oportuno explicitarmos que, embora a Constituição Federal de 1988 já assegurasse o direito à posse da terra às comunidades quilombolas, somente em 1997, o povoado de Jamarý foi identificado como quilombola pela Fundação Cultural Palmares e, somente em 2003, foi emitido pelo Governo do Estado do

Maranhão, via ITERMA, o título de comunidade quilombola à Jamary.

Segundo documentos levantados mediante pesquisas realizadas pelo Projeto Vida de Negro e pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão — o mais antigo, data de 1841 — Jamary dos Pretos completa, em 2014, 173 anos de fundação. Após a oficialização da titulação das terras, essa comunidade decidiu comemorar seu aniversário de fundação na semana da Consciência Negra, próximo ao dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Alicerces teórico-metodológicos

A Etnolinguística, segundo Bernard Pottier, consiste no “estudo das relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam” (POTTIER, 1973, p. 124-125), ou ainda, é “o estudo da mensagem linguística relacionada com todas as circunstâncias da comunicação.” (POTTIER, 1970, p. 03).⁴

Em razão dessa complexidade e abrangência de domínio do objeto da Etnolinguística, Pottier (1970) afirma que alguns problemas emergem das principais linhas de investigação etnolinguística, a saber, a relação entre **língua e visão de mundo**, a relação entre **língua e comunicação** e as **reflexões sobre a linguagem e as línguas**.

O recorte etnolinguístico **língua e visão de mundo**, especificamente, alicerçado no entendimento de que compreender a visão de mundo de um grupo exige conhecimento do seu universo linguístico, bem como analisar suas especificidades linguísticas, preconiza o conhecimento da cultura desse grupo.

Precisamos, então, atentar para o fato de que as conceituações insurgem dos contextos específicos de uso, a precisão conceitual de uma unidade lexical só pode ser estabelecida dentro desse contexto, pois são os aspectos étnico-culturais de uma comunidade que delinham o contorno semântico do seu léxico.

⁴ *L'étude du message linguistique en liaison avec l'ensemble des circonstances de la communication.* (POTTIER, 1970, p. 03).

Quanto ao viés etnoterminológico desta pesquisa, é oportuno enfatizarmos que a Enoterminologia estuda a variação cultural do signo linguístico engendrada por uma comunidade em razão de seus saberes, valores, modos próprios de viver e de conceber o mundo. Em conformidade com o exposto, Latorre (2011, p. 72) declara que

A Enoterminologia está intimamente associada ao sentido de etnia e etnicidade/etnismo na formação social e cultural de um grupo, e às interferências históricas e geográficas que subordinam o processo de conceptualização dos seus sujeitos. Suas formas para denominar portam valor documental, fruto do contato com a realidade e visão de mundo, da axiologia que permeia suas relações. Enquanto veículo da herança da cultura popular, amalhada ao longo do tempo, refletem valores, usos, costumes, crenças, hábitos de caráter fundamental, porém abstratos, e modulam a maneira de pensar, sentir e viver de um grupo.

É pertinente explicitarmos, ainda, que a Enoterminologia é uma disciplina que estuda, particularmente, os discursos etnoliterários, isto é, os discursos “[...] dos sistemas de valores que, por sua vez, determinam pensamentos e comportamentos, de formas de ver o mundo, de maneiras de agir, recomendável ou condenável, no fazer social, [e] definem, assim, uma *axiologia*.” (PAIS, 2002, p. 104, grifo do autor).

Para Greimas e Courtés (2008, p. 449), “[...] os discursos etnoliterários são discursos construídos nas línguas naturais e no mundo natural, lugares de manifestação de numerosas semióticas [...]”, por isso, são o aporte para a investigação e compreensão do universo semioticamente construído por uma comunidade já que são o produto da visão de mundo dessa comunidade.

Partindo das afirmações de Pais (2002) e de Greimas e Courtés (2008), Barbosa (2009, p. 3) reitera que os discursos etnoliterários “[...] são discursos com forte marca de axiologia e de conhecimentos da realidade fenomênica muito particulares e característicos de

grupos étnicos, tanto no que concerne ao conceito, quanto no que tange à representação terminológica.”

Mais pontualmente, os discursos etnoliterários são os discursos da literatura oral, literatura popular, literatura de cordel, das fábulas, lendas, dos mitos, do folclore e dos discursos das linguagens especiais com baixo grau de tecnicidade e de cientificidade, ou seja, das linguagens com baixíssimo grau de densidade terminológica (BARBOSA, 2007).

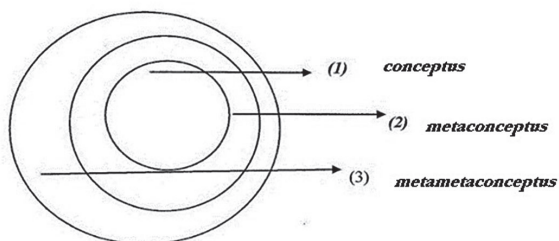
No caso específico desse tipo de discurso, seu vocábulo-termo — unidade mínima de significação, por conseguinte, unidade mínima de análise da Etnoterminologia — agrega uma multifuncionalidade de papéis configurada pela convergência de funções de vocábulo e de termo que acumula. Desse modo, de acordo com Barbosa (2007, p. 440),

[...] as unidades lexicais do universo do discurso etnoliterário têm um estatuto próprio e exclusivo”, pois “essas unidades lexicais combinam qualidades das línguas especializadas e da linguagem literária, de modo a preservar valores semânticos, sociais e constituir, por outro lado, documentos do processo histórico da cultura.

Cada vocábulo-termo é, assim, um repositório dos saberes étnico-socioculturais herdados, construídos e compartilhados, logo, guarda em si a singularidade da conceptualização da realidade fenomênica de um dado grupo étnico-cultural, testemunhando a axiologia subjacente ao discurso etnoliterário construído por esse grupo.

A formação da conceptualização *lato sensu* dos vocábulos-termos apresentam a seguinte estrutura:

Figura 1 – Estrutura do conceito *lato sensu*



- (1) Noemas universais, biológicos
- (2) Noemas ideológicos, culturais
- (3) Noemas ideológicos, intencionais

Fonte: Barbosa (2004, p. 57).

Esses três subconjuntos contêm noemas característicos, assim, 1) o *conceptus stricto sensu* é constituído por noemas universais, biológicos, que garantem a múltipla nomeação e servem à conceptualização da semiótica natural; 2) o *metaconceptus* é composto pelos noemas ideológico-culturais que operam os movimentos de redução/ampliação de traços semânticos de acordo com as **singulares experiências de um grupo étnico-cultural**, logo, esses noemas, a partir de um recorte cultural específico, **(re)constroem**, de forma particular, **o mundo semioticamente construído** por um grupo humano, nas palavras de Barbosa (2001), o discurso etnoliterário

[...] enfatiza o metaconceptus, que é o subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo simultaneamente uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído; 3) o *metametaconceptus* é formado por noemas ideológicos-intencionais-culturais que configuram os **embates**. “Neste último, o noema [intenção] é o mais importante, por oposição ao [ideológico] do subconjunto anterior, não tão marcado como o [intencional]. (BARBOSA, 2004, p. 61).

O léxico de Jamary dos Pretos: um legado étnico-cultural

Procedemos à análise das relações léxico-semânticas e das relações semântico-conceptuais estabelecidas no léxico do quilombo Jamary dos Pretos, em Turiaçu/MA, a fim de, a partir da compreensão da complexa relação desse quilombo com as palavras, compreendermos a singularidade étnica e cultural desse grupo envoltas na sua particular visão de mundo.

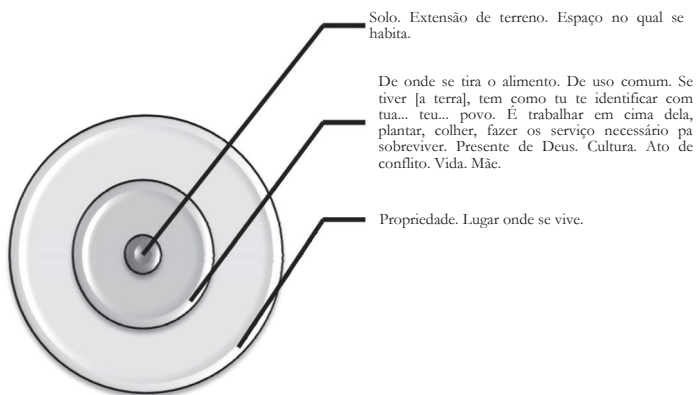
Em se tratando das relações semântico-conceptuais, no campo semântico **territorialidade**, o vocábulo-termo **terra** comprova o processo de seleção, redução e/ou acréscimo de semas específicos por parte dos quilombolas de Jamary para representar sua visão de mundo.

Quanto à conceptualização desse vocábulo-termo é indispensável ressaltarmos a vitalidade da questão fundiária para as comunidades quilombolas de forma geral. Durante o período escravagista, muitas dessas atuais comunidades quilombolas, como Jamary dos Pretos, formaram-se em decorrência da fuga de negros escravizados que ocuparam terras devolutas. Pós-Lei Áurea, outras comunidades foram se formando e se estabelecendo em terras herdadas, doadas, abandonadas, compradas, ou mesmo, devolutas. Consequentemente, a relação entre terra e comunidade quilombola é muito forte.

No caso específico do quilombo Jamary dos Pretos, suas terras motivaram muitas lutas e conflitos, tanto em função de pessoas de fora do quilombo – após terem seus pedidos de asilo aceitos pelos jamarizeiros e de lá se estabelecerem – porem à venda, passado um tempo, as casas e roças que lá haviam conseguido construir, alterando, assim, a relação dos jamarizeiros com a terra e entre si, como, principalmente, em razão das famílias Rabelo e Fonseca, ajudadas pelos Alves e Cavalcante, tentarem se apossar, judicialmente, das terras de Jamary dos Pretos, uma vez que, somente em 2003, foi emitido, pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio do ITERMA, o título de comunidade quilombola à Jamary dos Pretos assegurando-lhe o direito às suas terras.

Esses dados são indispensáveis para compreendermos a formação do conceito do vocábulo-termo **terra** em Jamary dos Pretos.

Figura 2 – Formação do conceito do vocábulo-termo **Terra**



Fonte: Elaboração própria.

A análise da formação do conceito do vocábulo-termo **terra** permite-nos identificar, em seu núcleo sêmico conceptual *stricto sensu*, os semas [+solo], [+estrutura], [+local de habitação]. Também, nos possibilita identificar a adição de semas culturais-ideológicos, formadores do *metaconceptus*, os quais sinalizam, sobretudo, a relação de dependência, de sobrevivência que os quilombolas têm com a terra e a luta que travaram pelo direito à posse dessa terra, como os semas [+alimento], [+vida], [+uso comum], [+trabalho], [+identidade coletiva], [+cultura], [+conflito], [+segurança], [-propriedade].

Para os quilombolas de Jamary, então, “**terra** significa que de lá que nós tiramos o alimento, da **terra**... nós precisamos da **terra** [...] Que sem a **terra** nós num veve. [...] Aqui, [...] era tudo comum aí. [...] O dono, ninguém sabe quem é o dono da **terra**, que o dono da **terra** é Deus e ele nunca dá **terra** pra ninguém, ele deixou a **terra** pro povo trabaia...” (M. S., FIII, M); “significa, assim, como um filho quando num tem mãe. [...] Por causo que quem tem a **terra** ele tá... ele pode até num ter a mãe dele, mas ele tem a **terra** pra

ele trabalhá.” (J. R., FII, F); “**Terra** é um lugar onde tu pode te firmar teus pés, te segurar e viver com tua família. É um lugar que se tu tiveres vai viver confortável, vai ter uma vida, ter onde plantar, onde colher, ter... tem como tu te identificar com tua... teu... povo. [...] Assim, **terra** eu, também, uso como cultura, assim, (inint) a cultura que faz a gente também a, querer cuidar, querer preservar nossa **terra**, [...] lutar por ela.” (D. M. S., FI, F); “A **terra**, pra nós representa... acho que vida, porque ... sem... sem a terra ninguém vive, né? Que nós vivemo é em cima dela... e, ao mehmo tempo a **terra** é um... um... um ato de conflito. [...] A **terra**, no caso, pra eles era... pra gente, é trabalhar em cima dela, plantar, colher, fazer os serviço necessário pa sobreviver, sem tá com conflito com... com o... no caso com os irmão, né?” (F. R., FI, F).

E no cenário do embate entre os discursos contra e a favor da conceptualização erigida pelos quilombolas de Jamary, ocasionado por questões políticas, históricas, surgem os semas intencionais, modalizadores, manipulatórios, que configuram a oposição [+propriedade]/[+uso comum], [+conflito]/[+conciliação], formando o *metametaconceptus*.

Na conceptualização da unidade lexical **terra** entrevemos a concepção de mundo desses quilombolas quando da percepção das formas de organização social que esse elemento suscita, da ancestralidade e da cidadania que evoca, da memória que aciona no cotidiano dos moradores desse quilombo, da importância de sua posse renovada de geração a geração.

A análise das relações léxico-semânticas estabelecidas, também, entre **negro** e **quilombola** instiga-nos a compreender a complexa e particular concepção de mundo desses quilombolas quando da conceptualização desses vocábulos-termos, pois, além de nos remeter à ancestralidade desse grupo, apresenta-nos um legado de sua herança cultural que se revela na visão estereotipada que constitui o cerne da conceptualização de **negro** e no apagamento dessa visão quando da conceptualização da unidade lexical **quilombola**, a qual ressalta os enobrecedores aspectos de resistência e de luta, negação à submissão de quaisquer naturezas, consciência de direitos, entre outros.

Figura 3 – Relação de oposição de inclusão – **Negro/quilombola**



Fonte: Elaboração própria.

Consideramos, assim, que o vocábulo-termo **negro**, também denominado **preto**, contém o vocábulo-termo **quilombola**, ou seja, é hiperônimo de **quilombola**, uma vez que reúne traços semânticos mais gerais que este. Segundo os quilombolas de Jarmy, o **negro** “vem duma raça. [...] Antes de... do branco já existia também, o **negro**. [...] É mais forte e firme [que as outras raças]” (J. R., FII, F); “Os **preto** mehmo, eles num tem terra, mehmo, mas, então, quer dizer que os **preto** ficaro com as posse daqui...” (M. S., FIII, M); “Somos [os negros] um povo que viemos de... da África pra cá, fomos trazidos, eh... trazidos escravizados.” (D. M. S., FI, F); “A vida do **negro**, pra mim, pra meu pensamento, a vida... a vida do **negro** é porque, a vida dele é trabalhar, eh... de roça, porque ele não tem, mehmo, muita sabedoria, né, hoje, já tá... os **negro**... já tem muitos **negro** sabido, mas, quando eu me entendi, os **negro** era mehmo **negro**, analfabeto, e a vida era só trabalhar de roça, não tinha outra profissão. [...] Agora, já tem uns [negros] que já querem ser grande, né, já... porque já sabe mais um pouquinho, já não é mais como era, e já querem se... se... se... como é que diz, se ter, assim, que seja grande, né, como os branco, porque os branco são sabido, eles sabe de tudo.” (M. T. M, FIII, F).

Quilombola, por sua vez, “é ter, é ter força de lutar, é ter garra, força de vontade, lutar pelo ideal, não só seu, mas da sua comunidade, não só pra você, mas pro seu povo, pela sua comunidade, é... é isso.” (D. M. S., FI, F); “ser um **quilombola** é ser... como é... é valorizar a sua... sua raça, sua cor, a sua inteligência.” (R. M. S., FII, F).

A relação de hiperonímia/hiponímia existente entre **negro/preto** e **quilombola** é deflagrada, então, pela constatação de que o hipônimo **quilombola** congrega muitos semas atribuídos, em Jamary, a **negro/preto**, uma vez que, desde sua origem escravagista, **quilombola**, no Brasil, tem a ver, sobretudo, com **negro**: “Eu sou **quilombola** [...], **quilombola** é aonde tem negro, é ser negro.” (J. R., FII, F). Ao mesmo tempo, o conceito de **quilombola** construído, em Jamary, apresenta traços semânticos específicos: **alguém que luta, coletivamente, pelos ideais de sua comunidade; que valoriza sua raça, sua inteligência.**

Podemos perceber que o processo de conceptualização do vocábulo-termo **quilombola**, realizado por esse grupo, reflete as bases das atuais políticas públicas brasileiras para os quilombolas, as quais estabelecem, como condição primeira para o recebimento de benefícios, que esses grupos, assim, se reconheçam: “através dessa denominação **quilombo** a gente pode ir e reivindicar os nossos direito mais na frente.” (R. M. S., FII, F).

Sintetizando os traços semânticos atribuídos, acrescidos e/ou suprimidos pelos quilombolas de Jamary dos Pretos, temos **negro** = [+raça], [+escravizado], [+africano], [+forte], [+analfabeto], [+trabalho na lavoura] e **quilombola** = [+raça], [+autorreconhecimento], [-escravizado], [-analfabeto], [+luta coletivamente pelos ideais do grupo], [+ organização social].

A análise léxico-semântica do léxico de Jamary dos Pretos permitiu-nos, ainda, identificar casos de **relação de oposição transitiva** ou **relação de sobrejeção** (BARBOSA, 2003, p. 81), em que a dois ou mais conceitos — com pelo menos um traço semântico comum, isto é, que possuem intersecção semântica — corresponde, apenas, uma denominação, ou seja, identificamos casos de

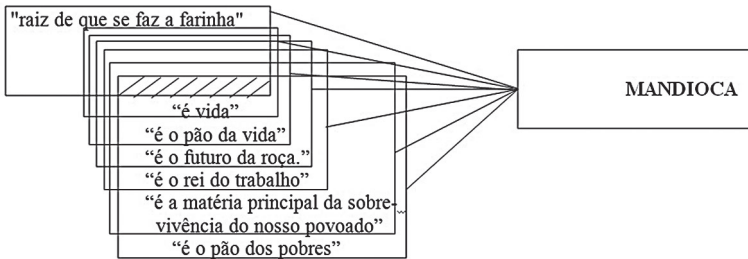
polissemia dentro do universo linguístico-cultural de Jamary, como o que ocorre com **mandioca**, por exemplo.

Para os quilombolas de Jamary dos Pretos, **mandioca** é o produto maior desde os primórdios até hoje, alimento principal, o primeiro pão desde o nascimento até a morte, o pão da vida, o comestível, o pão de cada dia do quilombo, rei do trabalho, ramo de vida, fonte de vida, vida, matéria principal da sobrevivência de Jamary dos Pretos, tão importante quanto a água, produto do qual depende o futuro da roça, do trabalho, das pessoas, é superior. Apodrece no chão, não se soca e nem requisita os procedimentos que o arroz exige, tem muita importância, pois sem a mandioca não tem roça, pode se ficar sem tudo, mas, sem ela se passa mal. Não estraga, serve para fazer a farinha branca ou seca, farinha de puba ou amarela, tapioca, bolo, usa-se como ração para os animais, é, sobretudo, com ela que se faz a **roça de ligeiro**⁵, é utilizada para consumo próprio e de outras pessoas, é compartilhada até o fim da vida é o que faz esse quilombo sobreviver, é vendida para que se possa comprar outras coisas de que os quilombolas necessitam, é do que as pessoas vivem em Jamary dos Pretos, por isso, nesse quilombo, nunca se fica sem ela.

Com base, sobretudo, nessa conceptualização étnico-cultural particular de **mandioca** realizada pelos quilombolas de Jamary, constitutiva do *metaconceptus*, bem como, nos semas universais constitutivos do *conceptus* e dos semas intencionais, manipulatórios, constitutivos do *metametaconceptus*, conseguimos delinear a relação de oposição transitiva que ocorre entre a denominação **mandioca** e os vários conceitos que ela comporta nesse quilombo.

⁵ Plantio, em geral, de mandioca, feito para uma colheita em um tempo mais curto do que o da roça de tempo, ou seja, da roça que requer um tempo maior para que a colheita seja realizada.

Figura 4 – Relação de oposição transitiva – **Mandioca**



Fonte: Elaboração própria.

Assim, o *conceptus* de **mandioca** — raiz usada para a produção de farinha — constitui o marco da intersecção semântica, pois a partir dele são erigidos, pelos quilombolas de Jamary dos Pretos, traços semânticos étnico-culturais específicos, que compõem o *metaconceptus*, como “pão da vida” (M. S., FIII, M), “rei do trabalho” (D. R., FIII, M), “futuro da roça” (D. R., FIII, M), “vida” (D. R. FI, M), “matéria principal da sobrevivência do nosso povoado” (R. M. S., FII, F). Nesse caso, percebemos que há, ainda que tênue, uma intersecção semântica entre o *conceptus*, o *metaconceptus*, e o *metametaconceptus* — pão dos pobres — já que o *conceptus* fica, praticamente, subtendido, quando da análise do *metaconceptus* e o *metametaconceptus* existe virtualmente.

O contraponto entre os semas do *metaconceptus* e do *metametaconceptus* do vocábulo-termo **mandioca** é essencial para ressaltarmos a primazia desse elemento para a vitalidade do quilombo Jamary ante a elementária conotação que possui para os não quilombolas.

Conclusão

Concebendo a língua, neste trabalho de natureza empírica, descritiva e qualitativa, como uma atividade sociocultural marcadamente heterogênea — dada a diversidade de contextos culturais, étnicos, sociais, históricos, geográficos, vivenciados pelos seus usuários — consideramos a etnicidade específica dos quilombolas de

Jamary dos Pretos fator preponderante para balizar a coleta e a análise dos dados desta pesquisa, pois, uma vez que o cerne deste trabalho é constituído pelas particularidades denominativas e, especialmente, as conceituais que emergem das experiências de mundo desses quilombolas, é a etnicidade desse grupo que imprime nessas particularidades linguísticas as percepções singulares do mundo e, mais especificamente, do universo quilombola.

A relevância desta pesquisa é ratificada pela documentação etnoterminológica, sem antecedentes, das particularidades do léxico do quilombo Jamary dos Pretos que oferecemos, particularmente, a esse grupo para que constitua fonte essencial de pesquisa sobre sua história, suas singulares étnico-culturais e sua visão de mundo impressas em seu léxico, neste momento, bem como, pelo fato deste estudo possibilitar a ampliação das relações interculturais entre Jamary dos Pretos e outros grupos étnicos brasileiros/maranhenses com características similares ou diferentes às desse quilombo.

Este estudo, também, poderá fomentar mudanças nas já existentes políticas públicas de ensino de língua portuguesa voltadas para comunidades quilombolas brasileiras/maranhenses ao fornecer informações sobre particularidades da realidade histórica, étnica, linguística e cultural desses grupos e ao trazer à tona as imbricações existentes entre o léxico e axiologia dessas comunidades, colaborando para a atestação da heterogeneidade de raiz étnico-cultural no léxico do Português Brasileiro e viabilizando a ampliação da compreensão, isenta de preconceitos, da formação sócio-histórica e pluriétnica da realidade linguística brasileira/maranhense, o que exige respeito às particularidades linguístico-culturais desses grupos pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A. Diversidade étnica: a multiconceptualização do 'mundo'. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE LINGUÍSTICA. 47. ; REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFESSORES

DE LINGUÍSTICA, 61., 2009, Manaus. **Anais...** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009. p. 17-24.

BARBOSA, M. A. Etno-terminologia e terminologia aplicada: objeto de estudo, campo de atuação. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. 3. Campo Grande: Ed. da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 433-445.

BARBOSA, M. A. Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 55-86, 2004.

BARBOSA, M. A. Organização dos patamares conceptual e lexical de microssistemas da Ecologia. **Revista de Letras**, São Paulo, v.1 /2, n. 25, p. 80-83, jan./dez. 2003.

BARBOSA, M. A. A construção do conceito nos discursos técnico-científicos, nos discursos literários e nos discursos sociais não-literários. **Revista Brasileira de Linguística**, São Paulo, v. 11, n. 1. p. 27-36, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 39, de 19 de dezembro de 2002. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008.

LATORRE, V. R. D. Uma abordagem etnoterminológica de Grande Sertão: Veredas. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2011.

O'DWYER, E. C.; CARVALHO, J. P. F. de. Jamary dos Pretos, município de Turiaçu (MA) In: O'DWYER, E. C. (Org.).

Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 173-212.

PAIS, C. T. Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquidiscorso. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, Ano 8, n. 23, p. 101-111, 2002.

POTTIER, B. **Le Language**. Paris: Retz, 1973.

POTTIER, B. Le domaine de l'ethnolinguistique. **Langages**, Paris, v. 5, n. 18, p. 3-11, 1970.

PROJETO VIDA DE NEGRO. **Jamarý dos Pretos:** terra de mocambeiros. São Luís: SMDH/CCN-MA/PVN, 1998. (Coleção Negro Cosme; v. II).

VARIAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO NECESSÁRIO

Carolina ANTUNES

O texto que ora se apresenta é o sinalizar de uma trilha em direção a um estudo que se faz necessário nos Estudos Culturais contemporâneos: o da variação popular. Se considerada na pluralidade de seus signos, essa variação ocupa uma situação, se não suficientemente produtiva, pelo menos pode ser considerada animadora especialmente quanto aos Estudos Literários. Nesse *status quo*, os Estudos Linguísticos também vêm alcançando um maior desenvolvimento.

Grosso modo, pode-se dizer que, no Brasil, mais precisamente, em Minas Gerais, somente depois da segunda metade do século passado, os estudos da oralidade ganharam espaço nas investigações das Ciências Sociais, dentre elas a História, a Literatura e a Linguística. Em se tratando de língua falada, a variação popular tem alcançado *status* de objeto de estudo científico, o que antes não ocorria, quando esse *status* era presidido pela ideia de deficiência e ausência. Considerada insuficiente, não língua, a essa variação era incorporada uma adjetivação em completa desvantagem em relação à língua escrita, a chamada norma culta, ensinada na escola e considerada a única aceitável pela sociedade.

Modernamente, entretanto, a Linguística e sua vertente Sociolinguística pregam que nenhuma língua é rígida nem uniforme e, com base numa concepção não normativa em que se imbricam língua, cultura e sociedade, caracterizam manifestações da

oralidade como processos dinâmicos nos quais as transformações ocorrem em todo tempo e lugar. Assim sendo, o conceito de língua como um sistema em uso em contextos comunicativos ganhou relevância e profícuos trabalhos nas universidades. Por sua vez, o conceito de cultura, segundo Chauí (1984), não pode ser estático nem abstrato, uma vez que os traços culturais que definem o povo – o uso da língua, das tradições, dos hábitos de sentir, ver e representar sua imagem – são resultados de um processo, cujo caráter se mostra a partir da compreensão de que a mudança é inerente aos seres humanos e que os fatos históricos vão moldando, em tempos e espaços diferenciados, elementos comuns, o que enfatiza os componentes dinâmicos subjacentes que remetem à ideia de povo.

Urge rever, portanto, com um outro olhar, os modos como os homens se representam e representam o mundo nas manifestações linguísticas, culturais e nas relações sociais. Por isso, é necessário refletir em termos de uma perspectiva de análise que se apoia na Semiologia e no conhecimento das sutilezas e da complexidade estrutural dos sistemas de símbolos articuladores de significado e de suas regras operacionais. Interpretar, concretamente, esses símbolos como produtos de homens e mulheres, que expressam, em situações específicas, diferentes pontos de vista sobre os problemas vivenciados, é tarefa para se chegar a um maior entendimento de manifestações orais através das quais as sociedades se veem instituídas como produto do homem, se encontram, interagem e se dão uma identidade.

Aproprio-me dessas ideias para enfocar um entrelugar, o dos saberes populares, dentre os quais se inclui o dialeto rural, visando, ainda que minimamente, apontar possibilidades de estudos dessa variação linguística, tendo em vista um novo percurso na aquisição do conhecimento da Língua Portuguesa. A exemplificação aqui apresentada, extraída do *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*¹, deve ser considerada como uma pequena ilustração do léxico e de aspectos que constituem essa variação diatópica.

¹ O *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha* (ANTUNES, 2013) é uma obra resultante de um projeto de pesquisa aprovado pela Secretaria de Desenvolvimento e

Caracterizando-se como um trabalho analítico-descritivo de uma variante não padrão da Língua Portuguesa, que prioriza a concepção de língua em uso em contextos comunicativos rurais no Vale do Jequitinhonha, região nordeste de Minas Gerais, esta comunicação trata de uma variabilidade linguística que, advinda de fatores geográficos, socioculturais, históricos, dentre outros, resulta em traços regionais característicos, embora não se negue a crescente força normalizadora a partir dos meios de comunicação de massa, da tecnologia e da influência da escola.

À preocupação de se registrar, na obra supracitada, o uso efetivo do sistema linguístico – num período, década de 1980 a 2000, e num local determinado, Vale do Jequitinhonha – subjaz o que se faz não só por gosto pessoal e interesse pela apreensão de saberes veiculados nas histórias locais e regionais, mas também, e principalmente, por se acreditar na necessidade de que seja ampliada a visão de informações linguísticas e culturais da/na Língua Portuguesa com base na análise de uma variante comumente desprestigiada.

Nessa direção, estudos procedentes dos Estudos Culturais em geral, da Análise do Discurso, da Etnolinguística, da Sociolinguística, da Linguística Textual, dentre outros, possibilitam uma base teórica para que sejam feitas novas leituras não só de manifestações culturais e linguísticas oficiais, como também de manifestações culturais periféricas e variantes linguísticas não padrão, comprovando a mobilidade que caracteriza o meio no qual o homem se expressa ao longo do tempo. Esses estudos acabam por propiciar uma melhor compreensão do dialeto rural, que possui, como parte constitutiva de sua significação, o contexto histórico-social em que ele é produzido, no qual o vocabulário é considerado uma fonte poderosa para os estudiosos da sociedade e da cultura.

Enfatiza-se, pois, a não uniformidade da língua e afirma-se que tanto o território quanto a cultura devem ser pensados como realidades em contínua construção. Por isso, em nenhuma região, a

manifestação linguística é um dado *a priori*; é, antes, uma construção que nunca se acaba, decorrente da ação conjugada de fatores como os já mencionados bem como de fatores econômicos e políticos aos quais o fator social está diretamente atrelado. Enfatiza-se, ainda, que a palavra **dialeto**, tomada aqui como uma variedade linguística, constituída por um conjunto de variantes, indica propriedades linguísticas comuns a um grupo específico de falantes, e a palavra **rural** remete aos parâmetros básicos a partir dos quais uma variante linguística pode ser descrita: o parâmetro geográfico, que diz respeito a sua localidade; o social, que se relaciona a um conjunto de fatores referentes à identidade dos falantes e à organização sociocultural da comunidade de fala.

Nesse sentido, discute-se a concepção de língua modelar que caracteriza o discurso pedagógico da língua padrão e adota-se a concepção de língua como um sistema em uso efetivo em contextos comunicativos. Acreditando ser possível defender o “discurso performático”, discutido por Homi K. Bhabha (1995), em *DissemiNação: Tempo, Narrativas e Margens da Nação Moderna*², em que esse discurso se constrói em oposição ao chamado “discurso pedagógico” da língua padrão, vale-se de exemplos do referido *Dicionário*, tendo em vista apontar aspectos relevantes para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito diacrônico e/ou sincrônico da Língua Portuguesa.

Observem-se as frases a seguir:

- a) **Quand’eu peguei, a image abraçô cumigo: era minha fia. Antonce ela disse: Eu vim visitá a image de São Geraldo.**
- b) **E naquela porta curria um rego d’água, correno assim... O cavalo oiava o minino, oiava o rego...**
- c) **Lá tinha doce de fava. Ela cumeu o ingasga-gato dipressa e falou: “Tá uma deliça.”**

Essas frases denunciam, dentre outros, processos morfofonêmicos produtivos no espaço geográfico em questão: a despalataliza-

² Texto traduzido por Maria Luiza Cyrino Valle (BHABHA, 1995).

ção, o alçamento e o abaixamento das vogais médias pretônicas. Objetivando uma simplificação e uma leitura imediata dos dados coletados, perderam-se informações sobre dois desses processos: a despalatalização da nasal, a pronúncia aberta das vogais médias pretônicas³. Aproximando-se, *grosso modo*, da cadência das regiões Norte e Nordeste do Brasil esses processos, indubitavelmente, merecem ser investigados tanto na região norte quanto nordeste de Minas Gerais.

Observe-se que, em a e b, a escrita dialetal das lexias **fia** e **oiava** exemplifica um dado da deriva da língua bastante produtivo na passagem do latim ao português: a iotização do fonema consonantal líquido grafado **lh** em **filha** e **olhava** na grafia padrão. Em a, b e c, as lexias **cumigo**, **curria**, **minino**, **cumeu** e **ingasga-gato** evidenciam o alçamento das vogais médias pretônicas *o* e *e*. Entretanto, a despalatalização do fonema consonantal nasal e o abaixamento da vogal média pretônica – embora ocorram nessa comunidade linguística – não são revelados por essa escrita, como se pode constatar da grafia dos itens lexicais **tinha** e **deliça**.

Nível linguístico que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais, “O léxico se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da realidade”, sendo, portanto, um elemento fundamental na veiculação do conhecimento do mundo (BIDERMAN, 2001). Valendo-se, no seu sentido mais amplo, de recursos lexicais fonéticos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos, a língua cumpre todos os propósitos comunicativos e interacionais dos seres humanos. Pode-se afirmar, pois, que, se tratados com maior cientificismo, nuances observadas no âmbito lexical constituem um veio fértil para um maior conhecimento e uma mais ampla compreensão da língua e dos diversos aspectos

³ Procedeu-se a um refinamento da transcrição das gravações com base na chave elaborada por professores do projeto *Quem conta um conto aumenta um ponto*, coordenado pela Profª. Sônia Queiroz. Essa chave, tendo em vista uma leitura imediata e fácil do texto e o acesso a um público mais amplo, incluindo-se o do Ensino Fundamental e o do Ensino Médio, foi adaptada com o objetivo de assinalar, tanto quanto possível, a oralidade. Por isso, foram empregados os grafemas do alfabeto latino na cabeça do artigo léxico ou verbete e na exemplificação contextual.

geográficos, históricos, científicos, culturais por elas traduzidos, o que se pode constatar da leitura dos artigos lexicográficos ou verbetes a seguir.

barrage (forma com desnasalização de *barragem*, s. XIX; do francês *barrage* – JPMACHADO) • N. fem. • Estrutura que represa a água de um regato, córrego, rio; a própria represa • *Chamava Tombo da Fumaça a cachuera. Foi um alarme! Deiz por cento aceitava a barrage e, noventa por cento, não! Em 1998, cumeçô a construção da barrage... Disrespeito, né?* • (EO1)

de borra* (de borra) • Arc. Br. • Loc. adj. [classificador de n. humano/prep. + n.] • Depr. • Reg. SP • Que é ou está atrasado; repetente. • *A gente foi na sala do primeiro ano novato e de borra contar os alunos sobre a malvadeza que as lombrigas fazem com a nossa saúde.* • (A1)

*A unidade complexa *de borra*, referindo-se a “primeiro ano”, só foi encontrada em **Tesouro da fraseologia brasileira** (1986, p. 36), em que é definida como “sem valor; ordinário” e em que ocorre, também, o traço depreciativo e claramente discriminatório presente na unidade em análise. Muito usada na escola antiga para indicar a série em que se situava o aluno que repetia o ano, essa unidade foi banida da escola moderna.

Mesmo que haja profissionais da educação que resistem e ainda não consideram aceitáveis estruturas de manifestações linguísticas orais e rurais, esses artigos léxicos, apresentando uma estrutura gramatical coesa e coerente da Língua Portuguesa, confirmam o entendimento de que o português não padrão é uma língua com sua própria gramática que tem tanta validade e eficácia quanto o tem a língua padrão.

Releia-se a exemplificação contextual do primeiro verbete. Essa exemplificação, contrapondo os dados estatísticos **deiz por cento** e **noventa por cento**, traduz-se por uma marca de uso que revela o tom depreciativo e crítico do informante, cujo ápice ocorre no nome **disrespeito**, presente no trecho **Disrespeito, né?**, que, faticamente, incita o ouvinte ou leitor a se manifestar. Acrescente-se, ainda, tendo em vista as informações contidas nessa exemplificação, que está demonstrado o pleno exercício de cidadania da popu-

lação do município de Salto da Divisa, quando da realização de um plebiscito em que essa população se manifestou contra a inundação da área em que se situava a Cachoeira Tombo da Fumaça, tombada pelo Patrimônio paisagístico e turístico do Estado, segundo a Lei nº 3.370/1999, e revogada pela Lei nº 14324/2002. Apesar do resultado do plebiscito, a Barragem de Itapebi foi construída, o que acarretou inúmeros problemas à cultura pesqueira, ao trabalho das lavadeiras, dentre outros.

Releia-se, agora, o pós-comentário que acompanha o segundo verbete. Esse pós-comentário, contendo informações importantes sobre a estrutura escolar em tempos passados, configura-se como um dado relevante para se traçar a evolução da educação na região, que vem recebendo, nos tempos contemporâneos, a influência dos meios de comunicação de massa, da tecnologia e da escola.

Importa citar, ainda, um desafio que se impôs quando da escrita do *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha* (ANTUNES, 2013): a necessidade de melhor compreender “marcas de uso”, cuja definição e caracterização se revestem de complexidade e cujo lugar epistemológico é o contexto das Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, as quais, tendo tais marcas como instrumento válido para que sejam descritas manifestações tanto orais quanto escritas sob variados pontos de vista – temporal, espacial, social, estilístico – as consideram como um objeto de investigação a ser recortado e delimitado para fins específicos de descrição.

Importa, também, citar um aspecto de particular relevância: a afirmação de pesquisadores do léxico segundo os quais os dicionários, *grosso modo*, deixam a desejar quanto ao registro dessas marcas, sendo que, com muita frequência, elas não vêm claramente explicitadas na introdução dessas obras. Borba (2003) menciona anotações como **desusado, pouco usado, raro** etc, frequentes em dicionários tradicionais sem a necessária explicação do que significam. Fazer um refinamento de análise das marcas de uso na obra em pauta, com vistas não apenas ao (re)conhecimento da rede semântica do mundo rural, como também a uma sistematização e a uma definição mais rigorosa dessas marcas foi, portanto, oportuno.

À luz dessas noções, com base na linguística aplicada, procurou-se ampliar o conhecimento sobre marcas de uso, cuja definição norteou sua análise nesse *Dicionário*, no qual, o verbete, com base em princípios gerais da linguística sincrônica, organizado em 11 níveis, tem quatro deles referentes às marcas de uso, que assim se definem nessa obra: Marcas de uso são pistas ou traços observados no item lexical ou na sequência de itens lexicais que, assinalando seu espaço e tempo de ocorrência, denotam o envolvimento histórico e sociocultural do usuário sob e a partir do qual ocorre a (re)criação vocabular, portadora de aspectos linguístico-culturais que evidenciam e denunciam visões de mundo e valores da sociedade.

Observe-se que essa definição sinaliza para um estudo que possibilita distinguir, de fato e cientificamente, a variação linguística e esclarecer relações entre a linguagem e outros comportamentos individuais e sociais. Nessa perspectiva, elas são estratégias que podem conduzir o leitor a uma visualização do espaço dinamizado em suas múltiplas configurações: o espaço existencial, mítico, psíquico, religioso, social, pois que descrevem essa variação sob o ponto de vista da relação entre língua, cultura e sociedade.

Com base em Labov (1972) e em outros estudiosos da variação linguística e em fatores que se relacionam com o desenvolvimento da Linguística nos tempos atuais, a análise das marcas de uso foi feita a partir da aferição de sua ocorrência e frequência nos *corpora* que possibilitaram reconhecer quatro categorias de marcas de uso: temporais, espaciais, sociais e tecnoletais, como ilustra este quadro contendo o número total das marcas de uso conforme sua categoria.

Quadro 1 – Categorias de marcas de uso

Marcas de uso = 1142											
Temporais = 289				Espaciais 556	Sociais = 296					Tecnoletais 12	
Retenções Linguísticas					Neo	Apr.	Ch.	Depr.	Euf.		Hiper.
Arc.	Arcaiz.	Obs.	Arc. Br.								

Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro resulta de uma primeira averiguação dos dados e aponta o alcance de objetivos relevantes que presidiram a investigação dessas marcas: Buscar uma maior consciência a respeito do potencial dos estudos do léxico, incentivando a produção do saber lexical em projetos concretos cujo interesse ultrapasse o ambiente universitário e oferecendo resultados concretizados em produtos de informação sobre aspectos da Língua Portuguesa; Dividir, nos *corpora*, as marcas de uso, conforme sua categoria e Analisar os traços característicos de cada uma delas, de forma a selecionar as que mais caracterizam a variante linguística em análise. Nesta comunicação, opta-se por uma abordagem das marcas de uso temporais e sociais, que se constituíram como um grande desafio.

Com base na literatura linguística, na datação e na frequência nos *corpora*, apresentam-se as marcas de uso temporais, que se referem à análise da unidade do ponto de vista de sua existência num contínuo temporal: as retenções linguísticas, que se subdividiram em arcaísmos, itens em vias de arcaização, itens obsoletos e arcaísmos em relação ao português do Brasil, e os neologismos. As unidades em questão foram nomeadas e classificadas conforme o quadro a seguir, que registra 289 marcas temporais do total de 1102 verbetes do *Dicionário* em questão.

Quadro 2 – Marcas de uso temporais: frequência parcial e total

Marcas de uso Temporais = 289-26,2 %				
Retenções Linguísticas = 234-81 %				Neo = 55-19 %
Arc. = 24	Arcaiz. = 69	Obs. = 93	Arc. Br.= 48	
8,3 %	23,9 %	32,2 %	16,6 %	

Fonte: Elaboração própria.

‘Arcaísmos’ são vocábulos vigentes no período histórico da Língua Portuguesa, que se situa nos séculos XIII, XIV e XV, os quais, embora tenham perdido espaço ao longo do tempo e saído do uso corrente e da língua padrão, ficaram restritos à fala do povo. Verbetes que contêm arcaísmos nesse *Dicionário* sinalizam o fato de que os **arcaísmos**, em geral, estão na zona rural, com baixa frequência, ou seja, um exemplo para cada ocorrência, o que não equivale a dizer que estejam completamente banidos. Destaque-se, ainda, que sua distribuição se dá, principalmente, por idade e escolaridade. No exemplo, **Os minino de seu Izidro era tudo artero. Dimais! As professora tinha de pô eles de castigo quase todo dia**, o item artero, ‘aquele que faz arte’, documentado nas *Cantigas de Santa Maria*, de Dom Afonso X, o sábio, importante obra da literatura galego-portuguesa do século XIII, preserva da unidade **arte**, a base **art**. seguida do sufixo **eiro**, cujo ditongo se apresenta sempre reduzido na língua falada de /ei/ para [e]. Pôde-se perceber que, nesse dialeto, *artero* é mais falado por pessoas da faixa etária de adultos e velhos.

‘Em vias de arcaização’ são os itens que, também pertencentes ao mesmo período histórico e, ainda que conhecidos de falantes urbanos que neles sentem certo “sabor arcaico” em decorrência do estranhamento que provocam, apresentam baixa frequência, ou seja, uma ou duas ocorrências. No exemplo, “**Ô, ô, seu vigaro, a matriz é aculá, num é aqui, não! Aqui é a minha casa. A matriz é do lado de lá da rua.**”, o item gramatical **aculá**, raramente empregado, é substituído por **lá** ou pela expressão **lá longe**.

Já no exemplo “**Não! Num registrei nem a menina. Vô esperar pra vê se eles vinga.**”, o item nocional **vingá**, verbo indicador de processo, apresenta a eliminação previsível do “r” do infinitivo e traduz o espaço de pobreza e miséria em que vivia o habitante do Jequitinhonha num tempo passado de sua história, marcado pela mortalidade infantil, pelo clima árido, os quais pareciam insolúveis.

Os itens “obsoletos” são divididos em ‘obsoletos dicionarizados’ e ‘não dicionarizados’. Os primeiros se definem e/ou se caracterizam como itens lexicais que, apesar de datados a partir do século XVI, são sentidos como antigos, “fora de moda”. Conquanto essa datação seja do período moderno da história da Língua Portuguesa, apresentam, assim como os segundos, os ‘obsoletos não dicionarizados’, baixa frequência, ou seja, uma, duas ou, raramente, três ocorrências, em decorrência da mudança de hábitos, costumes, comportamentos sociais e fenômenos culturais. No exemplo, **Quand’ ela era minina, ês era muito pobre, num tinha dinheiro, e a mãe dela costumava breganhá uma panela de barro por um punhadin de arroz ô feção**, o verbo de ação-processo **breganhá**, dicionarizado **barganhar**, resulta da metatese do *r*, que muda do final da primeira sílaba para o meio dela, formando um grupo consonantal próprio da Língua Portuguesa, **br**, adequado em **broto**, **braço**, mas considerado inaceitável nesse caso. No exemplo, **Quando a Lília era piquena, a Tereza gostava de passá no cabelo dela, que era muito saranhado, muito arapado, uma banha de gordura de porco que mamãe fazia, saranhado**, não dicionarizado, pertence à classe do adjetivo. Pode-se dizer que **esse adjetivo** só se aplica a **cabelo**, nunca a outro nome, daí a agramaticalidade das frases: ***A comida está saranhada** ou ***Na gaveta, as fitas estavam saranhadas**.

‘Arcaísmos em relação ao português do Brasil’, datados ou não datados em qualquer período histórico da língua, indicam comportamentos que, no país – fazendo uso da estratégia de generalização – estão sendo substituídos devido à mudança de hábitos e costumes decorrentes dos avanços tecnológicos e maciços do mundo moderno e da influência da escola. No exemplo, **Num tem pai... é pai natural, né? A mãe é amigada, pega fio pa lá, né?**, o adjetivo

amigado, classificador de nome humano, porta o tom depreciativo que enfatiza o conservadorismo social da região. Entretanto, esse tom não faz mais tanto sentido na sociedade familiar, simultaneamente patriarcal e semipatriarcal ou conjugal, na qual a mulher possui mais espaço e mobilidade, assumindo comportamentos impensáveis na primeira metade do século XX: a liberação sexual, a parceria financeira com o homem, a procura por cursos superiores, o trabalho fora de casa. Numa sociedade assim caracterizada, a lexia **amigado** já soa ultrapassada, assim como *obrigação*, significando “a mulher de”, no exemplo **Dr. Leo, como vai sua obrigação? Tem muito tempo que D. Carolina não vem aqui!**

‘Neologismos’ são formações resultantes da capacidade de o falante da zona rural do Vale do Jequitinhonha interagir com o outro produzindo e/ou usando estruturas, formais ou semânticas, consideradas novas, por não se encontrarem atestadas nos principais dicionários brasileiros: Aurélio, Houaiss e, ainda, no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP), em suas últimas edições. No exemplo, **Ficava olhano, disfarçano às vez... Depois, ele passava um olhar assim mais assuntoso, mais coisa, qu’ ele já tava, ó, de olho na moça!**, o adjetivo qualificador **assuntoso** deriva da base **assunt** do nome **assunto** mais o sufixo *oso*, com ideia de abundância.

Concluindo esta seção, em que foram brevemente descritas e exemplificadas as marcas de uso temporais, pode-se ratificar que, de um lado, as retenções linguísticas evidenciam o traço linguístico conservador do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha, o ponto de partida do contínuo temporal anteriormente anunciado; de outro lado, os neologismos evidenciam o traço inovador, o ponto de chegada desse contínuo. A tensão dialética através da qual se desenvolve tal contínuo acaba por revelar a imbricação de fases ou momentos histórico-linguísticos vividos e experienciados no léxico, os quais, à primeira vista, podem parecer estanques.

Nesse jogo de temporalidades, essa tensão dialética se concretiza nas manifestações de arcaísmos, de unidades lexicais em vias de arcaização, de itens obsoletos e de arcaísmos em relação ao português do Brasil, os quais concretizam o “entrelaçamento” entre esses

momentos históricos. Distingue-se, nesse processo, o entrelugar ocupado, semanticamente, pelos itens obsoletos, que ora se encontram – se não se levar em conta a datação – numa zona limítrofe com os itens **em vias de arcaização**; ora com os **arcaísmos em relação ao português do Brasil** – se não se levar em conta os critérios referentes aos meios de comunicação de massa, à tecnologia e à influência da escola, que se aplicam aos últimos.

A imbricação semântica, de datação e de frequência entre esses momentos não desfaz a hipótese do contínuo temporal anteriormente levantado; antes torna mais complexo esse contínuo, confirmando a literatura linguística, segundo a qual períodos históricos, culturais, literários e, evidentemente, linguísticos, são tecidos e/ou construídos não só por diferenças que os separam, mas também, por especificidades que os aproximam, o que se constatou da análise das marcas de uso temporais no *Dicionário* supracitado.

Pode-se, enfim, apontar uma causa, dentre outras, que poderia explicar essa aparente contradição. Essa causa é extralinguística e está diretamente atrelada ao cenário da região, a que subjaz a compreensão do espaço como um lugar de relações, dinamizado em diversas configurações: o espaço existencial, mítico, psíquico, social. Nesse espaço, o sistema linguístico, como todo sistema semiótico, atua e se realiza através de uma tensão dialética, cujas forças, a da conservação e a da mudança, apesar de contrárias, não se excluem. Se a força da conservação assegura a continuidade histórica da língua e a reciprocidade de compreensão entre seus usuários, a força da mudança leva a língua a atender a novas necessidades de comunicação e renovação lexical, devido às quais o usuário exerce uma possibilidade que lhe é inerente: a de formar, continuamente, novas palavras e expressões por exigência do meio social em constante transformação.

As marcas de uso sociais, classificadas com base num contexto de situação ou num contexto explícito, evidenciam que a variação de significado de itens lexicais em enunciados pode ser apreendida num item ou numa sequência de itens de vários matizes. Dentre outros fatores que conduzem a essa apreensão, a formulação de juízos de valor, que muda no tempo e no espaço e de indi-

víduo para indivíduo, mostra que os sentidos podem sofrer deslocamentos adquirindo cores das localidades em que se inserem. Entende-se, pois, como marca de uso social aquela unidade que diz respeito à reação afetiva e valorativa, cujo tom ‘apreciativo’ (Apr.), ‘chulo’ (Ch.), ‘depreciativo’ (Depr.), ‘eufêmico’ (Euf.) ou ‘hiperbólico’ (Hiper.) se concretiza numa cena de enunciação que concorre com a situação de comunicação e com ela se confunde. Para todas as marcas sociais, através das quais o locutor exprime sua subjetividade, tal cena se dá num espaço instituído, definido pelo gênero do discurso. A apreciação recobre, pois, o discurso, que é encenado e constrói seu próprio espaço de enunciação. As unidades em questão foram nomeadas e classificadas conforme o quadro a seguir, que registra 296 marcas sociais do total de 1102 verbetes do *Dicionário*.

Quadro 3 – Marcas de uso sociais: frequência parcial e total

Marcas de uso Sociais = 296 - 27 %				
Apr. = 55	Ch. = 8	Depr. = 101	Euf. = 18	Hiper. = 117
18,6 %	2,7 %	34,1 %	6,1 %	39,5 %

Fonte: Elaboração própria.

Constata-se que as marcas sociais perfazem o total de 296 ocorrências e percentuais que apresentam certa variação: de 2,7% a 39,5%. Incluem-se, em geral, nas marcas de apreciação as unidades ‘apreciativas’, que comunicam sentimentos e atitudes de significado afetivo-positivo: **Num era caçadô, mas era um home que tinha uns cachorro muito bão e era um vei’ assim que zelava muito das coisa dele...**; ‘depreciativas’, que apresentam significado negativo por parte do locutor: **Num levo, não, que ocê me xingô de nego preto, catinguento e canela seca;** ‘chulas’, que resultam de tabus linguísticos, revelando preconceitos ainda vigentes ou vestígios deles em relação a um passado remoto ou recente de determinada comunidade: **Esse anel, agora tamém eu num quero mais ele, não! Pode pegá e infia no fiofô;** ‘eufêmicas’, que exercem um

papel substitutivo e mascaram unidades lexicais chocantes para o ouvinte ou leitor que se recusa a pronunciar ou escrever o nome que pode causar perturbação: **Aí o satanás apareceu e falô: “Cê tá quereno ficá rico eu te dô, mas eu quero sua vida.” Só que nem a coisa-ruim foi cum ele;** ‘hiperbólicas’, que encarecem, em excesso, as ideias, as coisas ora aumentando-as, ora diminuindo-as: **O rio tinha uma imensidade de água, e vinha aqueles toró, aquel’ afogão. Bicho, até gente, tudo murria. Eu já vi tanta coisa...// Ô, seu cachorro, me dá um tiquin’ d’água... dexa eu inchê minhas cabacinha.**

Esses breves comentários confirmam que a língua, através de suas variantes, se vale, no seu sentido mais amplo, de recursos de natureza léxica para cumprir os propósitos comunicativos dos grupos humanos e confirmam que a Linguística, sendo ciência histórica, vê a língua como instituição que reflete a história social e cultural de um povo, uma vez que modela uma imagem de mundo. Nesse sentido, as marcas de uso, como elementos colaboradores da efetivação da principal função da linguagem – a de ser instrumento de comunicação e interação social – exercem papel importante para o conhecimento desse mundo. De caráter subjetivo, tais marcas, além de apresentarem um recorte designativo de conhecimento linguístico, são, ainda, um recorte designativo da cultura da comunidade.

Esses recursos léxicos despertam, também, curiosidade quanto a estratégias possíveis no trato do/com o léxico, já que possibilitam o arquivamento do saber linguístico de uma comunidade e da realidade extralinguística, de forma a que o usuário possa apreciar, analisar as manifestações linguísticas, históricas, culturais dessa comunidade e refletir sobre elas. Essa análise e essa reflexão podem confirmar que os instrumentos lexicais propiciam àquele que enveredar pela pesquisa dialetal e sociolinguística ver e dar a conhecer peculiaridades que dão corpo e alma à Língua Portuguesa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2013.

BHABHA, H. K. **DissemiNação**: tempo, narrativa e as margens da nação moderna. Tradução de Maria Luiza Cyrino Valle. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1995.

BIDERMAN, M. T. C. Introdução: As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001. p. 13-22.

BORBA, F. da S. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

CHAUÍ, M. et al. **Política cultural**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1984.

LABOV, W. **Sociolinguistic**. New York: Penguin Books, 1972.

NASCENTES, A. **Tesouro da fraseologia brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VARIANTES REGIONAIS E SOCIAIS DE “PROSTITUTA” EM CAPITAIS NORDESTINAS: DADOS DO ALIB

Maria do Socorro Silva de ARAGÃO

Introdução

O presente trabalho é o resultado do levantamento feito nos dados do Projeto ALiB (CARDOSO, 1998) em Capitais do Nordeste do Brasil e visa registrar as variantes diatópicas (regionais) e diastráticas (socioculturais) do item lexical **Prostituta**, a fim de detectar o modo como essas comunidades veem a prostituta e, conseqüentemente, denominam as chamadas profissionais do sexo, com todos os preconceitos e tabus de que se revestem estas lexias.

O *corpus* é constituído de 72 (setentas e dois) informantes, das faixas etárias de 18 a 30 e de 50 a 60 anos, homens e mulheres, com duas faixas de escolaridade: Ensino Fundamental e Superior, de 09 (nove) capitais no Nordeste: Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina, com 9 (nove) informantes em cada ponto.

A questão analisada é a de número 142 do Campo Semântico “Convívio e Comportamento Social”, do questionário Semântico-Lexical do Atlas Linguístico do Brasil (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001), para o conceito: “[...] **a mulher que se vende para qualquer homem**”.

Nas localidades pesquisadas foram encontradas 56 variantes e dessas foram selecionadas 37, dando um total de 184 ocorrências para **Prostituta**, numa ordem decrescente de ocorrências: Prostituta, Rapariga, Puta, Mulher da Vida, Quenga, Piranha, Meretriz, Vagabunda, Mulher da Vida Fácil, Mulher de Programa, Mulher Galinha, Mulher Fácil, Mulher de Rua, Vadia, Bandida, Mulher Cachorra, Safada, Perdida, Mulher Que Costura pra Fora, Rameira, Mulher da Vida Livre, Mulher de Aluguel, Mulher Gasolina, Maria Batalhão, Mulher de Tostão, Mulher Qualquer, Mulher de Cabaré, Mulher Barata, Mulher de Zona, Breguera, Bichetera, Garota de Programa, Rateira, Gata, Espingarda, Cesta Básica, Messalina, Cachorra.

As 19 (dezenove) formas que não foram aqui relacionadas não chegam a ser denominações propriamente ditas, mas lexias simples e compostas que descrevem a prostituta, ou lhe dão qualificações, como: oferecida, vulgar, essa fulana, guerreira, conquistadeira, leviana, chifruda, irresponsável, interesseira, que não se dá valor, pilha, vigarista, mulher viva, mulher que não tem palavra, mulher insegura, por exemplo.

Léxico e variações regionais, sociais e culturais

Todos aqueles que se preocupam com o estudo do léxico sabem da importância e da dificuldade de se tratar desse aspecto da linguagem. Tal dificuldade decorre da própria definição do que seja léxico, por ser de inventário aberto, sendo criado e modificado de acordo com as necessidades de seus usuários.

Tratando deste assunto diz Biderman (2001, p. 13):

Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

O léxico também representa o meio sócio-econômico-cultural e histórico do grupo que fala aquela determinada língua. Sobre isso nos diz Oliveira (2001, p. 110):

O léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa o patrimônio sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, podemos considerar o léxico como testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que regem [...]. Todo sistema léxico representa o resultado das experiências acumuladas de uma sociedade e de uma cultura através dos tempos.

Os contextos socioculturais em que a língua ocorre são elementos básicos, e, muitas vezes, determinantes de suas variações, explicando e justificando fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou até impossíveis de serem determinados.

Segundo Houaiss (2001, p. 16):

O nosso vernáculo comum é uma unidade que convive com rica diversidade de unidades menores, todas – no uso brasileiro – entre si intercomunicantes, quando seus usuários “generalizam” em lugar de “particularizarem” suas falas, o gaúcho (com unidades cada vez menores), o nordestino, paraibano, pernambucano, alagoano, baiano, etc., o nortista, o sertanejo [...] há aí um tipo de oposição de unidade versus diversidade que é intrínseco nos fenômenos culturais.

Quanto ao léxico, esta afirmação é ainda mais verdadeira, pois toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidos em seu léxico.

Segundo Biderman (2001, p. 179), o léxico representa: “[...] a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades. Os membros dessa sociedade funcionam como sujeitos-agentes, no processo de perpetuação e reelaboração contínua do Léxico da sua língua.”

Ao tratar da relação língua, sociedade e cultura, Benveniste (1989, p. 100), diz:

A língua engloba a sociedade de todos os lados e a contém em seu aparelho conceitual, mas ao mesmo tempo, em virtude de um poder distinto, ela configura a sociedade instaurando aquilo que se poderia chamar de semantismo social [...]. O vocabulário fornece aqui uma matéria muito abundante, de que se servem historiadores da sociedade e da cultura.

Os avançados estudos dialetológicos e sociolinguísticos têm mostrado o quanto o conhecimento dessas variações pode ajudar num maior aprofundamento das análises linguísticas e no melhor conhecimento das línguas.

Lévi-Strauss (1975, p. 86, grifo do autor) diz que se deve: “[...] tratar a linguagem como um *produto* da cultura: uma língua, em uso numa sociedade, reflete a cultura geral de uma população. Mas num outro sentido, a linguagem é *parte* da cultura: constitui um de seus elementos, dentre outros.”

Assim, como vimos, não se pode estudar a língua sem relacioná-la com a sociedade e a cultura nas quais o falante está inserido.

Para se apreender, compreender, descrever e explicar a “visão de mundo” de um grupo sócio-linguístico-cultural, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos.

Neste tipo de estudo devem ser levados em consideração não apenas as unidades lexicais, mas, especialmente, o contexto social e cultural onde ocorrem, numa visão linguística, dialetal, social e cultural, sob os princípios teórico-metodológicos da dialetologia, da sociolinguística e da etnolinguística.

O Brasil é tido como um país-continente, com diferenças regionais e socioculturais imensas e, por isso mesmo, a língua portuguesa, em nosso país, apresenta uma diversidade bastante significativa, tanto regional quanto social, especialmente em relação ao léxico. Os itens lexicais aqui estudados poderão mostrar a diversidade de visões de mundo e como cada região elabora lexicalmente esse universo.

Essa diversidade muitas vezes é característica de um estado específico, outras vezes se estende para toda uma região ou por todo o país, e é nesse aspecto que vamos analisar como se comporta o item lexical **Prostituta** nas capitais do Nordeste brasileiro.

A prostituta no contexto sócio-cultural

A prostituição é considerada a mais antiga profissão do mundo, embora esta afirmação seja contestada. Contudo, nos estudos históricos pode-se encontrar a figura da prostituta desde a antiguidade e, nessa época, ela não era considerada uma figura depreciada ou desprezada, muito ao contrário, era considerada sagrada. A esse respeito diz Lerrer (apud ALMEIDA, 2009, p. 4):

Na Antiguidade, em várias civilizações do Oriente Médio também era comum a prática da prostituição sagrada, pela qual os homens visitavam templos, onde tinham relações sexuais com o objetivo de comungar com uma deusa particular. Por esta concepção a prostituta sagrada encarnava a deusa, tornando-se responsável pela felicidade sexual.

Confirmando essa afirmação, Almeida (2009, p. 4) diz:

A partir da ideia consagrada na época as mulheres eram as representantes da Deusa na terra, algumas delas eram encarregadas de manter a ligação entre a comunidade e sua divindade, transformando-se, assim, em sacerdotisas xamânicas. E essas ligações desenvolviam-se através de danças, cantos, além de rituais de sexo grupal. O sexo destarte era considerado sagrado, e cabia às sacerdotisas a liderança dos rituais sexuais.

As prostitutas tiveram status diferenciados na Suméria, na Grécia antiga e na Roma antiga. Na Idade Média, a Igreja Católica utilizou toda a sua força para discriminar as prostitutas. No Renascimento, com a chegada da Reforma Protestante, a discriminação e mesmo criminalização e perseguição das prostitutas se tornou uma prática.

Segundo Almeida (2009, p. 12), nesse período:

[...] as prostitutas foram perseguidas com uma intensidade jamais vislumbrada em tempos pretéritos, por toda a Europa. Castigos como banimento, imersão em jaulas, corte da cartilagem das orelhas, marcação do rosto com ferro quente, etc., são

apenas alguns exemplos do que ocorriam com mulheres que eram vistas no exercício da prostituição. Ademais, milhares de bordéis foram fechados pela Europa.

Foi no final do Século XVIII e início do XIX que a prostituição passou a ser utilizada como uma profissão, que servia de meio de sobrevivência e de sustentação das famílias, apesar das reações de alguns países da Europa. No Século XXI ainda se discute a situação das prostitutas em todo o mundo e o Brasil tem tido discussões as mais acaloradas, especialmente no sentido da criminalização da exploração sexual de mulheres e adolescentes.

A partir de 2002 a **prostituição no Brasil** é uma atividade profissional reconhecida pelo Ministério do Trabalho que não possui restrições legais enquanto praticada por adultos (BRASIL, 2015).

A criatividade do brasileiro na denominação de prostituta é de uma grande riqueza, desmistificando o papel das prostitutas, e os tabus e interdições que a lexia representa. Assim, num levantamento em dicionários formais da língua portuguesa, em dicionários regionais e em pesquisas *on-line* descobrimos uma grande quantidade de termos designativos dessa profissão, uns tradicionais, outros inovadores, como, por exemplo: garota de programa, hetaira, meretriz, prostituta, horizontal, marafona, rameira, bandarra, perdida, rapariga, mulher-perdida, mulher-de-má-nota, mulher-da-vida, mulher-do-fandango, mulher-dama, biraia, cachorra, puta, serrona, vadia, pirigueti, oferecida, vagabunda, pilantra, aproveitadora, safada, interesseira, biscate, pirigas, zoneira, vaca, vulgar, saidinha, mulher fácil, quenga, galinha, vadia, cuia, garota-de-programa, piranha, à toa, pistoleira, rama, pichorra, prima, vaca, égua, bagaxa, bisca, biscate, cadela, catraia, decaída, fuampa, marafa, marafona, mariposa, messalina, mundana, murixaba, rascoa, mulher da rua, mulher da zona, mulher do mundo, dama da noite, mariposa.

Contudo, de acordo com a visão da sociolinguística e da etnolinguística, a forma não terá tanta importância, mas, sim, a função que ela possa exercer, quer linguística, quer social, quer cultural-

mente. Esta é uma das grandes funções da sócio e da etnolinguística: analisar o tipo de correlação entre as variantes linguísticas e as categorias sociais e culturais dos grupos sociais em observação. Mas, como afirma Calvet (1993, p. 81): “[...] esta distinção é frágil, porque as atitudes e os sentimentos linguísticos de características regionais podem ser percebidos socialmente.”

Análise dos dados

Para uma análise de alguns desses aspectos dialetais, sócio e etnolinguísticos selecionamos a questão nº 142 do Questionário Semântico-Lexical do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, no campo semântico “Convívio e Comportamento Social” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB, 2001), para o conceito: “[...] **a mulher que se vende para qualquer homem**” e suas variações lexicais.

Na análise foram observados os seguintes aspectos:

a) variação diatópica das lexias em todas as capitais nordestinas. (Quadro 01);

Quadro 1 – Variantes diatópicas de prostituta

VARIANTES	SE	CE	PB	AL	RN	PE	BA	MA	PI
Prostituta	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Rapariga	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mulher da Vida		X	X	X	X		X	X	X
Quenga	X			X				X	X
Meretriz			X	X			X	X	
Rameira			X						
Putá	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Piranha							X	X	X
Mulher de Programa			X						X
Perdida									X
Vagabunda		X		X			X	X	X
Mulher da Vida Livre							X		
Mulher da Rua	X						X		
Mulher de Aluguel					X				
Mulher Galinha	X	X			X				
Mulher Gasolina			X						
Mulher Cachorra		X							X
Maria Batalhão				X					
Mulher de Tostão					X				
Mulher Qualquer					X				
Mulher Fácil		X				X		X	
Mulher de Cabaré				X					
Mulher Barata						X			
Mulher de Zona						X			
Mulher que Costura pra Fora								X	
Safada								X	X
Bandida					X				X
Bregueira							X		
Bicheteira						X			
Garota de Programa		X		X		X			
Rateira			X						
Gata			X						
Espingarda			X						
Cesta básica			X						
Messalina		X							
Mulher da Vida Fácil	X		X	X				X	
Vadia					X		X		

Fonte: Elaboração própria.

Carta 1 – Variantes de Prostituta de Maior Frequência nas Capitais da Região Nordeste



Fonte: Elaboração própria.

b) ocorrência total e percentual da variação das lexias. (Quadro 2).

Quadro 2 – Totais e percentuais das variantes de prostituta

VARIANTES	TOTAIS	PERCENTUAIS - %
Prostituta	59	32,0
Rapariga	32	17,3
Mulher da Vida	13	7,0
Quenga	8	4,3
Meretriz	4	2,1
Rameira	1	0,5
Puta	17	9,2
Piranha	4	2,1
Mulher de Programa	3	1,6
Perdida	1	0,5
Vagabunda	4	2,1
Mulher da Vida Livre	1	0,5
Mulher da Rua	2	1,0
Mulher de Aluguel	1	0,5
Mulher Galinha	3	1,6
Mulher Gasolina	1	0,5
Mulher Cachorra	2	0,5
Maria Batalhão	1	0,5
Mulher de Tostão	1	0,5
Mulher Qualquer	1	0,5
Mulher Fácil	3	1,6
Mulher de Cabaré	1	0,5
Mulher Barata	1	0,5
Mulher de Zona	1	0,5
Mulher que Costura pra Fora	1	0,5
Safada	1	0,5
Bandida	2	1,0
Bregueira	1	0,5
Bicheteira	1	0,5
Garota de Programa	1	0,5
Rateira	1	0,5
Gata	1	0,5
Espingarda	1	0,5
Cesta Básica	1	0,5
Messalina	1	0,5
Mulher da Vida Fácil	5	2,7
Vadia	2	1,0

Fonte: Elaboração própria.

c) ocorrência da variação diastrática das lexias por Gênero/Sexo, Faixa Etária e Escolaridade;

Quadro 3 – Variantes diastráticas de prostituta

Variantes	Gênero / Sexo		Faixa Etária		Escolaridade	
	H	M	1 ^a	2 ^a	1 ^a	2 ^a
Prostituta	X	X	X	X	X	X
Rapariga	X	X	X	X	X	X
Mulher da Vida	X		X	X	X	X
Quenga	X		X	X	X	X
Meretriz	X		X	X	X	X
Rameira	X			X		X
Putá	X	X	X	X	X	X
Piranha	X	X	X	X	X	X
Mulher de Programa	X			X	X	X
Perdida					X	
Vagabunda	X	X	X	X	X	X
Mulher da Vida Livre	X			X	X	
Mulher da Rua	X	X	X		X	
Mulher de Aluguel	X			X	X	
Mulher Galinha	X	X		X	X	X
Mulher Gasolina	X		X		X	
Mulher Cachorra	X	X	X	X	X	
Maria Batalhão	X			X		X
Mulher de Tostão	X			X	X	
Mulher Qualquer	X		X		X	
Mulher Fácil		X	X		X	
Mulher de Cabaré	X			X	X	
Mulher Barata		X	X		X	
Mulher de Zona	X		X		X	
Mulher que Costura pra Fora		X		X		X
Safada	X	X	X	X		X
Bandida		X	X	X		X
Bregueira	X			X	X	
Bicheteira	X			X		X
Garota de Programa	X	X	X			X
Rateira	X			X		X
Gata	X		X		X	

Variantes	Gênero / Sexo		Faixa Etária		Escolaridade	
	H	M	1ª	2ª	1ª	2ª
Espingarda	X			X	X	
Cesta Básica	X			X	X	
Messalina	X			X		X
Mulher da Vida Fácil	X	X	X	X	X	X
Vadia	X		X			X

Fonte: Elaboração própria.

d) A lexia simples **mulher** participa como base para 19 (dezenove) lexias compostas. (Quadro 4).

Quadro 4 – Qualificações de mulher como prostituta

VARIANTE	TOTAL	PERCENTUAIS - %
Mulher de Rua	02	4,5
Mulher Cachorra	01	2,2
Mulher Galinha	02	4,5
Mulher Gasolina	01	2,2
Mulher Qualquer	01	2,2
Mulher de Cabaré	01	2,2
Mulher de Tostão	01	2,2
Mulher de Aluguel	02	4,5
Mulher Fácil	03	6,8
Mulher Barata	01	2,2
Mulher de Zona	01	2,2
Mulher da Vida Livre	01	2,2
Mulher de Programa	03	6,8
Mulher que Costura Pra Fora	01	2,2
Mulher Viva	01	2,2
Mulher da Vida	15	34,0
Mulher da Vida Fácil	05	11,3
Mulher Rapariga	01	2,2
Mulher Vagabunda	01	2,2

Fonte: Elaboração própria.

e) a estruturação das variantes em forma de lexias simples e compostas;

- São **lexias simples**, como em **prostituta, meretriz, puta, perdida, vagabunda, cachorra**;
- São **lexias compostas**, como **mulher da vida, mulher gasolina, mulher barata, mulher de programa**. Apenas **mulher** é lexia simples e serve de base para a estrutura das demais;

f) As **motivações semânticas** para as denominações de prostituta são relacionadas a **conceitos de animais: mulher galinha, mulher cachorra, gata, piranha, rateira**. Podem, também, ser relacionadas a **conceitos financeiros, de dinheiro: mulher barata, mulher de aluguel, mulher de tostão**, ou **relacionados à liberdade ou libertinagem**, como: **mulher da vida livre, mulher da vida fácil, mulher da rua, vagabunda e vadia**.

Considerações finais

Os inquéritos do Atlas Linguístico do Brasil, nas 09 (nove) Capitais do nordeste brasileiro, têm mostrado grande variação lexical, tanto do ponto de vista diatópico como diastrático, ora confirmando resultados obtidos nos Atlas Regionais já publicados ora apresentando novos resultados.

Ao analisarmos do ponto de vista quantitativo e qualitativo as lexias utilizadas pelos informantes para prostituta, podemos chegar às seguintes conclusões, embora parciais:

- a) As lexias **prostituta, rapariga e puta** foram usadas em 100% (cem por cento) das localidades;
- b) As lexias **prostituta, rapariga, puta**, foram usadas por todos os informantes, em todas as faixas etárias, em todos os gêneros/sexos e nas duas faixas de escolaridade;
- c) As lexias **piranha e mulher da vida fácil** nas localidades onde ocorreram, foram usadas em todos os gêneros/sexos e nas duas faixas de escolaridade;
- d) As lexias **perdida, mulher de vida livre, mulher de aluguel, mulher gasolina, Maria Batalhão, Mulher de tostão, mulher qualquer, mulher de cabaré, mulher barata, mulher**

da zona, mulher que costura pra fora, bregueira, rateira, gata, espingarda, cesta básica e messalina foram utilizadas apenas uma vez cada uma;

e) Analisando o uso de variantes quanto ao Gênero/Sexo, vimos que das 37 lexias encontradas, os homens não utilizaram apenas 04 variantes: **perdida, mulher fácil, mulher barata e mulher que costura pra fora**. Já as mulheres, das 37, não utilizaram 22 formas, o que mostra que os homens têm um repertório mais amplo no que diz respeito ao tema, ou, pode ser que os mesmos tenham menos preconceitos e tabus sobre temas de caráter sexual;

f) Analisando o uso das variantes quanto à Faixa Etária, vimos que das 37 formas encontradas, os jovens não utilizaram 16 delas. Os mais idosos das 37 não utilizaram apenas 10. Poder-se dizer, assim, que os mais jovens têm maiores restrições ao uso de termos e expressões considerados tabus;

g) Analisando as variantes quanto ao Nível de Escolaridade, vimos que das 37 formas encontradas, os informantes de baixa escolaridade não utilizaram 10 formas. Os de Nível superior não utilizaram 16 dessas formas, mostrando que há um controle ou mesmo preconceito ou cuidado no uso desse tipo de vocabulário pelos mais escolarizados.

Assim, nossa hipótese para este resultado é a de que, nas Capitais dos Estados Nordestinos, os informantes de sexo masculino, os mais idosos e os de menor escolaridade conhecem ou usam mais variantes que as mulheres, os mais jovens e de maior escolaridade. É provável que estes resultados se confirmem quando analisarmos os informantes das demais capitais do país ou dos pontos do interior.

Ao realizarmos pesquisas deste tipo, mais uma vez, podemos perceber a importância dos Atlas Linguísticos Regionais e especialmente do Atlas Linguístico do Brasil, no resgate da língua portuguesa falada em nosso país, os modos de viver e de sentir do povo brasileiro, com seus costumes, tradições e ideologias, representados por sua linguagem, marcadamente regional, social e cultural.

As pesquisas para o Atlas Linguístico do Brasil, cobrindo todo o território nacional, “do Oiapoque ao Chuí”, no dizer da Profa. Dra. Suzana Alice Marcelino Cardoso, Diretora do Projeto ALiB, feita com métodos e técnicas atuais, numa visão pluridimensional, cumprirá, certamente, papel de mais alta relevância para a história política, social, cultural e linguística de nosso povo e nossa gente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. A. O trabalho da prostituta à luz do ordenamento jurídico brasileiro: realidade e perspectivas. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2349, 12 dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13963>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BIDERMAN, M. T. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO 5198-05**: profissional do sexo. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

CALVET, L.-J. **La sociolinguistique**. Paris: PUF, 1993.

CARDOSO, S. A. M. **Atlas linguístico do Brasil**: ALiB: Projeto. Salvador: Ed. da UFBA, 1998.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil**: questionário. Londrina: EDUEL, 2001.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

OLIVEIRA, A. M. P. P. de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2001. p.107-113.

DE TANJA A CURRALEIRA: UM ESTUDO DAS DESIGNAÇÕES PARA TANGERINA COM BASE NOS DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO MARANHÃO

Conceição de Maria de Araujo RAMOS

José de Ribamar Mendes BEZERRA

Maria de Fátima Sopas ROCHA

Thaiane Alves MENDONÇA

Introdução

O universo das palavras, quanto mais investigado, mais profundo, rico e surpreendente se revela. O conhecimento do léxico de uma comunidade é tarefa que exige tempo, curiosidade e atenção, além de formação técnica e teórica para sua perfeita execução. A realidade linguística é reveladora das formas de pensamento e organização do universo humano, além de permitir a recuperação da história, dos hábitos e dos costumes das comunidades. É ao léxico que cabe a função de “[...] nomear os seres, os objetos, as ações e processos que identificam o mundo fenomenológico e aquele percebido pelo homem.” (KRIEGER, 2006, p. 163). E a geolinguística/dialetologia, por meio dos atlas linguísticos, acrescentam a essas

informações dados de natureza diatópica e social que possibilitam identificar, descrever, analisar e situar uma forma e suas variantes, segundo o uso real da língua. Em outras palavras: com os atlas linguísticos tem-se a contribuição da geolinguística/dialetologia para os estudos lexicais, desde uma perspectiva que põe em evidência o léxico segundo coordenadas espaciais, socioculturais, cronológicas. No caso dos atlas regionais, possibilita registrar fenômenos linguísticos particulares, preservando ao mesmo tempo a história e a tradição locais, ultimamente muito afetadas pela disseminação dos meios de comunicação.

Este trabalho enfoca o léxico sob uma perspectiva dialetal, com base em dados orais coletados *in loco*, para a elaboração de um atlas regional, o Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA.

A análise das unidades lexicais extraídas das respostas dos cinquenta e dois informantes selecionados fundamenta-se nos princípios teórico-metodológicos da Geolinguística e da Lexicografia. Dicionários gerais da língua portuguesa e obras regionais também subsidiam a análise. Este estudo do vocabulário dos maranhenses – habitantes da capital, São Luís, e de mais onze municípios do Estado selecionados para este trabalho – apresenta uma amostra de formas lexicais que fazem parte do léxico ativo dos maranhenses, mas que nem sempre se encontram incluídas nas grandes obras de referência. Esse fato ratifica a inestimável contribuição que os atlas linguísticos podem dar para que se tenha um conhecimento mais circunstanciado do léxico do português brasileiro.

Objetiva-se identificar, descrever e analisar as variantes lexicais registradas e investigá-las sob a perspectiva diatópica.

De tanja a curraleira: considerações gerais

A tangerina é uma espécie cítrica consumida em quase todo o mundo, tanto como suco quanto como fruta fresca. É cultivada na maior parte dos países tropicais e subtropicais, o que facilita a distribuição da fruta para países não produtores. São as frutas mais saborosas do gênero *citrus*, por serem mais doces e menos ácidas

que as outras frutas do grupo, além de serem fáceis de descascar e possuírem alto teor de vitamina C.

A origem da tangerina não é muito clara, pois não se sabe se ela vem de países do sudoeste da Ásia, como Laos ou Filipinas, se são oriundas da China, onde foram guardadas por séculos como preciosidades nos templos chineses, ou se tem origem no sul do Japão. Desembarcou na Europa por volta dos anos de 1800, graças ao inglês Abraham Hume, que importou da China duas variedades da fruta.

São várias as espécies conhecidas popularmente como tangerinas, como: **mexericas do rio** e **montenegrina**, **tangerinas** ou **mandarinas cravo** e **ponkan**, **dancy**, **satsuma**, e o híbrido **tangor-murcote** resultado obtido do cruzamento entre tangerina e laranja. Todas são pertencentes à família *Rutaceae* e representam o segundo grupo de frutas cítricas de importância em área plantada.

Além do consumo *in natura*, as tangerinas são usadas para a extração industrial do suco, da casca e da polpa, que possibilitam o preparo de várias receitas de bolos, de doces e de licores. O óleo extraído da casca verde da tangerina é utilizado para diversas finalidades pela indústria de cosméticos. O bagaço da fruta é usado para preparação de ração para alimentação de bovinos e como iscas para o controle de formigas. As folhas são utilizadas pela medicina popular no preparo de chás calmantes, e das folhas também são extraídos alguns óleos essenciais para a fabricação de cosméticos. A madeira fornece lenha para fogões, lareiras e preparo de carvão vegetal.

Em comparação a frutas de outras espécies, as tangerinas possuem pouca gordura, são pouco energéticas e recomendadas por médicos a pacientes que necessitam de dieta alimentar. São constituídas por carboidratos, ácidos orgânicos, proteínas, gorduras, fibras e diversos minerais.

O principal produtor de tangerina é a China e em seguida a Espanha, o Japão e o Brasil. Em relação a exportações, a Espanha ocupa o primeiro lugar, como principal exportador, sendo seguida por Marrocos, Estados Unidos e África do Sul, que ocupam,

respectivamente, a segunda, a terceira e a quarta posição, segundo informações da FAO (2002).

A safra de tangerinas no Brasil se estende, normalmente, de março a setembro, com concentração nos meses de maio a agosto. Frequentemente, os produtores enfrentam forte queda nos preços no pico da safra. O mercado interno de frutas frescas absorve o maior volume da produção do País.

O cultivo de pomares de tangerinas desempenha um importante papel econômico e social no Brasil, proporcionando aproximadamente 30.000 empregos diretos na área e correlatos à atividade, segundo dados do IBGE (2010).

Em 2010, o Maranhão ocupou uma área de 23 hectares, tendo os municípios de João Lisboa e São Mateus como os mais representativos do Estado na produção de tangerina (GOMES, 2012). Isso porque possuem condições favoráveis para a prática da agricultura, principalmente para o plantio de laranjas e tangerinas, devido às condições climáticas e pedológicas adequadas para esse tipo de cultura. Martins (2003) informa que a *tanja*, como é conhecida em ampla área do Estado, era plantada em grande escala na região do Rio Munim, que abarca os municípios de Morros, Axixá, Icatu.

Do ponto de vista linguístico, verifica-se um número muito significativo de variantes, muitas das quais caracterizadoras da região em que são mais frequentemente utilizadas, embora possam ser encontradas em outras regiões.

Metodologia e *corpus* da pesquisa

Para a realização deste trabalho tomou-se o questionário Semântico-Lexical do ALiMA (QSL), mais especificamente o campo temático **atividades agropastoris**, com o objetivo de investigar as denominações referentes ao conceito expresso na pergunta 30 – “Como se chamam as frutas menores que a laranja, que se descascam com a mão, e, normalmente, deixam um cheiro na mão?”

Foram consideradas as respostas de 52 informantes, selecionados pelos critérios previamente estabelecidos para a elaboração do Atlas Linguístico do Maranhão: pessoas nascidas e vivendo a maior parte de sua vida no município pesquisado, informantes, em número igual, de duas faixas etárias – faixa etária I, de 18 a 30 anos, e faixa etária II, entre 50 e 65 anos – e de dois níveis de escolaridade – ensino superior e fundamental para a capital e apenas fundamental para os outros municípios. Os informantes também são em número igual na distribuição por sexo.

Rede de pontos e obras consultadas

O *corpus* deste trabalho foi constituído pela transcrição dos inquéritos realizados na capital – 8 informantes – e em onze municípios – quatro informantes por município – assim distribuídos pelas mesorregiões maranhenses, conforme mapa a seguir:

Norte – São Luís (MA 1) e Pinheiro (MA 3);

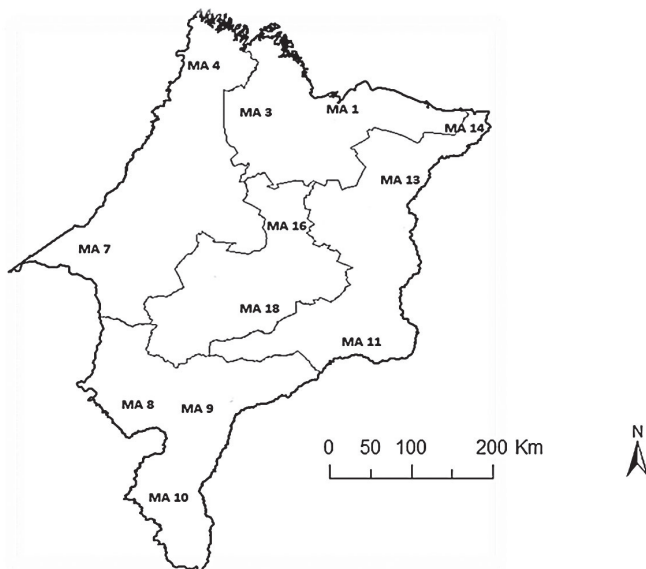
Sul – Alto Parnaíba (MA 10), Balsas (MA 9) e Carolina (MA 8);

Leste – Araiões (MA 14), Brejo (MA 13) e São João dos Patos (MA 11);

Oeste – Imperatriz (MA 7) e Turiaçu (MA 4);

Centro – Bacabal (MA 16) e Tuntum (MA 18).

Figura 1 – Mapa do Estado do Maranhão dividido em mesorregiões, com indicação dos pontos linguísticos pesquisados



Fonte: Elaboração própria.

Foi feita ainda consulta a dicionários gerais, regionais e especializados, além de obras que tratam da agricultura maranhense, tanto em tempos atuais quanto em tempos mais antigos. Dessas últimas destacamos a *Poranduba Maranhense*, de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão, obra produzida na década de 20 do século XIX, e que tem, entre outros assuntos, uma relação das plantas frutíferas encontradas no Maranhão. O *Dicionário Rural do Brasil* é a obra mais atual e especializada (COSTA, 2003). Foram consultados os dicionários gerais *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*; *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*; *Novo Dicionário século XXI: o dicionário da língua portuguesa* e obras sobre regionalismos, como *A Linguagem Popular do Maranhão*, de Domingos Vieira Filho; o *Pequeno Dicionário de termos e expressões populares maranhenses*, de José de Ribamar Martins; o *Dicionário do Nordeste*, de Fred Navarro, e o

Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa, de Adalberto Alves. Finalmente, verificou-se ainda, nos dicionários etimológicos de Antenor Nascentes, Pedro Machado e Geraldo da Cunha, a presença das lexias coletadas nas localidades investigadas.

Análise dos dados

No Quadro 1, a seguir, observa-se a distribuição das lexias coletadas nos municípios maranhenses considerados para a pesquisa.

Quadro 1 – Distribuição diatópica das lexias que recobrem o conceito *tangerina*

VARIANTES	LOCALIDADES											
	NORTE		OESTE		CENTRO		LESTE			SUL		
	São Luís	Pinheiro	Imperatriz	Turiaçu	Bacabal	Tuntum	Ararióses	Brejão	S. João dos Patos	Carolina	Alto Paraibá	Balsas
Tangerina	6	4	3	4	3	3	4	4	3	4	4	2
Tangirina												
Tanjarina												
Tanja	5	3	3	2	4	3		1	3	2		3
Mexerica	2	1	2	2	2		2		1	2		2
Mexirica												
Pocan	1										2	2
Ipocan												
Curraleira											1	
Tanja da Bahia					1							
Laranja-tanja								1				

Fonte: Elaboração própria.

Foram obtidas sete lexias diferentes, algumas das quais apresentando variantes, como é o caso de **tangerina**, que ocorreu também com as formas **tangirina** e **tanjarina**; **mexerica**, também realizada como **mexerica**, e **pocan**, com a variante **ipocan**.

A forma padrão **tangerina** e suas variantes apresentaram o maior número de ocorrências; esta foi ainda a única lexia obtida em todos os municípios, o que parece indicar a sua popularização

e pode apontar para a substituição gradual das designações tidas como mais regionais, como a **tanja**, que teve o segundo maior número de ocorrências, mas já não foi obtida em Araiões. Entre os doze municípios, esta forma se sobrepôs à forma **tangerina**, com uma ocorrência a mais apenas em Bacabal, Balsas e Imperatriz. Em São João dos Patos e Tuntum, as formas **tanja** e **tangerina** obtiveram o mesmo número de ocorrências – três.

Os resultados obtidos no Maranhão ratificam aqueles obtidos por Romano e Aguilera (2009 apud AGUILERA; ALTINO, 2012), com base nos dados do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, que assinalam ter sido **tangerina** a forma mais produtiva e mais frequente encontrada em todas as capitais, embora nem sempre tenha sido a primeira resposta em algumas delas, tendo prevalecido as formas dialetais. Também no Maranhão, apesar do maior número de ocorrências ter sido o da forma padrão **tangerina**, em sete dos doze municípios, **tanja** foi a primeira resposta.

A terceira forma com grande número de ocorrências, dezessete, foi **mexerica** e sua variante **mexirica**. Estas formas só não ocorreram em Alto Parnaíba, Brejo e Tuntum. Com cinco ocorrências em apenas três municípios – São Luís (uma), Alto Parnaíba (duas) e Carolina (duas), as formas **pocan** e sua variante **ipocan** são, certamente, variantes de **ponkan**, um tipo de tangerina de família botânica diferente da **mexerica**, dicionarizada como **poncã** e descrita como uma variedade de tangerina, grande e de casca frouxa, originária do Japão (HOUAISS; VILLAR, 2001).

As lexias **laranja-tanja**, **tanja da Bahia** e **curradeira** tiveram apenas uma ocorrência, em municípios diferentes: **laranja-tanja**, em Brejo, **tanja da Bahia**, em Bacabal, e **curradeira**, em Alto Parnaíba. Sobre a origem e motivação desta última lexia, só foi possível apurar que designa coisas díspares, como a mulher tratadora de curral, danças rústicas do interior de São Paulo e de Goiás, uma raça bovina originária do Vale do São Francisco e um arbusto nativo do Brasil. Não foi possível, no entanto, identificar a relação com a fruta. É necessário, portanto, dar continuidade à investigação tanto da motivação da forma **curradeira** como da possível ocorrência dessa variante em outras localidades maranhenses onde

a pesquisa de campo ainda não foi realizada, pois, como afirma Rossi (1976 apud CARDOSO, 2010, p. 45), “[...] o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou área.”

Quadro 2 – Dicionarização das lexias

VARIANTES	DICIONÁRIOS			OUTRAS OBRAS
	HOUAISS	FERREIRA	AULETE	
CURRALEIRA				
LARANJA-TANJA				
MEXERICA	X	X	X	
POCAN	X			
TANGERINA	X	X	X	Dicionário Rural do Brasil
TANJA				Pequeno Dicionário de termos e expressões populares maranhenses

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, no Quadro 2, só estão presentes nos dicionários gerais as formas mais populares em todo o território nacional, que foram também as mais frequentemente encontradas no Maranhão. A segunda designação mais frequente no Maranhão, a **tanja**, tida como um regionalismo do Maranhão e do Piauí, aparece apenas no dicionário específico de termos e expressões populares maranhenses. Foram consultadas ainda outras obras como a *Linguagem Popular do Maranhão* de Domingos Vieira Filho (1958), que não registra a lexia e também não menciona a fruta em suas principais obras que tratam, entre outros assuntos, dos frutos da terra, doces e pratos regionais, e o *Dicionário do Nordeste* de Fred Navarro (2004), também sem resultado.

Também na *Poranduba Maranhense*, obra do século XIX, que apresenta uma relação das árvores frutíferas encontradas no Maranhão, não há referência à **tanja**, **tangerina** ou a qualquer

das outras formas coletadas nos municípios pesquisados. A única referência à planta cítrica é à laranja e, por extensão, ao limoeiro, mas é interessante observar a análise, que se aplica a todas as plantas cítricas: “Laranja, produz aqui muito bem. É doce e azeda, ambas muito boas. Todas as plantas de espinho produzem aqui muito bem. O limoeiro, que em sítios úmidos produz todo o ano, tem folha e fruto miúdos; mas este é muito fino.” (PRAZERES, 1946, p. 159).

Os dicionários gerais registram uma grande variedade de formas, mas não mencionam **tanja**, seus derivados, como **laranja-tanja** e **tanja da Bahia**, e registram **curradeira**, entre outras acepções díspares, como arbusto (*Crotonantisyphiliticus*) da família das euforbiáceas, nativo do Brasil e encontrado de Pernambuco ao Rio Grande do Sul, a Minas Gerais e a Goiás, também conhecida como **alcânfora-da-baía**, **alcanforeira**, **cocalera**, **erva-curradeira**, **erva-mular**, **mercúrio-do-campo**, **pé-de-perdiz**. Nenhuma dessas designações, no entanto, coincide ou se assemelha às designações obtidas para **tangerina**.

Foram encontradas designações coletadas nos municípios objeto da pesquisa, mas os dicionários gerais registram ainda as seguintes formas:

Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa – tangerina, mandarina, mexerica, mimosa e bergamota;

Novo Dicionário século XXI: o dicionário da língua portuguesa – tangerina, bergamota ou vergamota, laranja-cravo, laranja-mimosa, mandarina, mexerica e mimosa;

Dicionário Houaiss da língua portuguesa – bergamota, laranja-cravo, laranja-mimosa, mandarina, mexerica, mimosa, tangerina-cravo, tangerina do rio e vergamota.

Foram consultados também dicionários etimológicos, na tentativa de esclarecer a origem de algumas das lexias encontradas. Os dicionários não registram as mesmas formas. O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes (1952, 1955), registra **tangerina** de tangerina (laranja), laranja oriunda de Tânger, cidade do norte da África, e **bergamota**, oriunda do turco *begarmudy*, pera do senhor, através do italiano, mas informa ser

falsa a atribuição à cidade de Bérghamo. As outras obras consultadas, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha (1986), e *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de José Pedro Machado (1989), repetem essas informações, mas Cunha acrescenta **mexerica** como deverbal de **mexericar**, justificando o nome pelo fato de o odor forte da fruta denunciar quem a comeu.

Apesar de esses autores concordarem com a origem de tangerina como laranja de Tânger, o *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, de Adalberto Alves (2013, p.811), registra *tangerina* acrescentando entre parênteses a forma *tanja* de Tânger e descrevendo a fruta como “[...] variedade híbrida de laranja cujo tamanho e sabor estão entre os da laranja e o da tangerina.” Como se pode ver, não há consenso na dicionarização das formas lexicais encontradas nos municípios pesquisados, apesar de haver uma grande riqueza de formas, além daquelas coletadas.

Considerações finais

A análise das variantes de **tangerina** confirma a importância dos estudos geolinguísticos/dialetais, especialmente aqueles que levam à elaboração de atlas linguísticos, para o aprofundamento do conhecimento do léxico e como contribuição para o trabalho do lexicógrafo, permitindo a realização de dicionários mais completos e precisos.

O número de realizações das lexias obtidas revela a predominância da forma padrão, mas acompanhada de muito perto da forma dialetal **tanja**, considerada a mais tipicamente representativa do falar maranhense. Esta tendência confirma-se ainda pela realização de **tanja** como primeira resposta em sete dos doze municípios pesquisados. Acredita-se assim que, apesar da influência dos meios de comunicação que reduzem as diferenças e globalizam relativamente a língua, ainda é realidade um falar maranhense com marcas que se distribuem diatopicamente pelo Estado, como uma forma de afirmação de identidade.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. de A.; ALTINO, F. C. Para um atlas pluridimensional: pesquisas e pesquisadores. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 871-889, 2012.

ALVES, A. **Dicionário de arabismos da língua portuguesa**. Lisboa: INCM, 2013. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=LzveAgAAQBAJ&pg=PA811&lpg=PA811&dq=laranja+tanja&source=bl&ots=QgnMFW4jqB&sig=NBSrMMqHv2vXTIQ5EDSrE0_iYqo&chl=ptBR&sa=X&ei=GxP_U6WeBYPGgwTFrIKYAw&sqi=2&ved=0CFYQ6AEwDA#v=onepage&q=laranja%20tanja&f=false>. Acesso em: 28 ago. 2014.

AULETE, C. **Novíssimo Aulete**: dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.

CARDOSO, S. A. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

COSTA, J. da. **Dicionário rural do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED STATES [FAO]. **FAOSTAT Statistical data bases**: Agricultura. 2002. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/007/y5143s/y51430z.htm>>. Acesso em: 22 maio 2014.

GOMES, R. da S. Tangerina. In: OLIVEIRA JÚNIOR, E. et al. (Org.). **Hortaliças e frutas**: retrospectivas, procedência e cenários de produção no Maranhão. São Luís: Ed. da UFMA, 2012. p. 137-153.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Produção agrícola municipal (2009)**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/home/estatística/economia/pam/2009/default.shtm>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

KRIEGER, M. da G. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. C. de. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 157-171.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MARTINS, J. R. **Pequeno dicionário de termos e expressões populares maranhenses**. 2003.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955. v. 2.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1952. v. 1.

NAVARRO, F. **Dicionário do Nordeste**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

PRAZERES, F. F. de N. S. dos P. Poranduba Maranhense. Separata de: **Revista de Geografia e História**, São Luís, n. 1, p.1-188, dez. 1946.

VIEIRA FILHO, D. **Linguagem popular do Maranhão**. 2. ed. rev. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1958.

LEXIAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS MARANHENSE

Flávia Pereira SERRA
José de Ribamar Mendes BEZERRA

Introdução

Este estudo é um recorte de uma pesquisa de iniciação científica¹ mais ampla intitulada *O Atlas Linguístico do Maranhão: em busca do léxico de origem africana*, que tem como objetivos: (i) pesquisar as relações das línguas africanas com o português brasileiro e em particular com a variedade falada no Maranhão e (ii) oferecer subsídios à investigação das bases linguísticas do léxico da língua portuguesa.

O tema do trabalho, fundamental para uma melhor compreensão do português brasileiro, justifica-se, por um lado, porque a história de uma língua se explica por meio da história social e política do povo que a usa, e, por outro, porque são “[...] os africanos e os afrodescendentes os agentes principais da difusão do português no território brasileiro, na sua face majoritária, a popular ou vernácula.” (SILVA, 2004, p. 106).

Convém ressaltar que a presença de africanos e afrodescendentes, no Brasil, foi e é expressiva. Segundo o censo oficial de 1823

¹ Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), por meio de uma bolsa de Iniciação Científica, processo BIC-02655/13.

(CASTRO, 2001), a introdução de africanos no Brasil originou um contingente populacional de 75% de negros e mestiços em relação ao número de portugueses e outros europeus. Dados de 2010 da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República indicam que 51% da população brasileira é formada por negros.

Apesar da incontestável evidência da herança africana na formação da sócio-história do Brasil e da variedade do português falado no País, ainda há muito por investigar e muitos desafios por vencer, tanto em relação à etimologia de vocábulos de origem africana quanto à vitalidade e distribuição diatópica desses vocábulos. Nessa perspectiva, os atlas linguísticos, ao oferecerem aos estudiosos, ao mesmo tempo, uma visão sincrônica e uma visão diacrônica dos fatos da língua, proporcionam a reconstituição de antigas fases da língua que podem ajudar-nos a situar as palavras – diatópica e cronologicamente – e a reconstituir-lhes a gênese. (SILVA NETO, 1957). Nesse sentido, os dados dos atlas linguísticos brasileiros constituem-se em uma importante ferramenta para dar respostas às questões postas sobre a presença das línguas africanas na formação do português brasileiro.

Buscando colaborar com as discussões sobre a contribuição da herança africana na variedade do português falado no Maranhão, este estudo busca investigar a presença de lexias africanas no português falado no Maranhão e a distribuição diatópica dessas lexias no Estado. Para isso, o presente relatório se organiza da seguinte forma: no primeiro tópico apresentamos, brevemente, algumas ideias de estudiosos que investigam a presença africana no léxico do Português Brasileiro; no segundo tópico, apresentaremos os objetivos desta pesquisa; no terceiro tópico, abordaremos influências de línguas africanas no Brasil; no quarto tópico, apresentaremos os procedimentos teórico-metodológicos que orientam nosso estudo; no quinto, examinaremos a amostra que compõe este trabalho; e, por fim, no último tópico, teceremos considerações relativas à presença de lexias africanas no português do falado no Maranhão.

A presença africana no Brasil

De acordo com Santos (1985), o Brasil estava em processo de descobrimento e colonização quando os portugueses também estavam descobrindo e colonizando a África. Como, na época, a principal mercadoria oferecida pelo continente africano era gente, seres humanos, os portugueses se valeram disso para intensificar o tráfico negreiro, resolver o problema da mão-de-obra e lucrar ainda mais com a atividade, facilitando o processo de colonização.

A partir deste momento, milhares de negros foram trazidos ao Brasil em navios de péssimas condições e, quando chegavam em terras brasileiras, eram vendidos e tratados como uma mercadoria qualquer. Uns escravizados para a lavoura, canaviais, para as casas-grandes, enquanto outros se tornavam pescadores, artesãos que trabalhavam produzindo e vendendo seus produtos, porém, obviamente, trazendo o lucro para seus donos.

A escravidão durou séculos, atingindo seu ápice no Brasil por volta de 1870, quando já tinha perdido força nas outras partes do mundo. Em 1880, o Brasil era o único país que ainda possuía escravos. Porém, com a mudança no sistema econômico e a ascensão do capitalismo, a escravidão foi deixando de ser lucrativa, até que, no ano de 1888, ela deixou de existir legalmente no país.

Dos escravos importados para o Brasil, a maioria era proveniente da África Ocidental e Central, pertencentes, principalmente, aos grupos bantos e sudaneses. E, dentre estes grupos, existe uma diversidade de línguas que foram trazidas junto com seus povos, como quicongo, quimbundo, umbundo, protobanto, ewe-fon, iorubá, entre outras.

A presença negra no Maranhão

O Maranhão foi um dos maiores importadores de negros africanos na época da escravidão, tendo o seu maior destaque nos séculos XVIII e XIX, quando o tráfico foi mais intenso, devido ao desenvolvimento da lavoura, ocasionando a necessidade da mão-de-obra e contribuindo, assim, para o crescimento da população

negra no Estado, no período colonial. Segundo Mário Meireles (apud SANTOS MELO, 2004), a maioria dos negros trazidos para o Maranhão eram provenientes de Angola e dos reinos da África Ocidental, onde hoje estão localizadas a Nigéria, Guiné-Bissau, Togo e Benin.

Apesar de não existirem estatísticas confiáveis ou diagnósticos conclusivos sobre a importação de escravos africanos para as terras maranhenses, Santos Melo considera três grupos etnológicos que podem ter sido os principais componentes do contingente de escravos:

- Os dos sudaneses, que engloba os nagôs ou iorubás, os jejes ou daomeanos e os fanti-ashanti;
- Os dos bantos, que compreende os angolas, congos, moçambiques e cambindas;
- Os dos sudaneses islamizados, que envolve os hauçás, tapas, mandingas e fulatas. (SANTOS MELO, 2004, p. 99).

Vale destacar que os iorubás foram trazidos em grande quantidade para o Estado e, possivelmente, foram os principais responsáveis pela inserção da religião dos orixás que, atualmente, faz parte da cultura maranhense, sobretudo, nas comunidades negras.

Tendo em vista esse panorama, podemos observar forte presença do negro no Brasil e no Maranhão. Além da importância social, econômica e cultural, a presença africana contribuiu para a língua(gem), principalmente na área do léxico.

A influência de línguas africanas no português brasileiro

Bonvini e Petter (1988 apud SILVA, 2004) estimam que foram trazidas ao Brasil, com o tráfico de escravos, por volta de 200 a 300 línguas africanas que abarcam duas grandes áreas de procedência: (i) a área oeste-africana, que abriga um grande número de línguas tipologicamente diversificadas e entre as quais se destacam ewe, yorubá, e (ii) a área banto, que abarca línguas tipologicamente homogêneas, como o kicongo, o kimbundum, o umbundo.

Considerando essa realidade do Brasil Colônia, os estudiosos afirmam que a influência africana no Português Brasileiro ocorreu paralelamente à importação de escravos africanos. Estes trouxeram consigo sua língua e cultura, mas foram forçados a viver outra realidade e a conviver com uma língua diferente das diversas línguas étnicas que para cá trouxeram. Assim, nessa situação de contato linguístico que se estabelece no Brasil a partir da segunda metade do século XVI, os empréstimos linguísticos foram inevitáveis e, como evidencia Bonvini, com relação a essa situação de contato de línguas,

Na ocasião de sua ocorrência, trocas de termos entre falantes de línguas africanas e falantes da língua portuguesa multiplicaram-se porque as exigências de trabalho ligadas à escravidão obrigavam uns e outros a uma constante relação de interdependência em função das numerosas facetas da vida quotidiana. (BONVINI, 2008b, p. 103).

A partir dessas tentativas de comunicação, novos vocábulos foram introduzidos progressivamente no português falado no Brasil e, ainda segundo Bonvini (2008b, p.142), desses vocábulos emprestados, muitos passaram por um “[...] profundo remanejamento tanto no plano formal quanto no plano semântico. Por isso eles se integraram totalmente ao português.” É, assim, vasta a influência do negro em nosso português, como afirma Raimundo (1933), um dos primeiros a estudar as línguas africanas e sua presença no Português Brasileiro. Hoje, percebemos uma grande riqueza das línguas africanas nas manifestações culturais de comunidades negras, como na Casa das Minas, onde os cânticos são em língua africana. De acordo com Petter (2006/2007, p. 63),

As línguas africanas, utilizadas hoje ritualmente, mantêm-se como veículo de expressão dos cânticos, saudações e nomes iniciados, principalmente, podendo também servir como meio de comunicação entre os adeptos da mesma comunidade de culto.

Convém ressaltar que o contato do português falado no Brasil com as línguas africanas não se faz presente apenas no acervo lexical do português. São muitos os estudiosos que se dedicam à pesquisa da presença africana em outros níveis de análise linguística como, por exemplo, no nível morfossintático, em que examinam questões como a concordância de gênero e de número, a concordância verbal, a negação, o emprego do subjuntivo, dentre outros tópicos (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009).

É, contudo, o nível semântico-lexical que atrai nossa atenção, pois, como assinalamos na introdução deste estudo, há, ainda, nesse âmbito, muito por investigar tanto no que concerne à etimologia dos vocábulos cuja origem é apontada como sendo africana como no que diz respeito à vitalidade e distribuição diatópica desses vocábulos.

Procedimentos metodológicos

Para investigar a presença e a vitalidade de lexias oriundas de línguas africanas que contribuem para formação do léxico do português brasileiro, em particular da variedade falada no Maranhão, estruturamos a pesquisa em quatro momentos:

- Pesquisa bibliográfica no âmbito da linguística, em livros, teses, dissertações, artigos, especialmente nos campos da geolinguística/dialetologia, sociolinguística, lexicologia e de estudos sobre as línguas africanas e sua presença no português brasileiro.
- Identificação das questões do Questionário Semântico-Lexical do ALiMA (QSL) que podem suscitar o aparecimento de lexias de base africana.
- Levantamento, com base no QSL, das lexias (e suas variantes) oriundas de línguas africanas presentes no banco de dados do ALiMA.
- Análise do *corpus* selecionado para a pesquisa.

Os estudos de Castro (2001), Bonvini (2002, 2008a, 2008b) e Petter (2002) subsidiam nosso trabalho de identificação das lexias de origem africana no *corpus* constituído para o ALiMA.

O *corpus* da pesquisa foi extraído do banco de dados do Projeto ALiMA, com a seleção de um município por mesorregião do Estado, o que nos possibilita ter uma visão mais ampla da questão estudada. Assim foram selecionados os seguintes municípios/ pontos linguísticos do atlas estadual: Pinheiro (mesorregião Norte), Alto Parnaíba (mesorregião Sul), Bacabal (mesorregião Centro), Araioses (mesorregião Leste) e Imperatriz (mesorregião Oeste).

Quadro 1 – Questões do QSL selecionadas para a pesquisa

Número da questão	Campo semântico	Pergunta
056	Fauna	Como se chama a ave de criação parecida com a galinha, de penas pretas com pintinhas brancas?
098	Corpo humano	Como se chama essa parte alta do pescoço do homem?
118	Corpo humano	Como se chama o órgão sexual feminino?
127	Ciclo da vida	Como se chama o filho que nasceu por último?
128	Ciclo da vida	Como se chama uma criança de 5 a 10 anos do sexo masculino?
161	Religião e crença	O que certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas?

Fonte: Elaboração própria.

Consideramos quatro informantes por município, todos alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a sexta série do ensino fundamental. Eles estão distribuídos em duas faixas etárias – faixa I, de 18 a 30 anos, e faixa II, de 50 a 65 anos – e em dois sexos – homens e mulheres. Consideramos também como requisito essencial que os sujeitos sejam naturais das localidades pesquisadas.

O QSL do ALiMA, instrumento usado para coleta dos dados, é composto por 227 questões que se distribuem em 14 campos semânticos. Para a pesquisa, selecionamos seis perguntas de quatro campos semânticos (CS) diferentes, que nos possibilitaram perceber a presença de lexias africanas no português do Maranhão.

Lexias africanas no português maranhense

Como é sabido, a questão da etimologia de muitos vocábulos considerados como de origem africana ainda é polêmica. Então, a elaboração do quadro, a seguir, teve como suporte os trabalhos de Castro (2001), Bonvini (2002 e 2008) e Petter (2002). Seguimos, mais diretamente, a proposta de Castro (2001) que, ao elaborar um vocabulário afro-brasileiro, tendo como referência a Bahia, chama a atenção para o fato de que nem todos os itens lexicais repertoriados no vocabulário são, de fato, **lexias africanas**, já que nele estão incluídos vocábulos que constituem o que a autora denomina **decalques ou aportes por tradução**² e os casos de itens **híbridos**, formados com um elemento africano mais um elemento português. Desse modo, no Quadro 2, a seguir, o *italico* destaca os casos de **hibridismos** e de **decalques ou aportes por tradução**.

Quadro 2 – Distribuição das lexias por questão e localidade

Questão	Pinheiro (norte)	Alto Parnaíba (sul)	Araioses (leste)	Imperatriz (oeste)	Bacabal (centro)
056	guiné angola <i>capote</i>	guiné <i>capote</i>	<i>capote</i>	guiné <i>angolista</i>	guiné angola <i>capote</i>
098	gogó	gogó	gogó	gogó	gogó
118		boceta tabaco xoxota	tabaco xoxota		boceta <i>tabacuda</i>
127	caçula	caçula	caçula	caçula	caçula
128			moleque		
161	<i>macumba</i> <i>macumbage</i> <i>mondogaria</i>		<i>macumba</i> <i>despacho</i>	<i>macumba</i> <i>despacho</i>	<i>macumba</i> <i>despacho</i>

Fonte: Elaboração própria.

² Segundo Castro (2001, p. 105), “Há decalque linguístico quando, para denominar uma noção ou um objeto novo, uma língua A (aqui, o português) traduz uma palavra simples ou composta pertencente a uma língua B (aqui, as línguas africanas).”

Como podemos observar, há uma presença significativa de lexias africanas no falar maranhense, que se encontram bem distribuídas por todas as mesorregiões do Estado. Em se tratando das questões 98 e 127, obtivemos, respectivamente, o percentual de 70% de realização do vocábulo **gogó** e 90% de ocorrência da forma **caçula**.

As formas **gogó**, **tabaco**, **caçula**, **moleque** e **xoxota** são todas, segundo Castro (2001), aportes³ africanos de origem banto, isto é, apresentam o mesmo sentido que têm em sua língua original.

Dentre os casos de **decalque** ou **aporte por tradução**, vale destacar a forma **despacho**, registrada em três das cinco mesorregiões maranhenses. Segundo Castro (2001, p.105, grifo do autor), esse vocábulo, “[...] cujo sentido de *envio* tomou talvez aquele de *oferenda* (envio às divindades) por decalques dos itens de base africana *bozó* e *ebó* (fon-iorubá).”, exemplifica, de fato, um caso de decalque. E **macumba**, que significa a “reza, invocação” originalmente, teve seu sentido alterado ao ser adaptada à realidade dos informantes, e passou a significar “feitiçaria, magia negra”.

Convém ressaltar que vocábulos como **boceta** e **capote**, este último com ocorrência em quatro das cinco mesorregiões, fazem parte, como evidencia Castro (2001), do cotidiano da comunidade negra e da linguagem afro-religiosa.

Encontramos também os casos de **hibridismos**, como: **angolista** (questão 56), formado pelo vocábulo africano **angola**, termo banto que se refere ao país do sudoeste da África, mais o sufixo português **-ista**, que é bastante produtivo na língua, entrando na formação tanto de substantivos e adjetivos, e **mondogaria** (questão 161), formado pela palavra **mondongo**, também de origem banto, que se refere “[...] as veias, tendões, membranas, nervos, fígado e coração de certos animais, esses últimos sendo oferecidos em sacrifício a um grande chefe ou a um *inquire*.” (CASTRO, 2001, p. 208, grifo do autor), mais o sufixo português **-aria**.

³ De acordo com Castro (2001, p. 105), “Há aporte linguístico quando um falar A (aqui, o português) utiliza e termina por integrar uma unidade ou um traço linguístico que existia antes num falar B (aqui, cada língua africana em questão) e que A não possuía.”

Convém destacar que, apesar de a maioria dos negros escravos que foram trazidos ao Maranhão serem de origem sudanesa, a maior parte das lexias africanas selecionadas para este artigo são de origem banto, como **angola**, **tabaco**, **xoxota**, **caçula**, **moleque** e **macumba**. Apenas **gogó**, com ocorrência em todas as mesorregiões, possui origem diferente, pois pertence ao grupo linguístico kwa, falado entre os povos sudaneses.

Considerações finais

A língua, como destaca Levi-Strauss (apud CÂMARA JÚNIOR, 1995, p. 188), “[...] é a um tempo resultado, parte e condição da cultura.” É justamente essa natureza da língua que possibilita a seus usuários, por meio dela, veicularem seus valores, sua cultura. Nessa perspectiva, e considerando a presença maciça de línguas étnicas africanas no Brasil colonial, comungamos com a ideia de Fiorin e Petter (2008, p. 9), quando afirmam, ao prefaciá-lo o livro *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*, que “As palavras africanas que aqui se perpetuaram não fazem parte apenas de uma lista de lexemas, mas constituem, antes, uma maneira de conceituar, de categorizar a realidade, cuja presença pode ser observada até mesmo quando nenhuma forma linguística africana pode ser identificada.”

A língua que falamos hoje é o resultado do contato que aqui se deu/dá de povos, línguas e culturas diversas; da contribuição, muitas vezes anônima, de todos aqueles que construíram/constroem este Brasil de muitos rostos e muitas vozes. Muitas das palavras que fazem parte de nosso cotidiano têm sua origem em diferentes grupos linguísticos africanos e muitas outras podem ser citadas além das que foram listadas neste trabalho, e isso é uma prova cabal de que não podemos negar o papel que o negro representa na realidade histórica, linguística cultural do Brasil e, principalmente, do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BONVINI, E. Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, EDUSP; Pontes, 2002. p. 147-162.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 15-62.

BONVINI, E. Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 101-144.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. A conferência de Indiana entre antropólogos e linguistas. **Revista Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, v. 1, tomo 2, p. 188-189, dez./1955.

CARDOSO, S. A. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Topbooks, 2001.

FIORIN, J. L.; PETTER, M. **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. **África: Revista dos Estudos Africanos**, São Paulo, p. 63-89, 2006/2007.

PETTER, M. M. T. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. (Org.).

História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro.

São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002. p. 123-145.

SANTOS, J. R. dos. **História do negro no Brasil.** São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1985.

SANTOS NETO, M. **O negro no Maranhão:** a trajetória da escravidão, a luta por justiça, e por liberdade e a construção da cidadania. São Luís: Clara, 2004.

SILVA, R. V. M. e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA NETO, S. da. **Guia para estudos dialetológicos.** 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

ANGLICISMOS NA MODA ITALIANA: ESTUDO DA REVISTA *VOGUE ITALIA* E DO *BLOG THE BLONDE SALAD*

Vivian ORSI
Júlia Reis SCHIAVETTO
Isabela Menezes FORMIGONI

A história e a evolução da moda

A palavra “moda”, segundo Vergani (2010), apareceu pela primeira vez em 1482, para indicar um tipo específico de roupa. Para o autor, pouco mais de 70 anos depois, fala-se de “moda nova” e de “seguir a moda”. Na Itália, a palavra chega na metade do século XVI e contempla a fugacidade e a novidade.

No contexto italiano, Donnanno (2001) afirma que, com o Renascimento atingindo amplamente a França e a Inglaterra e atuando nas manifestações ligadas ao estilo de vida, inclusive na moda, a Itália demarcou seu espaço.

Entre os séculos XVII e XX, porém, a Itália perdeu a sua força e a França assumiu o seu papel no continente. Em relação à moda, a Itália se tornou um país marginal. A moda italiana renasceu somente depois da Segunda Guerra, quando começaram a ser criadas as condições para produção de itens inovadores.

O processo de renovação foi favorecido, na verdade, pela relação que o país estabeleceu com os Estados Unidos. Segundo Morini (2010), ao final das hostilidades, os Aliados começaram a fornecer comida e matéria prima, mas foi com o plano Marshall, de 1947, que as ajudas se intensificaram. Por meio de um complexo sistema de créditos, os Estados Unidos colocaram à disposição financiamentos e maquinários, mas, sobretudo, assumiram o papel de modelo para modernizar o sistema produtivo italiano. O objetivo era de transformar as modalidades de consumo que a Itália seguia há séculos. Assim, em poucos anos depois da guerra, os ateliês de costura italianos reabriram e outros foram criados.

O ano de 1947 foi representativo para a Itália: em agosto uma famosa revista norte-americana dedicou um artigo ao país, o que colocou a moda romana ao lado de grandes indústrias. A influência americana na cultura, no modo de vestir e na produção aumentou.

E foi dessa maneira que a moda se firmou – e tem se firmado – como elemento que ultrapassa a barreira das frivolidades.

Nesse sentido, Garcia e Miranda (2007, p. 15) acreditam que, como fenômeno de linguagem,

[...] a moda torna-se não somente instrumento de documentação da passagem humana sobre a terra, mas sim ferramenta fundamental para que o homem dribla a indiferença, o isolamento e mesmo a morte – física ou social – com o estabelecimento de vínculos com os seres, os objetos e as instituições que o cercam.

Wajzman (2005) considera que a cultura pós-moderna, em comunhão com o avanço tecnológico, molda a mentalidade da sociedade por meio de uma linguagem singular. E a linguagem da moda reflete essa nova característica.

Léxico e neologismos

Por ser especialmente uma atividade social, a moda permite o estudo de seus produtos culturalmente significativos e de seus integrantes (aqueles que participam das atividades ligadas à moda).

Ademais, a isso se acrescenta também o exame de seu léxico, marcado por movimentos de expansão, atualização e modificação, com fundamento nos processos disponibilizados na língua comum.

Em consequência, a moda, criados seus alicerces, estabeleceu-se como um veículo de organização social e um sistema de comunicação, assim como o léxico a que pertence.

Nesta senda, refletimos primeiramente sobre a ciência maior em que se enquadra nossa pesquisa: a Lexicologia, considerada a ciência que estuda as unidades lexicais de uma ou várias línguas, seja no que tange ao significado ou ao significante, ou seja, o léxico em todos os seus aspectos.

Dada a sua completude, o léxico é o elemento capaz de traduzir, dentro das línguas, as relações de ordem econômica, social e política que existem entre as diversas classes sociais. Logo, podemos supor que sem léxico não haveria língua.

De tal sorte, confirmamos com Carvalho (1989, p. 22), o fato de que “[...] o léxico de uma língua é como uma galáxia, vive em expansão permanente por incorporar as experiências pessoais e sociais da comunidade que a fala.”

Assim, o léxico de um idioma não se amplia somente por meio do acervo já existente: os contatos entre as comunidades linguísticas se refletem em novas criações lexicais, os chamados neologismos, que resvalam no desenvolvimento do conjunto lexical de uma língua.

Neologismo é uma nova unidade introduzida num idioma, podendo ser, para Carvalho (1989), uma nova forma (neologismo formal) ou um significado novo (neologismo semântico), que surge devido à necessidade de nomear novos conhecimentos e situações – o que propicia que a língua se torne mais rica e expressiva. Ele pode ser criado na própria língua ou importado de uma estrangeira. Entre esses neologismos encontram-se os processos de adoção ou empréstimo.

Em relação ao léxico da moda, vemos que é muito dinâmico e apela comumente ao uso de estrangeirismos, em especial ao francês (galicismo) e ao inglês (anglicismo), sendo este nosso objeto.

O empréstimo, dentro do universo da moda, permanece geralmente escrito na sua forma original e é sentido como elemento estrangeiro em relação ao sistema linguístico no que diz respeito à escrita. Na verdade, pelo que se refere à forma fônica, há sempre algum tipo de adaptação. Carvalho (1989) exprime que a adaptação fonológica é efetuada pelo falante comum ao sistema de sua própria língua materna, sem preocupação de fidelidade, por exemplo, à pronúncia da língua de origem.

Usando as palavras de Ribeiro e Alcantara (2006, p. 3), podemos afirmar que

[...] o uso de anglicismo demarca as diferenças entre as classes sociais, além disso, hoje em dia é considerado 'chique' falar algumas palavras em inglês, mesmo que existam possíveis sinônimos na língua pátria, por preferir o *glamour* do sotaque estrangeiro, e o símbolo de status a que estão associadas.

E uma das estratégias linguísticas usadas para tornar atraente o texto de moda consiste, de fato, dentre os tipos de empréstimos possíveis, no uso de anglicismos. A intenção é de conferir fascínio aos serviços de moda.

Assim, considerando os fundamentos teóricos apresentados, pretendemos nesta pesquisa recolher e examinar comparativamente os anglicismos encontrados nas duas mais importantes publicações italianas atuais de moda: a revista *Vogue Italia* e o *blog* de moda *The Blonde Salad*, com vistas a aferir as circunstâncias, as motivações e a frequência com que são empregados.¹

A presença de anglicismos na revista *Vogue Italia*

É na Alemanha, em 1667, que surge a primeira revista. Em meados de 1670 surge então a revista multitemática e no início do século XIX os títulos sobre interesses gerais, que tratavam de entre-

¹ Ressaltamos que reflexões semânticas estão presentes em nossas considerações sobre os anglicismos, mas não foi o escopo deste trabalho oferecer um estudo sobre a sua semântica lexical, assim como não intencionamos fazer exames sobre sua fonologia, morfologia, sintaxe ou qualquer outro componente gramatical.

tenimento às questões de vida familiar, começam a ganhar espaço. A primeira revista brasileira, chamada *As variedades ou Ensaios de Literatura*, foi criada em 1812 e, na verdade, possuía um caráter muito mais erudito e literário.

A imprensa feminina, que será aqui o nosso objeto de estudo, aparece no fim do século XVII com a publicação semanal do jornal *Lady's Mercury* em Londres. Este foi o primeiro periódico destinado ao público feminino. Este segmento destinado às mulheres logo ganhou o posto de termômetro social, pois todas as novidades lançadas eram incorporadas e disseminadas por ele. Observamos também que a imprensa passa a servir de canal de expressão e acompanha mudanças, como a conquista de espaço na sociedade e acesso ao mercado de trabalho, vivenciadas pelas mulheres.

Assim, em 1892 é lançado em Nova Iorque um pequeno folheto de moda, com aproximadamente 30 páginas, destinado às mulheres da alta sociedade. Esta era a revista *Vogue* que mais tarde teria edições em mais outros 21 países.

A revista tinha como tema principal a moda, a vida e o *design* e era semanal. Com o seu lançamento, a moda se popularizou e o conteúdo da revista aumentou, tornando-a quinzenal. Após ser adquirida pelo grupo *Condé Nast Publications* a publicação passou de pequena para uma das revistas de moda mais influentes do século XX.

A partir dos anos 60 a revista, acompanhando a revolução sexual da época e abordando uma moda mais contemporânea, passa a ter um apelo mais jovem, tornando-se a “Bíblia da Moda”. Na Itália, a *Vogue* é lançada em 1964.

Tendo em vista a importância desta revista para a imprensa feminina e o que ela representa histórica e socialmente, tomamos a *Vogue Italia* como nosso objeto de estudo. Abordamos brevemente aqui a perceptível mudança na linguagem e no uso de estrangeirismos.

Primeiramente, deixamos claro que, sendo nos anos escolhidos a revista uma publicação mensal, escolhemos analisar por amostragem, ou seja, separamos algumas edições e as descrevemos. Foram

recolhidas edições de 1965, 1969, 1972, 1984, 1985, 1991, 1994, 2001, 2013 e 2014.

Começamos a nossa análise pelos anos de 1965 e 1969, representando os primeiros anos de revista *Vogue Italia*. Vemos nestes primeiros anos de publicação que a linguagem utilizada era algo que se aproximava ao literário com muitas descrições e grandes legendas para as imagens. Observamos o recorrente uso de adjetivos que vinham a valorizar a peça que estava sendo mostrada, assim como a necessidade de descrever as cores de cada item.

Como na legenda a seguir:

Finita la voluminosità barocca dei bordi, dei colletti, delle stole tradizionali. Si tratta più di creare una sensazione che di arricchire. Una sciarpa di lince che dalla spalla scivola sul braccio e si arrotola attorno al polso darà una luce selvaggia al mantello bianchissimo e purissimo. Un colletto di volpe tinta nello stesso colore del tessuto darà una vena stranamente romantica al più sportivo dei tailleurs . [...] Nella fotografia un tailleur di shetland verde palude con cintura di suède. E' sottile, senza colletto. Una mantella dello stesso tessuto con bordo di pécan gli volteggia intorno, seducentissima. Baratta Alta Moda, Milano. Tessuto di Satam. Grandi orecchini a perla di Coppola e Toppo. (Vogue Italia, 1965)².

A legenda retirada da publicação de 1965 nos permite notar o aspecto descritivo que apresentavam. Percebemos que esta característica descritiva das legendas justifica-se com o fato da qualidade das imagens não ser boa, algumas sendo até em preto e branco. Era importante que houvesse esta descrição para que o leitor soubesse como era aquela determinada peça que estava sendo mostrada.

² Terminada a abundância barroca das bordas, dos colarinhos e das estolas tradicionais. Trata-se mais de criar uma sensação que de enriquecer. Um cachecol de lince que do ombro desce para o braço e que dá uma volta no pulso, dando uma luz selvagem ao casaco branquíssimo e puríssimo. Um colete de raposa tingido na mesma cor do tecido dá uma veia estranhamente romântica ao mais esportivo dos tailleurs. [...] Na fotografia um tailleur de shetland verde militar com cinto de camurça. É fino e sem colarinho. Um casaco do mesmo tecido com um debrum em toda a sua volta, muito sedutor. Baratta Alta Moda, Milão. Tecido de Satam. Brinco grande com pérola de Coppola e Toppo. (Vogue Italia, 1965, tradução nossa).

Notamos outro aspecto importante: o uso de estrangeirismos como “*tailleurs*”, “*tailleur*”, “*suède*” e “*shetland*”. Apesar de “*shetland*” ser uma expressão inglesa, o que vemos nestes primeiros anos de revista *Vogue* é um uso muito mais frequente de itens lexicais de origem francesa. Este aspecto nos faz perceber a importância que a França exercia na época e como isto se manifesta na moda, com peças criadas e trazidas da França, e na linguagem utilizada.

Vale ressaltar que, inicialmente, os estrangeirismos não eram tão recorrentes como veremos a seguir e que, quando utilizados, eram, na maioria das vezes, de origem francesa.

No entanto, o que notamos com o passar dos anos é que as unidades léxicas em francês, aos poucos, foram deixando de ser utilizadas, dando lugar às de origem inglesa. O uso de anglicismos começa a crescer durante o século XX e, é no século XXI que ele assume uma dimensão relevante. Segundo Pinnavaia (2005), fica claro que o motivo principal do uso dos anglicismos é compensar as deficiências do idioma com rótulos já alterados do inglês. Por isso, então, que as áreas que contêm maior número de empréstimos são as que se desenvolveram mais rapidamente no mundo anglo-saxônico e americano, ou seja, a política, a economia e o trabalho comercial, a informática, a moda, a música e os esportes.

A seguir apresentaremos alguns trechos retirados das edições mais atuais da revista *Vogue Italia*:

[...] Per loro è d'obbligo il viso bianco, le labbra scarlatte, moltissimo eye-liner. [...] Incondizionatamente a favore della bocca deep red, purchè mat, anche Tom Pecheux, che sul binomio labbra ultraclassiche e pelle impeccabile costruisce il look della sfilata di Prada. E vede rosso anche Dick Page da Mark Jacobs: le sue Madonna wannabes dell'epoca Borderline accostano occhi sbavanti di colori elettrici a labbra imbibite di lip balm su cui è stato malamente applicato con le dita il rossetto rosso ciliegia. L'effetto? Di bocche baciata tutta la notte. (Vogue Italia, jan., 2001)³.

³ “[...] Para eles, é obrigatório o rosto branco, os lábios vermelhos e muitíssimo delineador. [...] Incondicionalmente a favor da boca com vermelho intenso, desde que seja

BLUE! THE NEW COLOR: a precious lightness (Vogue Italia, fev. 2014)⁴.

No primeiro trecho, retirado da edição de janeiro de 2001, encontramos quatro empréstimos do inglês: “*eye-liner*”, “*deep red*”, “*mat*” e “*wannabes*”. Já o segundo trecho, de fevereiro de 2014, é um título todo em inglês.

É visível que outras características, como a descrição e o uso de muitos adjetivos, mudaram. A linguagem apresentada pela *Vogue* atualmente é muito mais concisa e objetiva, não tendo a necessidade das grandes legendas. A qualidade das imagens melhorou, assim como a qualidade de impressão, o que facilita na descrição. Mas, apesar dessas mudanças, o que é notório é o aumento da frequência dos anglicismos.

É surpreendente o número de anglicismos que passam a fazer parte da língua italiana e é exatamente o que vemos nas publicações da *Vogue* a partir dos anos 80. E não é por acaso que os empréstimos vêm do inglês; nos últimos 50 anos o mercado americano cresce e expande, dominando todo o mundo.

Devemos este aumento na frequência também ao caráter universal que a revista *Vogue* vai adquirindo e à velocidade das mudanças no universo da moda, sendo assim importante a adequação e o contínuo ajuste do léxico. Vemos também que há, segundo Corbucci (2008), a intenção de dar *glamour*, *status* para os ensaios de moda. A revista, que se comunica diretamente com os potenciais consumidores, utiliza o forte poder de persuasão do uso do inglês para movimentar a indústria da moda.

Procuramos deixar claro que, ao longo dos anos de publicação, a linguagem passou por mudanças. Hoje, o uso de anglicismos

opaca, Tom Pecheux, que com a dupla lábios ultraclássicos e pele impecável constrói o look do desfile da Prada. E vê também vermelho Dick Page, de Mark Jacobs: as suas *Madonna wannabes* da época *Borderline* colocam lado a lado olhos borrados de cores elétricas e os lábios umedecidos de *lip balm* sobre os quais foi mal aplicado com os dedos o batom vermelho cereja. Qual é o efeito? De boca beijada por toda a noite” (Vogue Italia, jan., 2001, tradução nossa).

⁴ “Azul! A nova cor: uma luminosidade preciosa” (Vogue Italia, fev., 2014, tradução nossa).

é característica da revista *Vogue Italia* e parece muito bem aceito pelos leitores. Utilizada como língua universal e de prestígio, o inglês está cada vez mais presente.

A presença de anglicismos no *blog The Blonde Salad*

O *blog*: uma definição

Primeiramente, é necessário afastar-nos de acepções como aquelas dadas por Marcuschi (2005, p.29) em sua discussão sobre gêneros do discurso eletrônico: os *blogs* são “[...] diários pessoais na rede; uma escrita autobiográfica com observações diárias ou não, agendas, anotações, em geral muito praticados pelos adolescentes na forma de diários participativos [...]” e apontadas por Primo (2008b) como reducionistas e distantes da heterogeneidade do que é vivido na blogosfera. Isso é justificado pelo fato de que diários pessoais e *blogs*, segundo Primo (2008b), possuem traços muito distintos que não permitem a simples redução de um *blog* a um ‘diário pessoal eletrônico/online’, apesar do fato de que ambos, diário e *blog*, sejam formas de registro escrito que obedecem a uma lei de organização cronológica.

Talvez tal aproximação, que leva a essa classificação reducionista, seja devida ao fato de que parte dos *blogs* parece seguir um gênero de escrita que exprime percepções e reflexões sobre o cotidiano e os sentimentos vividos pelo autor (PRIMO, 2008b) sentimentos vividos pelo autor. No entanto, não podemos generalizar, uma vez que tantos *blogs* não se aplicam a essa temática, e existem de fato até os *blogs* que se destinam apenas à proliferação de propagandas e *spams*, conhecidos como *splogs*. Outros *blogs* podem ser protegidos por senhas e mantidos por empresas e grupos de trabalho, escritos com o propósito de compartilhamento de informações entre uma comunidade de leitores, em um círculo fechado.

Primo (2008a) destaca, pois, que a principal diferença entre *blogs* e diários pessoais, o que torna sua aproximação reducionista, é o fato de que diários pessoais estão intrinsecamente relacionados com o intrapessoal, tendo como destinatário o próprio autor. Já os

blogs buscam o interpessoal e visam como destinatário um leitor que não é o próprio autor. A partir disso, Primo (2008a) propõe que o *blog* passe a ser visto tal qual uma plataforma textual, um meio de comunicação inserido social e historicamente, sem que se suponha, com a criação de um *blog*, que seu autor será uma única pessoa comprometida com um estilo literário pré-determinado.

Os anglicismos nas expressões textuais do *blog* *The Blonde Salad*

Almejando averiguar os anglicismos encontrados nas manifestações textuais em língua italiana dos *posts* no *blog* *The Blonde Salad*, realizou-se a recolha de anglicismos presentes em tais textos, durante o período que abrange o primeiro ano de existência do *blog* *The Blonde Salad*, de Outubro de 2009 a Outubro do ano de 2010, o que totaliza o número de 319 *posts*, considerados neste trabalho como *corpus* a ser analisado. Posteriormente, os anglicismos recolhidos foram organizados de maneira taxonômica de acordo com o critério de dicionarização, tendo por base os dicionários de Língua Italiana Zingarelli (2006, 2010) e o dicionário *on-line* Treccani.

Podemos relevar, dentre os itens lexicais dicionarizados recolhidos, os seguintes:

Quadro 1 – Itens lexicais dicionarizados

Angli-cismo	Contexto-Exemplo	Tradução	Hyperlink
hippie	ho cercato di creare un effetto indiano/hippie che è un evergreen per l'estate e ben si adatta ai miei gusti personali.	Eu procurei criar um efeito indiano/hippie que é um evergreen para o verão e muito se adapta aos meus gostos pessoais.	http://www.theblondesalad.com/2010/07/metropolitan-indian.html Acesso em: 01.10.2011
trend	Sono tante le persone che mi hanno chiesto di fare più video e ho deciso di farne uno molto corto sui trend dell'estate 2010, naturalmente a modo mio :)	São tantas as pessoas que me pediram para fazer mais vídeos e decidir fazer um muito curto sobre as tendências do verão 2010, naturalmente a meu modo.	http://www.theblondesalad.com/2010/07/my-2010-summer-trends.html Acesso em: 01.10.2011

Angli-cismo	Contexto-Exemplo	Tradução	Hyperlink
styling	oltre a conoscere le persone che verranno (spero sarete numerosi :d) aiuterò nello styling 8 ragazze che verranno scelte dallo staff di pennyblack tra quelle che si presenteranno verso le 7 di sera di giovedì direttamente in negozio :)	Além de conhecer as pessoas que virão (espero que sejam numerosas) ajudarei no styling de oito meninas que serão escolhidas do staff da PennyBlack entre aquelas que se apresentarão até às 7 da noite da quinta-feira diretamente na loja.	http://www.theblondesalad.com/2010/09/be-ready-for-vogue-fashions-night-out.html Acesso em: 01.10.2011
design	Eccole qui.. Dopo aver fatto la misteriosa per giorni stuzzicando la vostra curiosità posso mostrarvi il contenuto della scatola: queste bellissime scarpe di giuseppe zanotti design che avevo anche inserito nella lista delle mie scarpe preferite invernali.	Aqui estão. Depois de ter assumido um ar misterioso durante dias atizando a curiosidade de vocês, postoso lhes mostrar o conteúdo da caixa: esses sapatos lindos de design de Giuseppe Zanotti che tinha também inserido na lista de meus sapatos de inverno preferidos.	http://www.theblondesalad.com/2010/09/metallic-jacket-and-giuseppe-zanotti.html Acesso em: 01.10.2011
oversize	Ho deciso di abbinare le scarpe con un paio di jeans skinny ed una giacca oversize metallica, uno dei miei ultimi acquisti in attesa della fashion week di milano, che inizia il prossimo mercoledì e durante la quale potrò partecipare a tantissime sfilate ed eventi di cui naturalmente parlerò poi qui :)	Decidi usar os sapatos com um par de jeans skinny e uma jaqueta oversize metálica, uma de minhas últimas compras por causa da semana da moda de Milão, que começa na próxima quarta-feira e durante a qual poderei participar de tantos desfiles e eventos dos quais naturalmente falarei depois aqui.	http://www.theblondesalad.com/2010/09/metallic-jacket-and-giuseppe-zanotti.html Acesso em: 01.10.2011

Fonte: Elaboração própria.

Já dentre os itens lexicais não dicionarizados recolhidos, podemos destacar:

Quadro 2 – Itens lexicais não dicionarizados

Anglicismo	Contexto-Exemplo	Tradução	Hyperlink
catwalk	Stupendo il finale nel quale tutte le modelle sono rimaste in passerella “ballando” e facendosi scattare da fotografi intervenuti proprio sulla catwalk :)	Estupendo o final no qual todas as modelos permaneceram na passarela ‘dançando’ e posando para fotografos que estavam sobre a catwalk	http://www.theblondesalad.com/2010/09/fourth-day-of-mfw.html Acesso em: 01.10.2011
capsule collection	si trattava infatti della presentazione di una nuova capsule collection di borse firmata da matthew williamson per bulgari.	Tratava-se de fato da apresentação de uma nova capsule collection de bolsas assinadas por Matthew Williamson para a Bulgari.	http://www.theblondesalad.com/2010/09/fifth-day-of-mfw.html Acesso em: 01.10.2011
leathermania	Intramontabile pelle, questo inverno è leather-mania!	Couro inesquecível, esse inverno é leather-mania!	http://www.theblondesalad.com/2010/10/lindestoreamen-giveaway.html Acesso em: 02.10.2011
personal shopper	Io lavoro da qualche anno ma senza avere un impegno fisso: lavoro come modella in showroom, faccio da personal shopper a delle persone, qualche anno fa vendevo delle collane create da me, ed ora sto ricevendo delle proposte interessanti grazie al mio blog.	Eu trabalho há alguns anos sem ter um trabalho fixo: trabalho como modelo em um showroom, trabalho como personal shopper a algumas pessoas, há alguns anos vendia colares criados por mim, e agora estou recebendo propostas interessantes graças a meu blog.	http://www.theblondesalad.com/2010/04/and-now-answers.html Acesso em: 02.10.2011
Outfit	Non sono riuscita a fare foto migliori, perciò queste sono solo per mostrarvi i nostri outfit!	Não consegui fazer métodos melhores, mas essas são apenas para mostrar-lhes os nossos outfits.	http://www.theblondesalad.com/2009/10/feeling-nerd.html Acesso em: 24.05.11

Fonte: Elaboração própria.

No total de nossa análise, foram recolhidos 154 anglicismos em 319 *posts*, número que se correlaciona com a presença constante de anglicismos na linguagem da Moda e, sobretudo, nos *fashionblogs*.

Recorrendo à definição de **empréstimo de luxo** (*prestiti di lusso*) e de sua funcionalidade vinculada ao prestígio associado ao item lexical tomado pela língua recipiente e não pela ausência de correspondentes nessa língua, percebemos que Chiara Ferragni faz uso de estrangeirismos não somente pela necessidade de nomear o que é desconhecido ou que não possuía nome. Ao contrário, observamos que, em muitas ocasiões, ela prefere o estrangeirismo ao item lexical correspondente, proveniente da Língua Italiana. Isso está intrinsecamente relacionado à definição de prestígio, que, segundo D'Achille (2003), é a superioridade de um povo, que determina o acolhimento das palavras da língua do mesmo em outras línguas. Sendo assim, devido ao prestígio, ou a superioridade associada à Língua Inglesa (e conseqüentemente aos itens lexicais provenientes dela), há a preferência pelos anglicismos.

Ao fazer uso de itens lexicais na Língua Inglesa, os *blogs* de moda criam uma rede de palavras-chave que permitem ao leitor de tais *blogs* o reconhecimento do assunto e das peças de vestuário, ainda que ele desconheça a língua utilizada nos *posts*, a partir do automático reconhecimento de expressões mundialmente conhecidas que foram utilizadas ao longo das manifestações textuais do *blog*.

Sendo assim, é correto afirmar que, ainda que o *blog* de Chiara Ferragni não possuísse versão textual em língua inglesa de seus *posts* (como foi apresentado anteriormente na amostra da estrutura de seu *blog*), a existência de certos itens lexicais de língua inglesa presentes em seu *post* faria com que um leitor – ainda que desconhecedor da língua italiana – pudesse tomar algum contato com o assunto tratado por ela.

Conseqüentemente, o que inferimos é que os anglicismos empregados, de fato, estabelecem-se com funcionalidades similares a de palavras-chave ao longo do ciberespaço dos *blogs* de moda, selecionando uma comunidade de leitores que conhecem os *blogs* de moda e sua linguagem, e por isso reconhecem tais

itens lexicais em Língua Inglesa, fazendo parte dessa rede comunicacional.

Como motivação para a preferência da autora do *blog The Blonde Salad* por anglicismos, podemos citar a opinião de alguns teóricos. Segundo Aroni (2007), o uso anglicismo está atrelado à maior expressividade e, também, ao esnobismo e à superioridade, obtendo a atenção do leitor.

Já Rogato (2008) afirma que em Língua Italiana as peças de roupa nomeadas por itens lexicais ingleses são vinculadas à importância e ao prestígio, sendo que, aquele que recorrer ao uso de anglicismos nesse tipo de atividade de nomeação, além de desfrutar da estrutura semântica e pragmática dos itens lexicais em Língua Inglesa, se aproveita também de seu aspecto formal que tem a capacidade de atrair o leitor.

Pensando na receptividade dos anglicismos na Língua Italiana, Bisetto (2003) defende que a disseminação dos anglicismos pode ser atribuída ao fato de que Língua Inglesa é considerada como pertencente às pessoas de sucesso, de prestígio, que se trata de uma língua considerada fácil e de maior eficácia que o italiano.

Corbucci (2008) sustém que, para potencializar o efeito dinâmico e expressivo da marca, os infundáveis anglicismos surgem como uma contribuição fundamental, sobretudo na composição de neologismos formados a partir de anglicismos (como, no exemplo fornecido pela autora, *Pucci-mania* ou, no exemplo retirado do *corpus*, *leather-mania*).

Por fim, Grochowska (2010) afirma que as escolhas lexicais pelos anglicismos devem-se ao fato de que o Inglês é uma língua caracterizada pelo poder de expressar claramente uma ideia, por sua velocidade, e por sua economia, que se refletem em seu aspecto lexical e em sua gramática. Tais fatores favoráveis a essa língua associam-na a uma expressividade mais fácil no senso de menor gasto de palavras e emprego de menor tempo.

Os anglicismos presentes nas palavras-chave do *blog* The Blonde Salad

Sob o prisma teórico de Biderman (1996), o léxico pode ser considerado um “problema da memória” humana, uma vez que as questões de registro, categorização e recuperação de palavras fazem parte das atividades cognitivas da memória. Podemos inferir, pois, que o léxico atua como agente que possibilita a recuperação de determinada informação e das palavras que dele fazem parte. Considerando tais pressupostos teóricos apresentados por Biderman (1996, 2001), é possível afirmar que enfatizamos tal característica do léxico até encontrarmos a palavra-chave, elemento inserido no léxico que desempenha a mesma função que ele.

Inserido na constituição estrutural dos *blogs*, a imperatividade da existência de palavras-chave é vinculada ao formato de indexação das páginas dos *blogs* que, por serem numerosas, podem ficar perdidas em critérios organizacionais cronológicos. Assim, busca-se a classificação dos *posts* (textos verbais ou não verbais produzidos em *blogs*) por assuntos, ou, mais especificamente, por palavras que funcionarão como elemento de recuperação de informação (COELHO, 2013). O propósito de abstração da informação por meio de itens lexicais, segundo Aquino (2009), tem sua definição dada pelo arquiteto de informação Thomas Vander Wal, ao referir-se a termos que permitem a representação e recuperação de informações por meio do ato de associação (ou adição) de uma palavra a determinado texto e/ou imagem e/ou vídeo.

Refletindo acerca da definição de léxico dada por Biderman (1996, 2001), podemos pensar sobre as palavras-chave, uma vez que sua funcionalidade, segundo Aquino (2009), está relacionada à recuperação de informações por meio de associação de uma palavra a determinado texto e/ou imagem e/ou vídeo. Do mais, as palavras-chave são selecionadas, segundo Guimarães (2008), pelos autores dos textos e adicionadas a eles através do site que oferece o serviço de hospedagem de *blogs*, tendo o papel de resumir o conteúdo do texto da postagem, permitindo ao leitor inteligente resumir suas informações, bem como realizar a sua sinopse. Sobre

isso, pode-se dizer que as palavras-chave não são retiradas necessariamente do corpo do texto, mas são selecionadas pelo autor a partir de sua temática.

Definida a palavra-chave, submetemos o *blog The Blonde Salad* à análise dos itens lexicais classificados como palavras-chave, extraídos do período de Janeiro de 2013 a Julho de 2013, visando o recolhimento de anglicismos.

Os estrangeirismos provenientes da Língua Inglesa encontrados nas palavras-chave do *blog The Blonde Salad* foram classificados de forma taxonômica de acordo com o critério de dicionarização, tendo por base os dicionários de Língua Italiana Zingarelli (2006, 2010) e o dicionário *on-line* Treccani e quantificando o número de registros por item lexical recolhido.

Encontramos os seguintes itens lexicais em ordem decrescente de acordo com número de registros no *corpus*:

- Itens Lexicais Dicionarizados: *fashion blogger, outfit, fashion, trip, fashion bloggers, video, advertising, bikini, items, magazine, party, personal trainer, red carpet, ski, styling, snack, training, vintage, blog, cake, cookies, cover, designer, film, fashion victim, style, sport, trolley.*

- Itens Lexicais Não Dicionarizados: *Fashionweek.*

Vale ressaltar que o item lexical “Fashion blogger”, dicionarizado, conta com maior número de registros como palavra-chave, aparecendo 238 vezes no *corpus* recolhido. No outro extremo, das palavras com menores registros, há um empate entre os itens lexicais: *blog, cake, cookies, cover, designer, film, fashion victim, style, sport e trolley*, todos com 1 registro cada.

Também é notável observar que o único item lexical não dicionarizado é “*fashionweek*”, que possui 8 registros de usos registrados pela autora. Para propósitos de comparação, foi encontrado no *corpus* o uso de “*settimana della moda*”, que conta com 1 registro. Tal fenômeno nos faz perceber claramente a preferência da autora pelo anglicismo ao invés de seu correspondente na Língua Italiana.

Notamos que a autora do *blog The Blonde Salad* utiliza muitos estrangeirismos em suas palavras-chave, o que nos faz até questio-

nar se sua intenção original era fazer uso das palavras-chave de fato em inglês e não em italiano. No entanto, essa questão não poderá jamais ser realmente resolvida, pois existem alguns estrangeirismos dicionarizados presentes em suas palavras-chave, como “*trip*”, “*fashion*”, “*outfit*”, que tornam perene a dúvida se ela preferiu redigir em Língua Italiana e os estrangeirismos dicionarizados e não dicionarizados ou se apenas buscou escrever de fato em inglês.

Há a preferência, por parte de Chiara Ferragni, pelo uso de anglicismos em palavras-chave ao invés do uso de itens lexicais em Língua Italiana. Acima de qualquer outro fator, podemos atribuir isso ao fato de que o inglês é uma língua que contribui com a universalidade e possui maior eficácia comunicacional.

Além de todas as considerações feitas por Aroni (2007), Rogato (2008), Bisetto (2003) e Grochowska (2010), discutidas anteriormente e que também se aplicam aqui, os itens lexicais de Língua Inglesa, nos setores de publicidade e comércio (correlacionados com os *blogs* de moda), chamam a atenção do público italiano, pois estão revestidos com prestígio e esnobismo, exercendo um fascínio mais forte que os itens lexicais de Língua Italiana.

Considerações finais

Vimos neste artigo que o universo da moda dispõe de um léxico próprio e utiliza os anglicismos não só para atrair o público, mas também para seguir as mudanças do mundo em que insere.

Consideramos com Corbucci (2008) que as estratégias linguísticas utilizadas para reproduzir o clima reluzente e atraente da moda consistem, ainda que não exclusivamente, no uso de neologismos. É por conta da velocidade das mudanças da moda que se torna necessária uma contínua adaptação do léxico. Por isso, o incessante multiplicar-se de tendências, de variantes de uma mesma peça de roupa, determinam o enriquecimento lexical desse setor. Não é casual, desse modo, que os empréstimos provenham com mais força do inglês, pois nos últimos cinquenta anos vemos o afirmar-se da supremacia americana no setor de massa, incluindo-se nele a produção de roupas esportivas e informais.

Tais alternâncias são, na realidade, o resultado de escolhas jornalísticas e também econômicas originadas no contexto anglo-americano, que demonstram encontrar nas publicações da edição americana de *Vogue* o seu ponto de referência, a ser seguido também pela *Vogue Italia*, nosso objeto de estudo, como vimos anteriormente.

Esperamos ter evidenciado igualmente neste artigo que o blog de moda *The Blonde Salad*, também nosso objeto de estudo, definido por nós como um gênero híbrido, adota provavelmente os estrangeirismos não somente por não possuírem correspondentes na língua italiana, mas também porque tais anglicismos dialogam com a linguagem estabelecida pelos *fashionblogs* existentes no mundo todo e criam uma rede de palavras-chave que permitem, ao leitor de tais *blogs*, o reconhecimento do assunto e das peças de vestuário, ainda que ele desconheça a língua utilizada nos *posts*.

Esperamos ter mostrado que o uso do inglês é muito comum na linguagem da moda, seja ela retirada dos *blogs*, revistas e outras mídias. Finalizamos enfatizando que o exame da moda aliado ao estudo de seu léxico permite que se entremecem as mudanças sociais e econômicas de uma comunidade, demarcando que a moda atua como elemento de interação do homem com o mundo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. C. Os blogs na Web 2.0: representação e recuperação coletivas de informação. In: AMARAL, A.; RECUERO, R.; MONTARDO, S. (Org.). **Blogs.Com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p.237-256.

ARONI, F. **Anglicismi in una rivista di elettronica**. 2007. 229f. Tesi di laurea (Laurea in Lingue e Culture Moderne) - Università degli Studi di Sassari, Sassari, 2007. Disponível em: <<http://www.tesionline.it/default/tesi.asp?id=26183>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIDERMAN, M. T. C. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

BISETTO, A. Da formattare a calcio mercato: l'interferenza dell'inglese sull'italiano contemporaneo. In: CALIMANI, A. V. S. (Org.). **Italiano e inglese a confronto**. Firenze: Franco Cesati Editore, 2003. p.87-99.

CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 1989.

COELHO, V. L. Tags em blogs: efeitos de pluralidade. **Revista Linguagem**, São Carlos, n.20, p.01-13, 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao20/artigosic/002.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CORBUCCI, G. La lingua della Moda. **Studi di Glottodidattica**, Bari, v. 2, p. 37-51, 2008.

D'ACHILLE, P. **L'italiano contemporaneo**. Bologna: Il Mulino, 2003.

DONNANNO, A. **Le parole della moda**. Milano: Ikon Editrice, 2001.

GARCIA, C.; MIRANDA, A. P. **Moda é comunicação: experiências, memórias, vínculos**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2007.

GUIMARÃES, C. P. Tags: palavras-chave em blogs. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: MULTIMODALIDADE E ENSINO, 2., 2008, Recife. **Anais...** Recife: Ed. da UFPE, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehte/simposio2008/anais/Cleber-Pacheco.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

GROCHOWSKA, A. La pastasciutta non è più trendy? Anglicismi di lusso nell'italiano contemporaneo. **Annales Universitatis Mariae Curie Skłodowska**, Lublin, v. 28, n.2, p.43-59, 2010.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Ed.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p.13-67.

MORINI, E. **Storia della moda**: XVIII-XXI secolo. Ginevra-Milano: Skira, 2010.

PINNAVAIA, L. I prestiti inglesi nella stampa italiana: una riflessione semantico testuale. **Mots Palabras Words**, [S.l.], v. 6. p. 43-57, 2005.

PRIMO, A. Blogs e seus gêneros: avaliação estatística dos 5-0 blogs mais populares em língua portuguesa. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais...** Natal: Intercom, p.01-17, 2008a.

PRIMO, A. Os blogs não são diários pessoais online: matriz para tipificação da blogosfera. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 36, p.122-128, 2008b.

RIBEIRO, N. Y. R. L.; ALCANTARA, E. M. O papel da mídia em torno dos estrangeirismos. In: MOSTRA ACADÊMICA UNIMEP, 4.; SIMPÓSIO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIMEP, 4., 2006, Piracicaba. **Resumo expandido...** Natal: Unimep, 2006. p.01-05. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/539.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ROGATO, G. Anglicismi nella stampa italiana. **Italica**, Michigan, n. 2, p. 1-27, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.highbeam.com/doc/1G1-190284671.html>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

TRECCANI L'Enciclopedia Italiana. **Vocabolario**. Disponível em: <<http://www.treccani.it/vocabolario/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

VERGANI, G. (Org.). **Dizionario della moda**. Milano: BCD, 2010.

WAJNMAN, S. Teorias da comunicação e da moda: a perspectiva do curso de moda. In: WAJNMAN, S.; ALMEIDA, A. J. (Org.). **Moda, comunicação e cultura: um olhar acadêmico**. São Paulo: Arte e Ciência, 2005. p. 29-48.

ZINGARELLI, N. **Vocabolario della lingua italiana**. Bologna: Zanichelli, 2010.

ZINGARELLI, N. **Vocabolario della lingua italiana**. Bologna: Zanichelli, 2006.

TERMINOLOGIA DO TURISMO DE AVENTURA: BUSCA E ANÁLISE DE TERMOS EQUIVALENTES (PORTUGUÊS-ESPAANHOL) DO CAMPO ATIVIDADES DE AVENTURA

**Ivanir Azevedo DELVIZIO
Pâmela Soares Salomão SANTOS**

Introdução

Além de ocupar lugar de destaque na economia brasileira, o setor de turismo encontra-se em pleno processo de expansão. A diversidade das paisagens brasileiras e as inúmeras possibilidades de exploração do setor fizeram surgir, no decorrer desse processo, vários segmentos turísticos, como o turismo de negócios e eventos, estudos e intercâmbio, saúde, sol e praia, pesca, ecoturismo e o turismo de aventura, para citar alguns.

O segmento de Turismo de Aventura, objeto deste trabalho, compreende “[...] os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.” (BRASIL, 2006a, p. 39). O Brasil, por sua grande riqueza natural, tem um grande potencial a ser explorado nesse segmento e tem atraído muitos turistas internacionais. O Turismo de Aventura

vem, assim, consolidando-se no país e novas empresas e profissionais especializados na operação de atividades de aventura estão surgindo.

Com o fim de promover esse segmento e qualificar essas empresas, o Ministério do Turismo, em conjunto com a ABNT, editou várias normas técnicas que buscam regulamentar os serviços oferecidos, tornando-se referência internacional. Além de trazerem orientações técnicas, essas normas também abordam a questão da terminologia usada na área, definindo “[...] os termos comumente utilizados nas diversas atividades de turismo de aventura, incluindo termos relacionados à segurança, serviços e equipamentos [...]” (ABNT, 2007, p. 1).

A organização da terminologia relacionada ao turismo de aventura é de grande importância para otimizar a comunicação entre profissionais, empresários e organismos do setor. Embora já existam no mercado dicionários e glossários de turismo, essas obras contemplam, geralmente, atividades básicas relacionadas ao turismo, tais como: hospedagem, alimentação, transporte, operação e agenciamento, havendo uma lacuna em relação a trabalhos que explorem a terminologia dos novos segmentos turísticos, como o turismo de aventura. Como forma de contribuir para a produção terminográfica nessa área, desenvolvemos, no âmbito do curso de Turismo da UNESP, no Câmpus de Rosana, um projeto de pesquisa que tem como objetivo a elaboração de um Glossário Trilíngue de Turismo de Aventura (português-inglês-espanhol).

As atividades de Turismo de Aventura costumam ser classificadas segundo três elementos da natureza (água, ar e terra), embora algumas delas possam envolver mais de um desses elementos ao mesmo tempo, e podem ocorrer em ambientes diversos, em espaço “natural, construído, rural, urbano, estabelecido como área protegida ou não” (BRASIL, 2006a, p. 10). Os termos relativos às atividades de aventura do glossário proposto estão organizados segundo esse critério, sendo subdivididos em atividades na água, ar e terra. Além disso, também foi previsto o tratamento das unidades terminológicas relativas a equipamentos e dispositivos de segurança.

Neste artigo, especificamente, pretendemos apresentar os resultados e análise do trabalho de busca dos equivalentes em espanhol para o subconjunto de termos do campo “atividades de aventura na água”.

Esperamos, dessa forma, contribuir para os estudos da terminologia do Turismo e, por meio da elaboração do Glossário de Turismo de Aventura (português-inglês-espanhol), oferecer um recurso aos profissionais da área no sentido de facilitar o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Relações de equivalência terminológica

Ao buscar as equivalências terminológicas em outra língua, é preciso considerar que nem sempre para um termo na língua de partida (LP) haverá um termo equivalente na língua de chegada (LC). Segundo Alpízar-Castillo (1997, p. 101), “[...] a correspondência entre termos de línguas diferentes situa-se em um diapasão de possibilidades que vai do total recobrimento do conteúdo do termo da língua A por um da língua B, até a total falta de equivalência, passando por uma variada gama de recobrimentos parciais.”

Para Dubuc (1985, p. 55), a equivalência ocorre quando o termo na LC “[...] exibe uma identidade completa de sentidos e de uso com o termo da LP, no interior de um mesmo domínio de aplicação.” Quando o termo de uma língua “[...] recobre apenas parcialmente o campo de significação do termo de outra língua, ou se situa em um nível de língua diferente de seu homólogo de outra língua [...]”, ocorre o que Dubuc (1985, p. 55) chama de correspondência. Incluem-se nesse caso os termos de duas línguas que, apesar de não possuírem identidade total, equiparam-se do ponto de vista institucional ou cultural, configurando um caso de equivalência funcional. Também pode ocorrer que uma língua A disponha apenas de um termo genérico, enquanto que em uma língua B exista tanto um termo genérico quanto outros mais específicos, ou vice-versa.

Além desses casos, é possível “[...] que o próprio conceito não exista em alguma das línguas confrontadas [...]” (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p. 102), inexistindo, por consequência, uma expressão terminológica na língua alvo. Nesse caso, Barros (2004, p. 252) defende indicar na obra a inexistência de um equivalente terminológico, recurso que a autora julga ser uma alternativa “[...] preferível à apresentação de equivalentes aproximativos sem qualquer advertência.” A equivalência imprecisa, argumenta a autora, “depõe contra o preciso trabalho da Terminologia”. A autora ainda cita um recurso útil e frequentemente adotado em dicionários bilíngues, que “é a explicação do fenômeno, objeto ou conceito da LP, ou seja, a descrição do conteúdo semântico ou referencial do mesmo [...]” (BARROS, 2004, p. 248).

Nesse sentido, em nosso trabalho, procedemos à análise e comparação das definições e dos contextos encontrados no *córpus* de estudo para determinado termo, em português e espanhol, e, com base nesses dados, atestamos a equivalência entre os termos das duas línguas e, em casos específicos, indicamos as relações de equivalência parcial, funcional ou a inexistência de termos equivalentes.

Metodologia da pesquisa: composição do *córpus*

Os termos do Turismo de Aventura que compõem o glossário foram extraídos de um *Córpus* de Turismo de Aventura em Português (CTAP) composto por 45 textos, em formato digital, sobre Turismo de Aventura, incluindo normas da ABNT, manuais do Ministério do Turismo, publicações da Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e trabalhos acadêmicos. Os termos selecionados desse *córpus* foram organizados em um sistema conceitual e divididos em dois campos principais: 1. Atividades de Turismo de Aventura, subdividido em atividades de aventura na água, ar e terra, e 2. Equipamentos e dispositivos de segurança.

A variedade do espanhol contemplada pela pesquisa refere-se ao espanhol da Espanha. O *Córpus* de Turismo de Aventura em Espanhol (CTAE) também é composto por 45 textos, em for-

mato digital, que versam sobre turismo e atividades de aventura, abrangendo os mesmos gêneros textuais que o CTAP. Além disso, como material complementar, utilizamos a versão *on-line* do *Diccionario de la lengua española da Real Academia Española* e dois dicionários especializados, o *Diccionario terminológico del deporte* (CASTAÑÓN RODRÍGUEZ, 2004) e o *Diccionario de términos de turismo y ocio* (ALCARAZ VARÓ, 2000). As informações sobre o uso de *variantes* em diferentes países foram coletadas, principalmente, das versões eletrônicas de dois dicionários da Real Academia Española (RAE): o *Diccionario de la lengua española* (RAE, 2014) e o *Diccionario Panhispánico de Dudas* (RAE, 2005). Além disso, também criamos dois corpúscos compostos por normas técnicas e publicações sobre turismo de aventura provenientes do Chile (30 textos) e do Equador (11). A escolha desses dois países deveu-se à existência e disponibilidade de normas técnicas em seus *sites* oficiais de turismo, comparáveis às normas técnicas existentes no Brasil, que nos auxiliaram a detectar a existência de variantes terminológicas.

Levantamento dos termos e contextos com o *WordSmith Tools*

As obras que compõem o CTAP, todas em formato digital, nomeadas de CTAP 1 a CTAP 45, foram convertidas para o formato somente texto (txt.) e armazenadas no programa de análise lexical *WordSmith Tools*. Em seguida, por meio da ferramenta *Wordlist*, criamos uma lista com todas as palavras dos textos armazenados em ordem de frequência. A partir dessa primeira lista e por meio da ferramenta *Key-word*, criamos uma lista com as palavras-chave do corpúscos. Para isso, foi necessário utilizar um corpúscos de referência (Lácio-Ref, disponível gratuitamente no *site* do NILC), com o qual o programa compara o corpúscos de estudo e extrai as palavras mais características e representativas, orientando a seleção dos termos. O *software* também permite a criação de linhas de concordância (*Concordance*), que oferece a visualização de todas as linhas nas quais um determinado termo ocorre, uma abaixo da outra, permi-

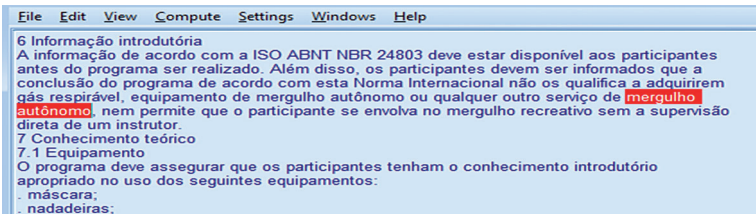
tindo a visualização das coocorrências e auxiliando na identificação de termos complexos (Figura 1). Ao se clicar em uma linha de concordância, visualiza-se o contexto na íntegra (Figura 2).

Figura 1 – Linhas de concordância do termo mergulho

N	Concordance
125	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 2: Nível 2
126	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte veículos 4
127	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte • ABNT
128	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte veículos 4
129	em 25/Set/2006 de serviços de mergulho autônomo recreativo –
130	em 25/Set/2006 de serviços de mergulho autônomo recreativo –
131	para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo –
132	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte 2: Nível 2
133	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte • ABNT
134	para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo – Parte veículos 4

Fonte: Elaboração própria com análise lexical realizada no *WordSmith Tools*.

Figura 2 – Contexto do termo mergulho autônomo



Fonte: Elaboração própria com contexto da linha de concordância no *WordSmith Tools*.

O conjunto de textos do *Córpus de Turismo de Aventura em Espanhol (CTAE)* passou pelos mesmos procedimentos para a busca dos termos equivalentes em espanhol e respectivos contextos de uso.

Com base em uma análise conjunta da lista total de palavras, lista de palavras-chave, linhas de concordância e contextos, foram selecionados cerca de 280 termos e coletados os respectivos contextos de uso. Esses dados foram registrados em fichas terminológicas, etapa que comentaremos no próximo tópico.

Ficha terminológica bilingue e modelo de verbete

Para registro dos termos e contextos coletados do CTAP, CTAE e dicionários, criamos um modelo de ficha terminológica bilingue. Cada ficha contém campos para o registro dos termos, variantes, definições, contextos e notas para os dados em português e em espanhol, como o exemplo seguinte:

Quadro 1 – Modelo de ficha terminológica bilingue

PORTUGUÊS	
Termo:	canoagem
Outros termos:	-
Campo:	atividade de aventura na água
Definições/ Contextos:	“ Canoagem – percurso aquaviário utilizando canoas, caiaques, ducks e remos.” (BRASIL; ABETA, 2006b, p. 12) (CTAP 16).
	“3.2 Canoagem É definida como sendo uma atividade praticada em canoas e caiaques, em mar, rio, lago, águas abrigadas ou abertas. A canoa pode ser aberta ou fechada com remo de uma só pá. O caiaque, que significa Barco de Caçador, é uma embarcação, geralmente fechada, que utiliza remo de duas pás; o turista permanece sentado na cabine.” (BRASIL; ABETA, 2011, p. 48) (CTAP 15).
	“Apesar de a canoagem ser popular na Europa, é uma atividade recente no Brasil, principalmente se considerada como produto turístico. A primeira empresa a explorar comercialmente a canoagem no Brasil foi a Canoar, em São Paulo, seguida da Opium, que fica em Santos.” (BRASIL; ABETA, 2011, p. 48) (CTAP 15).
Nota:	-
ESPAÑHOL	
Termo:	piragüismo
Outros termos:	canotaje <i>Chl. Equ.</i>

Definições/ Contextos:	<p>“piragüismo.l.m. Deporte consistente en la competición de dos o más piraguas, movidas a remo por sendos piragüistas, que pueden ir sentados o de rodillas.” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2014, s.p.)</p>
	<p>“piraguismo (i. canoeing) deporte olímpico de verano que consiste en recorrer una distancia sobre el agua en una piragua o en una canoa impulsada por remos. Lo invento John Mc Gregor en 1860 en Gran Bretaña, fundándose el Canoe Club en 1866 y su federación internacional en 1924. Sus especialidades son: piragua y canoa. Se llevan a cabo competiciones en aguas tranquilas (fondo y velocidad) y en aguas bravas (descenso, travesía y eslalon).” (CASTAÑÓN RODRÍGUEZ, 2004, p.205)</p>
	<p>“piragüismo: Actividad basada en la progresión en cauces de ríos y otras láminas de agua. Se utilizan piraguas, kayak o canoas. Se emplean las técnicas y materiales específicos de estas especialidades.” (ZARAGOZA) (CTAE 1).</p>
	<p>“3.4 Canotaje: actividad cuyo fin es la navegación por cuerpos de aguas naturales o artificiales mediante el uso de embarcaciones (canoas y kayak), guiadas, maniobradas y propulsadas por acción humana a través de remos.” (INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZACIÓN, 2006, p. 2) (CTAE CHL 6).</p>
	<p>“Canotaje: actividad cuyo fin es la navegación por cuerpos de agua naturales o artificiales, mediante el uso de embarcaciones tipo canoas, sin otro medio de propulsión y control de la embarcación que el generado por los mismos navegantes con el empleo de remos.” (EQUADOR, [2014b], p. 2) (CTAE EQU 8).</p>
Nota:	<p>O termo canotaje não consta no dicionário RAE. Na América do Sul, é mais usado canotaje, constando no nome de várias federações.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Uma vez coletados os dados do *córpus* e preenchidas as fichas terminológicas, procedemos à leitura e análise do conteúdo de cada ficha, comparando os contextos e definições em português e espanhol, buscando confirmar a relação de equivalência entre os termos ou identificar os casos de equivalência parcial e ausência de equi-

valência, além da existência de variantes terminológicas. Após essa etapa, iniciamos a elaboração dos verbetes do glossário.

É importante destacar que, nesta pesquisa, adotamos o conceito de glossário apresentada por Barros (2004, p. 144), entendendo tratar-se de uma obra que se caracteriza por “[...] não apresentar definições, mas tão-somente uma lista de unidades lexicais ou terminológicas acompanhadas de seus equivalentes em outras línguas.” De modo contrário, o dicionário terminológico “apresenta, obrigatoriamente, definições [...]” (BARROS, 2004, p.144).

Sendo assim, elaboramos a seguinte proposta de verbete para o glossário bilíngue português-espanhol, contendo o termo principal e as variantes em português, o termo principal e as variantes em espanhol e contextos dos termos principais extraídos do corpus.

Quadro 2 – Proposta de verbete

canoagem

Var.: -

Esp.: piragüismo

Var.: canotaje (*Chl./ Equ.*)

“3.2 **Canoagem** É definida como sendo uma atividade praticada em canoas e caiaques, em mar, rio, lago, águas abrigadas ou abertas. A canoa pode ser aberta ou fechada com remo de uma só pá. O caiaque, que significa Barco de Caçador, é uma embarcação, geralmente fechada, que utiliza remo de duas pás; o turista permanece sentado na cabine.” (CTAP 15).

“**piragüismo:** Actividad basada en la progresión en cauces de ríos y otras láminas de agua. Se utilizan piraguas, kayak o canoas. Se emplean las técnicas y materiales específicos de estas especialidades.” (CTAE 1).

Fonte: Elaboração própria.

No próximo tópico, analisaremos os termos do campo atividades de aventura na água, evidenciando os principais casos.

Análise dos dados

Dos 280 termos coletados do Corpus de Turismo de Aventura em Português, foram encontrados 32 termos principais referentes a atividades de aventura na água. Adiante segue a organização desses termos em um sistema de conceitos, acompanhados dos termos equivalentes encontrados no Corpus de Turismo de Aventura em Espanhol:

Quadro 3 – Organização dos termos

<p>1. atividades na água</p> <p>1.1. boia-cross; acqua-ride</p> <p>1.2. cachoeirismo, cascading</p> <p>1.3. canionismo</p> <p>1.4. canoagem</p> <p>1.4.1. caiaque</p> <p>1.4.2. caiaque oceânico, canoagem oceânica</p> <p>1.4.3. caiaque turístico</p> <p>1.4.4. canoa</p> <p>1.4.5. duck</p> <p>1.4.6. rafting</p> <p>1.5. esqui aquático</p> <p>1.6. flutuação, snorkeling</p> <p>1.7. hidrospeed</p> <p>1.8. jet ski</p> <p>1.9. kitesurf, kitesurf</p> <p>1.10. mergulho</p> <p>1.10.1. mergulho autônomo</p> <p>1.10.2. mergulho autônomo recreativo</p> <p>1.10.3. mergulho em caverna</p> <p>1.10.4. mergulho livre</p> <p>1.10.5. mergulho noturno</p> <p>1.10.6. mergulho profundo</p> <p>1.11. remo</p> <p>1.12. surfe</p> <p>1.13. body-board</p> <p>1.14. wakeboard</p> <p>1.15. stand up, stand up paddle, SUP</p> <p>1.16. bodysurf</p> <p>1.17. caiaque surfe</p> <p>1.18. kneesurf</p> <p>1.19. windsurf, prancha a vela</p> <p>1.20. vela</p>	<p>1. actividades en agua</p> <p>1.1. ≡ tubing (<i>Equ.</i>)</p> <p>1.2. Ø</p> <p>1.3. barranquismo, descenso de cañones, descenso de cañones y barrancos.</p> <p>1.4. piragüismo, canotaje (<i>Equ / Chl</i>)</p> <p>1.4.1. kayak</p> <p>1.4.2. kayak de mar</p> <p>1.4.3. piragüismo recreativo, piragüismo de recreo, piragüismo turístico</p> <p>1.4.4. canoa</p> <p>1.4.5. Ø</p> <p>1.4.6. rafting, balsismo^{RAE}</p> <p>1.5. esqui acuático, esqui náutico</p> <p>1.6. snorkel</p> <p>1.7. hidrospeed, hidrotrineo</p> <p>1.8. moto de agua, moto acuática, motonáutica; jetski</p> <p>1.9. kitesurf, kite surf, kiteboard, kite board</p> <p>1.10. buceo, submarinismo</p> <p>1.10.1. buceo autónomo, escafandriso</p> <p>1.10.2. buceo recreativo, buceo de recreo</p> <p>1.10.3. buceo en cueva, espeleobuceo</p> <p>1.10.4. buceo libre, buceo a pulmón</p> <p>1.10.5. buceo nocturno</p> <p>1.10.6. buceo profundo</p> <p>1.11. remo</p> <p>1.12. surf, tabla (<i>PE / CO</i>)</p> <p>1.13. bodyboard</p> <p>1.14. wakeboard, wake board</p> <p>1.15. paddle board, paddle boarding, stand up paddle surf, SUP</p> <p>1.16. body-surfing</p> <p>1.17. kayak surf</p> <p>1.18. Ø</p> <p>1.19. windsurf, wind surf, windsurfing, surf a vela, tabla de desplazamiento a vela, tablavela^{RAE}</p> <p>1.20. vela</p>
--	--

Fonte: Elaboração própria.

No quadro apresentado, utilizamos o símbolo \emptyset (vazio) para indicar que não foi encontrado um termo equivalente no conjunto de textos usados na pesquisa. Utilizamos o símbolo \cong (aproximadamente) para indicar que se trata de um equivalente parcial. Em relação às variantes, essas foram inseridas ao lado do termo principal (mais frequente no *cópus*), separadas por vírgula, quando se referiam exatamente ao mesmo conceito, e por ponto e vírgula, quando se referiam a conceitos aproximados. Também foram inseridas as abreviações dos nomes dos países em que a variante é usada, conforme indicação das fontes consultadas. Comentaremos, neste trabalho, os principais casos observados durante o estudo do subconjunto terminológico delimitado.

Em relação aos dois primeiros termos da lista, *boia-cross* e *acqua-ride*, verificamos, em várias fontes, que são utilizados como sinônimos, como atesta o trecho a seguir: “O **Bóia-Cross**, também conhecido como “**acqua ride**”, surgiu na década de 1970 no Brasil com a velha brincadeira de descer um rio com correnteza em câmaras de ar de pneus de automóveis.” (FIGUEIREDO; CAMPOS, 2007, p. 109) (CTAP 33).

No entanto, algumas fontes indicavam que se tratavam de modalidades diferentes, dependendo do posicionamento do participante durante a prática da atividade, comprovado pelos seguintes contextos: “No **bóia-cross** este participante deverá ter as pernas cruzadas à frente (posição de índio), no **Acqua-ride**, o participante deverá deitar-se de bruços e manter as pernas dentro d’água, mantendo a estabilidade da bóia.” (BRASIL, 2009, p. 69) (CTAP 17); “A atividade de **acqua-ride** [...] que se apoia de bruços com a cabeça na extremidade frontal do equipamento e os pés para trás. A atividade similar é o **bóia-cross**, considerada com algumas diferenças por possuir especificidades como equipamentos, técnicas e público dentre outras.” (BRASIL; ABETA, 2011, p. 47) (CTAP 15).

Diante disso, dispomos esses termos um ao lado do outro, no mesmo verbete, visto que são amplamente utilizados como sinônimos, mas separados por ponto e vírgula, já que também podem se referir a modos específicos de se praticar a mesma atividade.

Em relação ao equivalente na língua alvo, não encontramos referência a essa atividade no CTAE da Espanha. Contudo, em documentos oficiais do Ministério do Turismo do Equador, encontramos uma atividade com características muito parecidas às do *boia-cross*. Vejamos.

Sección 9 **Tubing** Art. 84. – Definición. – Modalidade turística de aventura que consiste en **navegar en la corriente de un río** en una embarcación compuesta de **piezas de toroidal de caucho**. Las piezas en sí se las conoce como “tubos” y pueden estar equipadas con cubiertas para tubos, que pueden ser de tela y cubrir la parte inferior del tubo y los lados. También tienen una falda que cubre el diámetro interior del tubo dejando un espacio para que **el turista pueda sentarse**. (EQUADOR, 2014a, p. 27) (CTAE EQU 1).

Como podemos deprender da leitura, trata-se de uma atividade consistente em navegar na correnteza de um rio em uma embarcação de borracha em forma de toróide em que o turista vai sentado, ou seja, coincide com a definição *stricto sensu* de *boia-cross*. Entretanto, os documentos consultados não fazem referência à modalidade praticada de bruços. Sendo assim, consideramos que *tubing*, em espanhol do Equador, seria um equivalente parcial dos termos *boia-cross* e *acqua-ride*, considerando-se as duas modalidades existentes.

Também podemos citar o caso dos termos cachoeirismo e canionismo. Vejamos um contexto explicativo dessas duas unidades terminológicas:

O **canionismo** [...] consiste na descida de cursos d’água usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos horizontais ou verticais (pode incluir caminhar no cânion, nadar, saltar ou utilizar técnicas verticais para a progressão do curso d’água). Por seu turno, o **cachoeirismo** é a descida de quedas d’água usando técnicas verticais seguindo ou não o curso d’água. Também conhecido como **casca-ding**, o **cachoeirismo** distingue-se do **canionismo**, embora haja confusão entre ofertantes e turistas. No **cachoeirismo**, os

custos são mais baixos e não há a mesma exigência de condicionamento físico como no **canionismo**. Este consiste em seguir o percurso traçado por um curso d'água no interior de um cânion, desde o seu início até o final, o que pode incluir ou não descidas de cachoeiras. Já o **cachoeirismo** é apenas a descida de cascatas ou cachoeiras, sem um percurso extenso. (BRASIL; ABETA, 2011, p. 61-62) (CTAP 15).

O termo canionismo, portanto, refere-se à descida de cursos d'água com transposição de obstáculos aquáticos horizontais ou verticais, podendo envolver ou não descidas de cachoeiras. E a prática da descida de cachoeiras com técnicas verticais, isoladamente, é chamada de cachoeirismo. No corpúsculo de textos em espanhol, encontramos apenas o termo equivalente a canionismo (*barranquismo, descenso de cañones, descenso de canônes y barrancos*), inexistindo um termo para se referir apenas à prática de descida de cachoeiras. Nesse caso, utilizamos o símbolo Ø, indicando a ausência de um termo equivalente para cachoeirismo.

Outro caso que gostaríamos de comentar refere-se ao termo canoagem. Este é um caso de equivalência total, conforme atestam os contextos definitórios seguintes, em que os descritores comuns estão destacados em negrito.

Quadro 4 – Contextos definitórios de canoagem

Português	Espanhol peninsular	Espanhol sul-americano
“ Canoagem É definida como sendo uma atividade praticada em canoas e caiaques, em mar, rio, lago, águas abrigadas ou abertas . A canoa pode ser aberta ou fechada com remo de uma só pá.” (CTAP 15).	“ piragüismo: actividad basada en la progresión en cauces de ríos y otras láminas de agua . Se utilizan piraguas, kayak o canoas.” (CTAE 1).	“ Canotaje: actividad cuyo fin es la navegación por cuerpos de aguas naturales o artificiales mediante el uso de embarcaciones (canoas y kayak), guiadas, maniobradas y propulsadas por acción humana a través de remos .” (CTAE CHL 6).

Fonte: Elaboração própria.

Embora o termo canoagem seja derivado, por sufixação, do termo canoa, a designação refere-se a uma atividade desenvol-

vida tanto em canoas (com um remo) quanto em caiaques (com dois remos). No corpúsculo de textos da Espanha, encontramos o termo *piragüismo*, que também envolve diferentes embarcações (*canoa*, *kayak* e *piragua*, sendo que este último, por sufixação, dá origem ao termo em espanhol, *piragüismo*). A embarcação denominada *piragua*, em espanhol, é definida, segundo o Diccionario Panhispánico de Dudas (RAE, 2005) como “(De or. caribe). 1. f. Embarcación larga y estrecha, mayor que la canoa, hecha generalmente de una pieza o con bordas de tabla o cañas. Navega a remo y vela, y la usan los indios de América y Oceanía.”

No corpúsculo de espanhol do Chile e do Equador foi encontrada a variante *canotaje*, termo que não está registrado no dicionário da RAE. O uso dessa variante foi confirmado ao verificarmos que esse é o termo que compõe os nomes das confederações de canoagem da América do Sul, como, por exemplo: *Federación Chilena de Canotaje*; *Federación Ecuatorina de Canotaje*; *Confederación Suramericana de Canotaje*, entre outras, em contraste com *Real Federación Española de Piragüismo*. Sendo assim, ao lado do termo principal *piragüismo*, acrescentamos o termo *canotaje* como variante, indicando sua procedência.

Outro aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção refere-se aos estrangeirismos. Como pode ser observado na lista de termos apresentada, há várias atividades de aventura designadas por termos estrangeiros, notadamente em inglês. Também observamos grande variação ortográfica no que se refere aos anglicismos. Dentre eles, gostaríamos de destacar o termo *rafting*. Trata-se de um estrangeirismo amplamente utilizado no Brasil, sem forma vernácula correspondente. Nas fontes em espanhol, também verificamos o uso desse termo. O *Diccionario de la lengua española* da RAE (2014), no entanto, não registra a forma *rafting* e, no *Diccionario Panhispánico de Dudas* (RAE, 2005), propõe-se o uso do termo *balsismo*. Vejamos:

balsismo. ‘Deporte que consiste en descender en balsa por aguas rápidas.’ Voz propuesta en sustitución del anglicismo *rafting*. Se ha formado a partir del sustantivo *balsa* (equivalente español del

inglés raft) más el sufijo -ismo, presente en otros términos españoles que designan prácticas deportivas, como senderismo, piragüismo, paracaidismo o andinismo.

Fato semelhante ocorre com o termo *windsurfe* (port.) / *windsurf* (esp.), ambos encontrados nos corpúsculos da pesquisa. Também no *Diccionario Panhispánico de Dudas* (RAE, 2005), encontramos a seguinte explicação sobre um termo alternativo em espanhol, *tablavela*:

tablavela. *En sustitución de las voces inglesas windsurf o windsurfing ('deporte que consiste en deslizarse por el agua sobre una tabla provista de una vela'), se documentan ya en español las formas tabla a vela, tabla vela, tabla-vela y tablavela: «La sorpresa del día en el equipo español fue el excelente tercer puesto logrado en tabla a vela [...] por Eduardo Bellini» (País [Esp.] 2.8.84); «Los turistas pueden alquilar botes y equipo para practicar el esquí o la tabla-vela» (Cuví Ecuador [Ec. 1994]). De todas ellas, se recomienda la grafía simple tablavela. Para designar a la persona que practica este deporte se propone el término tablavelistas, en sustitución de la forma híbrida windsurfista: «El torneo [...] contó con la presencia de reconocidos veleristas y tablavelistas» (Listín@ [R. Dom.] 3.8.04).*

Em português, também verificamos o registro do termo “prancha a vela” no Dicionário Houaiss (2009), como uma variante pouco usada. Diante disso, registramos os termos mais frequentes e utilizados no corpúsculo como termos principais, no caso *windsurfe* (port.) e *windsurf* (esp.), e as variantes ao lado, inclusive aquelas que foram sugeridas, com a seguinte indicação ^(RAE).

Citamos ainda dois casos em que não foram encontrados equivalentes: *kneesurfe* e *duck*, referentes, respectivamente, às seguintes atividades: prática em que o turista surfa de joelhos; descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas. Não podemos afirmar, no entanto, que essas atividades não existem no país da língua alvo, mas apenas que não foram encontradas no corpúsculo e dicionários utilizados pela pesquisa, sendo necessário aprofundar sua bus-

ca em outras fontes, visto que o glossário ainda se encontra em desenvolvimento.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi mostrar a metodologia utilizada para elaboração da parte bilíngue (português-espanhol) de um glossário na área do Turismo de Aventura, contemplando desde o processo de composição do cópuz, levantamento de termos, coleta e registro de dados, análise dos diferentes graus de equivalências existentes entre termos de duas línguas diferentes até o tratamento dado às variantes terminológicas existentes nesse domínio. Esperamos, desse modo, ter trazido uma contribuição para os estudos terminológicos em geral e, especialmente, na área do Turismo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR 15500**: Turismo de aventura: terminologia. Rio de Janeiro, 2007.

ALCARAZ VARÓ, E. **Diccionario de términos de turismo y ocio**. Barcelona: Ariel, 2000.

ALPÍZAR-CASTILLO, R. **Cómo hacer un diccionario científico-técnico?** Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA [ABETA]. **Relatório de impactos do programa aventura segura**. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/ABETA_Relatorio_Impactos_PAS_2011.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível**: bem atender no turismo de aventura adaptada. Brasília, 2009. v. IV.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo**: marcos conceituais. Brasília, 2006a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasília, 2006b.

CASTAÑÓN RODRÍGUEZ, J. **Diccionario terminológico del deporte**. [S.l.]: Trea, 2004.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. Québec: Linguattech Éditeur, 1985.

EQUADOR. Ministerio de Turismo. **Acuerdo 20140001**. 08 jan. 2014a. Disponível em: <<http://www.turismo.gob.ec/wp-content/uploads/2016/04/REGLAMENTO-DE-TURISMO-DE-AVENTURA.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

EQUADOR. **Propuesta de norma técnica de turismo de aventura**: Rafting. [2014b]. Disponível em: <http://www.optur.org/pdf/normas_tecnicas_aventura/Norma_Tecnica_Rafting-final.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

FIGUEIREDO, L. G. B.; CAMPOS, J. G. C. **Turismo de esportes e aventura**: livro didático. 3. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE NORMALIZACIÓN [INN]. **Norma Oficial Chilena NCh 2996**: turismo aventura: canotaje: requisitos. Santiago, 2006. Disponível em: <<http://www.calidadturistica.cl/archivos/turismo-aventura/Canotaje-Requisitos-NCh2996-Of2006.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA [RAE]. **Diccionario de la lengua española**. Madrid, 2014. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA [RAE]. **Diccionario Panhispánico de Dudas**. Madrid: Santillana, 2005. Disponível em: <<http://www.rae.es/recursos/diccionarios/dpd>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ZARAGOZA. Cámara Zaragoza. **Emprende... tu idea de negocio**: guía de trámites y requisitos para la puesta en marcha de empresas de turismo activo de aventura. Disponível em: <<http://www.camarazaragoza.com/docs/BolsaProyectos/TurismoActivoAventura.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

PROJETO *TERMIREDES*: TERMINOLOGIA DAS REDES SOCIAIS NO BRASIL

Márcio Sales SANTIAGO
Júlio ARAÚJO

Introdução

Neste artigo, objetivamos apresentar o Projeto *TERMIREDES*¹, que visa a descrever a terminologia presente nas redes sociais da internet do Brasil, especificamente, no gênero tutorial. Nessa perspectiva, o desenvolvimento desta proposição analítica fundamenta-se no postulado de Krieger (2004), para quem a análise terminológica de uma determinada área compreende dois resultados significativos:

a) Uma contribuição teórica sobre o modo de constituição dos léxicos especializados;

b) Um valor metodológico que oriente o reconhecimento da terminologia de áreas especializadas ou domínios temáticos que ainda não contam com uma sistematização no português do Brasil.

Para a realização das finalidades investigativas, precisamos, em primeiro lugar, entender o que é um tutorial. Conforme assinalado em Santiago (2013), partimos do entendimento de que o tutorial é

¹ Para mais detalhes, ver o *site* do Grupo Hiperged <<http://www.hiperged.ufc.br>>, onde o projeto é desenvolvido.

um gênero textual que visa à instrumentalização de todo indivíduo envolvido em uma atividade que requeira determinada prática para operacionalizar uma ferramenta informatizada, como ambientes virtuais de aprendizagem e redes sociais, por exemplo. Em consequência, a preocupação inicial dos que produzem o tutorial é com a apresentação da interface principal do sistema, sua funcionalidade e as operações básicas de gerenciamento. Sem essas noções fundamentais, é pouco provável que o usuário consiga acessá-lo e utilizá-lo.

Em segundo momento, para a caracterização adequada do escopo teórico deste projeto de pesquisa, definimos a Terminologia² como disciplina que tem no termo técnico-científico seu objeto central de análise teórica e aplicada, admitindo que o termo é capaz de representar e transmitir o conhecimento especializado. Por esta razão, considera-se que a Terminologia é o campo de conhecimento responsável pelo estudo, análise e descrição do léxico especializado, que nas palavras de Krieger (2009, p. 2) é “o componente constitutivo e não acessório das comunicações especializadas, muito embora não seja o único elemento característico desse tipo de comunicação”.

Todavia, antes de apresentarmos os fundamentos teóricos que regem esta pesquisa, consideramos imprescindível caracterizar, ainda que de forma breve, as redes sociais da internet.

Caracterizando as redes sociais da internet

Podemos caracterizar como rede social da internet uma estrutura constituída por pessoas, empresas ou organizações, as quais estão interconectadas por um ou vários tipos de relações, com o objetivo de compartilhar valores, ideias e objetivos semelhantes. Nas palavras de Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997, p. 1) “[...]”

² Krieger (2001b) afirma que **terminologia** pode ser grafada de duas formas: quanto se tratar de um conjunto de termos, será grafado com “t” minúsculo; quando se referir à disciplina ou ao campo de estudos que se dedica ao estudo de termos e conceitos usados nas linguagens especializadas, será grafado com “T” maiúsculo.

quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, trata-se de uma rede social.”

No mundo atual, as redes sociais da internet adquiriram grande importância – vale ressaltar, a cada dia mais crescente – na sociedade moderna. Popularizadas sobretudo no início deste século, esses mecanismos de interação na internet, segundo Costa (2012, p. 15),

[...] podem ser compreendidas como teias de laços estabelecidos entre indivíduos que se relacionam virtualmente, havendo, inclusive, sites cujo objetivo principal é instigar e dar suporte a esse tipo de interação. Tal modelo de comunicação suplanta distâncias e atinge limites e estatísticas inéditas, devido à efervescência de usuários on-line e mensagens postadas.

Muito embora um dos princípios das redes sociais da internet seja a abertura e porosidade, exatamente por objetivarem uma ligação social, a conexão fundamental entre as pessoas se estabelece através dos chamados “perfis”. Um perfil é, senão, a identidade que o usuário tem na rede, na qual se pode compartilhar, de diversas formas, dados, informações, conhecimentos, tanto de cunho geral como específico. Tal compartilhamento pode se dar através de textos, arquivos, imagens, fotos, vídeos, entre outros (ARAÚJO, 2014).

Além disso, há também a formação de conglomerados de usuários que possuam alguma afinidade, seja de que tipo for, formando, assim, as chamadas comunidades virtuais. Tais comunidades são determinadas como espaços abertos ou não para discussão e apresentação de temas variados.

No tocante à tipologia, podemos dizer que uma rede social da internet pode operar em diferentes níveis, com propósitos bastante definidos, tais como: redes sociais de relacionamentos, redes sociais profissionais, redes sociais acadêmicas, só para citar algumas. Tal diversidade de tipos evidencia uma tentativa de segmentação, com o interesse de atrair valores e capital social de seus usuários (RECUERO, 2010).

Enfim, podemos referir que, de forma primordial, as redes sociais possuem um ponto em comum dentre os seus diversos

tipos: o compartilhamento dos mais variados e distintos tipos de informações e conhecimentos, os quais refletem interesses comuns.

Fundamentos teóricos

Segundo Wasserman e Faust (1994, p. 10) “[...] a análise de redes sociais é inerentemente uma empreitada interdisciplinar. Seus conceitos foram desenvolvidos por um propício encontro da Teoria Social e da aplicação da Matemática Formal, da Estatística e dos métodos computacionais.”

Para a execução investigativa do Projeto *TERMIREDES*, é imprescindível e importante apresentarmos a perspectiva teórica da Terminologia, disciplina que se ancora no âmbito dos estudos do léxico, a partir de sua própria natureza interdisciplinar e de modelos teóricos da Linguística que possibilitam a descrição das unidades lexicais em diferentes níveis de representação do sistema linguístico. Em particular, mostraremos de forma bastante abreviada como se constitui a Terminologia para em seguida tratar do termo, seu principal objeto de estudo e análise.

Terminologia: o estudo do léxico especializado

A preocupação na produção de terminologias é bastante antiga, pois desde que o ser humano se manifesta e busca conhecimento, encontra-se diante de comunicações especializadas. Como exemplifica Rondeau (1984), os vocábulos especializados já eram utilizados pelas civilizações da Antiguidade Clássica, a citar, a expressão dos pensadores e filósofos gregos, a língua de negócios dos comerciantes cretas, a terminologia militar utilizada nas guerras etc.

Por uma questão de padronização, o grego e o latim foram as línguas usadas por estudiosos e pesquisadores nas chamadas nomenclaturas técnico-científicas, cujo papel era o de etiquetar unidades lexicais criadas de forma artificial, no intuito de se evitar fenômenos eminentemente linguísticos como sinonímia e ambiguidades. Temos, portanto, uma classificação científica que a rigor é um sistema organizativo que se rege por um conjunto de regras e critérios que se pretendem universais, mas que dada a grandiosida-

de do conjunto dos seres vivos e a sua inerente diversidade, sofrem necessárias adaptações. Segundo Santiago (2010, p. 399):

O sistema mais antigo de classificação de seres vivos que se tem conhecimento é o de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), que classificou todos os organismos vivos então conhecidos em plantas e animais. Ainda nesse contexto, podemos citar os relevantes trabalhos de Antoine Lavoisier (1743-1794) e Carl Von Linné (1707-1778), ambos no século XVIII, os quais, respectivamente, criaram uma nomenclatura das substâncias químicas semelhante à que ainda está em uso e uma organização da moderna sistemática de classificação para plantas e animais, conhecida atualmente como nomenclatura da Botânica e da Zoologia.

Integrante das chamadas *Ciências do Léxico* (BIDERMAN, 1998), a Terminologia, assim como outras áreas, possui uma essência interdisciplinar, pela estreita ligação que mantém com diversas áreas: com a Tradução, na busca do termo preciso durante o trabalho tradutório; com a Linguística, tomando por base as teorias de formação e de estruturação do léxico; com a Lexicologia, baseando-se nos métodos de descrição e de apresentação de informações das palavras; com a Filosofia, na estruturação e na formação de conceitos e conhecimentos; entre outras. Destacamos a afirmação de Sager (1993, p. 4), ao referir que:

A terminologia diz respeito ao estudo e ao uso de sistemas de símbolos e signos linguísticos empregados para a comunicação humana em áreas de atividades de conhecimentos especializados. É primeiramente uma disciplina linguística [...]. Tem caráter interdisciplinar, uma vez que também toma emprestados conceitos e métodos da semiótica, epistemologia, classificação, etc. [...] Apesar de a Terminologia ter sido no passado muito mais ligada aos aspectos lexicais das línguas de especialidade, o seu escopo abrangia a sintaxe e a fonologia. No seu aspecto aplicado, a terminologia está relacionada à lexicografia e aos usos de técnicas da ciência da informação e da tecnologia.

De fato, é relevante, sobretudo nas últimas décadas do século passado, o desenvolvimento da Terminologia, o qual está diretamente associado a duas razões principais: o avanço técnico, científico e tecnológico que experimenta a humanidade e a própria proliferação de termos decorrente de tal avanço.

A consequência imediata foi a ocupação e a preocupação por parte dos terminólogos com o surgimento de um elevado número de conceitos e termos novos. Dessa forma, os tipos de comunicações especializadas multiplicam-se em função do nível de formação do público. Com uma percepção crítica transformadora, Alain Rey (1979, p. 116) afirma que

Os vocabulários científicos, técnicos, institucionais, instrumentos obrigatórios da constituição e da transmissão do saber, da harmonização da cultura, do desenvolvimento pedagógico, eram tradicionalmente usados sem ser bem percebidos, salvo pelos próprios especialistas. A tomada de consciência das dimensões linguísticas, formais e, em particular, das léxico-terminológicas dos problemas culturais ou socioeconômicos, torna desejável um grande esforço nesta direção e um desenvolvimento da terminologia.

A ideia de Rey está na proposição de entender e de tratar a terminologia de característica técnica e científica como pertencente às questões da linguagem e não como algo ideal e homogêneo, que se propõe apenas a uma comunicação restrita a especialistas, desconsiderando fatores linguísticos naturais, como sinonímia, polissemia, ambiguidade, variação, entre outros.

Na próxima seção, discutiremos a noção de termo, visto ser ele um dos objetos de interesse de nossa pesquisa.

O termo: a unidade lexical especializada

O termo ou unidade lexical especializada é o objeto central do estudo terminológico³. Trata-se do principal componente linguísti-

³ Vale dizer que, além do termo, a Terminologia possui outros objetos de estudo, os quais Krieger (2008) classifica como: i) objetos diretos, em que se inclui o próprio termo

co-cognitivo dos textos especializados, constituindo-se, consequentemente, em uma peça-chave de representação e de divulgação do saber científico e tecnológico. Para Benveniste (1989, p. 252):

Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.

Desde os primeiros estudos terminológicos, o termo é visto como componente principal da Terminologia. Dessa forma, esta unidade representa o objeto central, mas não único, do estudo terminológico. Segundo Krieger (2001a, p. 62), “entender o termo é, de certa forma, entender o sentido maior desta área de conhecimento.”.

Com a evolução da ciência terminológica, o princípio de Wüster (1998)⁴ que considerava o termo como tão-somente uma unidade cognitiva foi dando espaço a novas concepções, as quais conferiam à unidade terminológica um caráter linguístico, como bem ilustra Cabré (1993, p. 169):

Os termos, como as palavras do léxico geral, são unidades sígnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, que se apresentam de forma natural no discurso especializado. Possuem, pois, uma dimensão sistemática (formal, semântica e funcional) e manifestam também outra dimensão pragmática, uma vez que são unidades usadas na comunicação especializada para designar os ‘objetos’ de uma realidade pré-existente.

e unidades fraseológicas especializadas, sendo ambos os principais focos de investigação e análise dentro desse campo de conhecimento; ii) objetos indiretos, representados pela definição e texto especializado.

⁴ A versão original foi publicada em 1979.

Outra definição bastante interessante é a de Gouadec (1990, p. 3), quando afirma que “[...] o termo é uma unidade linguística que designa um conceito, um objeto ou um processo [...]”. Sager (1993, p.169), por sua vez, autentica o pensamento de Gouadec ao afirmar que existe um conflito entre a necessidade de se denominar e a vontade de normalizar os nomes: “[...] a denominação tem lugar tão pronto como se estabelece um novo conceito, objeto, processo etc., que inevitavelmente leva a designações desacertadas e a multiplicação de nomes.”

As premissas tanto de Gouadec como de Sager consideram a ideia de que diferentes áreas do conhecimento têm em seus termos a expressão e a construção de saberes especializados, sejam técnicos, científicos, tecnológicos, além de serem componentes da representação da realidade de um dado domínio temático. Dessa forma, ao ser considerado uma unidade linguística, o termo se comporta como qualquer unidade lexical, podendo, por sua vez, ser passível de mudanças de caráter morfológico, sintático e semântico.

Alpizar Castillo (1997) entende que os termos seguem tipos de estrutura que o sistema linguístico permite, empregando os mesmos recursos de formação de palavras e submetendo-se às mesmas regras de combinação e suas restrições, sendo que um dos elementos que distingue uma palavra de um termo se relaciona a aspectos pragmáticos. Assim, com base em Cabré (1993), o autor apresenta outros fatores que influenciam para que determinada unidade do léxico comum adquira a condição de termo:

- Função básica que se propõe;
- Temática da qual trata;
- Usuário a que se destina;
- Situação comunicativa;
- Situação discursiva.

As concepções descritas acima revelam verdadeiramente o caráter da unidade terminológica e sua importância no processo denominativo e nas atividades de conceitualização. Em decorrência de sua peculiaridade de expressar conteúdos específicos, o termo é um

componente central dos textos e discursos especializados, razão pela qual não existe comunicação especializada sem terminologia.

Os termos são, por conseguinte, a base de trocas comunicacionais no âmbito das ciências e das tecnologias, entre tantos outros domínios de interesse da sociedade contemporânea, tais como as redes sociais na internet. Daí a importância de desenvolver estudos que auxiliam a descrevê-los e identificá-los.

Delineamento da investigação

Analisar o léxico presente no gênero tutorial de redes sociais pressupõe o compromisso de responder as seguintes questões de interesse teórico:

- Quais são as características essenciais e periféricas desse gênero textual?
- De que forma a interferência de outras áreas de conhecimento, a exemplo da Informática, influenciam na formação da terminologia presente nos tutoriais?

Para tanto, a pesquisa a qual apresentamos possui dois grandes objetivos, sendo um de caráter geral e outro de cunho mais específico. Quanto ao objetivo geral, que tratará de características constitutivas do léxico, a finalidade é:

- Contribuir para o avanço dos conhecimentos teóricos sobre a terminologia, através da sistematização, interpretação e divulgação de resultados decorrentes do exame de tutoriais de redes sociais na internet no Brasil.

Em relação ao objetivo específico, o principal intuito é:

- Descrever, fundamentado na constituição estrutural, o conjunto terminológico presente nas redes sociais.

É importante salientar que a descrição do termo o considera como um objeto poliédrico (CABRÉ, 1999), mostrando:

- a) Uma face semântica, visto que é transmissor de determinado conhecimento específico;
- b) Uma face formal, uma vez que se apresenta tal como uma unidade lexical que integra o léxico geral; e

- c) Uma face pragmática, porque não está isento das influências dos participantes em situações comunicativas, domínios de saber ou áreas temáticas nos quais circula.

Fundamentos metodológicos

Constituição do *corpus*

A pesquisa baseada em *corpus* consiste em utilizar e analisar dados que comprovem e legitimem a investigação científica. É claro que alguns pesquisadores, ainda nos dias de hoje e por diversas razões, preferem não utilizar *corpus*, entretanto, entendemos que, ao optar pela pesquisa baseada na análise de um determinado *corpus*, o pesquisador acredita que a língua exerce uma função social dentro dos contextos situacionais e que o significado se confirma no texto. É por esta razão que conduzimos nossa investigação fundamentada na análise de *corpus*.

Sob esse aspecto, a Linguística de Corpus postula que a identificação, a análise e a discussão dos dados se desenvolvam a partir de um *corpus* que seja: autêntico, considerando que os usos da linguagem sejam de ordem comunicativa; natural, porque devem conferir os usos de falantes nativos; e criterioso, tendo em vista que seja pertinente à pesquisa desenvolvida⁵.

Logo, seguindo a orientação dos critérios adotados, o *corpus* desta pesquisa será constituído, a princípio, de tutoriais de duas redes sociais de relacionamento, a saber, *Twitter*, *Facebook*, além de tutoriais de uma rede social profissional, o *LinkedIn*.

Esta delimitação na constituição do *corpus* é imprescindível, tendo em vista que “[...] a enormidade e a complexidade do mundo inviabilizam a realização de observações com esse (amplo) grau de abrangência e os pesquisadores são obrigados a escolher uma parte da realidade e focar nela sua atenção.” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 53).

⁵ Conferir Biber (2012) e Berber Sardinha (2004).

Coleta e seleção dos termos

O processo de coleta e seleção dos termos irá apoiar-se na leitura e análise dos tutoriais que constituem o *corpus*. Após esta etapa, faremos o lançamento dos dados em fichas que serão arquitetadas e elaboradas em uma base de dados no programa *Microsoft Access*, no intuito de que não ocorra uma escolha livre ou não sejamos levados a inserir termos, unidades ou expressões que não fazem parte do léxico dos tutoriais. Cumpre dizer que o desenho da ficha irá considerar as finalidades da investigação.

Portanto, a seleção voltada para a identificação dos modos de representação conceitual e denominativo do gênero textual considerado consiste em uma sequência de etapas:

- Coleta e seleção dos termos que integram o léxico dos tutoriais;
- Identificação dos termos básicos empregados nos tutoriais;
- Análise linguística dos termos em relação a características estruturais.

Breves conclusões e perspectivas futuras

No decorrer desse artigo, vimos que uma série de fatores interfere na abordagem que se quer realizar em uma pesquisa de natureza terminológica, desde a dimensão, passando pela função, finalidade e metodologia a ser aplicada no estudo. No caso do Projeto *TERMIREDES*, fizemos a escolha de observar os termos em sua dimensão metalinguística, a qual tende a dar conta dos níveis representativos de descrição do léxico presente em tutoriais de redes sociais. Além da análise e da descrição, está no bojo desse ponto de vista a organização conceitual por meio da sistematização da terminologia, o que também contribui para a consolidação de uma área temática.

A partir do exposto, salientamos que a pesquisa necessita de outras ações, algumas que serão prontamente realizadas neste projeto, como a elaboração da ficha de registro de termos, outras em longo prazo. Assim, em um primeiro momento, os termos das

redes sociais contidos no material selecionado serão capazes de viabilizar uma base analítica de dados, uma vez que interessa ao escopo do projeto realizar um tratamento linguístico-terminológico, a fim de examinar como ocorre a estrutura e o processo de formação das unidades, o que elas indicam, se são decorrentes de um processo neológico, entre outros aspectos morfossintáticos e semântico-pragmáticos.

Outro ponto culminante que se pretende alcançar é determinar o conjunto terminológico verdadeiramente pertencente às redes sociais, considerando sua especificidade. Como resultado principal, esperamos, em um primeiro momento, contribuir para a análise da terminologia das redes sociais na internet do Brasil. Em contrapartida, compreendemos que, por mais completo que venha a se constituir, o inventário de unidades analisadas não corresponderá, *a priori*, à totalidade dos termos utilizados nesta área temática.

Agradecimento

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio concedido através da bolsa de pesquisa modalidade DCR (processo nº 350882/2013-4).

REFERÊNCIAS

ALPIZAR CASTILLO, R. **¿Cómo hacer un diccionario científico-técnico?** Buenos Aires: Memphis, 1997.

ARAÚJO, J. **Projeto REGE:** reelaborações de gêneros em redes sociais (Parte IV). 2014. Relatório de Pesquisa (Linguística) - Departamento de Letras Vernáculas, Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BIBER, D. Representatividade em planejamento de corpus. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, n. 30, p. 11-45, 2012.

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998. v. I. p. 11-20.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.

COSTA, S. M. **Tweet**: reelaborações de gêneros em 140 caracteres. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. Studying online social networks. **Journal of Computer Mediated Communication**, [S.l.], n. 3, v. 1, 1997. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.1997.tb00062.x/full>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

GOUADEC, D. **Terminologie**: constitution des données. Paris: AFNOR, 1990.

KRIEGER, M. da G. Divulgação científica e terminologia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDO DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 2009, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: EDUCS, 2009. p. 1-11.

KRIEGER, M. da G. Terminologia e seus objetos de investigação. In: SIMPOSIO IBEROAMERICANO DE TERMINOLOGÍA, 10., 2008, Montevideo. **Actas...** Paris: Riterm, 2008. p.1-8.

KRIEGER, M. da G. Do reconhecimento de terminologias: entre o linguístico e o textual. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. v. 2. p. 327-339.

KRIEGER, M. da G. O termo: questionamentos e configurações. In: KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. M. B. (Org.). In: **Temas de terminologia.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS; São Paulo: Humanitas, 2001a. p. 62-81.

KRIEGER, M. da G. Terminologia técnico-científica: seu papel no Mercosul. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística,** [S.l.], n. 24, 2001b.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à terminologia: teoria e pratica.** São Paulo: Contexto, 2004.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

REY, A. **La terminologie: noms et notions.** Paris: PUF, 1979.

RONDEAU, G. **Introduction à la terminologie.** Québec: Gaëtan Mourin, 1984.

SAGER, J. C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología.** Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/ Pirámide, 1993.

SANTIAGO, M. S. **Unidades fraseológicas especializadas em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem: proposta de um sistema classificatório com base na valência verbal.** 2013. 223f. Tese (Doutorado em Letras) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTIAGO, M. S. Variação denominativa na terminologia médica: o caso da gripe A H1N1. **Tradterm**, São Paulo, n. 16, p. 397-410, 2010.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WÜSTER, E. **Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica**. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1998.

ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO DE NEÔNIMOS NA TERMINOLOGIA DA ENGENHARIA TÊXTIL: A QUESTÃO DOS XENISMOS

Marta de Oliveira Silva ARANTES
Lídia Almeida BARROS

Introdução

A renovação do universo léxico de uma língua é um processo natural. Basílio (1990, p.5) lembra que “o acervo [lexical] de todas as línguas vivas se renova” com o passar do tempo, criando *neologismos*, isto é, unidades lexicais novas que se incorporam à língua (BIDERMAN, 2001). Essa renovação encontra-se relacionada ao próprio dinamismo da atividade social, como explica Nelly Carvalho (1989, p.9): “Além de testemunhar a criatividade e a imaginação fértil de seus falantes, os neologismos têm profunda ligação com as manifestações do mundo exterior e as mais diversas áreas de conhecimento.”

Assim, o mundo gira, muda, coisas nascem, outras desaparecem, transformações ocorrem, e o universo léxico da língua, ligado a esse movimento, modifica-se, por meio do processo de neologia. Esta não se confunde, concordamos com Barbosa (1981), com os

neologismos, estabelecendo com eles uma relação de processo-produto, como explica a autora:

A oposição entre processo e produto pode fazer corresponder a distinção entre *neologia* e neologismo: se *neologia* é o processo que pode ser definido em termos de uma tipologia, o *neologismo* é o produto que, depois de passar por aquele processo, pertence a uma tipologia de neologia. (BARBOSA, 1981, p.78).

Assim, a neologia consiste no processo pelo qual a mudança linguística motiva o aparecimento de formas significantes com significados novos, ou mesmas expressões com nova configuração semântica, que ainda não tinham sido identificados na língua. Esse processo gera novas unidades lexicais, os chamados *neologismos*. A *neologia*, para Barbosa, se dá em um sistema, um conjunto de regras que exercem coerção sobre a criação, a sinalização, a determinação e o emprego dessas novas unidades.

Espaços privilegiados de criação neológica são as áreas de especialidade. De fato, o avanço constante da ciência e da tecnologia produz novas descobertas, tecnologias e conceitos. Assim, há constante atividade de nomeação, fazendo com que os neologismos se façam presentes de modo intenso nos domínios de especialidade. A Engenharia Têxtil não foge a essa regra e sua evolução científica tecnológica produz novos processos, equipamentos, produtos, profissões e conceitos, que são denominados por novos termos.

A fabricação de tecidos no mundo e no Brasil é antiga e, ao longo de sua história, muitas inovações se tornaram de interesse das indústrias têxteis de diversos países, com intercâmbios técnicos e comerciais que levaram os novos produtos e descobertas de um país para outro. Em cada país, receberam denominações que podem ter sido criadas nas línguas receptoras ou, em muitos casos, essas adotaram os termos usados na língua de origem, caracterizando, assim, esses neologismos como estrangeirismos.

Nossa pesquisa sobre a terminologia da Engenharia Têxtil brasileira permitiu-nos observar a presença, em textos redigidos em português, de termos de origem estrangeira que denominam conceitos ligados, sobretudo, a tecidos e à sua produção.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a produção neológica no domínio da Engenharia Têxtil, abordando mais especificamente a questão dos estrangeirismos que se apresentam em suas formas originais em textos redigidos em língua portuguesa, chamados por Guilbert (1975) de *xenismos*.

No próximo item deste trabalho, apresentamos a Engenharia Têxtil do ponto de vista de sua identidade e atividade, de modo a permitir ao leitor maior compreensão do domínio. No item 2, exporemos os principais conceitos teóricos sobre a questão da produção neológica, dos estrangeirismos e xenismos. O item 3 se destina à análise dos xenismos que encontramos em nossa pesquisa sobre a terminologia da Engenharia Têxtil, centrando nossa análise em alguns termos. Ao final do artigo, apresentaremos as principais conclusões a que chegamos sobre a matéria.

A Engenharia Têxtil

A Engenharia Têxtil se divide em dois campos: química e mecânica. A química relaciona-se à fabricação de fios artificiais e sintéticos e ao tratamento de fios naturais. A mecânica abrange a edificação, a instalação e o pleno funcionamento de maquinários e acessórios.

No Brasil, o foco tem se dado na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos modernos, como fios e tecidos, porém no setor de controle de qualidade também há grande oferta de emprego. Os setores que mais oferecem oportunidades ao engenheiro têxtil são as indústrias ou as empresas de tecelagem, fiação, malharias, acabamento têxtil e produtos similares, além das grandes lojas. Já “no Sul, o foco é a malharia, e no Sudeste, principalmente no interior de São Paulo, a produção de tecidos e as confecções”, conforme ressalta Toshiko Watanabe, chefe do Departamento de Engenharia Têxtil da FEI (OS BONS..., 2000).

O Bacharel em Engenharia Têxtil ou Engenheiro Têxtil estuda, projeta e seleciona materiais, equipamentos e tecnologias relacionadas aos processos de transformações mecânicas e químicas da indústria têxtil. Coordena equipes de trabalho, realiza estudos de

viabilidade técnico-econômica, executa e fiscaliza serviços técnicos, efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres (UTFPR, [2014]).

É papel do engenheiro que trabalha no ramo têxtil gerir todas as fases de produção da indústria, fabricação de fios, de tecidos e roupas, participando também dos processos de tinturaria e estamparia. O engenheiro tem ainda como tarefa analisar a exequibilidade técnica e econômica da implantação de indústrias têxteis em determinadas regiões, decidindo o maquinário adequado ao local e coordenando a manutenção dos equipamentos (OS BONS..., 2000).

O Engenheiro Têxtil deve participar de todo o processo produtivo da indústria têxtil partindo da matéria-prima até os produtos acabados, participando também da atividade comercial de equipamentos e *softwares*. Atua ainda nas áreas médica, aeroespacial, automotiva, química, mecânica, produção de papel, indústrias de construção, dentre outras (UFRN, 2014).

Assim, o campo de atividades da Engenharia Têxtil é abrangente e essa indústria avança a passos largos em sua expansão, principalmente considerando-se as demandas da moda internacional. Novas técnicas, equipamentos, novos fios e tecidos e tantas outras inovações produzem também novos termos que os denominam. Desse modo, a produção neológica terminológica na área é considerável. O intercâmbio técnico, científico e comercial internacional facilita também a produção de neologismos estrangeiros, que podem assumir configuração formal de diversos tipos, dentre eles os xenismos.

Neologismos e estrangeirismos¹

A geração de novas unidades lexicais numa língua não é suficiente para lhes atribuir o estatuto de neologismo, ou melhor, é preciso que a nova unidade léxica seja reconhecida pela comunidade falante e passe a ter – ou não – uso na língua, como explica Alves (1994):

¹ Parte do texto deste item foi extraída Barros (2007).

Não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É, na verdade, a comunidade linguística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não difusão, que decide sobre a integração dessa nova formação ao idioma. (ALVES, 1994, p. 84).

Assim, a comunidade falante de uma língua pode aceitar ou não a nova unidade léxica, incorporando-a ou não ao acervo vocabular da língua, garantindo sua integração a ela ou a rejeitando. Por outro lado, Dubuc (1985, p.111) chama atenção para o que deve ser de fato considerado neologismo ao afirmar que “[...] pode se considerar que existe um neologismo enquanto para o conjunto de usuários de uma língua não houver desaparecido o efeito de insólito.” Um dos fatores que faz com que esse efeito desapareça é o uso repetido da nova forma e o seu registro em dicionário. No último caso, a palavra passa a fazer parte do acervo lexical da língua, deixando de ser um neologismo.

Nos domínios de especialidade, na ausência de termos para denominarem novos processos, equipamentos, técnicas, produtos e outros, os profissionais dessas áreas criam novas unidades terminológicas. Cabré distingue os neologismos, de acordo com sua função, em *referenciais* e *expressivos*:

Os primeiros aparecem porque são necessários, isto é, porque é preciso cobrir uma lacuna denominativa em determinado campo de especialidade; o segundo tipo nasce simplesmente para introduzir novas formas expressivas na comunicação. (CABRÉ, 1993, p.447).

Cabré, Freixa e Solé (2002) apresenta ainda três ângulos de visão da produção neológica: 1) a vertente linguística: o sistema permite a adoção de recursos para denominar as novidades, 2) a vertente cultural: a neologia reflete a evolução e o estado do desenvolvimento técnico e cultural de uma sociedade e 3) a vertente política: para garantir a permanência de uma língua como língua cultural, são necessárias denominações que garantam a amplitude da língua para todas as necessidades expressivas e comunicativas dos membros de uma comunidade.

O desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia em diferentes países faz com que ocorra intensa produção neológica, que pode acontecer de variadas formas, utilizando mais de um tipo de estratégia de inovação lexical, inclusive recorrendo a itens lexicais oriundos de outros sistemas linguísticos, que seriam os *estrangeirismos*.

Guilbert (1975) distingue as etapas de adaptação pelas quais a unidade lexical estrangeira passa no processo de integração na língua receptora; adota a proposta de Louis Deroy (1956) e chama de *peregrinismo* a fase de instalação, numa língua, de uma unidade lexical emprestada.

O *xenismo* é uma unidade lexical estrangeira que mantém, na língua receptora, o significante que possuía na língua fonte (GUILBERT, 1975, p. 92). No âmbito deste trabalho, consideramos que ocorra xenismo quando o elemento morfológico ou morfossintático ainda é sentido como externo ao sistema da língua receptora.

Os contatos entre culturas e idiomas diferentes provocam o fenômeno do empréstimo lexical. Segundo Nelly Carvalho (1989, p.58), “o enriquecimento e a renovação vocabular são apontados como finalidades dos empréstimos”. O *empréstimo* constitui, de acordo com Guilbert (1975), o resultado final, a unidade lexical adotada pela língua receptora. Carvalho (1989, p.42) salienta que o “[...] empréstimo tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeados em línguas estrangeiras transferem-se para outra cultura.” Nessa nova língua, o termo passa a ser empréstimo quando assume uma forma fônica e gráfica de acordo com as regras do sistema linguístico que o adota.

No caso de unidades lexicais provenientes de línguas cujo alfabeto não é latino, normalmente ocorre a transliteração para o português, ou seja, a “2. Conversão (de texto, palavra, letra) de um alfabeto para outro, mantendo a pronúncia original [...]” (TRANSLITERAÇÃO, [2016]). Assim, uma unidade lexical de origem japonesa, chinesa, russa ou outra assumirá, com a transliteração, uma forma de expressão em português. A nosso ver, isso não permite classificá-la, *a priori*, como um empréstimo. A discussão sobre seu estatuto seria longa e fugiria ao escopo deste artigo,

assim, para os fins deste trabalho adotamos uma postura simplificada e consideramos uma unidade lexical transliterada como xenismo se o elemento morfológico ou morfossintático ainda for sentido pelos falantes da língua portuguesa como provenientes de outra língua.

Xenismos na terminologia da Engenharia Têxtil

O *corpus* deste estudo é constituído por dois manuais da Engenharia Têxtil, dossiês técnicos utilizados em cursos técnicos da área têxtil, textos extraídos de revistas eletrônicas e *sites* do ramo têxtil².

Optamos por fazer o levantamento de dados por meio do *software WordSmith Tools*. Para tanto, os manuais técnicos foram digitalizados, transformados em formato “txt”. Em seguida procedemos à utilização da ferramenta *Keywords* (palavras-chave), que gerou uma lista de palavras com maior frequência, depois consultamos dicionários para verificar se esses termos já fazem parte da lista de entradas dessas obras. Após essa etapa, procedemos à análise terminológica para verificarmos quais termos seriam finalmente considerados em nosso estudo.

No total, nossas pesquisas se deram sobre 435 termos. Dentre esses, identificamos 53 estrangeirismos sob forma de xenismo, ou seja termos com expressão oriunda de uma língua estrangeira utilizados em textos redigidos em língua portuguesa, o que perfaz cerca de 12% do total de termos estudados da Engenharia Têxtil.

Constatamos, em nossa pesquisa, que grande parte dos xenismos dessa área é utilizada para denominar conceitos relativos a tecidos, equipamentos, acessórios, técnicas de tecelagem e fios. A maioria desses termos foi criada com base na aparência do produto, na técnica de produção, no nome do inventor ou local de origem da matéria prima ou do produto final.

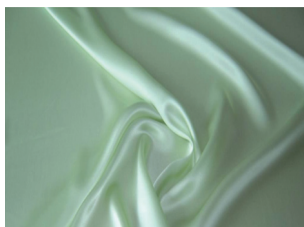
Para fins de exemplificação e análise neste trabalho, apresentamos três exemplos: (1) *charmeuse*, (2) *open-end*, (3) *shantung*.

² As referências se encontram ao final deste artigo.

Em (1) temos um termo que denomina um tecido cetim crepe, com uma trama suplementar do lado avesso. Trata-se de um tecido utilizado na fabricação de vestidos, camisas e casacos (AMARAL; JAIGOBIND; JAISINGH, 2007).

Nos dossiês técnicos utilizados por professores e alunos de cursos do setor têxtil, esse termo, proveniente da língua francesa (*charmeuse* = *charmosa*), foi encontrado como única forma denominativa desse tipo de tecido, embora em sites de empresas que o produzem, essa unidade terminológica seja utilizada, por vezes, como uma forma secundária de denominar o crepe cetim de seda, como podemos observar nos dois contextos de uso retirados de sites de venda do tecido:

Figura 1 – Charmeuse



Fonte: CHARMEUSE ([2014]).

140 cm 16.5 mm 100% **crepe cetim de seda**³ (*charmeuse*) tecido tingido em muito macio cor macia e suave, bom para a camisa, vestidos. (CHARMEUSE, [2014], grifo nosso).

Tela de seda do cetim do crepe (Charmeuse de seda):

Preço Unitário: US \$ 9,35 / Metro

Quantidade Mínima: 20 Metros

Termos de Comércio: FOB, CFR, CIF

N ° de Modelo: charmeuse

Material:100% Seda

Estilo: Ponto de Tafetá Tingido

Raw Silk Grade:5A

Uso: Vestuário, Decoração. Roupas de Cama

Padrão: Ponto de Tafetá. (MADEINCHINA.COM, 2016b).

A forma de origem francesa *charmeuse*, sozinha ou como base formadora do termo complexo *charmeuse de seda*, concorre com

³ Os negritos dos contextos de uso deste trabalho foram por nós inseridos para dar destaque ao termo que se encontra em análise

outros termos totalmente em português, no caso, *crepe cetim de seda* e *seda do cetim do crepe*.

Encontramos, em outros sites de empresas vendedoras ou produtoras desse tecido, contextos de uso em que *charmeuse* é utilizada como determinante de termos complexos cuja base é *tecido*:

Tecido Charmeuse: *Charmeuse* é um tecido leve comumente feito de seda. É maleável e brilhante. Possui um lindo drapeado e é muito liso. O avesso do tecido lembra um crepe enquanto a frente assemelha-se a um tecido de cetim, mas menos lustroso. É feita com fios de alta torção e acabamento flexível. As pregas devem ser evitadas nesse tipo de tecido, uma vez que é demasiado suave para realizar dobras. Os padrões soltos, fluidos ou os largos drapeados os mais adequados para esse tecido. No início o charmeuse incomoda, mas torna-se confortável depois de lavado a seco. A palavra ‘Charmeuse’ origina-se de uma palavra francesa que significa ‘charmoso’. (PORTAIS DA MODA, 2016).

Nesse contexto, percebe-se o emprego tanto da forma autônoma na condição de termo simples, quanto em composição sintagmática com a unidade lexical *tecido*.

Consultando outros sites de empresas do ramo têxtil, verificamos que esse tipo de tecido recebe diversas denominações que envolvem, em sua maioria, *charmeuse* ora como determinante ora como base de um termo complexo, como em *cetim charmeuse*, *charmeuse de seda*, *seda charmeuse*, *tecido cetim charmeuse*, ou simplesmente como termo simples substantival *charmeuse* (CASA PINTO TECIDOS, 2013; LIGHTINTHEBOX.COM, 2006-2015; MADEINCHINA.COM, 2016a).

A motivação da criação desse termo se baseia no aspecto material do produto, muito charmoso, fino, delicado. A França e suas cortes foram, durante séculos, as maiores consumidoras de tecidos leves e elegantes, tendo sido grande produtora de seda (a famosa seda lionesa). Uma associação entre a textura do tecido e a língua da elegância na moda são fatores que podem estar na base da produção neológica de *charmeuse*.

Embora considerado um neologismo na época de sua criação, hoje em dia é de uso corrente em português. Como, do ponto de vista de sua expressão, o falante do português do Brasil ainda sente esse termo como estrangeiro, não o consideramos, no âmbito deste trabalho, como empréstimo, mas sim como xenismo.

Em (2), *open-end* é utilizado para auxiliar na denominação de um processo para obtenção de fios (fição), de uma máquina que os produz (filatório) e também do tipo de fio produzido por esse processo e máquina, como podemos observar pelos contextos a seguir:

Figura 2 – Máquina de fição (filatório) Open-end.



Fonte: (OPEN..., [2016]).

Outro processo que teve grande desenvolvimento é o **processo OPEN-END (O.E)**, que dispensa a maçarocadeira e a conicaleira, com elevada velocidade de produção. (MALUF; KOLB, 2003, p.66).

Fiação por rotor: A fiação por rotor, também conhecida por **fição “open-end”**, é talvez o método não-convencional mais bem sucedido comercialmente, sobretudo na fiação de fibras de comprimento muito curto. (FIAÇÃO, 2016).

Máquina Open End R 40 - Inovações de vanguarda para a fiação Open End rentável: Desde a Itma Asia em 2001 a **máquina open end** Rieter R 40 colocou novos pontos de referência, através de uma combinação da tecnologia de fiação mais avançada, com a mais recente concepção de máquina. (WEIDNER-BOHNENBERGER, [2016]).

Os **filatórios de rotores ou open end**, possuem uma maior produtividade, porque podem atingir uma maior velocidade de produção, porém elimina algumas etapas na produção se tornando mais limitada para produção de fios mais grossos com resistência inferior ao fio de mesma espessura produzido pelo filatório de anéis. Estes fios são destinados em grande parte à produção de tecidos tipo índigo (jeans). Os jet spinner

possibilitam maior produtividade do que os anteriores e também é destinados para fios mais finos. Este é um equipamento recente em nível mundial. (JUMA ENXOVAIS, [2016]).

Volume do fio: Para os mesmo títulos, o **fio Open-End** tem mais volume que o fio de anel, permitindo que os tecidos de malha sejam mais leves com o mesmo fator de cobertura, produzindo mais metros de tecido por quilo de fio. (SILVA, 2011).

4. 7.6 Variação da gramatura e do número de carreiras de tecidos de malhas circulares Rechts/Links, com **fio Open-End** de rotores, 100% de algodão, título Ne 40/2 (2X14,8, tex). (MALUF; KOLB, 2003, p.66).

Figura 3 – Fios Open-end.



Fonte: (FIOS..., [2014]).

Como podemos observar, *open-end*, originário da língua inglesa, é correntemente utilizado em português como determinante de bases de termos complexos em português: *fiação open end*, *filatório open end*, *fio open end*, *máquina open end* e *processo open end*. Esse xenismo exerce, portanto, uma função adjetival. Em nossa pesquisa, não encontramos essa forma de expressão em função substantival no âmbito de um termo complexo ou como termo simples. A motivação da produção dessa expressão em inglês pode ser encontrada no seguinte contexto:

Fiação “open-end” é termo genérico utilizado para a produção de fios de fibras descontinuas por qualquer método no qual a ponta da fita ou mecha é aberta ou separada nas suas fibras individuais ou tufo, sendo seguidamente reconstituída no dispositivo de fiação a fim de formar o fio (ex. rotor, Polmatex, Dref, etc.). (FIAÇÃO, 2016).

Assim, pode-se afirmar que *open end* ligado a fio, fiação ou filatório, encontrou motivação de criação neológica na técnica utilizada para a produção do fio: “ponta da fita ou mecha é aberta

ou separada”. O grau de lexicalização de *open end* é elevado, visto serem, por vezes, os dois elementos ligados por hífen *open-end*, também sendo empregados em forma abreviada *O.E.*, como podemos observar no primeiro contexto aqui apresentado: “é o **processo OPEN-END (O.E)**, que dispensa a maçoqueira e a conicaleira”. Não encontramos em nossa pesquisa nenhuma forma vernácula que concorra com *open end*, tampouco algum empréstimo que tenha tido como base essa forma xênica inglesa.

O termo número (3), *Shantung*, encontra-se entre os que resultaram de nossa pesquisa sobre os tipos de tecidos e é encontrado em sites de empresas do ramo têxtil, tanto industriais quanto comerciais. Sua textura elegante, mas de tessitura irregular, faz com que seja de uso variado, como podemos constatar pelo contexto a seguir:

Aplicado principalmente na indústria têxtil para a fabricação de diferentes vestuários femininos, em especial vestidos e camisas para ocasiões festivas, o tecido **Shantung** também passou a ser visto pelo mercado de design de interiores como uma boa alternativa para a decoração de espaços, sobretudo na produção de cortinas. (WESTING HOME & LIVING, 2016).

Figura 4 – Tecido Shantung



Fonte: (SHANTUNG tecidos, [2016]).

Esse tecido é muito utilizado ainda na confecção de vestidos de noiva.

Nos manuais que constam de nosso *corpus*, encontramos apenas o termo simples *shantung* para denominar esse tipo de tecido, porém as empresas do ramo têxtil mostram alguns termos complexos em cuja formação encontra-se essa unidade léxica, tais como *seda de Shantung*, *shantung com elastano*, *shantung de seda*, *shantung de seda rústico*, *seda do poliéster de Shantung*, *shantung poliéster acetinado*, *tecido shantung*, e outros.

A explicação para essa quantidade variacional de termos encontra-se, em alguns casos, no fato de que ele pode ser combinado com outros tipos de fios, de modo a produzir diferentes efeitos e texturas: “o **shantung** traz variações, podendo ser de seda ou tafetá, por exemplo” (DAFITI, 2016).

Em algumas das unidades terminológicas que contêm em sua composição a unidade lexical *Shantung*, essa se encontra em letra maiúscula, tais como *seda de Shantung* e *seda do poliéster de Shantung*. Nesse caso, faz-se referência ao local de origem da seda: “[...] um tipo de tecido de seda historicamente proveniente da província de Shandong. É semelhante ao Dupioni, mas é um pouco mais fino e menos irregular [...]” (SHANTUNG (FABRIC), 2014, tradução nossa)⁴.

Assim, *shantung* é um xenismo da língua chinesa, tendo sido criado por referência ao topônimo *Shandong*, tornando-se *Shantung* por meio de transliteração e corruptela. *Shantung* é redigido com letra maiúscula quando se apresenta como topônimo, em termos como *seda de Shantung*, mas é escrito em letras minúsculas quando assume a condição de nome comum.

Embora sendo fruto de transliteração do chinês para o português, não o vemos como um empréstimo, mas como um xenismo, visto o claro sentimento, por parte do falante do português, de que essa unidade léxica seja de origem estrangeira.

Considerações Finais

Os termos que apresentamos neste trabalho são apenas alguns exemplos de estrangeirismos em forma de xenismo do domínio da Engenharia Têxtil, isto é, termos que mantêm a forma com que são grafados em suas línguas de origem, apesar de serem utilizados em textos dessa área em português.

Acreditamos que o uso frequente de estrangeirismos nesse domínio ocorra devido às relações comerciais entre os países que

⁴ Texto original: *Shantung* is a type of silk fabric historically from the province of Shandong. It is similar to Dupioni, but is slightly thinner and less irregular. *Shantung* is often used for bridal gowns.

importam e exportam matéria prima e produtos têxteis. Com o constante avanço tecnológico no setor, há sempre necessidade de aquisição de novas matérias-primas, equipamentos, processos, técnicas e produtos acabados, conseqüentemente a terminologia desse domínio também é afetada, pois, não havendo termos específicos na língua receptora que denominem esses elementos, opta-se pelo uso do estrangeirismo referenciais (como proposto por Cabré). Nesse contexto, vale ressaltar a importância do estudo dos xenismos utilizados na terminologia da Engenharia Têxtil.

Em nosso *corpus*, foram constatadas diversas ocorrências desse tipo de termo em nosso *corpus*. Essas unidades terminológicas dessa natureza são geralmente de origem francesa, chinesa, japonesa, árabe, italiana e outras, mas predominam as de origem inglesa.

Essa constatação não surpreende, uma vez que a língua inglesa representa hoje, para o marketing dos produtos, uma associação com a ideia de qualidade e *status*, o que já ocorreu, em outros idos, com o francês. Nesse caso, o estudo dos estrangeirismos não se restringe apenas ao aspecto linguístico, mas também social, pois o uso do termo em sua forma original pode denotar prestígio (como no caso de *charmeuse*). Fato relevante também é o de que a maior parte das inovações tecnológicas no ramo da indústria têxtil provém dos Estados Unidos, fazendo com que muitos estrangeirismos dessa área sejam de língua inglesa.

Verificamos, ainda, em nossa pesquisa, que os xenismos podem ter como motivação para sua criação enquanto neologismos vários fatores, dentre eles referência ao local de origem dos fios ou dos produtos, técnica ou processo de fabricação, aparência do produto, além de outros.

Os xenismos encontrados em nosso *corpus* podem ser empregados como termos simples ou compondo termos complexos, como base ou determinante. Podem ser a única denominação para o conceito em questão ou ainda ser concorrente de uma forma vernácula.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. M. **Neologismo**: criação lexical. São Paulo: Ática, 1994.
- AMARAL, L.; JAIGOBIND, A. G. A.; JAISINGH, S. **Dossiê técnico confecção de vestuário**. [S.l.]: Instituto de Tecnologia do Paraná, abr. 2007.
- BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade**. 3.ed. São Paulo: Plêiade, 1981.
- BARROS, L. A. **Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória**. São José do Rio Preto: NovaGraf, 2007.
- BASÍLIO, M. **Teoria lexical**. São Paulo: Ática, 1990.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**: teoria lexical e linguística computacional. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- OS BONS tempos voltaram. **Revista Profissões**, ago. 2000. Engenharia têxtil. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_profissoes/agosto00/engenharias/textil/>. Acesso em: 10 ago. 2014.
- CABRÉ, M. T.; FREIXA, J.; SOLÉ, E. (Coord.) **Lèxic i neologia**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, 2002.
- CABRÉ, M. T. **La terminología**: teoria, metodologia, aplicaciones. Barcelona: Antàrdida/Empúries, 1993.
- CARVALHO, N. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 1989.
- CASA PINTO TECIDOS. **Cetim charmeuse liso**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.casapinto.com.br/cetim/cetim-charmeuse-liso.html>>. Acesso em: 07 fev. 2016.
- CHARMEUSE. **ALIBABA.COM.**, [2014]. Disponível em: <<http://portuguese.alibaba.com/product-gs/140cm-16-5mm-100-silk-crepe-satin-charmeuse-fabric-378671570.html>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

DAFITI. **Shantung**. Disponível em: <<http://www.dafiti.com.br/shantung/>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

DEROY, L. **L'emprunt linguistique**. Paris : Les Belles Lettres, 1956.

DUBUC, R. **Manuel pratique de terminologie**. 2.ed. Québec: Linguattech, 1985.

FIACÇÃO. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. 4 maio 2016. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Fia%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

FIOS open-end 8/1 a 30/1. **Nova Fiação**, Jaguaruana, [2014]. Disponível em: <<http://novaufacao.com.br/produtos.php>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

GUILBERT, L. **La créativité lexicale**. Paris: Larrouse Université, 1975.

JUMA ENXOVAIS. **Conhecendo um pouco dos tipos de fios da indústria têxtil**. Ibitinga, [2016]. Disponível em: <<http://www.juma.com.br/blog/blog-juma-curiosidades-fios/p>>. Acesso em: 07 fev. 02016.

LIGHTINTHEBOX.COM. **Cetim Charmeuse (tecido)**. 2006-2015. Disponível em: <http://www.lightinthebox.com/pt/Oferta/Cetim_Charmeuse_Tecido.html>. Acesso em: 07 fev. 2016.

MADEINCHINA.COM. **Tecido cetim Charmeuse**. Focus Technology, 2016a. Disponível em: <http://pt.made-in-china.com/tag_search_product/Satin-Charmeuse-Fabric_yyesnyn_1.html>. Acesso em: 07 fev. 2016.

MADEINCHINA.COM. **Tela de seda do cetim do Crepe (Charmeuse de seda)**. Focus Technology, 2016b. Disponível em: <http://pt.made-in-china.com/co_hiseagulltrading/product_Silk-Crepe-Satin-Fabric-Silk-Charmeuse-_euggniihg.html>. Acesso em: 07 fev. 2016.

MALUF, E.; KOLBE, W. **Dados técnicos para a indústria têxtil.** 2. ed. São Paulo: ABIT, 2003.

OPEN end/máquinas de fios OE. **ALIBABA.COM.**, [2016]. Disponível em: <<http://portuguese.alibaba.com/product-detail/open-end-oe-yarn-machinery-60083060998.html>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

PORTAIS DA MODA. **Tecido Charmeuse.** Disponível em: <<http://www.portaisdamoda.com.br/glossario-moda-tecido-charmeuse.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2016.

SHANTUNG (FABRIC). In: WIKIPEDIA, the free encyclopedia. 18 apr. 2014. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Shantung_\(fabric\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Shantung_(fabric))>. Acesso em: 08 fev. 2016.

SHANTUNG tecidos. In: GOOGLE, [2016]. Imagem extraída do Google Imagens. Disponível em: <https://www.google.it/search?q=shantung+tecido&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwicyI_WnOjKAhWDFywKHYIFDRMQsAQIHw&biw=1280&bih=699#imgrc=Xk6PpP4qq6aFZM%3D>. Acesso em: 08 fev. 2016.

SILVA, S. da. **Anel x Open-End.** Blog, 27 fev. 2011. Disponível em: <http://textileindustry.ning.com/profiles/blog/show?id=2370240%3ABlogPost%3A69772&commentId=2370240%3AComment%3A70294&xg_source=activity>. Acesso em: 07 fev. 2016.

TRANSLITERAÇÃO. In: AULETE Digital. [S.l.]: Lexikon Editora Digital, [2016]. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/translitera%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE [UFRN]. **Mostra de profissões.** [Natal], 2014. Disponível em: <http://www.mostradeprofissoes.prograd.ufrn.br/arq_cursos/engenharia_textil.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ [UTFPR]. **Engenharia têxtil.** Curitiba, [2014]. Disponível em:

<<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/catalogo-de-cursos-da-utfpr/apucarana/engenharia-textil>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

WEIDNER-BOHNENBERGER, S. **Máquina Open End R 40**: inovações de vanguarda para a fiação Open End rentável. Winterthur: Fábrica de Máquinas Rieter, [2016]. Disponível em: <http://www.rieter.com/fileadmin/user_upload/picturepark/Reference_brochure_R_40_Rotor_Spinning_pt.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2016.

WESTING HOME & LIVING. **Tecido Shantung**. Disponível em: <<https://www.westwing.com.br/tecido-shantung/>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

ALFIERI, P. **Fibras têxteis**. São Paulo: Centro Universitário da FEI, [200?]. Apostilas I, II, III.

AMARAL, L.; JAIGOBIND, A. G. A.; JAISINGH, S. **Dossiê técnico confecção de vestuário**. Instituto de Tecnologia do Paraná, abr. 2007.

ARAÚJO, M. de.; MELO E CASTRO, E. M. **Manual de engenharia têxtil**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, maio 1986. v.1-2.

OS BONS tempos voltaram. **Revista Profissões**, ago. 2000. Engenharia têxtil. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_profissoes/agosto00/engenharias/textil/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CALIFAS. **O que é tecido?** Disponível em: <<http://www.califas.com.br/qualimalhas.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LADCHUMANANANDASIVA, M. R. **Introdução a engenharia têxtil**. [S.l.: s.n.], 2002. Apostila.

MALUF, E.; KOLBE, W. **Dados técnicos para a indústria têxtil**. 2. ed. São Paulo: ABIT, 2003.

NICOLINI, R., BORELLI, C. **Tecnologia da tecelagem padronagem**. [S.l.]: Centro Universitário da FEI, [2000?]. Apostila.

NICOLINI, R. **TX 4410**: tecelagem I: Preparação à tecelagem urdimento seccional e contínuo. [S.l.]: Centro Universitário da FEI, 2008. Apostila.

NICOLINI, R. **TX 7440**: tecelagem IV: projeto tecelagem. [S.l.]: Centro Universitário da FEI, 2003. Apostila.

NICOLINI, R. **TX 7440**: tecelagem IV: tecidos: glossário. [S.l.]: Centro Universitário da FEI, 2008. Apostila.

PEREIRA, S. G. **Introdução a tecnologia têxtil**: curso têxtil em malharia e confecção. [S.l.]: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina Unidade de Ensino de Araranguá, [2000?]. Módulo 2- Introdução.

TEXTILE INDUSTRY. **Glossário têxtil e do vestuário**. 17 mar. 2012. Disponível em: <<http://textileindustry.ning.com/forum/topics/glossario-textil>>. Acesso em 08 fev. 2015.

LEXICOLOGIA, LIBRAS E LITERATURA: DICIONÁRIO DE TERMOS LITERÁRIOS EM LIBRAS

Kely Araújo MELO

Márcia Maria de Melo ARAÚJO

Introdução

Observamos que há um crescente interesse pela literatura, por parte de pessoas surdas, estudantes e professores de Letras-Libras, e dificuldades pela falta de obras específicas na área de Libras que desenvolvam noções de literatura que as levem à compreensão nas suas diversas esferas constitutivas. Imbuídos do método qualitativo, segundo Nery e Borges (2005, p. 15), em que “há [...] um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, optamos como recurso, para coletar as informações necessárias a este estudo, colher subsídios que nos direcionem para o assunto que se quer tratar neste projeto, que é o desenvolvimento de um dicionário na área dos estudos literários que contemple termos e expressões usados na Literatura para estudantes e professores de Letras-Libras.

Pensando nisso, optamos pela leitura de bibliografia atual sobre termos literários e lexicologia, destacando trabalhos como

os de Margarita Correia e Massaud Moisés, em que a primeira apresenta uma investigação do dicionário como objeto cultural, feita por lexicógrafos, para preservação das línguas, e o segundo reúne termos literários, mais de setecentos verbetes, usados com certa frequência nas Teorias da Literatura, na crítica literária, nos textos acadêmicos e bibliografias específicas dos estudos literários e culturais.

A ideia surgiu quando notamos a necessidade de um dicionário que pudesse contemplar os estudos de Teoria e Crítica Literária em Libras à disposição de iniciantes em Libras e de pessoas interessadas em conhecer sinais. A meta é formar um dicionário com uma proposta de termos técnicos específicos da área de Literatura, levando em consideração que os dicionários participam de nossa vida, desde que entramos na escola ou mesmo antes disso, e têm uma importância na nossa sociedade, pois são meios de guardar a memória das línguas em vias de extinção ou que já desapareceram, além de preservar, desenvolver e disseminar a nossa e qualquer outra língua.

Nesse sentido, este trabalho encontra-se dividido em duas partes: a primeira em que abordamos a parte mais teórica, com abordagem conceitual dos dicionários; e a segunda que tratará do dicionário anteriormente referido. Desse modo, de um lado, abordamos aspectos da lexicografia como estrutura dos dicionários e autores que estudaram e pesquisaram esse instrumento e, de outro lado, de forma mais prática, apresentamos um esboço do Dicionário de Termos Literários, em sua versão digital.

Os dicionários como objeto cultural

Em geral, todas as sociedades desenvolvidas têm dicionários, sejam eles gerais ou especializados, de forma que o dicionário está intimamente relacionado com a afirmação de um povo, num determinado momento histórico e envolve o nascimento de uma nação. Isso se dá porque é por meio dos dicionários que se preserva, desenvolve e dissemina uma língua. Logo, ao torná-la oficial, necessita-se de “[...] que ela passe a dispor de um dicionário geral monolíngue

que descreva o seu vocabulário essencial e que fixe os seus modos de dizer, os seus padrões linguísticos.” (CORREIA, 2009, p. 16).

Pode-se afirmar, desse modo, que o dicionário é um objeto cultural por excelência, pois representa a vida de uma sociedade, conforme define Correia (2009, p. 16): “Os dicionários são também uma forma de guardar a memória das línguas que se encontram em vias de extinção ou que já desapareceram, preservando-se parcialmente, através dele, a sua forma particular de organização e representação do mundo.”

Para Correia (2009), os dicionários são usados como informação linguística sobre as palavras, além de outras fontes de informação, como enciclopédica, científica e relativa à cultura da comunidade que fala a língua em questão. Nesse sentido, não é somente no nível individual que o dicionário tem impacto. De objeto cultural, o dicionário passou a objeto de consumo, daí a larga produção de tantos tipos de dicionários, sem entrar no âmbito do formato e padrão de cores.

Convém explicar que os lexicógrafos são os responsáveis pelos dicionários, ou seja, os dicionários são feitos por eles, e a disciplina que se ocupa dos dicionários é a lexicografia, entendida como uma prática e também como disciplina científica. Como prática não-científica, a lexicografia é uma atividade cultural praticada por pessoas que usam os dicionários sem terem uma formação específica. Elas os usam de forma autodidática, quando têm vontade de aprender o significado de uma palavra, ou por curiosidade ou para melhorar o seu nível de expressão, e também para outras atividades. Quanto ao caráter científico, a lexicografia pressupõe que seus praticantes possuam uma formação acadêmica específica, porque traz em seu âmbito uma componente teórica forte e independente, influenciada por teorias linguísticas e especialmente lexicológicas.

O interesse pelos dicionários também fez surgir uma nova disciplina chamada Metalexicografia, que estuda os dicionários, suas formas, estruturas e usos, sua crítica e papel histórico-social. Entretanto, neste estudo, se reserva à lexicografia o papel de responder questões que abordem tipologia, conteúdo, funções sociais e culturais dos dicionários.

Para contribuir com a clareza entre conceitos e terminologia associados aos dicionários, tentamos definir o que é um dicionário, lembrando que o fato de os dicionários serem produtos de mercado dificulta uma classificação tipológica, como nota-se no primeiro tópico deste trabalho, com a grande quantidade de tipos estudados por Welker (2004).

Correia (2009) explica que a etimologia da palavra dicionário provém do latim medieval *dictionarium* ou *dictionarius*, que significa “repertório de *dictiones* (frases ou palavras), e que deriva da palavra latina *dictio, ōnis*”. Essa palavra pode ser entendida, em sentido genérico, como uma espécie de catálogo em que a ordenação dos diferentes itens introduzidos por uma palavra é tipicamente alfabética; ou em sentido estrito, cuja ideia é a de um dicionário ser um livro constituído por uma longa lista de palavras-entrada, apresentadas em negrito e ordenadas alfabeticamente. Para cada uma dessas palavras há um pequeno texto informativo, que se consulta para eliminar determinadas dúvidas relativas ao significado, ao seu uso e ao que podem nomear.

A rigor o dicionário é organizado em torno de duas estruturas: uma microestrutura e uma macroestrutura. De acordo com Correia (2009, p. 23):

Dentro de um dicionário, todos os artigos ou verbetes apresentam os mesmos tipos de informação, pela mesma ordem e de forma idêntica. Tal acontece porque cada dicionário define uma **microestrutura** específica, que deve ser respeitada ao longo de todo o dicionário, de A a Z. Por seu turno, a **macroestrutura** é o conjunto de todas as partes que constituem o dicionário; dela podem fazer parte, além da nomenclatura (a lista, por ordem alfabética, das entradas do dicionário), o prefácio, a introdução (na qual são explicitados os objectivos e os critérios seguidos na sua confecção), o guia de utilização, a lista de abreviaturas e convenções usadas no corpo da obra, a lista de símbolos fonéticos usados (se o dicionário contiver transcrição fonética) e os diversos apêndices que a obra pode conter.

Os dicionários configurados como bons devem conter uma introdução clara, um guia de utilização e a ordenação alfabética para facilitar a localização de uma dada unidade lexical no meio de uma lista de centenas ou milhares de entradas. Na verdade, não há como fazer um dicionário que descreva o léxico da língua, apenas existem os que descrevem vocábulos delimitados. Segundo Correia (2009, p. 89),

nenhum dicionário contém todas as palavras de uma língua, em primeiro lugar porque tal feito é impossível de conseguir pelas próprias características do léxico. Além disso, por mais exaustivo que um dicionário se afirme, ele irá deixar forçosamente de fora muitas das palavras que conhecemos e que usamos, por diversos motivos que se prendem com os critérios adoptados na sua realização. O facto de uma palavra não se encontrar no dicionário não significa, portanto, necessariamente que ela não exista, mas apenas que ela pode ter ficado de fora deliberadamente, por lapso ou por mero esquecimento.

De certa forma, olhamos para o dicionário como se ele trouxesse a verdade absoluta, indiscutível. Para Nunes (2006, p. 11), o dicionário é visto como um objeto de consulta, que traz os significados das palavras com a certeza e autoridade de um especialista, de uma obra de referência, “à disposição dos leitores nos momentos de dúvida e de desejo de saber”. O autor faz uma análise dos dicionários produzidos no Brasil entre os séculos XVI e XIX, do ponto de vista da análise do discurso e da história das ideias linguísticas, partindo dos relatos dos viajantes, que primeiro registraram as palavras no Novo Mundo até os primeiros dicionários monolíngues feitos em terras brasileiras.

No Brasil contemporâneo, o mercado é florescente para os dicionários de língua portuguesa disponíveis, como os gerais, escolares, monolíngues, bilíngues, impressos, em CD-rom e em linha. Destacamos os três maiores dicionários comerciais contemporâneos da lexicografia brasileira: *Michaelis*, *Aurélio* e *Houaiss*. O *Michaelis* é publicado pela Editora Melhoramentos, com mais de 200.000

verbetes e subverbetes. O *Aurélio*, que constitui a terceira edição de um dos mais importantes dicionários brasileiros, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, com edições em 1975 e 1986, do qual circulam duas edições no mercado: o *Novo Aurélio Século XXI*, da Editora Nova Fronteira, e o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, da Editora Positivo, que anuncia ter cerca de 435.000 verbetes. O *Houaiss*, de Antônio Houaiss e Mauro Villar, impresso em um volume e em CD-Rom, publicado pela Objetiva, contém quase 230.000 verbetes.

Em meados da década de 1990, surgem os primeiros dicionários monolíngues em suporte informático. Para Correia (2009), é difícil entender porque a comercialização de dicionários em suporte eletrônico não acontece com facilidade em Portugal. Dois dos dicionários mais importantes da atualidade portuguesa, o da Academia e a versão portuguesa do Houaiss não foram comercializados em CD-Rom. Isto facilitaria o seu uso e o seu estudo, além de que os tornaria mais acessíveis ao público, já que a edição digital é mais econômica que a impressa.

No Brasil, as versões do Michaelis, do Aurélio e do Houaiss encontram-se disponíveis em CD-Rom e *on-line*, ainda que alguns deles com acesso restrito. Isso confirma que no Brasil, embora mais recente, a lexicografia é muito mais expansiva que em Portugal. O que nos leva a acreditar que a nossa lexicografia possa continuar a acompanhar outros países, vindo a satisfazer as necessidades da nossa sociedade. Com base nessas informações, aproveitamos as diretrizes dessas vertentes no estudo da diversidade de usos das línguas, para adequá-las e aplicá-las à nossa proposta de um dicionário de termos literários em Libras. Assim, no próximo tópico focamos na Língua de Sinais Brasileira e na proposta do dicionário de termos literários.

Libras e dicionário de termos literários

Há várias formas de se organizar um dicionário. Entretanto um dos passos considerados mais importantes na construção de dicionários de Língua de Sinais (LS) é representar os sinais graficamen-

te: “Alguns autores de dicionários optam por desenhos, outros por fotos, outros por descrições e outros por alguma forma de notação escrita, mas a maioria combina pelo menos duas destas formas.” (BARROS, 2008, p. 73).

É recorrente no Brasil o uso de desenho e descrição, como fez Rabelo, citado por Barros (2008), que sistematizou os sinais em ordem alfabética das traduções que fez para o português no primeiro volume do seu dicionário. Em outro volume, usa apenas desenhos, tanto para os exemplos que dá de frases em Libras quanto de uma compilação onomasiológica de sinais. O dicionário trilingue de Capovilla e Raphael (2001) adota ordem alfabética do português, com descrição, escrita em *SignWriting*, definição em português e inglês, desenho do sinal e desenho ilustrativo.

Quanto aos dicionários digitais, a classificação é mais elaborada para o uso da Libras, a exemplo do dicionário sistematizado pelo Instituto Nacional para a Educação e Integração dos Surdos (INES) que apresenta descrição e definição em português, informações dos sinais e traz a Configuração de Mãos, primando pela ordem alfabética do português. Além disso, os sinais são apresentados por meio de filmagem.

Para Barros (2008), por não haver um sistema de escrita estabelecido, o sistema americano *SignWriting* é o mais usado, mesmo não sendo reconhecido oficialmente como um sistema de escrita. Daí a proposta da autora de apresentar, por meio dos dicionários de LS baseados numa escrita de sinais denominada ELiS, uma classificação dos sinais em ordem visográfica, substituindo assim a ordem alfabética, que remete para um sistema de letras e não de sinais.

Para desenvolver essa proposta, a pesquisadora comenta que a ordem visográfica vem da representação por meio de uma sequência de organização de visemas, ou seja, a sequência de configurações de dedo, sequência de orientação da palma da mão, sequência de ponto de articulação, sequência de movimento e sequência de entradas. Desse modo, comenta a estudiosa: “As ideias que apresentam para a organização visográfica, apesar de detalhadamente desenvolvidas, não são concludentes. São, ao contrário, o início de um

longo caminho que apenas se inicia: a elaboração de dicionários de LS com organização semasiológica.” (BARROS, 2008, p. 78).

Para entendermos melhor como se desenvolve a escrita das línguas de sinais, reportamos a Willian C. Stokoe Jr. (1920-2000), um dos primeiros pesquisadores a desenvolver uma estrutura para analisar os sinais. Stokoe propôs que cada sinal tivesse pelo menos três partes independentes: locação, formato de mão e movimento. Inventou uma notação e organizou dezenove formas de mãos diferentes, doze locações e vinte e quatro tipos de movimentos.

Figura 1 – Configurações das mãos conforme Stokoe

	A	Punho fechado		I	Como "I"
	A	Punho fechado, polegar estendido		K	Como "K"
	B	Mão plana		3	Como "3"
	B	Como "B" mas dedos curvos		R	Como "R"
	5	Dedos estendidos como "5"		V	Como "V"
	C	Mão curvada como "C"		W	Como "W"
	E	Mão contraída		X	Índice curvo
	F	Como "F"		Y	Mínimo e indicador estendidos
	G	Indicador aponta		8	Médio e polegar em contato
	H	Indicador e médio apontam (antiga forma do "H")			

O site da notação de Stokoe contém informações e exemplos de signos escritos. Acesse: <http://www.signwriting.org/forums/linguistics/ling006.html>























Fonte: SISTEMAS... (2013).

O Sistema de Notação de Stokoe foi desenvolvido para fins de pesquisa e em sua obra pode ser encontrada uma estrutura léxica da linguagem de sinais e uma correlação de três mil palavras sinalizadas (FARIA-DO-NASCIMENTO, 2009). Esse Sistema de

Notação possui três elementos: lugar, que se refere ao corpo e ao espaço, a configuração de mão e o movimento.

Em 1989, foi criado o Sistema de escrita por Notação da Língua de Sinais de Hamburgo – HamNoSys. Desenvolvido por Prillwitz e Vollhaber, com o intuito de ser um instrumento técnico dos linguistas. Este sistema se distingue em cinco grupos: as configurações de mãos, as orientações de dedos e da palma, as localizações sobre a cabeça e o tronco, os tipos e as modalidades de movimento e pontuação (FARIA-DO-NASCIMENTO, 2009).

Figura 2 – Sistema de escrita por Notação da Língua de Sinais de Hamburgo

		Punho fechado			Punho fechado, polegar estendido
		Mão plana			Punho fechado, polegar dobrado
		Punho fechado, indicador estendido			Mão dobrada
		Punho fechado, indicador e médio estendidos			Mão arredondada
		Punho fechado, indicador e médio em V			Quatro dedos dobrados
		Mão em 4			

O site de HamNoSys contém as informações e os exemplos, bem como os signos escritos dos sinais. Acesse:

<http://www.sign-lang.uni-hamburg.de/Projekte/HamNoSys/HamNoSysErklaerungen/englisch/Contents.html>

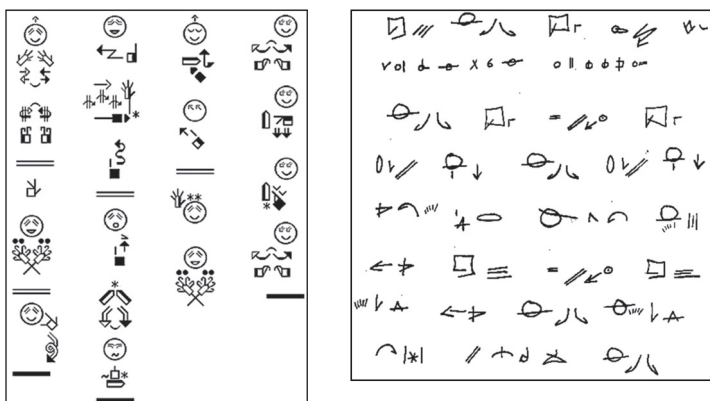
Fonte: O HAMNOSYS ([2013]).

Valerie Sutton criou em 1974, nos Estados Unidos, o sistema de escrita *Sign Writing* que permite registrar qualquer língua de sinais. Desde sua criação, o sistema de escrita tem sido aperfeiçoado com

o apoio do comitê de ação pela escrita de línguas de sinais (DAC), e mantido pelo *Center for Sutton Movement Writing*, situado no Sul da Califórnia. Atualmente o sistema conta com aproximadamente 900 símbolos, os quais representam os parâmetros, os sinais de pontuação e podem ser escritos com o corpo inteiro. Esse sistema de escrita pode ser escrito à mão ou no computador.

No Brasil, Marianne Rossi Stumpf, atualmente professora da Universidade Federal de Santa Catarina, traduziu, em 2000, o *SignWriting* para o português. Com o título de sua tese de doutorado adquirido em 2005 desenvolveu o tema *Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo Sistema SignWriting: língua de sinais no papel e no computador*. Percebemos a grande extensão a que se chegou o conhecimento e reconhecimento dessa escrita de sinais (FARIADO-NASCIMENTO, 2009).

Figura 3 – Sinais gráficos do *SignWriting*



Fonte: CAN... (2013).

Existem várias publicações que incentivam o uso da escrita de sinais. No Brasil, temos livros que trabalham o ensino dessa escrita e outros com adaptações em *SignWriting*. Seguem alguns exemplos:

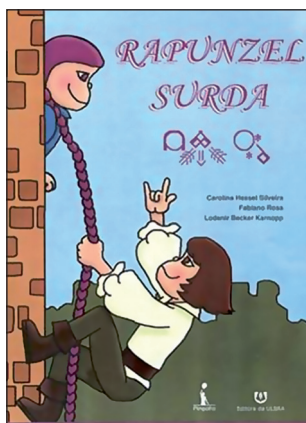
Figura 4 – Capa do livro *Escrita de sinais sem mistérios*



Fonte: LACERDA (2012).

Escrita de Sinais Sem Mistérios foi escrito por Madson Barros Barreto e Raquel Tibúrcio Rosa Barreto e publicado em 2012. O livro é específico para o aprendizado do sistema *Sign Writing* para a escrita de sinais.

Figura 5 – Capas de *Cinderela surda* e *Rapunzel surda*



Fonte: CINDERELA... (2010).

Cinderela Surda e *Rapunzel Surda* foram adaptados por Carolina Hessel, Lodernir Karnopp e Fabiano Rosa, com sua primeira edição em 2003. Estes livros referem-se a uma versão do tradicional conto que insere elementos da cultura e identidade surda. Inúmeras histórias são contadas em línguas de sinais pelos surdos, porém elas não têm registros em livros para a divulgação e leitura nas escolas e na comunidade. Assim o registro de produção literária de surdos termina sendo algo ainda incipiente e que só recentemente, acreditamos, começa a se fazer presente entre as comunidades ouvintes.

Embasados nesses livros, apresentamos a proposta de um dicionário de termos literários em Libras. Para tanto, discorremos sobre alguns aspectos considerados imprescindíveis para o resultado da pesquisa. Entre eles, apontamos o trabalho do lexicógrafo e as opções que faz quando desenha um dicionário; as escolhas entre os tipos de dicionários existentes na internet em língua de sinais; o aprofundamento do conhecimento e a reflexão crítica para formalizar a proposta do Dicionário de Termos Literários em Libras.

Na internet, há dicionários voltados para a Língua de Sinais Brasileira, como o Acesso Brasil¹, que se encontra disponível *on-line* e também em CD-Rom. Este dicionário conta com mais de 1.000 verbetes, ou seja, vídeos realizando os sinais na Libras. O *site* foi desenvolvido pelo INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos no Rio de Janeiro. Há também o Dicionário Libras (2016), editado na cidade de São Paulo, mas sem identificação de autoria. Existem alguns outros dicionários *on-line*, porém sem identificação ou a página não pode ser encontrada.

A respeito dos tipos de dicionários digitais em línguas de sinais, Martins et al. (2012) comentam a agilidade à informação sobre as palavras ou gestos², facilitando, dessa forma, o acesso pelo usuário, ao mesmo tempo que esse tipo de suporte traz um resultado melhor do que a versão impressa, pelo fato de as línguas de sinais se

¹ LIBRAS (2008).

² Em Portugal, é usado o termo gestos ou gestuais para sinais. Neste caso, reproduzimos de acordo com os autores.

desenvolverem no espaço, tendo movimento, configuração de mão e localização como parâmetros fonológicos. Desse modo, o suporte digital garante a visualização em tempo real dos sinais filmados e uma organização e descrição linguística mais precisa das unidades sinalizadas das línguas de sinais.

Item importante a ser destacado é que os dicionários *on-line*, por seu suporte digital e por possuírem ferramentas que detectam erros apontados, podem ser atualizados e corrigidos regularmente, diferente dos dicionários impressos que, por serem fechados, passam pela desatualização ou problemas de erros, como a falta de sistematicidade, os erros nas remissões e a circularidade indesejada.

Analisando sob essa perspectiva os dicionários *on-line* de Libras, abordamos a necessidade de um dicionário de Libras que atue no campo literário, distinto dos encontrados na internet, que contemplam uma grande variedade de sinais de diferentes assuntos. Além disso, por se tratar de um assunto referente ao ensino de literatura poucos sinais estão em uso e ainda há o problema de que a maioria não possui uma descrição específica dos termos literários.

A importância do desenvolvimento de um dicionário de termos literários em Libras está relacionada ao leitor surdo, que por sua vez depara-se com uma grande dificuldade de compreensão de termos específicos da literatura. Um dicionário que sintetiza e organiza a rica e inovadora produção de termos literários tem imenso valor e utilidade para os estudos de pesquisadores, estudantes e apreciadores da área de Letras-Libras, contribuindo para reforçar informações de interesse da sociedade em geral e preencher uma lacuna nos estudos de literatura para surdos.

Vimos anteriormente que o dicionário de línguas de sinais é uma compilação de palavras ou sinais gerais ou especializados, geralmente dispostos em ordem alfabética, contendo em cada entrada categoria gramatical, definição, termos relacionados e exemplos ilustrados, filmados ou em fotografias. A organização é feita em torno de uma macroestrutura e de uma microestrutura, sendo que, normalmente, a nomenclatura dos dicionários impressos é organizada por ordem alfabética, mas existem os que são organizados tematicamente, agrupando as palavras por ideias afins.

Nos dicionários de línguas de sinais podemos seguir a organização por configuração da mão.

Para o Dicionário de Termos Literários em Libras, levamos em consideração o comentário de Barros (2008, p. 71) de que “[...] a estruturação alfabética de dicionários firmou-se na literatura por sua incomparável superioridade quanto à facilidade de localização do item buscado.” A facilidade de acesso pelo usuário surdo, devido ao tipo de suporte ser eletrônico e não impresso, conforme indicado por Martins et al. (2012), é um diferencial positivo para os dicionários virtuais. Além disso, Welker (2004, p. 228) afirma que “[...] a maior vantagem dos dicionários eletrônicos são a facilidade de busca. A mais comum é: querendo consultar determinado lexe-ma, digita-se a palavra – ou ela é escolhida numa lista alfabética de lemas – e imediatamente (depois de clicar) é mostrado o verbete.”

Nesse sentido adotamos o critério semasiológico, partindo da unidade lexical para o seu conceito e significado. Como se trata de um dicionário de termos literários, a entrada traz informações gerais sobre localização geográfica, vigência de uso (arcaico, em desuso, muito usado) sobre a classificação gramatical, as marcas de uso (registro, domínio) e a definição.

O próprio fato de que “As línguas gestuais emergem naturalmente no seio de comunidades surdas, mais ou menos pequenas. [e que] A sua existência depende, portanto, da concentração de surdos que, historicamente, acontece em contexto escolar”, conforme Martins et al. (2012, p. 39), aponta para um esboço incipiente de trabalhos sobre línguas de sinais, ao mesmo tempo que sugere a necessidade de estudos mais aprofundados em todas as áreas que direcionem a Libras.

Ainda em relação à macroestrutura, Welker (2004) serviu-nos de exemplo para explicar como o corpo do dicionário pode ser organizado. Idealizamos a página que trata de informações relativas ao Dicionário e à pesquisa dos sinais, seguindo determinados parâmetros, isoladamente ou combinados entre si, dependendo da necessidade, como por exemplo, configuração de mão – localização – movimento. Pretendemos uma pesquisa detalhada para cada configuração já que é possível encontrar mais do que uma variante

relacionada com a posição dos dedos, com a localização em partes específicas do corpo e do espaço, e também com o movimento (MARTINS et al., 2012).

Convém lembrar que, pela sua versatilidade, os dicionários digitais permitem fazer o *download* de imagens paradas dos vídeos ou de ilustrações ou desenhos dos sinais, sendo muito útil a quem quer aprender língua de sinais como segunda língua. Em sequência à página de vídeos, vem o dicionário com a proposta semasiológica de ordem alfabética. Assim, pode-se digitar o termo buscado ou escolhê-lo na lista alfabética que aparece logo abaixo do termo Dicionário. Desse modo, o suporte digital garante a visualização em tempo real dos sinais filmados e uma organização e descrição linguística mais precisa das unidades das línguas de sinais. Essa microestrutura é o que Martins et al. (2012) definem como estrutura tripartida, comum nos dicionários na internet.

Estamos cientes que parte do trabalho de definição da norma lexicológica do lexicógrafo se trata de determinar que palavras devem ser incluídas na nomenclatura do dicionário e também em que condições deve-se criar uma entrada separada. Desse modo, seguimos o critério de ter em conta o tipo de dicionário que queremos fazer e o público-alvo a que se destina. Nesse sentido, o público ao qual destinamos o Dicionário de termos literários em Libras emerge do meio da comunidade surda, principalmente surdos em contexto escolar, e a comunidade ouvinte interessada em se comunicar com surdos.

Assim, nos deparamos com vários desafios quando começamos a estabelecer as normas para reger o Dicionário. Por exemplo, a criação de um questionário para as fontes de recolha dos sinais; conseguir parceria com lexicógrafos e linguistas, sejam eles surdos ou ouvintes de outras regiões do Brasil; inserir o sistema de escrita de sinais; os sinais possuem uma estrutura mais complexa do que as palavras orais e escritas, por isso torna-se difícil estabelecer a correspondência entre o sinal e a palavra oral ou escrita.

Em contrapartida, é possível ordenar os sinais de acordo com as configurações das mãos; movimento das mãos no espaço ou

em volta de si; orientações das mãos, localizações no corpo e no espaço; além de expressões faciais, expressões da boca e movimentos corporais. Os parâmetros apresentados podem ser produzidos simultaneamente, mesmo que sejam reproduzidos sequencialmente no tempo, gerando ou não alterações dos parâmetros dentro de um mesmo sinal, quer seja na localização, na configuração ou na orientação das mãos. Nesse sentido, a ordem dos parâmetros pode seguir uma relevância semântica ou a sua ativação articulatória, proposta por Barros (2008).

Esta proposta de Dicionário de Termos Literários em Libras não permite uma caracterização completa do estudo empregado para a feitura do modelo de *site*. É nesse sentido que a programação será construída: facilitar o acesso do usuário e permitir uma maior visibilidade da diversidade linguística em Libras, ainda por ser devidamente traçada. Nada obstante as dificuldades de tal ordem, esperamos ter deixado clara a ideia do Dicionário como uma produção a mais nos estudos literários, linguísticos e do léxico em Goiás.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. E. **ELiS**: Escrita das Línguas de Sinais: proposta teórica e verificação prática. 2008. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAN SignWriting be written by hand? 2013. Disponível em: <<http://www.signwriting.org/lessons/cursive/byhand5.html>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CINDERELA Surda e Rapunzel Surda. **Escrita de Sinais**, 30 ago. 2010. Disponível em: <<http://escritadesinais.wordpress.com/2010/08/30/cinderela%C2%A0surda-e-rapunzel-surda/>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

CORREIA, M. **Os dicionários portugueses**. Lisboa: Caminho, 2009.

DICIONÁRIO LIBRAS. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.dicionariolibras.com.br>>. Acesso em 20 jan. 2013.

FARIA-DO-NASCIMENTO, S. P. de. **Representações lexicais da Língua de Sinais brasileira**. Brasília: Ed. da UnB, 2009.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. [S.l.]: Positivo, 2010.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

O HAMNOSYS: 1989. Coleção Letras Libras, [2013]. Clique na informação Veja O Quadro. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisI/scos/cap15515/13.html>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

HESSEL, C.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. **Cinderela surda**. Canoas: ULBRA, 2003a.

HESSEL, C.; ROSA, F.; KARNOPP, L. B. **Rapunzel surda**. Canoas: ULBRA, 2003b.

HOUAISS. **Dicionário da língua portuguesa**. [S.l.]: Objetiva, 2001. (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia).

LACERDA. L. L. FENEIS/MG lança livro sobre Escrita de Sinais. **Educação de surdos: Desafios e Interfaces**, 6 jun. 2012. Blog. Disponível em: <<http://conversasdeeducador.blogspot.com.br/2012/06/feneismg-lanca-livro-sobre-escrita-de.html>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

LIBRAS: Dicionário da língua brasileira de sinais. Acesso Brasil, 2008. Versão 2.1 – web. Disponível em: <<http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MARTINS, M. et al. **Os dicionários e os avatares gestuais: o que são, como se fazem e para que servem.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 1998.

NERY, J. R. C.; BORGES, M. L. T. **Orientações técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Macapá: UNIFAP, 2005.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX.** Campinas: Pontes, 2006.

SISTEMAS de Notações Escritas de Línguas de Sinais. Coleção Letras Libras, [2013]. Clique na informação conforme Stokoe. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/escritaDeSinaisI/scos/cap15515/12.html>>. Acesso em: 06 fev. 2013.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia.** 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

TRADUÇÃO E USO DE DICIONÁRIOS MONOLÍNGUES: A CONTRIBUIÇÃO DA SINONÍMIA PARA O TRABALHO DO TRADUTOR

Viviane Cristina Poletto LUGLI
Odair Luiz NADIN

Introdução

O objetivo do presente texto é analisar o tratamento lexicográfico dado por dicionários monolíngues de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola à questão da sinonímia e demonstrar, por meio da análise de verbetes referentes a uma amostra de unidades léxicas que emergem em textos que requerem a tradução pública, a pertinência e eficácia das informações lexicográficas apresentadas. Os dicionários escolhidos para esta análise são, de língua portuguesa, o Aulete Digital ([2016]) e o Houaiss Eletrônico (2001) e, de língua espanhola, o *Diccionario de la Real Academia Española* (RAE, [2013]).

Uma das questões que apresentamos neste artigo é o entendimento do dicionário como suporte¹ de gêneros textuais cujo gêne-

¹ A noção de suporte que adotamos é a de Marcuschi ([20--]), que o define como o lugar onde os textos são ancorados.

ro canônico desse suporte é o verbete. Os gêneros configuram uma miríade de ações e se constituem ora com uma configuração estrutural, ora com outra, pois, no decorrer da história podem sofrer alterações. Como observa Marcuschi ([20--]), velhos gêneros ganham novas formas, devido ao suporte digital em que se inserem. Nesse contexto, a análise comparativa das unidades léxicas nos dicionários, ao traduzir um gênero textual, é essencial, visto que algumas obras lexicográficas fornecem mais informações que outras em suas microestruturas, contribuindo, desse modo, com o trabalho do tradutor que precisa examinar o texto com *lupas* (CINTRÃO, 2006) durante o processo de interpretação e de reescrita do texto na língua de chegada.

Tanto o Caldas Aulete quanto o Houaiss e o DRAE, em suas versões impressas, portam a *microestrutura típica* (BARBOSA, 1995) de dicionários: entrada ou lema + enunciado lexicográfico (pronúncia, abreviatura, categoria, gênero, número, etimologia, homônimos, campo léxico-semântico etc.). Nas versões digitais, no entanto, houve, em alguns verbetes, alguma alteração nessa estrutura básica. O Caldas Aulete Digital, por exemplo, apresenta, em determinados verbetes, informações complementares. Há, também, o destaque de um verbete apresentado como “palavra do dia”. O DRAE também apresenta mudanças em sua estrutura típica, visto que porta informações adicionais ao verbete, tal como informação atualizada, emendada, consulta à conjugação verbal e também a palavra do dia. O Houaiss apresenta a possibilidade de consulta à conjugação verbal.

Nesse sentido, concebemos os gêneros, textos e dicionários, como enunciados que se movem de acordo com o tempo e o espaço sócio-histórico em que emergem e defendemos a necessidade de olhar para esses *instrumentos mediadores* (SCHNEUWLY, 2004), visto que é por meio deles que o tradutor desenvolve capacidades para efetuar operações cognitivas e de linguagem envolvidas com a

² As “palavras do dia” são palavras que constam na parte inferior da página (interface) do dicionário e estão sempre relacionadas ao contexto sócio-histórico do brasileiro, uma vez que as palavras são sempre extraídas de alguma notícia transmitida no dia ou nas 48 horas imediatamente anteriores.

sua tarefa de traduzir. O recurso à sinonímia é uma operação cognitiva indispensável para o tradutor, visto que a seleção do significado mais adequado das palavras compartilhado em sua rede de significações é determinante para uma tradução de qualidade.

Tais operações, entretanto, podem ser mais bem efetuadas quando se conhece o funcionamento do suporte em que se inserem os verbetes, a dinamicidade e a riqueza desses suportes considerados ricos porque, além de preservar a história de uma língua, imbrica-se nesse contexto movediço, em que se concretiza o tecer e o destecer de textos das diferentes *esferas de ação humana* (BAJTIN, 2005).

Devido a esse entrelaçamento entre suporte–verbe–textos das diferentes esferas da vida humana (contexto sócio-histórico), torna-se inevitável que se compreenda esse movimento do léxico nas obras lexicográficas que auxiliam o trabalho de tradutores. E se traduzir requer um deslizar entre os significados, é inevitável que o foco do tradutor se volte para as relações de correspondências³ tanto de significado quanto sintático-semântico-pragmáticas etc. próprias da unidade léxica, o que implica um agir cauteloso do profissional devido à responsabilidade de precisar “*dizer o mesmo a outros*” (SOBRAL, 2008) e de outros.

Nesse sentido, traduzir significa não somente *destecer* significados disponíveis em obras lexicográficas e em outras obras de consulta (net, enciclopédias, gramáticas, literatura especializadas), mas também conhecer sistemas de produção de sentidos nas línguas que estão sendo traduzidas, a fim de preencher as lacunas que se apresentam entre as línguas devido, em determinados casos, à falta de equivalentes/correspondentes.

Partindo dessa concepção e por questões metodológicas de delimitação do tema, dentre as inúmeras possibilidades de análises, detemo-nos, como dito antes, à questão do registro de sinônimos

³ Compreendemos “correspondência” neste contexto como sinônimo de “equivalência”. Embora nas análises apresentadas neste artigo sejam discutidas questões de tradução, não é nosso objetivo discutir as problemáticas teóricas relacionadas ao conceito de “correspondência/equivalência” entre as línguas.

nos dicionários analisados e sua importância para o trabalho do tradutor.

Antes, porém, desenvolvemos algumas reflexões sobre gêneros textuais, dicionários e tradução, teorias que sustentam as discussões aqui apresentadas. No primeiro caso, discutir essa relação é relevante porque o tradutor, muitas vezes, trabalha com gêneros específicos e por entendermos o dicionário como um suporte no qual são veiculadas diferentes gêneros. No segundo, a relação tradução e dicionário por ser este um instrumento fundamental para o labor da tradução.

Gêneros Textuais, Dicionários e Tradução

Considerando que os gêneros textuais funcionam como *instrumentos* (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004) aos quais se recorre para a produção, a compreensão e a interpretação de textos, que o *verbete* é um gênero textual e que a tradução é, segundo Batalha e Pontes Jr. (2007, p.10), uma prática social comunicativa, que se fundamenta em ações verbais estereotipadas, torna-se imperativo o olhar do tradutor para as questões sinonímicas apresentadas pelos dicionários para a tradução de estruturas textuais que compõem os gêneros do discurso da esfera juramentada.

Além disso, se concordamos ainda com Olher (2010) que traduzir significa estar em uma posição de entre-lugar, é necessário e urgente para o profissional de tradução refletir sobre o gênero *verbete* e os sinônimos nele apresentados, articulando-os com o gênero textual a ser traduzido.

De acordo com a concepção de tradução como sinônimo de compreensão e de interpretação e como uma condição humana, conforme Hermans (1996), não há como ignorarmos a relevância do dicionário na tomada de decisões durante a produção do texto de chegada. Para tal interpretação, no entanto, necessitamos de conhecimentos de gêneros de textos, uma vez que eles nos fornecem padrões formais compostos por funções retóricas que variam de acordo com o propósito comunicativo (JIMÉNEZ, 1999), e os padrões formais (JIMÉNEZ, 1999) nos ajudam a associar o texto

ao seu contexto, e as palavras a serem consultadas nos dicionários podem, assim, ser interpretadas a partir desse contexto mais amplo e de seu cotexto (relações entre as orações).

Logo, se traduzir é forma (BENJAMIN, 1994), é transformar e é sinônimo de compreender e interpretar, conforme Hermans (1996), o tratamento dado aos sinônimos pelo dicionário em seus verbetes torna-se alvo a ser investigado pelo tradutor, que terá de optar entre as diversas obras lexicográficas disponíveis para adotar uma ou várias delas como aliada(s) em seu trabalho de traduzir os diferentes gêneros de textos. É preciso, também, saber escolher conscientemente o melhor sinônimo já que não existem sinônimos perfeitos.

No âmbito da tradução juramentada, no qual se insere esse trabalho, essas “obras lexicográficas são imprescindíveis para a execução do trabalho do tradutor”. No caso da tradução jurídica português-espanhol, especificamente, quase não estão disponíveis no mercado editorial *obras de vulto* (BIDERMAN, 2004), o que leva o tradutor a um diálogo contínuo entre glossários jurídicos disponíveis na Web, dicionários, como o da *Real Academia Española* on-line e os de língua portuguesa.

Nesse contexto, refletir a respeito da sinonímia nessas obras lexicográficas é um estudo *sine qua non* para a tomada de decisões no processo de tessitura da tradução. Isso porque, ao considerarmos que a lexicologia está atenta às relações de significado das palavras que fazem parte do acervo lexical de uma dada língua e, considerando também que os profissionais de tradução têm como uma de suas atividades diárias a produção e recepção de textos, tanto nas modalidades escritas como orais, faz-se necessário dirigir o olhar para os sinônimos presentes nos dicionários que podem permitir a concretização, a reformulação e, muitas vezes, o enriquecimento dos textos.

Os dicionários são instrumentos essenciais que os usuários podem consultar para ter modelos da língua, exemplos que podem ser vistos por meio de contextos de uso, o que pode contribuir para o trabalho do tradutor. Esses instrumentos são produzidos em determinadas situações de produção (momentos históricos e sociais

específicos) e, por isso, constituem-se por macro e microestruturas diferentes, pois, como afirma Bronckart (1999), é a *situação de produção* que formata um gênero.

Nesse quadro, os dicionários são considerados como obras sociais por contribuírem com o desenvolvimento linguístico e a preservação da história de uma sociedade que, ao consultá-los, busca uma norma de uso da língua, uma vez que, segundo Dubois (et.al. 1987), um dos objetivos dos dicionários é fixar uma norma léxica sentida pela sociedade. Biderman (2004, p. 185) corrobora essa afirmação ao lembrar que “o dicionário descreve o léxico em função de um modelo ideal de língua – a língua culta escrita”, embora ele possa também “registrar usos dialetais, populares, gíriáticos etc.”

Segundo Verdelho (2002), em 1621 já emergia a necessidade do olhar do lexicógrafo sobre os sinônimos, pois Amaro Roboredo elaborou um dicionário de Latim/Português/Espanhol com um número de sinônimos bastante relevante e informativo. Esse fato demonstra, portanto, uma necessidade humana de aprimoramento e renovação, uma vez que o consulente concebe o dicionário como um instrumento essencial para o esclarecimento de sentidos de signos linguísticos, além de considerá-lo como modelo de uso da língua. Assim, por meio do uso de sinônimos, tradutores e usuários da língua em geral podem produzir textos com mais coerência e sem redundância. É nesse sentido que estudar a sinonímia torna-se indispensável para o trabalho do tradutor.

A sinonímia como objeto de descrição

O estudo da sinonímia é o estudo das relações semânticas entre as palavras de uma língua natural (ZAVAGLIA, 2010). Lyons (1997), por sua vez, explica que um critério para identificar a sinonímia é a identidade e não apenas a semelhança. Para o autor, muitas das expressões sinônimas recolhidas nos dicionários podem ser consideradas quase-sinônimos por serem semelhantes no significado em alguns aspectos, mas não idênticas. As palavras consideradas quase-sinônimos, segundo o autor são aquelas que

[...] *teniendo una intersección de significados o núcleo semántico común, se diferencian por motivos dialectales (chaqueta, saco), de registro social (policía, madero, cabeza, tarro); de distinta connotación de diferencia social (aliviarse, dar a luz), de profesión del hablante (muerto, interfecto), de confesión (musulmán, mahometano), de tendencia política (conservador, reaccionario); de edad (orina, pipí), de sexo (mono, bonito), de arcaísmo (fidalgo, hidalgo), de cultismo (evento, acontecimiento), de intensificación (guapetón, guapo), de humor, ironía o parodia (pata, pierna, pinrel, pie), de afectividad laudativa (esbelto, delgado); de afectividad peyorativa (flaco, delgado, matasanos, médico); de eufemismo (diantre, demonios, invidente, ciego).* (LYONS, 1997, p.87).

Outra observação feita por Lyons (1997) é a de que não podemos confundir a quase sinonímia com a sinonímia parcial, visto que essa última, ainda que satisfaça os critérios de identidade de significado, não chega a cumprir as condições para ser designada como sinonímia absoluta. Um exemplo apontado por Lyons (1997, p.87) para quase-sinônimo é o de “bruma e neblina”. A unidade léxica *bruma* pode ser substituída por *niebla* em espanhol, quando a cerração se forma sobre o mar. Em outros contextos, não se utilizaria bruma. Nesse caso, estamos diante de um quase-sinônimo, uma vez que as nuances de sentido não permitem que essas unidades sejam substituídas umas pelas outras. Trata-se de uma questão referencial em que uma dada unidade pode ser sinonimizada a partir de seu contexto. Alheio ao contexto, porém, seus significados literais desautorizam as substituições.

Com relação aos critérios de identidade de significado, Lyons (1997), explica que estão atrelados às condições de aprovação dos significados para uma unidade léxica. Um exemplo apontado pelo autor, que adaptamos para a língua portuguesa, dá-se na substituição da unidade léxica *amplo* por seu sinônimo *grande*:

- (a) Isabel publicou um *amplo* artigo sobre zootecnia.
- (b) Isabel publicou um *grande* artigo sobre zootecnia.

Em (a), o adjetivo *amplo* gera uma interpretação que não condiz com o sentido da oração (b). Por essa razão, o termo *amplo* da primeira oração não partilha do mesmo sentido de *grande* da segunda. Assim, as orações estão bem elaboradas, mas não passam pelo critério de aprovação de sinonímia absoluta porque um de seus significados não corresponde ao outro. Trata-se, portanto, de um caso de sinonímia parcial.

De acordo com a ótica de Lyons (1997), para que haja sinonímia absoluta, é necessário que as expressões sejam semanticamente equivalentes em todas as dimensões e sinônimas em todos os contextos. O autor reconhece, no entanto, que há tipos diferentes de sinonímia e que raramente pode existir a sinonímia absoluta, diferentemente de autores como Ullmann e Bloomfield (apud ARAÚJO, 2007), que negam a existência da sinonímia completa. Bloomfield (apud ARAÚJO, 2007) somente considera a possibilidade de sinonímia absoluta para os termos técnicos.

Apesar da dificuldade em se estabelecer relações “absolutas” entre sinônimos, Zavaglia (2010) considera que a sinonímia faz parte dos recursos empregados por lexicógrafos na produção de dicionários. Segundo a autora,

Na escrita, também o recurso à sinonímia faz-se frequente nos textos, enriquecendo-os ou dando-lhes coerência como uma estratégia de coesão; nos dicionários, ela aparece tanto como recurso de definição quanto na qualidade de complemento semântico, neste caso, em geral no final dos verbetes. (ZAVAGLIA, 2010, p.189).

Com base nessa afirmação de Zavaglia (2010) e diante do exposto, entendemos que analisar a sinonímia impõe compreender as suas especificidades e complexidades. Nessa tentativa de compreensão do fenômeno da sinonímia, consideramos importante observar se os sinônimos realmente se apresentam como recurso definatório nos dicionários que selecionamos para análise.

Nossa opção por não recorrermos a um dicionário especial de sinônimos se deve ao fato de considerarmos essas obras de onde extraímos nosso *corpus* bastante completas pela quantidade de

informação colocada à disposição do leitor. O Houaiss, como afirmamos anteriormente, é, segundo Biderman (2004, p.190), uma “obra de vulto” e o Caldas Aulete Digital, em nosso ponto de vista, é também uma obra relevante, devido às suas condições de produção, que, segundo Bronckart (1999), são determinantes na produção de um gênero textual.

As condições do suporte dicionário Caldas Aulete Digital, o qual abriga o gênero textual “verbetes”, caracterizam-se por um mundo físico brasileiro em que lexicógrafos, em parceria com o Jornal Estado de São Paulo e com a Rede Globo de TV, atualizam-no diariamente. Além disso, há um mundo social que se caracteriza por todos os tipos de consulentes, sejam eles da academia, profissionais de diferentes áreas, sejam educadores que utilizam essa obra para consulta.

No contexto de dicionário de língua geral, o DRAE é concebido como referência e responsável pelo cuidado da unidade linguística do espanhol por meio de sua normatização. Esse dicionário conta com a colaboração de 21 academias de línguas para estabelecer a norma em espanhol, visto que essa língua é falada em 22 países. Por isso, hoje, é uma obra legitimada entre os consulentes espanhóis e aprendizes de espanhol.

Portanto, passaremos, a seguir, à descrição e à análise de uma amostra de verbetes, com especial atenção aos sinônimos registrados em cada um dos dicionários selecionados.

Análise dos verbetes nos dicionários

Selecionamos alguns verbetes nos dicionários acima mencionados, referentes a unidades léxicas oriundas de gêneros textuais da tradução juramentada a fim de observar o tratamento lexicográfico dado aos sinônimos nessas obras lexicográficas bem como sua contribuição ao trabalho do tradutor.

Para tanto, analisamos cinco unidades léxicas que foram extraídas de traduções públicas, transcrevemos os verbetes presentes nos três dicionários em questão para, na sequência, desenvolver a análise referente às relações léxico-semânticas apresentadas entre os dicionários.

Quadro 1 – Verbetes referentes a *ante*

Unidade Lexical	<i>Ante</i>
Dicionário Caldas Aulete	
prep. 1. Diante de; em presença de: Intimidou-se ante o olhar sério do pai. 2. Em consequência de: A insegurança do povo cresce ante a violência cotidiana. 3. Indica a posição; em frente de, diante de: Refrescou-se ante o ventilador. 4. Indica direção e movimento: O criminoso será levado ante o juiz. 5. Indica causa; por causa de: Ante a falta de dinheiro, resolveu trabalhar cedo. 6. Indica a circunstância em que algo se realiza, ou em consequência de: O atletismo decaiu ante a falta de incentivos empresariais. adv. 7. Ant. Antes [F.: Do lat. ante.]	
Dicionário Houaiss	
Preposição 1 relaciona por subordinação (vocábulos, termos, orações etc.) com os seguintes sentidos: 1.1 em posição próxima ou frontal a; em frente a, em presença de, perante Ex.: Ali estava, a. seus olhos, a prova. 1.2 em consequência de; em vista de, diante de Ex.: A. tamanha insistência, só nos restou aceitar o convite.	
Dicionário de La Real Academia Española (DRAE)	
ante ² . (Del lat. ante). 1. prep. frente a (enfrente de). 2. prep. En presencia de. 3. prep. En comparación, respecto de. 4. adv. t. ant. antes (con idea de prioridad de tiempo). 5. m. Plato o principio con que se empezaba la comida o cena. 6. m. p. us. Postre que se hace en México, de bizcocho mezclado con dulce de huevo, coco, almendra, etc. 7. m. desus. Bebida alimenticia y muy refrescante que se usa en el Perú, hecha con frutas, vino, canela, azúcar, nuez moscada y otros ingredientes. 8. m. Am. Cen. y Méx. p. us. Almíbar hecho con harina de garbanzos, frijoles, etc.	

Fonte: Elaboração própria.

Com base no exposto no quadro 1, observamos que todos os dicionários informam sobre a classe gramatical da palavra *ante*, que

é preposição, no entanto, o DRAE demonstra que, além de a unidade léxica funcionar em espanhol como preposição, ela funciona/funcionava também como substantivo, conforme as acepções 5, 6, 7 e 8, e como advérbio, como se pode ver na acepção 4, na qual *ante* ganha o *s paragógico* (CASTILHO, 2004) e passa a exercer uma relação semântica de tempo e não mais de espaço, como exemplificado nas acepções 1 e 2 do dicionário de espanhol.

O dicionário Caldas Aulete também registra as informações referentes à função da unidade léxica *ante* como preposição (acepções 1, 3 e 4), como advérbio na acepção 7 e como conjunção nas acepções 2 e 6. O Houaiss, por sua vez, registra apenas a função de preposição. *Ante*, é, portanto, de acordo com o Caldas Aulete e o Houaiss, uma unidade léxica que não se realiza como substantivo, tal como ocorre, ou ocorria (acepção 7), em espanhol.

Esse modo de significar reflete a sinonímia parcial exposta por Lyons (1997), pois os sinônimos apresentados não são sinônimos em todos os seus sentidos e não atendem a condição de portar “significados idênticos”.

Todos os dicionários analisados, portanto, apresentam um tipo de sinonímia parcial na definição, o que contribui para o trabalho do tradutor desde que ele analise “com lupas” (CINTRÃO, 2006), as diferenças de sentido entre as definições apresentadas. No caso da preposição *ante*, tanto o Aulete quanto o Houaiss trabalham com a sinonímia como recurso de definição, como podemos ver nas acepções 1 e 3 do dicionário Aulete e nas acepções 1.1 e 1.2 no dicionário Houaiss. Esses dicionários apontam exemplos de uso, incluindo exemplos para todas as acepções. No entanto, cabe ao tradutor analisar a equivalência entre as definições sinonímicas mais adequadas para a tradução.

Os exemplos de uso das unidades léxicas contribuem em grande medida para a compreensão do consulente, visto que lhe permite compreender como opera a unidade léxica e a ligação que assume com os seus referentes. Se tomarmos a acepção 5 do Caldas Aulete, que denota causa “*Ante* a falta de dinheiro, resolveu trabalhar cedo.” entendemos que, em *ante*, há uma relação de subordinação como a proposta pelo Houaiss. No entanto, no que se refere

à análise léxico-semântico, reiteramos a importância do contexto de produção do gênero textual, visto ser ele que determina quais dos sinônimos o tradutor pode usar na língua.

Diante da seguinte proposição em espanhol, extraída de um texto da esfera da tradução pública – “*En la ciudad de Sevilla, a 20 de enero de 2011, ante S.Sa., con mi asistencia comparece D/Da. Rosalía Cristina Suárez [...]*”⁴ – o primeiro procedimento do tradutor seria verificar no dicionário de língua espanhola o significado de *ante* para ver se há correspondência com a unidade *ante* em português. Diante da existência dessa possibilidade, o tradutor voltaria aos dicionários de língua portuguesa para fazer a opção entre os sinônimos. Os significados adequados que atendem os critérios de aprovação como proposto por Lyons (1997), nesse caso, seriam os da acepção 1 – *diante de* ou *em presença de* – expostos no Aulete.

Entendemos que o recurso da sinonímia é buscado pelo tradutor, em casos de substituições de unidades léxicas no interior do texto, como elemento de coesão, com a finalidade de evitar repetições. Nesse sentido, adotar a ótica de Lyons (1997), para a análise de expressões que sejam semanticamente equivalentes é relevante para o trabalho do tradutor, visto que ao utilizar uma quase-sinonímia sem refletir sobre a abrangência da relação de correspondência entre as línguas em questão, poderá incorrer em um erro de tradução.

Um exemplo de relação que não atende aos critérios propostos por Lyons (1997), é a acepção 3 do dicionário Caldas Aulete, que seria inadequada no contexto “*En la ciudad de Sevilla, a 20 de enero de 2011, ante S.Sa., con mi asistencia comparece D/Da. Rosalía Cristina Suárez [...]*”⁵, porque não é possível afirmar que a senhora Rosalía está “em frente” do notário, mas pode estar ao lado, o que significa estar “*em presença de*”. Nesse sentido, se o tradutor optar por utilizar o vocábulo *ante*, ele estará fazendo uso de uma unidade

⁴ Os nomes e datas presentes nas frases analisadas no presente textos são fictícios, entretanto, os contextos traduzidos são reais.

⁵ Na cidade de Sevilha, no dia 20 de janeiro de 2011, em minha presença, comparece a senhora Rosalía Cristina Suárez.

que Zavaglia (2010) nomeia de *curinga* e não *satélite*, porque não especifica exatamente a posição do sujeito “*D/ Da. Rosalía Cristina Suárez*”. O que o tradutor faz, nessa situação, é deixar a cargo de quem interpretará a tradução para imaginar a posição em que está a senhora Rosalía.

Em se tratando de uma tradução pública, concebe-se como responsabilidade do tradutor dizer exatamente aos outros (SOBRAL, 2008) a língua do outro. Há orientações para evitar ambiguidades e, nesse caso, o tradutor necessita recorrer aos sinônimos presentes nos dicionários de sua língua materna e buscar uma unidade em relação de equivalência na língua estrangeira.

Quanto ao DRAE, este não registra exemplos de uso de *ante*, o que demanda do tradutor um conhecimento pragmático mais refinado para entender o significado da unidade lexical. Essa micro-estrutura do dicionário talvez se justifique devido à ideia de que as palavras significam apenas no contexto, o que faz alguns dicionários não considerarem a necessidade de tomá-la também como uma unidade de conhecimento isolada e, assim, apresentar as diferenças contextuais por meio de contextos de uso.

Quadro 2 – Verbetes referentes a *comparecente*

Unidade Lexical	Comparecente
Dicionário Aulete	
adj. que comparece ou compareceu. (Jur.) Que está presente por si ou por seu procurador. -, s. m. e f. que comparece a um ato. F. <i>Comparecer</i> .	
Dicionário Houaiss	
Adjetivo de dois gêneros 1. Que comparece 2. Rubrica: termo jurídico Que está presente a um ato público ou judicial por si ou por seu procurador.	
Dicionário de La Real Academia Española (DRAE)	
1. com. <i>Der.</i> Persona que comparece ante un juez, un tribunal, un notario o un órgano público.	

Fonte: Elaboração própria.

Os três dicionários demonstram, por meio das rubricas, “Jur.” no Aulete, “termo jurídico” no Houaiss e “Der.” no DRAE, que essa unidade léxica se realiza como termo no contexto jurídico. Assim, existe a equivalência dessa unidade entre o português e o espanhol nessa área do conhecimento. Entretanto, se o tradutor não se atentar para a questão da paráfrase sinonímica presente nas definições em português poderá traduzir sempre “comparecente” por “*compareciente*”, o que não é exatamente verdade, pois segundo o DRAE, essa unidade léxica se realiza somente no contexto jurídico, contrariamente ao que podemos apreender nos verbetes do Aulete e do Houaiss. Assim, poderíamos compreender que todo “*compareciente*” em espanhol corresponde ao “comparecente” em português, mas nem todo “comparecente” em português equivale a um “*compareciente*” em espanhol.

Outra observação a ser feita pelo tradutor é a de que as obras analisadas não acrescentam informações complementares como exemplos de uso, recurso que pode contribuir para melhor compreensão dos significados.

Quadro 3 – Verbetes referente a *escritura*

Unidade Lexical	Escritura
Dicionário Aulete	
sf.	
1. Ação ou resultado de escrever; ESCRITA (1)	
2. Jur. Forma escrita de um ato jurídico, reconhecida por oficial de direito público: escritura de compra e venda.	
3. O mesmo que <i>escrita</i> (5 e 6).	
4. Rel. O conjunto dos livros canônicos do Antigo e do Novo Testamento; a Bíblia. [Muito us. no pl.]	
[F.: Do lat. <i>scriptura</i> .]	
Dicionário Houaiss	
Substantivo feminino	
1. Documento ou forma escrita de um ato jurídico.	
2. Derivação: galicismo semântico M.q. Escrita (“técnica ou método”) Ex: A escritura inconfundível de Guimarães Rosa	
3. modo pessoal de traçar ou desenhar os caracteres; escrita, caligrafia Ex: Na carta, reconheceu a escritura do amigo.	
4. Rubrica: religião. O conjunto de livros da Bíblia; Sagrada Escritura (mais us. no pl.) Obs. Inicial maiúscula.	

Dicionário de La Real Academia Española (DRAE)

(Del lat. *scriptūra*).

1. f. Acción y efecto de escribir.
2. f. Sistema de signos utilizado para escribir. *Escritura alfabética, silábica, ideográfica, jeroglífica.*
3. f. Arte de escribir.
4. f. Carta, documento o cualquier papel escrito.
5. f. Documento público, firmado con testigos o sin ellos por la persona o personas que lo otorgan, de todo lo cual da fe el notario.
6. f. Obra escrita.
7. f. por antonom. La Sagrada **Escritura** o la Biblia. U. t. en pl. con el mismo significado que en sing. ORTOGR. Escr. conmay. inicial.

Fonte: Elaboração própria.

Tanto o Aulete quanto o Houaiss registram sinônimos e paráfrases sinonímicas como recurso de definição, conforme podemos observar nas acepções 1 e 3 do Aulete e nas 2 e 3 do Houaiss. Já nas definições 2 e 4 do Aulete e 1 e 4 do Houaiss há quase-sinônimos por se diferenciarem por motivos de rubrica diferentes. O DRAE também faz uso dessa estratégia nas acepções 4 e 5 e utiliza quase-sinônimos nas definições 1, 6 e 7. O dicionário Houaiss, na acepção 2, utiliza *técnica* como sinônimo de *escritura*, assim como o DRAE faz na acepção 2, o que podem ser considerados sinônimos parciais, uma vez que “técnica” não tem o mesmo significado ao de “escritura” em dados contextos.

Todos os dicionários registram a informação referente às Sagradas Escrituras e como ação de escrever. O Aulete, no entanto, é o único que além de diferenciar as acepções marcando-as com as rubricas “Jur.” (acepção 2) e “Rel.” (acepção 4), inclui um exemplo de uso – e escritura de compra e venda – que auxilia o tradutor na delimitação do significado e melhor opção da unidade correspondente no espanhol.

Entretanto, o Houaiss e o DRAE, embora não façam uso da rubrica para delimitar a área de conhecimento na qual se realiza a unidade léxica “escritura”, as definições apresentadas em 1 para o Houaiss e em 5 para o DRAE dão conta de proporcionar a informação necessária.

Quadro 4 – Verbetes referentes a *domicílio*

Unidade Lexical	Domicílio
Dicionário Aulete	
<p>sm.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Casa ou apartamento em que se reside; RESIDÊNCIA 2. Bairro, cidade, região etc. onde fica essa residência: Brasília é meu domicílio. 3. Jur.Lugar em uma pessoa reside com a disposição de lá permanecer. 4. Jur.Lugar onde se considera, para efeitos legais, que uma pessoa física reside, mesmo que ali ela não tenha residência permanente. 5. Jur.Lugar em que presumidamente funciona a diretoria e a administração de uma pessoa jurídica. 6. Astrol.Casa solar ou lunar dos sete astros que completam pelo menos uma revolução durante a vida de uma pessoa. <p>[F.: Do lat. <i>domicilium</i>.]</p> <p>A/em domicílio</p> <p>1No lugar de residência. [nota:0 Us. ger. na loc. ‘ entrega a/em domicílio’.</p> <p><i>A domicílio</i> é us. quando o verbo pede a preposição <i>a</i>: <i>Leva-se gelo a domicílio</i>. (Leva-se algo <i>a</i> algum lugar). <i>Em domicílio</i> é us. se o verbo pede a preposição <i>em</i>: <i>Dá-se aula de piano em domicílio</i>. (Faz-se algo <i>em</i> algum lugar).]</p> <p>Domicílio convencional</p> <p>1Jur.Ver <i>Domicílio eletivo</i>.</p> <p>Domicílio eletivo</p> <p>1Jur.O domicílio estipulado em contrato escrito, por vontade das partes; domicílio convencional, domicílio especial.</p> <p>Domicílio especial</p> <p>1Jur.Ver <i>Domicílio eletivo</i>.</p> <p>Domicílio necessário</p> <p>1Jur.Domicílio imposto por lei a pessoa, devido a uma situação legal ou jurídica.</p>	
Dicionário Houaiss	
<p>Substantivo masculino</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Residência habitual de uma pessoa, casa, habitação 2. Lugar (cidade, distrito, região etc.) onde se situa essa habitação 3. Termo jurídico: local onde se considera estabelecida uma pessoa para os efeitos legais, onde se encontra pra cumprir certos atos ou onde centraliza seus negócios, atividades, não forçosamente o lugar onde dorme. 	

Dicionário de La Real Academia Española (DRAE)

(Del lat. *domicilium*, de *domus*, casa).

1.m. Morada fija y permanente.

2.m. Lugar en que legalmente se considera establecido alguien para el cumplimiento de sus obligaciones y el ejercicio de sus derechos.

3.m. Casa en que alguien habita o se hospeda.

4.m. **domicilio social**.

1.m. **domicilio** de una empresa o establecimiento.

a domicilio

1.loc. adv. En el **domicilio** del interesado. Tratando de suministros, de servicios personales, etc., u. t. c. loc. adj.

2.loc. adv. *Dep.* En el campo o cancha de que es propietario el equipo visitado.

adquirir, o contraer, domicilio

1.locs. verbs. Domiciliarse o avecindarse.

Fonte: Elaboração própria.

As duas obras lexicográficas de língua portuguesa utilizam definição sinonímica, mobilizando o recurso da quase-sinonímia em todo o verbete. O DRAE o faz para as acepções 1,2 e 3. Já, na acepção 4 “domicilio social”, O DRAE utiliza o recurso da sinonímia parcial por trazer uma definição que não é sinônima em todos os sentidos. O mesmo procedimento foi utilizado pelo DRAE para explicar a expressão “a domicilio” como locução adverbial nos exemplos “ En el domicilio del interesado”, na locução adverbial referente ao contexto de esportes “ En el campo o cancha de que es propietario el equipo visitado” e como locução verbal “adquirir, contraer”. Na acepção 2 do Houaiss, há alguns sinônimos que podem ser considerados parciais, segundo os critérios de identificação da sinonímia proposto por Lyons (1997). Este dicionário registra *domicilio* como sinônimo de cidade, distrito, região etc. Neste “etc.” poderíamos entender, por exemplo, bairro, se comparamos com o Aulete que registra essa unidade. No entanto, se tentamos substituir a unidade *domicilio* por *bairro* no seguinte fragmento da procuração “*El compareciente es mayor de edad, quien declara ser de estado civil casado, de nacionalidad colombiana, con domicilio en la ciudad de Quito, hábil para contratar [...]*”⁶, estaríamos produzindo

⁶ “O comparecente é maior de idade, quem declara ser de estado civil casado, de nacionalidade colombiana, domiciliado nesta cidade de Quito, hábil para contratar [...]”.

do uma interpretação diferente do sentido da oração, visto que a unidade *domicílio*, no gênero textual analisado, refere-se a domicílio ou, também, residência. Isso demonstra que esse sinônimo é parcial, de acordo com os critérios de aprovação de sinonímia expostos por Lyons (1997), pois não cumpre todos os critérios de identidade.

Contudo, os dicionários contribuem com o consulente, permitindo o acesso do tradutor às informações que podem não fazer parte de sua competência comunicativa. Dessa forma, o tradutor pode interpretar as unidades léxicas dos dicionários de língua portuguesa e de língua espanhola como equivalentes ou não. No caso dessa unidade, estamos diante de *domicílio* em português como um equivalente de *domicilio* em espanhol. Todavia, o dicionário Aulete apresenta informações mais completas a respeito dos tipos de domicílios, fornecendo ao tradutor mais dados que contribuem para uma decisão mais segura em seu processo tradutório.

Quadro 5 – Verbetes referentes a *notariado*

Unidade Lexical	Notariado
Dicionário Aulete	
sm. 1. Ofício ou cargo de notário; TABELIONATO [F.: <i>notário</i> + <i>-ado</i> ² .]	
Dicionário Houaiss	
substantivo masculino Rubrica: termo jurídico. 1. cargo ou ofício de notário; tabelionato 2. conjunto de notários	
Dicionário de La Real Academia Española (DRAE)	
1. adj. Dicho de una cosa: Autorizada ante notario o abonada con fe notarial. 2. m. Carrera, profesión o ejercicio de notario. 3. m. Colectividad de notarios.	

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o descrito acima, podemos observar que a sinonímia se apresenta como recurso de definição. O Houaiss registra as mesmas informações que o CaldasAulete, porém acrescenta a informação de que *notariado* significa também “um conjunto de

notários”, que é a mesma informação registrada pelo Dicionário da RAE na acepção 3. Desse modo, por meio do recurso da quase-sinonímia, esclarecem a informação ao consulente.

O DRAE acrescenta ainda a informação de que o verbete funciona como adjetivo, o que pode ser considerado um sinônimo parcial com relação às acepções 2 e 3 por ele apresentadas. Assim, o equivalente entre espanhol e português está na acepção 1 do Aulete e Houaiss e 2 do DRAE.

Comentários Finais

Com base na descrição apresentada, observamos que o Houaiss apresentou mais exemplos esclarecedores para os consulentes e o recurso à sinonímia, seja do tipo quase-sinonímia ou sinonímia parcial apresentado na obra contribui para o trabalho do tradutor. Isso porque, das cinco unidades léxicas descritas, em três delas (*comparecente, escritura e notariado*), a obra apresenta explicações mais completas sobre o seu uso.

Os resultados apresentados, embora sejam de uma pesquisa incipiente, corroboram a afirmação de Zavaglia (2010) de que os dicionários utilizam a sinonímia como recurso de definição e comprovam a tese de Lyons (1997) de que quase sempre os sinônimos podem ser considerados como parciais e não absolutos. Como os dicionários são elaborados a partir de fatos da língua, é a partir da referência (NEVES, 2007) e do conhecimento sobre os gêneros textuais que os consulentes poderão interpretar as unidades lexicais, levando em consideração o contexto de produção (BRONCKART, 1999) em que há um mundo físico (momento histórico, lugar) que norteia a construção do gênero a ser traduzido e um mundo social e subjetivo que envolve parâmetros de enunciação relacionados ao sujeito que enuncia com o destinatário.

Nesse sentido, quando se faz necessário buscar referentes para a compreensão do texto a ser traduzido, o tradutor necessita, em conjunto com o trabalho proposto pelas obras lexicográficas, acionar seu modelo mental de referência, cognitivo, para poder associar a expressão linguística ao seu significado, pois,

como demonstra Lyons (1977 apud NEVES, 2007, p.242) “[...] a expressão linguística (usada numa ocasião particular e sob condições relevantes) tem seu referente, mas, na verdade, é o falante que faz referências.” Isso demonstra que essas questões sinonímicas precisam ser pensadas pelo tradutor que mobiliza suas capacidades de linguagem para traduzir.

Consideramos as noções de capacidades para o tradutor como fundamentais, visto que, como afirma Sobral (2008), o tradutor “vive Babel, vive o paradoxo confusão/portão de Deus”. Por isso, mobilizar capacidades de linguagem para se debruçar sobre a dimensão filosófica da linguagem e saber encontrar o “justo-meio” (SOBRAL, 2008, p. 115) para traduzir o outro, a partir de uma enunciação que precisa ser mediada, permite ao tradutor ampliar as possibilidades de manipulação da linguagem do texto a ser vertido.

Assim, de acordo com o exposto neste trabalho, as palavras não possuem significados fixos, o que aponta para a necessidade de o tradutor estar atento às questões de significação que estão relacionadas ao contexto geral, à estrutura social em que elas se manifestam e ao contexto de ação verbal.

É nesse sentido que se torna relevante a análise de questões sinonímicas no trabalho do tradutor, de modo que ele vincule reflexões sobre léxico, sobre obras lexicográficas, sobre relações de sinonímia e sobre gêneros textuais, uma vez que são essas relações que nos permitem entender as unidades léxicas possibilitando-nos fazer nossas opções de equivalências de acordo com os gêneros textuais traduzidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. **A elaboração de um dicionário terminológico de economia:** aspectos da sinonímia nos discursos especializados. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-04102007-144036/pt-br.php>>. Acesso em: 01 fev.2012.

AULETE, A. C. **Dicionário aulete online**. [S.l.]: Lexikón Editora Digital, [2016]. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

BAJTIN, M. **Estética de la creación verbal**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BARBOSA, M. A. Contribuição ao estudo de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. **Revista Brasileira de Linguística**, São Paulo, v.8, n.1, p.15-30, 1995.

BATALHA, M. C.; PONTES JR., G. **Tradução**. São Paulo: Vozes, 2007.

BENJAMIN, W. **A tarefa do tradutor**. Tradução de Karlheinz Barcket. Revisão de Johannes Kretschmer. 2. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1994. Cadernos de Mestrado/Literatura,

BIDERMAN, M. T. C. Análise de dois dicionários gerais do português: o Aurélio e o Houaiss. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004. v. II. p. 185-200.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999.

CASTILHO, A. T. Diacronia das preposições do eixo transversal no Português brasileiro. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. (Org.). **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p.11-47.

CINTRÃO, H. P. **Colocar lupas, transcriar mapas**: iniciando o desenvolvimento da competência tradutória em nível básico de espanhol como língua estrangeira. 2006. Tese. (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispanoamericana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://disciplinas>.

stoa.usp.br/pluginfile.php/17201/mod_resource/content/1/11_Cintrao.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2013.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1987.

HERMANS, T. **Translation's other**: inaugural lecture. London: UCL, 1996.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0 & dicionario Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em: <<http://www.digento.de/titel/100571.html>>. Acesso em: 5 jun. 2009.

JIMÉNEZ, F. S. **El género y el registro en la traducción del discurso profesional**: un enfoque funcional aplicable a cualquier lengua de especialidad. Universitat de Barcelona, 2000. Disponível em: <<http://www.ub.edu/filhis/culturele/tinasuau.html>>. Acesso em: 17 ago.2016.

LYONS, J. **Semántica Lingüística**: una introducción. Buenos Aires: Editora Paidós, 1997. Disponível em: <<http://www.textosenlinea.com.ar/libros/Lyons%20-%20Sem%C3%A1ntica%20Ling%C3%BC%C3%ADstica.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

MARCUSCHI, L. A. **A questão do suporte dos gêneros textuais**. [20--]. Disponível em: <http://www.sme.pmmc.com.br/arquivos/matrizes/matrizes_portugues/anexos/texto-15.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

NEVES, M. H. de M.A referência e sua expressão. In: CASTILHO, A. T. de. et al. (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes, 2007. p. 241-277.

OLHER, R. M. Do “Entre-lugar” do leitor à recepção e à circulação da tradução em contexto estadunidense. **Guavira**, Três Lagoas, n.10, p.1-248, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA [RAE]. **Diccionario de la lengua española**. Madrid, [2013]. Disponível em: <<http://www.rae.es/rae.html>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

SOBRAL, A. **Dizer “o mesmo” a outros**: ensaios sobre tradução. São Paulo: SBS, 2008.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos do discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 19-34.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas/Pontes, 2002.

ZAVAGLIA, A. Sinonímia e lexicografia. In: IZQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2010. v. V.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

ANISE DE ABREU GONÇALVES D'ORANGE FERREIRA

Doutora em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2002) e em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1993). Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara. São Paulo. Brasil. CEP: 14800-901.

E-mail: anise.a@gmail.com

CAROLINA ANTUNES

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). Pesquisadora na PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. Minas Gerais. Brasil. CEP: 30535-901.

E-mail: antunes_carolina@yahoo.com.br

CLOTILDE DE ALMEIDA AZEVEDO MURAKAWA

Doutora em Letras, Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (1991). Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara. São Paulo. Brasil. CEP: 14800-901.

E-mail: jtm.jau@uol.com.br

CONCEIÇÃO DE MARIA DE ARAUJO RAMOS

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (1999). Docente na UFMA – Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís, Maranhão, Brasil. CEP: 65080-805.

E-mail: conciufma@gmail.com

CRISTINA MARTINS FARGETTI

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara, São Paulo, Brasil. CEP: 14800-901.

E-mail: cmfarget@gmail.com

FLÁVIA PEREIRA SERRA

Graduanda em Letras na UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís, Maranhão, Brasil. CEP: 65080-805.

E-mail: flaviapserra@gmail.com

GEORGIANA MÁRCIA OLIVEIRA SANTOS

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2013). Docente na UFMA – Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís, Maranhão, Brasil. CEP: 65080-805.

E-mail: gsantos_23@yahoo.com.br

ISABELA MENEZES FORMIGONI

Graduanda em Letras na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. CEP: 15054-000.

E-mail: m.f.isabela@gmail.com

IVANIR AZEVEDO DELVIZIO

Doutora em Estudos Linguísticos (2011) pela Universidade Estadual Paulista. Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Câmpus de Rosana. Rosana. São Paulo. Brasil. CEP: 19274-000.

E-mail: ivanir@rosana.unesp.br

JOSÉ DE RIBAMAR MENDES BEZERRA

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2001). Docente na UFMA – Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís. Maranhão. Brasil. CEP: 65080-805.

E-mail: comendesufma@gmail.com

JOZIMAR LUCIOVANIO BERNARDO

Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa. Araraquara. São Paulo. Brasil. CEP: 14800-901.

E-mail: jozimarbernardo@yahoo.com.br

JÚLIA REIS SCHIAVETTO

Graduanda em Letras na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto. São Paulo. Brasil. CEP: 15054-000.

E-mail: julinhaschiavetto@hotmail.com

JÚLIO ARAÚJO

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2006). Docente na UFC – Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades – Departamento de Letras Vernáculas. Fortaleza. Ceará. Brasil. CEP: 60020-180.

E-mail: araujo@ufc.br

KELY ARAÚJO MELO

Graduada em Letras Libras pela UFG – Universidade Federal de Goiás.

E-mail: kelymelo321@gmail.com

LIDIA ALMEIDA BARROS

Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade Lumière Lyon 2 (1997). Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto. São Paulo. Brasil. CEP: 15054-000.

E-mail: lidia@ibilce.unesp.br

LUCY SEKI

Doutora em Filologia pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (Moscou, 1973). Docente na UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem – Departamento de Linguística. Campinas. São Paulo. Brasil. CEP: 13083-859.

E-mail: lucy.seki@gmail.com

MAIUNE DE OLIVEIRA-SILVA

Mestranda em Estudos da Linguagem na UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Catalão. Goiás. Brasil. CEP: 75704.020.

E-mail: maiune20@gmail.com

MÁRCIA MARIA DE MELO ARAÚJO

Doutora em Letras e Linguística Universidade Federal de Goiás (2013). Docente na UFG – Universidade Estadual de Goiás, câmpus Pires do Rio. CEP: 75200-000.

E-mail: marcimelo@gmail.com

MÁRCIA MARTINS

Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (2003). Docente na UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Ciências Agrárias. CEP: 39404-006.

E-mail: mmartins07@gmail.com

MÁRCIO SALES SANTIAGO

Doutor em Letras/Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Docente na UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro Regional de Ensino Superior do Seridó – Departamento de Letras. CEP: 59380000.

E-mail: mssantiago12@gmail.com

MARIA DE FÁTIMA SOPAS ROCHA

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Docente na UFMA – Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís, Maranhão, Brasil. CEP: 65085-580.

E-mail: fsopas@yahoo.com.br

MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO

Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (1974). Professora Voluntária na UFPA – Universidade Federal da Paraíba e Professora Visitante na UFC – Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades – Departamento de Letras Vernáculas. Fortaleza, Ceará, Brasil. CEP: 60020180.

E-mail: socorro.aragao@terra.com.br

MARIA HELENA DE PAULA

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (2007). Docente na UFG – Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão – Departamento de Letras, Catalão, Goiás, Brasil. CEP: 75704-020.

E-mail: mhpcat@gmail.com

MARTA DE OLIVEIRA SILVA ARANTES

Doutoranda em Estudos Linguísticos na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. São José do Rio Preto. São Paulo. Brasil. CEP: 15054-000.

E-mail: martha.oliveira.silva@gmail.com

ODAIR LUIZ NADIN DA SILVA

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP – Universidade Estadual Paulista (2008). Docente na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Letras Modernas. Araraquara. São Paulo. Brasil. CEP: 14800-901.

E-mail: odairnadin@fclar.unesp.br

PÂMELA SOARES SALOMÃO SANTOS

Graduanda em Turismo na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Câmpus de Rosana. Rosana. São Paulo. Brasil. CEP: 19274-000.

E-mail: pamela.unesprosana@yahoo.com.br

THAIANE ALVES MENDONÇA

Mestranda em Letras na UFMA – Universidade Federal do Maranhão (UFMA). UFMA – Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Luís. Maranhão. Brasil. CEP: 65080-805.

E-mail: thaianealvesam@hotmail.com

VIVIAN REGINA ORSI GALDINO DE SOUZA

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (2009). Docente da UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. IBILCE – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto. São Paulo. Brasil. CEP: 15054-000.

E-mail: vivian@ibilce.unesp.br

VIVIANE CRISTINA POLETTO LUGLI

Doutoranda em Letras na UEM – Universidade Estadual de Maringá. Docente na UEM – Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – Departamento de Letras Modernas. Maringá – Paraná. Brasil. CEP: 87020-900.

E-mail: vivianelugli@yahoo.com.br

SOBRE O VOLUME

Série Trilhas Linguísticas, n.28

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 10 x 18,5 cm

Tipologia: Garamond 11/13,5

Papel: Pólen Bold 90 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2016

Para adquirir esta obra:

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

Laboratório Editorial

Rodovia Araraquara-Jaú, km 01

14800-901 – Araraquara

Fone: (16) 3334-6275

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br

Site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

